

DIREITOS FUNDAMENTAIS:

EDUCAÇÃO, INCLUSÃO, MORADIA, TECNOLOGIAS, TRABALHO, LAZER E SAÚDE
- O FUTURO É PARA TODOS!



Gabriel Nascimento de Carvalho
Sandro Garabed Ischkanian
Simone Helen Drumond Ischkanian
(Organizadores)

GABRIEL NASCIMENTO DE CARVALHO
SANDRO GARABED ISCHKANIAN
SIMONE HELEN DRUMOND ISCHKANIAN
(ORGANIZADORES)

DIREITOS FUNDAMENTAIS:
EDUCAÇÃO, INCLUSÃO, MORADIA,
TECNOLOGIAS, TRABALHO, LAZER E SAÚDE
- O FUTURO É PARA TODOS!


EDITORA
SCHREIBEN
2022

© Dos Organizadores - 2022
Editoração e capa: Schreiber
Imagem da capa: 8Photo - Freepik.com
Revisão: os autores

Conselho Editorial (Editora Schreiber):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Enio Luiz Spaniol (UDESC)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dr. Glen Goodman (Arizona State University)
Dr. Guido Lenz (UFRGS)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (UFPel)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Valdenildo dos Santos (UFMS)
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiber
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiber@gmail.com
www.editoraschreiber.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direitos fundamentais : educação, inclusão, moradia, tecnologias, trabalho, lazer e saúde : o futuro é para todos. / Organizadores: Gabriel Nascimento de Carvalho, Sandro Garabed Ischkanian, Simone Helen Drumond Ischkanian. – Itapiranga : Schreiber, 2022.
227 p. : il. ; e-book

E-book no formato PDF.
EISBN: 978-65-5440-018-3
DOI: 10.29327/570321

1. Direitos humanos. 2. Direitos fundamentais. 3. Educação inclusiva. I. Título. II. Carvalho, Gabriel Nascimento de. III. Ischkanian, Sandro Garabed. IV. Ischkanian, Simone Helen Drumond.

CDU342.7

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	6
LOS DERECHOS HUMANOS SON EL CONJUNTO DE PRERROGATIVAS SUSTENTADAS EN LA DIGNIDAD HUMANA.....	13
<i>Gabriel Nascimento de Carvalho</i>	
<i>Sandro Garabed Ischkanian</i>	
<i>Simone Helen Drumond Ischkanian</i>	
(IN) OU (EX) CLUSÃO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PAIS E FAMILIARES DE PESSOAS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO NA FASE ESCOLAR.....	20
<i>Patrícia Elaine de Aquino Luz</i>	
TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E INCLUSÃO: HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS.....	29
<i>Maria Isabel Silva de Moraes</i>	
<i>Kyllian César Pires</i>	
ESCOTISMO E EDUCAÇÃO: INOVAÇÕES TEÓRICAS E PEDAGÓGICAS A FORMAÇÃO E GESTÃO DE ADULTOS.....	40
<i>Sandro Garabed Ischkanian</i>	
AS TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E A ATUAÇÃO DO EDUCADOR: UM NOVO PANORAMA DE FOMENTO À INCLUSÃO EM AMBIENTES DE E-LEARNING.....	52
<i>Gladys Nogueira Cabral</i>	
A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO, ATRAVÉS DOS CONVÊNIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	63
<i>Eliana Drumond</i>	
<i>Simone Helen Drumond Ischkanian</i>	
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO AO ENSINO-APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVO.....	74
<i>Rosimery Mendes Rodrigues</i>	
<i>Simone Helen Drumond Ischkanian</i>	
<i>Dennis Migueis do Carmo</i>	
<i>Itaciara da Costa de Vasconcelos</i>	

PRÁTICA RELIGIOSA E MUSICALIDADE: COMUNICAÇÃO RITUALÍSTICA ATRAVÉS DA MÚSICA E DOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS DO CANDOMBLÉ DE KETU.....	84
<i>Jakeline Barbosa da Silva</i>	
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS E O DIREITO AO RECONHECIMENTO PLURAL.....	95
<i>Marília Rulli Stefanini</i>	
MARCELO CLAUSEN: UMA HISTÓRIA DE DESAFIOS E SUPERAÇÕES.....	107
<i>Marília Lima</i>	
<i>Marcio Alves</i>	
<i>Marcelo Clausen Lima Alves da Silva</i>	
A INCLUSÃO DAS INTELIGÊNCIAS, SAINDO DE UM AQUÁRIO PARA UM MAR DE POSSIBILIDADES.....	127
<i>Neusa Venditte</i>	
<i>Simone Helen Drumond Ischkanian</i>	
EDUCAÇÃO EM ABORDAGEM: REPERCUSSÕES DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS PARA NOVOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM.....	137
<i>Abraão Danziger de Mato</i>	
A EDUCAÇÃO É UM ATO DE CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, ELA NOS PERMITE CONSTRUIR PROJETOS DE VIDA E REESCREVER O FUTURO.....	148
<i>Florizete Santos Lima</i>	
TECNOLOGIAS: O USO DE JOGOS DIGITAIS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS EDUCATIVAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	160
<i>Rita de Cássia Soares Duque</i>	
<i>Taynan Alécio da Silva</i>	
<i>Cristiane Freitas Pereira da Silva</i>	
ATENDIMENTO EDUCACIONAL E INCLUSIVO NO ENSINO REMOTO NA EMEF BENEDITA TORRES: A ESCOLA SOMOS TODOS NÓS.....	170
<i>Zilda Pereira dos Santos</i>	
<i>Maria Deusina Barros de Sousa</i>	
<i>Silvana Eloia de Oliveira</i>	
<i>Ionys Oliveira de Sousa</i>	

MORADIA DIGNA: O DIREITO DAS PESSOAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO POPULAR.....	182
<i>Rosimery Mendes Rodrigues</i>	
<i>Kleten Kelle Lima de Oliveira</i>	
<i>Solange Teodozio da Silva</i>	
<i>Vanelia Ramos Brito</i>	
RIOS E IGARAPÉS DA CIDADE DE MANAUS: AMBIENTE.....	194
<i>Sebastião da Silva Alves</i>	
AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS DO MÉTODO DE PORTFÓLIOS EDUCACIONAIS SHDI, É UM CONCEITO QUE DIZ RESPEITO À UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FINS PEDAGÓGICOS.....	202
<i>Gabriel Nascimento de Carvalho</i>	
<i>Sandro Garabed Ischkanian</i>	
<i>Simone Helen Drumond Ischkanian</i>	
PCD: LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA).....	213
<i>Gabriel Nascimento de Carvalho</i>	
<i>Sandro Garabed Ischkanian</i>	
<i>Simone Helen Drumond Ischkanian</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	224

PREFÁCIO

No livro “Direitos Fundamentais: Educação, Inclusão, Moradia, Tecnologias, Trabalho, Lazer e Saúde - o futuro é para todos!”, destacamos ao longo dos capítulos norteados por autores renomados, que os *Direitos Fundamentais* entendem que cada um de nós é um ser moral e racional, sujeito de direitos e deve viver com dignidade. Estes não são nossos direitos por merecimento, mas porque uma vez que somos humanos, somos detentores deles. Todos nós deveríamos ter acesso aos mesmos direitos, por isso são destacados nos artigos que compõem a obra, de formas objetivas e subjetivas, que esses direitos são universais, com foco na: *Liberdade* - liberdade pública (autogoverno) e liberdades privadas, como instrumento de defesa do cidadão contra interferências governamentais; *Igualdade* - igualdade individual perante a lei e *Fraternidade* (*em uma leitura mais contemporânea, Solidariedade*) - responsabilidade de todos pelas carências ou necessidades de qualquer pessoa ou grupo social.

No artigo “*LOS DERECHOS HUMANOS SON EL CONJUNTO DE PRERROGATIVAS SUSTENTADAS EN LA DIGNIDAD HUMANA*”, de acordo com Carvalho e Ischkanian (2022), destaca que Vale, ainda, comentar que o Texto Maior considera insuscetível de emenda constitucional, qualquer proposta tendente a abolir os direitos e garantias individuais, consoante comando insculpido no art. 60, § 4º, inciso IV, sendo, portanto, tais direitos erigidos às cláusulas pétreas, havendo dessa forma, uma limitação material explícita ao poder constituinte derivado de reforma, admitindo-se, entretanto, ampliação destes direitos. Não obstante, alguns desses direitos individuais e coletivos se vêem, transitoriamente, ameaçados em face das chamadas “salvaguardas constitucionais”, que têm por fim a garantia e a estabilidade do Estado Democrático. Tais medidas decorrem de um estado de exceção, possuindo caráter de emergência na hipótese de situação de ameaça à legalidade democrática, sendo denominadas de “o estado de sítio e o estado de defesa”, disciplinadas no Título V da CF/88, da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, nos artigos 136 a 139.

(IN) OU (EX) CLUSÃO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PAIS E FAMILIARES DE PESSOAS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO NA FASE ESCOLAR, a autora Patrícia Elaine de Aquino Luz, discute uma abordagem conceitual da Educação especial no Brasil da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) de 2008 e 2020 e suas respectivas diferenças. A política já existente é a seguida, hoje em dia, pela PNEE 2008 que não vem sendo eficiente em vários aspectos e a outra proposta política PNEE 2020 (que teve seus projetos

suspensão em 12/2020) que vem com a inovação de realizar uma inclusão com práticas baseadas em evidências juntamente com a família e equipe multidisciplinar. E nesse meio, a família e sua dificuldade em se adequar num sistema de ensino não preparado pra receber esse público, enfrentando desafios para fazer valer o direito de uma educação de qualidade e muitas vezes preferindo matricular seus filhos em escolas especiais, quando é possível.

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E INCLUSÃO: HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS, os autores Maria Isabel Silva de Moraes e Kyllian César Pires, apresentam cinco relatos de experiências da utilização das tecnologias e mídias como ferramenta para reflexão e acesso aos direitos do cidadão nos tempos de pandemia de COVID-19. O objetivo desses estudos é registrar e divulgar resultados de ações simples, baseadas nas mídias e tecnologia para promover educação e saúde de diversos públicos: as mulheres, as pessoas com deficiência e as pessoas com necessidades de saúde mental. A partir desses exemplos e projetos é possível repensar o campo do conhecimento dos Direitos Fundamentais, refletindo e fazendo os saberes interseccionados para que os sujeitos sejam formados para crítica, busca ativa de direitos e alteridade. Assim, o futuro que construímos hoje, se fará para todos!

ESCOTISMO E EDUCAÇÃO: INOVAÇÕES TEÓRICAS E PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO E GESTÃO DE ADULTOS, o autor Sandro Garabed Ischkanian destaca que a Política Nacional de Adultos no Movimento Escoteiro (PNAME) complementa e desenvolve os encaminhamentos das Políticas Mundiais e Interamericanas de Gestão de Adultos. Estabelece seu marco de operação no que diz respeito aos processos de captar, formar e realizar a retenção dos adultos necessários aos Escoteiros do Brasil para o cumprimento de sua Missão. O presente contexto é baseado na permanente análise das necessidades de aperfeiçoamento dos processos de Gestão de Adultos para o Movimento Escoteiro (ME), e destaca o processo de gestão por competências como ferramenta adequada para a promoção de um sistema de qualidade, eficaz e flexível. Com essa visão busca-se estimular metodologias que possibilitem captar, formar e acompanhar adequadamente o adulto voluntário da instituição e se propõe a orientar o planejamento e a execução de capacitações na gestão de adulto, considerando aspectos didático-pedagógicos relativos à aprendizagem de adultos inseridos no mundo educacional do escotismo globalizante.

AS TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E A ATUAÇÃO DO EDUCADOR: UM NOVO PANORAMA DE FOMENTO À INCLUSÃO EM AMBIENTES DE E-LEARNING, a renomada autora Gladys Nogueira Cabral, evidencia um novo panorama de fomento à inclusão em ambientes de e-learning e, possui o objetivo de conhecer a importância da atuação do educador diante das tendências educacionais no

novo panorama de inclusão em ambientes de e-learning; mostrar os conceitos das metodologias de blended learning, flipped classroom e adaptive learning, tendências emergentes das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e falar o direito à inclusão educativa. Busca responder: Qual a importância das novas tendências educacionais em ambientes de e-learning para a atuação do educador em um panorama de inclusão? Considera-se o conhecimento pedagógico, essencial para o êxito do processo de aprendizagem e, quando atrelado à utilização das TDIC como parte das novas tendências educacionais em ambientes de e-learning, fomentam a inclusão da diversidade de forma individual e coletiva.

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO, ATRAVÉS DOS CONVÊNIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, as autoras Psicopedagoga Eliana Drumond e Simone Helen Drumond Ischkanian, contextualizam sobre “a importância do atendimento Psicopedagógico Clínico, através dos convênios de saúde e educação”, não é tarefa simples quando descobrimos que a modalidade de atendimento tem se mostrado dispersa e tem sido realizada de diversas maneiras no território nacional. Desde que nascemos estamos em constante processo de aprendizagem. Aprendemos a mastigar e engolir alimentos, a andar sem apoio, a nos comunicarmos por palavras e não mais por choros ou sons sem sentido. Durante o período escolar são diversos os conhecimentos adquiridos e durante toda a vida profissional continuamos a aprender coisas novas. A maneira como assimilamos e construímos conhecimentos em todas essas fases da vida é o principal objeto de estudo da Psicopedagogia.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO AO ENSINO-APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVO, os autores Rosimery Mendes Rodrigues, Simone Helen Drumond Ischkanian, Dennis Migueis do Carmo e Itaciara da Costa de Vasconcelos projetam coesamente que o processo de criação de Leis que amparam a educação e a inclusão são fatos vivenciados no nosso país, percebe-se que a luta em atender a todos de maneira satisfatória não é tarefa fácil, porém possível com investimento e compromisso do Estado e das famílias em levar as crianças na escola, exigir e fiscalizar.

PRÁTICA RELIGIOSA E MUSICALIDADE: COMUNICAÇÃO RITUALÍSTICA ATRAVÉS DA MÚSICA E DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS DO CANDOMBLÉ DE KETU, a autora Jakeline Barbosa da Silva delinea de forma primorosa sobre a musicalidade e dos instrumentos musicais do candomblé de Ketu e como objetivo geral, analisar e identificar aspectos da música no processo ritualístico do Candomblé de Ketu e como objetivos específicos, compreender a importância da musicalidade nos terreiros de candomblé e entender como os instrumentos musicais se comunicam com o mundo transcendental. A motivação para esse estudo foi a criação da Lei 10.639/03

de 9 de janeiro de 2003. Essa lei obriga o ensino da cultura e história africanas nas escolas brasileiras, permitindo um novo olhar sobre as religiões de matrizes africanas.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS E O DIREITO AO RECONHECIMENTO PLURAL, a autora Marília Rulli Stefanini plausivelmente retrata que não se pode vedar os olhos a respeito do contexto social em que se vive quando se tem o objetivo de estudar a normatização e sua efetividade. Desta feita, o presente estudo possui como objetivo a análise dos direitos fundamentais/sociais assegurados aos povos indígenas, posto que, segundo normas vigentes, tal esfera social demanda uma proteção e um reconhecimento de direitos que vão além daqueles assegurados à maioria não indígena. Destarte, notou-se, por meio de pesquisas de cunho bibliográfico e em sítios da *web*, que a ideologia normativa a respeito de tais direitos paira no atendimento ao mero interesse da classe opressora (maioria). Posto isso, é preciso que haja o efetivo reconhecimento de tal parcela social marginalizada, pautada no princípio da multiculturalidade, uma vez que, está-se falando de pessoas dotadas de cultura diversificada, e, portanto, demandam uma contraprestação que atenda às suas peculiaridades, para que, enfim, se tenha um reconhecimento concretizado e se institua o real Estado Democrático de Direito.

MARCELO CLAUSEN: UMA HISTÓRIA DE DESAFIOS E SUPERAÇÕES, os autores Marília Lima e Marcio Alves destacam como o autismo chegou a suas vidas, como estão superando os desafios e promovendo as possibilidades de um fazer real para transcendência do seu amado filho, Marcelo Clausen Lima Alves da Silva. O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses.

A INCLUSÃO DAS INTELIGÊNCIAS, SAINDO DE UM AQUÁRIO PARA UM MAR DE POSSIBILIDADES, as autoras psicopedagoga Neusa Venditte e Simone Helen Drumond Ischkanian descrevem que a educação se dirige a toda pessoa com globalidade, a todas as suas dimensões, entendendo que não é possível considerá-la por elementos isolados, portanto, além de permitir o convívio entre pessoas diferentes, a educação inclusiva deve proporcionar o desenvolvimento global de cada um, sendo que as dimensões das inteligências podem ser incluídas na concepção de inteligências múltiplas. Neste sentido, o Projeto Conviver e Inclusão destaca que todos nós podemos aprender, seguindo com propostas psicopedagógicas inovadoras que permitem a inclusão das inteligências, onde a criança, jovem ou adulto, sai de um aquário (espaço onde não se desenvolve coesamente) para um mar de possibilidades infinitas em sua transcendência pessoal.

EDUCAÇÃO EM ABORDAGEM: REPERCUSSÕES DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS PARA NOVOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM, o renomado autor Abraão Danziger de Mato emerge em suas projeções escritas que a aprendizagem ganha cada vez mais força como uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Com o desenvolvimento dessas tecnologias, novas práticas estão sendo introduzidas no cotidiano das pessoas. Na educação, essa nova tecnologia, principalmente com o advento dos computadores, surgiu como uma alternativa ao processo de ensino e aprendizagem e tem suscitado discussões sobre o conceito atual do processo. O grande número de softwares educacionais e a variedade de aplicativos de computador indicam que essa tecnologia pode ser muito útil na educação. Nesse contexto, mais importante que as TICs, é a forma como ela é utilizada no cotidiano das pessoas, ou seja, dependendo de suas características individuais.

A EDUCAÇÃO É UM ATO DE CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, ELA NOS PERMITE CONSTRUIR PROJETOS DE VIDA E REESCREVER O FUTURO, a autora Florizete Santos Lima descreve que o ato do conhecimento, ou seja, a educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego. Por meio da Educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

TECNOLOGIAS: O USO DE JOGOS DIGITAIS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS EDUCATIVAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, as autoras Rita de Cássia Soares Duque, Taynan Alécio da Silva e Cristiane Freitas Pereira da Silva destacam que o uso de jogos digitais, brinquedos e brincadeiras educativas como ferramenta de aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual, é de suma importância, fazendo deste assunto um fator primordial a ser coesamente trabalhado por todos os pedagogos, professores, comunidades, escolas e familiares que tenham a intenção de educar no sentido global, sabendo que isto não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, mas sim ajudar o educando a tomar consciência de si mesmo, dos outros e da sociedade. Para tanto, é preciso verificar as novas tecnologias, avaliar os principais impactos no contexto educacional e a possibilidade de sua utilização para otimizar o aprendizado dos estudantes com deficiência intelectual.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL E INCLUSIVO NO ENSINO REMOTO NA EMEF BENEDITA TORRES: A ESCOLA SOMOS TODOS NÓS, as autoras Zilda Pereira dos Santos, Maria Deusina Barros de Sousa, Silvana Eloia de Oliveira e Iony's Oliveira de Sousa, evidenciam que a Constituição Federal, a

partir de 1988, garantiu o acesso de todos os alunos às turmas comuns do ensino regular. Se cumprir essa lei em tempos de aulas presenciais já era desafiador, imagine em tempos de aulas remotas, onde além da falta de recursos materiais e tecnológicos, surge dentre o público alvo do AEE suas limitações, a sua condição física, neurológica, motora ou cognitiva, onde grande parte desses estudantes apresentam percalços em sua atenção/concentração, perdendo o foco ou interesse a qualquer movimento em sua volta, o que torna as aulas online muito mais difíceis ou em alguns casos impraticáveis.

MORADIA DIGNA: O DIREITO DAS PESSOAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO POPULAR, as autoras Rosimery Mendes Rodrigues, Kleten Kelle Lima de Oliveira, Solange Teodozio da Silva e Vanelia Ramos Brito refletem que desde a evolução da espécie humana, esta procura um ambiente para se proteger dos perigos da natureza, fato que foi desencadeando, ao longo dos anos, a necessidade da criação da sua habitação. Igualmente nos tempos atuais a moradia faz parte do sonho das pessoas e tem o direito assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB, 1988), onde referencia que cabe ao Estado tratar deste direito de uma coletividade. No entanto, nota-se em nosso país o grande déficit de habitação, ou seja, as políticas públicas e os projetos habitacionais não atendem a demanda das pessoas, assim, é um plano de assistencialismo que não supre a necessidade da sociedade. Sendo assim, esse estudo tem o objetivo de refletir sobre o direito, as políticas públicas, a realidade e as possibilidades de habitação popular.

RIOS E IGARAPÉS DA CIDADE DE MANAUS: AMBIENTE, o autor Sebastião da Silva Alves faz uma profunda contextualização sobre os igarapés e que as populações mais atingidas são principalmente aquelas residentes em áreas suscetíveis a inundações e, portanto, impróprias à ocupação, notadamente junto aos leitos e nas margens dos igarapés e na orla ribeirinha do rio Negro. O contexto deste artigo foi aferir as condições da qualidade da água dos igarapés de Manaus, devido ao crescimento da urbanização e pela falta do saneamento básico e locais desprovidos de rede de esgotos.

AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS DO MÉTODO DE PORTFÓLIOS EDUCACIONAIS SHDI, É UM CONCEITO QUE DIZ RESPEITO À UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FINS PEDAGÓGICOS, os autores Gabriel Nascimento de Carvalho, Sandro Garabed Ischkanian e Simone Helen Drumond Ischkanian, projetam que as tecnologias têm um importante papel no sistema educacional. Sendo uma parceira de trabalho na educação, elas colaboram na apropriação de conhecimentos, tendo em vista que o saber é inacabado e sempre há algo novo para se aprender. O acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, pela cultura, escola, tecnologias, etc., influenciam determinantemente nos processos de

aprendizagem da pessoa.

PCD: LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA), os autores Gabriel Nascimento de Carvalho, Sandro Garabed Ischkanian e Simone Helen Drumond Ischkanian reportam que em julho de 2015 foi sancionada a Lei 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual trouxe para determinadas áreas do direito, significativas mudanças que representam um notável avanço para a proteção da dignidade da pessoa com deficiência. A denominação *Pessoa Com Deficiência* (PCD) tema de diversos contextos de estudos no âmbito da pesquisa científica, depende da forma como se pretende direcionar o raciocínio lógico, além de carregar um grau de subjetivismo que vai depender do momento histórico vivenciado por cada um.

Mister se faz, pois, uma perfeita compreensão dos direitos fundamentais destacados em todos os artigos desta valorosa obra, para os quais é assegurada a sua plena e imediata aplicação, conforme garantia inserida no § 1º do art. 5º da Carta Magna, sendo de fundamental importância a participação espontânea do indivíduo para imprimir eficácia para tais normas criadas.



Sandro Garabed Ischkanian
Simone Helen Drumond Ischkanian

LOS DERECHOS HUMANOS SON EL CONJUNTO DE PRERROGATIVAS SUSTENTADAS EN LA DIGNIDAD HUMANA

*Gabriel Nascimento de Carvalho*¹

*Sandro Garabed Ischkanian*²

*Simone Helen Drumond Ischkanian*³

1. INTRODUÇÃO

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros.

Foto: Manifestação em respeito aos direitos humanos na Colômbia em julho de 2022



En suma, quizá la principal contribución de toda esta literatura es la constatación de que, más allá de las normas y los actores internacionales o transnacionales, las claves para la generación de cambios profundos en materia de derechos humanos o para avanzar hacia mayores niveles de cumplimiento son primordialmente de carácter interno o «doméstico».
Simone Ischkanian
Colômbia – Julho de 2022

Fonte: Ischkanian (2022)

- 1 Bacharel em Direito – Escotista voluntário – Rádioamador – Educador Voluntário – AL Administração.
- 2 Especialista em Comunicação e Matemático – sandrogi2005@hotmail.com.
- 3 Doutoranda em Educação, Professora SEMED, UEA e IFAM - simone_drumond@hotmail.com.

Los Derechos Humanos son el conjunto de prerrogativas sustentadas en la dignidad humana, cuya realización efectiva resulta indispensable para el desarrollo integral de la persona. Este conjunto de prerrogativas se encuentra establecido dentro del orden jurídico nacional, en nuestra Constitución Política, tratados internacionales y las leyes.

Los derechos humanos son derechos inherentes a todos los seres humanos, sin distinción alguna de nacionalidad, lugar de residencia, sexo, origen nacional o étnico, color, religión, lengua, o cualquier otra condición.

Todos tenemos los mismos derechos humanos, sin discriminación alguna. Estos derechos son interrelacionados, interdependientes e indivisibles.

Los derechos humanos universales están a menudo contemplados en la ley y garantizados por ella, a través de los tratados, el derecho internacional consuetudinario, los principios generales y otras fuentes del derecho internacional.

El derecho internacional de los derechos humanos establece las obligaciones que tienen los gobiernos de tomar medidas en determinadas situaciones, o de abstenerse de actuar de determinada forma en otras, a fin de promover y proteger los derechos humanos y las libertades fundamentales de los individuos o grupos.

El respeto hacia los derechos humanos de cada persona es un deber de todos. Todas las autoridades en el ámbito de sus competencias, tienen la obligación de promover, respetar, proteger y garantizar los derechos humanos consignados en favor del individuo.

2. DESENVOLVIMENTO

A menudo se plantea que los derechos humanos son aquellos derechos que tenemos todos los humanos, en virtud de nuestra dignidad como tales y, por lo tanto, sin distinción de raza, sexo o género, idioma, religión, nacionalidad, opiniones o creencias, estatus migratorio, preferencia sexual, capacidades físicas o mentales, o cualquier otro criterio o factor.

Sin embargo, si consideramos esta definición con más detenimiento, puede generar algunas dudas o requerir algunas precisiones.

Los derechos humanos se insertaron en las dinámicas jurídicas y políticas internacionales a raíz de su inclusión en La estructura normativa e institucional que surgió a nivel global y regional, tras el fin de la segunda guerra mundial.



CARVALHO e ISCHKANIAN são acadêmicos do IAMES “Instituto Amazônico de Ensino Superior”, curso de Direito, uma universidade que busca desenvolver nos estudantes habilidades indispensáveis para o exercício de uma profissão ou atividade Laboral plena no setor jurídico.

Fonte: Carvalho e Ischkanian, do livro Educação e Tecnologia (2022) editora SCHREIBEIN.

En otras palabras, con la entrada en vigor de la Carta de la Organización de las Naciones Unidas, la Carta de la Organización de Estados Americanos y el Estatuto del Consejo de Europa, así como La adopción de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre y la Declaración Universal de los Derechos Humanos y la entrada en vigor de la Convención Europea de Derechos Humanos y Libertades Fundamentales, los derechos humanos pasaron a ser parte de las aspiraciones centrales ya no solamente de algunas naciones – regidas por constituciones sustentadas em valores liberales y republicanos, sino de la comunidad internacional en su conjunto.



Fonte: Carvalho e Ischkanian (2022)

Los derechos humanos son inalienables. No deben suprimirse, salvo en determinadas situaciones y según las debidas garantías procesales. Por ejemplo, se puede restringir el derecho a la libertad si un tribunal de justicia dictamina que una persona es culpable de haber cometido un delito.

Los derechos humanos son iguales y no discriminatorios: La no discriminación es un principio transversal en el derecho internacional de derechos humanos. Está presente en todos los principales tratados de derechos humanos y constituye el tema central de algunas convenciones internacionales como la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial y la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer.

El principio se aplica a toda persona en relación con todos los derechos humanos y las libertades, y prohíbe la discriminación sobre la base de una lista no exhaustiva de categorías tales como sexo, raza, color, y así sucesivamente.

El principio de la no discriminación se complementa con el principio de igualdad, como lo estipula el artículo 1 de la Declaración Universal de Derechos Humanos:

“Todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos”.

DERECHOS HUMANOS INCLUYEN TANTO DERECHOS COMO OBLIGACIONES

Los derechos humanos incluyen tanto derechos como obligaciones. Los Estados asumen las obligaciones y los deberes, en virtud del derecho internacional, de respetar, proteger y realizar los derechos humanos.

La obligación de respetarlos significa que los Estados deben abstenerse de interferir en el disfrute de los derechos humanos, o de limitarlos.

La obligación de protegerlos exige que los Estados impidan los abusos de los derechos humanos contra individuos y grupos.

La obligación de realizarlos significa que los Estados deben adoptar medidas positivas para facilitar el disfrute de los derechos humanos básicos. En el plano individual, así como debemos hacer respetar nuestros derechos humanos, también debemos respetar los derechos humanos de los demás.

La aplicación de los derechos humanos a la que se encuentran obligadas todas las autoridades se rige por los principios de universalidad, interdependencia, indivisibilidad y progresividad.

El principio de la universalidad. Todas las personas son titulares de todos los derechos humanos. Dicho principio se encuentra estrechamente relacionado a la igualdad y no discriminación.

No obstante, para lograr la igualdad real se debe atender a las circunstancias o necesidades específicas de las personas.

Principio de Interdependencia: Consiste en que cada uno de los derechos humanos se encuentran ligados unos a otros, de tal manera que el reconocimiento de uno de ellos, así como su ejercicio, implica necesariamente que se respeten y protejan múltiples derechos que se encuentran vinculados.

Principio de Indivisibilidad: Implica que los derechos humanos no pueden ser fragmentados sea cual fuere su naturaleza.

Cada uno de ellos conforma una totalidad, de tal forma que se deben reconocer, proteger y garantizar de forma integral por todas las autoridades.

Principio de interdependencia e indivisibilidad: Todos los derechos humanos, sean éstos los derechos civiles y políticos, como el derecho a la vida, la igualdad ante la ley y la libertad de expresión; los derechos económicos, sociales y culturales, como el derecho al trabajo, la seguridad social y la educación; o los derechos colectivos, como los derechos al desarrollo y la libre determinación, todos son derechos indivisibles, interrelacionados e interdependientes.

El avance de uno facilita el avance de los demás. De la misma manera, la privación de un derecho afecta negativamente a los demás.

Principio de Progresividad: Constituye una obligación del Estado para asegurar el progreso en el desarrollo constructivo de los derechos humanos, al mismo tiempo, implica una prohibición para el Estado respecto a cualquier retroceso de los derechos. El Estado debe proveer las condiciones más óptimas de disfrute de los derechos y no disminuir ese nivel logrado.

*“É necessário que as pessoas compreendam
que a inclusão das crianças, jovens e adultos,
vai muito além do que os olhos podem vê”.*

Simone Ischkanian

E como destaca Banden-Powell (fundador do escotismo), todos somos responsáveis para deixar um mundo melhor para nós e para o outro.

Ninguém pode passar pelo planeta azul e simplesmente, não promover mudanças, nosso papel é de sermos sujeitos históricos de ocorrências.

*“A inclusão é globalizante, real e
transparente para todos que desejam aceitar,
aprender e ensinar com dignidade”.*

Simone Ischkanian

Vamos fazer a diferença no agora, no hoje e em todos os dias de nossas vidas!

Não é necessário abraçar o mundo, mas onde quer que você esteja faça a diferença, ajude as pessoas e transforme positivamente o mundo do outro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No podemos entender la política internacional en la actualidad sin tener en cuenta los derechos humanos y la estructura normativa e institucional que se ha desarrollado alrededor de ellos. Pero los derechos humanos, como normas y como instituciones, están pensados y diseñados para proteger a las personas; para salvaguardar sus derechos, de cara principalmente al poder Del Estado, que a pesar del paso del tiempo sigue mostrando de manera recurrente su lado oscuro: su tendencia al abuso, la opresión, La intolerancia y la preservación de la desigualdad.

A pesar de los límites en su influencia, los regímenes internacionales y las dinámicas del activismo transnacional han empoderado a actores locales de la sociedad civil y han influido en la manera en que los Estados toman decisiones y se comportan.

Las causas y las consecuencias del régimen internacional de derechos humanos no son del todo claras. Hay muchas preguntas aún por responder y muchas investigaciones por realizar.

Al margen de sus importantes diferencias, todos los modelos examinados hasta ahora comparten un rasgo importante: comprenden la relación entre soberanía y derechos como una relación antitética. Su supuesto común es que ambas categorías realizan reclamos conceptuales opuestos y que esos reclamos únicamente pueden compatibilizarse estableciendo la primacía de una categoría sobre otra. Sin embargo, no estamos obligados a pensar este asunto en términos de rivalidad.

El autor que sentó las bases para avanzar en este camino es el filósofo Immanuel Kant. Al igual que la tradición del derecho natural, Kant postula la existencia de un derecho humano fundamental: el derecho a la libertad como no dominación, entendido como el derecho de cada persona a disponer de una esfera igual de agencia personal para realizar sus propios proyectos, incluyendo el acceso a los recursos materiales indispensables para hacer un uso efectivo de su libertad.

La gran innovación filosófica de Kant, que lo ubica en el pódio del contractualismo moderno, es su tesis de que ni el derecho humano a la libertad, ni ningún otro derecho en general, puede realizarse adecuadamente en ausencia de una autoridad política soberana. Esto es así por dos problemas sistémicos que atraviesan cualquier escenario pre-político (escenario al que Kant y los filósofos contractualistas se refieren como «estado de naturaleza, las personas podrían mantener disputas razonables sobre la extensión exacta de sus esferas de libertad personal y sobre el uso de los recursos naturales escasos. Kant vislumbra es que mientras no haya una autoridad central, el goce efectivo de nuestros derechos permanece crónicamente inseguro:

*“Y en tanto las personas son sujetos morales iguales,
ninguna dispone de autoridad para saldar las
disputas o imponer su punto de vista al resto”.*

Simone Ischkanian

REFERÊNCIAS

KANT, I. (2005). *La metafísica de las costumbres*. Madrid: Tecnos.

MOYN, Samuel (2015). *La última utopía. Los derechos humanos en la historia*. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá.

NEUMAYER, Erik (2005). **Do international human rights treaties improve respect for human rights?**, *Journal of Conflict Resolution*, Vol.49, No. 9, pp. 925-953.

(IN) OU (EX) CLUSÃO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PAIS E FAMILIARES DE PESSOAS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO NA FASE ESCOLAR

Patrícia Elaine de Aquino Luz¹

Quanto vale uma criança especial?

Vale tudo que existe no mundo!

Vale o amor infinito e transcendente, vale a vida, vale os sonhos transformadores de seus pais.

Vale a glória de compreendê-los e ensiná-los para a vida que se descortina em esperanças infinitas de fé.

Vale a bênção de tê-lo em nossas vidas, para nos tornar seres humanos úteis e melhores.

Patrícia Elaine de Aquino Luz e Simone Ischkanian (2022)



1. INTRODUÇÃO

Este artigo discute uma abordagem conceitual da Educação especial no Brasil da política Nacional de Educação especial de 2008 e 2020 e suas respectivas diferenças. A política já existente é a seguida hoje em dia a PNEE 2008 que não vem sendo eficiente em vários aspectos e a outra proposta política PNEE2020 (que teve seus projetos suspenso em 12/2020) que vem com a inovação de realizar uma inclusão com práticas baseadas em evidências juntamente com a família e equipe multidisciplinar e nesse meio as famílias e sua dificuldade em se adequar num sistema de ensino não preparado pra receber esse público, enfrentando desafios para fazer valer o direito de uma educação de qualidade e muitas vezes preferindo matricular seus filhos em escolas especiais quando é possível. Foi feito uma pesquisa de campo com famílias de pessoa com deficiência descrevendo suas experiências na hora de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

No Brasil a educação inclusiva somente começou a fundamentar-se, a

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade UNIFRAN, Pós-Graduada em AEE pela Faculdade FAMART. E-mail: patriciaaquinoluz@hotmail.com - WhatsApp (17) 982001916.

partir da Conferência Mundial de Educação Especial em 1994 promovida pelo Governo da Espanha e pela UNESCO, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca (Brasil, 1997) que é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, segundo o documento, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas independentemente de quaisquer dificuldade que possam ter. As escolas inclusivas devem levar em conta as necessidades de cada um e fazer modificações organizacionais, estratégias de ensino e parcerias. Nas escolas inclusivas as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que a educação seja de qualidade. Esses modelos ao serem implementados na prática tomou uma forma muito diferente do que propõem as Teorias sem uma devida fiscalização as escolas regulares se tornaram apenas um ganho de matrículas e colocando juntos todos em salas de aula comum e com isso se intitulando-se escola inclusiva.

O objetivo geral desse artigo é mostrar a visão real de famílias em relação a matrícula de seus filhos na rede regular de ensino. Com base nas respostas obtidas é unânime a insegurança que cercam esses Pais com relação ao cuidado e aprendizagem de qualidade para seus filhos, muitos têm que recorrer judicialmente para fazer valer seus direitos.

Com esta pesquisa torna-se possível ter uma amostra da insatisfação das famílias ao se depararem com salas lotadas sem estruturação física adequada e sem professores realmente qualificados para atender as especificidades dos mesmos, cuja pergunta principal é: *“até quando famílias terão que lutar contra o sistema para terem um ensino digno para seus filhos”?*

Este artigo ajudará mostrar de forma bem clara o que acontece realmente por trás de toda essa falsa *“inclusão”*, que só quem vive este contexto, pode discorrer o que ocorre na prática da vida real, e com isso, elucidará perspectivas coesas de reformulações para que as políticas públicas, verdadeiramente compreendam “o que é a inclusão” e “como ela acontece na prática educacional”, e talvez, assim, proporcionem medidas para o *“desenvolvimento integral”* desses alunos.

A pesquisa delimitou-se nos princípios que permeiam os padrões qualitativos, as entrevistas constituíram-se de perguntas abertas e fechadas, os participantes foram familiares de pessoas com deficiência da região do noroeste paulista. Participaram da entrevista sete mães, respondendo qual a deficiência de seus filhos e as dificuldades enfrentadas quando chega a época das matrículas nas redes regulares de ensino.

Na realidade a educação especial no Brasil e todos os documentos que direcionam como teriam que funcionar só ficou no papel a realidade é bem diferente, os estudos e avanços nessa área ainda representam um sério problema.

2. DESENVOLVIMENTO

Á inclusão Total PNEE 2008 (que é oferecido hoje em dia) se configura de uma forma radical, no sentido de estabelecer um tipo de política sem exceção, requisitando a participação do aluno em tempo integral na classe comum apropriada a idade, para todos os alunos independentemente de quais fossem suas limitações. A proposta estava fundamentada na ética da participação e do desenvolvimento social sem a preocupação com ganhos acadêmicos. (Mendes, 2006, 392).

O conceito central é o que chamam de educação para todos em uma mesma escola para todos, trata-se de uma educação não disciplinar, organizada de modo múltiplo de tal forma que não haja escolas especializadas onde os próprios estudantes definem o que estudar e não há uma preocupação se aquele aluno está de fato acompanhando o conteúdo que lhe foi apresentado ou mesmo escolhido de forma sem funcionalidade só para constar.

O grande problema desse processo é que essa política é distinta da encontrada em qualquer lugar do mundo que mesmo tendo a inclusão se mantiveram as classes especiais, além disso, segundo Mendes (2002), para atender os alunos com necessidades especiais com qualidade, a escola deve modificar-se.

A educação Inclusiva (PNEE 2020) tem uma proposta que leva em consideração as peculiaridades de cada estudante oferecendo a colocação de todos em classes comuns, mas deixando aberta a possibilidade dos alunos serem ensinados em outros ambientes escolares. Nesse contexto a criança primeiramente passaria por uma análise, planos educacionais individualizadas comunicação alternativa e todos os instrumentos necessários, para o desenvolvimento da aprendizagem. Uma vez esgotadas todas as possibilidades efetivamente aplicada de forma correta com profissionais capacitados dentro da escola com relatórios escolares a retirada da criança da sala comum seria possível

Muitas discussões e divergências entre a Inclusão Total e Educação Inclusiva, a inclusão total da política nacional de educação especial de 2008 defende a “*educação para todos*”, estabelece que a escola tenha que oferecer uma Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recurso que normalmente é de 40 minutos a 4 horas semanais dependendo da receita de cada prefeitura e atendam todas as deficiências e não são especializadas em nenhum grupo específico. Na inclusão escolar, o professor de educação especial não é mais um especialista em uma área específica [...] (Ropoli, Mantoan, Santos & Machado, 2010, p 23).

A opinião sustentada nesse sentido, é que não é importante que o professor de educação especial conheça as especificidades das deficiências ou nas práticas baseadas em evidências para enfrentar os diagnósticos atendidos pela educação especial uma vez que a utilização de adaptações no processo de ensino é um

mal, contrário aos princípios inclusivos (Ropoli, Mantoan, Santos & Machado, 2010, pp 9, 14 e 15). Para a inclusão total, as escolas são importantes mais pelas oportunidades que oferecem para fazer amizades, *“socializar”* para mudar um pensamento estereotipado sobre incapacidades do que preparar os alunos a dominar habilidades conhecimentos dignos para uma vida futura.

A PNEE PEI é de fato explorada e seguida à risca *“no fascículo documental”*, na escola comum inclusiva, porém na vida real, nessa política é se observa no âmbito nacional, é o aluno que constantemente é oprimido a se adapta ao currículo.

A educação Inclusiva PNEE 2020 apresenta elementos essencialmente diferentes da PNEE PEI, que contrariamente a primeira proposta defende a individualização de processos de ensino, Plano de Ensino Individualizado - PEI, dois modelos disputam a primazia sobre a organização do trabalho escolar na educação especial que são centrados na pessoa e em transformar a instituição de ensino em um espaço amigável a diferença. A perspectiva da PNEE de 2020 é firmada na equidade, que ganha centralidade que é o oferecimento a cada qual de acordo com sua necessidade.

A inclusão de pessoas com deficiências em sala comuns permite que muitos aprendam mais do que se estivessem em salas especializadas ou escolas especiais, mas isso exige mudanças apoio a cada um passando por acomodações, adaptação instrucional, de currículo, avaliativa ou até mesmo um acompanhante. Com essa estrutura a escola teria como avaliar de fato se aquele aluno mesmo com todas as tecnologias materiais estruturados realmente teria condições de continuar a frequentar as sala de aula comum, como sabemos existem pessoas com deficiências com necessidades diferentes que mesmo com toda a infraestrutura ficam impossibilitadas de estarem em salas comuns ou quando entregues neste contexto não produzem os mesmos efeitos , podendo haver prejuízos acadêmicos e sociais bastante mesurados em diversos estudos empíricos de (MacMilan, Gresham & Forness, 1996).

A expectativa da PNEE 2020 é que a área da educação especial possa fundamentar-se, de modo cada vez mais amplo e profundo, nas evidências científicas. Convém explicitar que a educação baseada em evidências está fundamentada no conhecimento oriundo de pesquisas científicas conduzidas com rigor metodológico, o que possibilita aos educadores identificar métodos e práticas eficiente para suas práticas interventivas no cotidiano escola (Brasil, 2020b, p,37)

Segundo o decreto o encaminhamento dos alunos não seria mais preferencialmente na rede regular de ensino, o aluno passaria por uma avaliação biopsicossocial feita na escola por uma equipe juntamente com família e juntos teriam a autonomia de escolher onde o aluno será melhor atendido , visto que hoje em dia as escolas ainda não estão preparadas para receber os alunos de

inclusão e com isso se trava uma batalha de Pais com a escola em relação ao acolhimento e os atendimentos especializados previstos em lei que por muitas vezes esses Pais tem que recorrer à justiça para fazer valer esse direito . Esta tabela abaixo sintetiza mais claramente as propostas das duas políticas:

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS DUAS POLÍTICAS:

ITÉNS	PNEEPEI	PNEE 2020
NORMA	Não constitui	Decreto 10.502
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	Fascículos 1 a 10	Caderno + Diretrizes do CNE (ainda sem previsão)
MODELO	Centrado na Instituição	Centrado na Pessoa
INDIVIDUALIZAÇÃO DE PROCESSOS	É considerado crime	É um direito do estudante da Educação Especial
ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA	Número de Matrículas	Dados de aprendizagem
EPISTEMOLOGIA	Pós-Moderna	Científica
ESCOLAS E SALAS ESPECIALIZADAS	Condena	Reconhece
FUNDAMENTOS DE AÇÃO PEDAGÓGICA	Construtivismo	Práticas Baseadas em Evidências
FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	Reiteração do valor do respeito à diferença	Valores da diferença + preparação técnica para implementação das práticas baseadas em evidências
SALA DE RECURSOS	Multifuncionais	Multifuncionais ou Específicas
PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	Educadores	Multiprofissional

Fonte: Patrícia Elaine de Aquino Luz

Para realização deste estudo, entrevistei sete mães em uma pesquisa de campo da região de São José do Rio Preto, que criaram um grupo de WhatsApp para trocar experiências de vida acolhimento dicas de tratamento terapias etc. Onde puder coletar dados e fazer uma tabela com as respostas e analisar o ponto de vista na perspectiva de familiares quando seus filhos com necessidades especiais chegam na fase escolar:

Nome da Mãe	Nome do Filho/ Idade	Deficiência	Dificuldades da fase escolar
KF	JM / 6 anos	Síndrome de Down + Autismo	Matriculou seu filho aos 3 anos na creche, mas com 4 anos na Educação Infantil que percebeu a falta de estrutura física e humana dentro da escola já que seu filho não conseguia acompanhar a classe com o material que era oferecido ele só ficava no pátio brincando sozinho. Hoje a família reside fora do Brasil e o filho está frequentando uma escola especial e estão todos felizes com seu progresso
BX	NX / 4 anos	Autismo	Matriculou seu filho no início desse ano e ficou muito decepcionada por que seu filho não consegue acompanhar as aulas online porque não consegue ficar na frente do computador e em resposta a escola informou que ela poderia pegar as atividades impressas e ela mesma aplicar na criança Se viu na necessidade de contratar uma professora particular para fazer as atividades
MB	MB /6 anos	Síndrome de Down	A mãe é professora da mesma escola de sua filha e consegue dar todo apoio nas atividades e faz reforço em casa mas mesmo assim percebe que sua filha está com atraso em relação a classe , Faz diversos acompanhamentos fora da escola
JK	VK /9 anos	Síndrome de Down + TDHA	Seu filho sempre frequentou a escola regular, mas vê a necessidade de constante apoio pedagógico que a escola não oferece antes da pandemia estava enfrentando várias crises de seu filho em não querer ir mais a escola pé estava sofrendo bullying pelo fato de ainda usar fraldas e não estar alfabetizado estuda possibilidade de colocá-lo na APAE
AM	GM /15 anos	Síndrome de Down	Sempre acreditou na inclusão, mas quando a filha passou para escola estadual travou uma luta judicial por que o estado não oferece professor de apoio e a filha dela sempre teve em toda sua jornada escolar se pudesse voltar no tempo teria colocado sua filha na APAE
ML	ML / 6 anos	Síndrome de Down + Autismo	Achou que o pior problema fosse enfrentar o diagnóstico, mas se enganou quando seu filho chegou na idade escolar os problemas apenas começaram a própria escola relatou que não sabia como lidar com as especificidades da criança e o que tinha a oferecer era somente socialização. Travou uma luta de justiça laudos médicos e por fim se viu obrigada a colocar seu filho na APAE
AA	LA / 7 anos	Síndrome de Down + Autismo	Com as experiências das mães do grupo nem tentou a escola regular já colocou seu filho direto na APAE de sua cidade já que o mesmo é não verbal teve muito medo do que poderia acontecer dentro de uma escola maior com muitos alunos

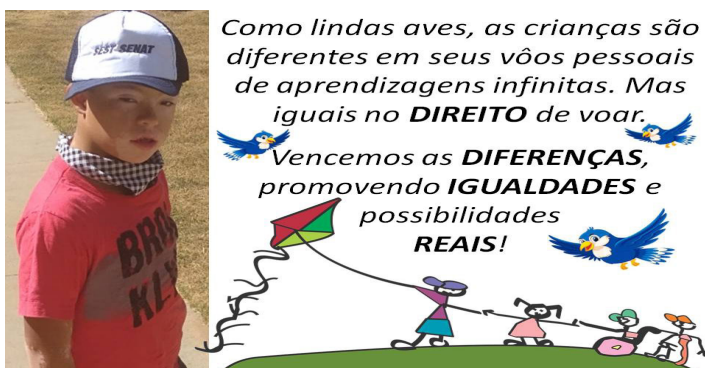
Fonte: Própria autora (2022)

Com base em todos esses depoimentos e em várias conversas informais com as mães todas sem exceção reclamam da inclusão na rede regular de ensino e que estavam muitos otimistas com a nova PNEE 2020, porém com sua suspensão voltaram à estaca zero e com a preocupação constante das aprovações continuadas sem que o filho tenha qualquer condição de passar para série seguinte e as escolas sucateadas com profissionais desmotivados seguem na luta por melhores condições pressionando os governantes para que tenha um olhar empático para esse público e que realmente as escolas sejam inclusivas em todos os aspectos. As mudanças postas em lei, não estão traduzidas em ações políticas e por isso nem chegaram às escolas, e menos ainda às salas de aula.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição desse material trouxe uma clareza e um olhar realista em relação a essa PNEE de 2008 que continua em vigor já que em 1 de dezembro, o decreto PNEE 2020 foi suspenso pelo Ministro do STF Dias Tofoli o argumento é que o sistema regular de ensino precisa de uma adaptação e não a implementação de uma nova política. Desta forma tirei minhas conclusões até por conta da entrevista com Pais de alunos com deficiência que clamam por melhorias no ensino se sentem desamparados tendo que se reinventar para dar condições melhores para seus filhos onde a escola não oferece nem de longe o que esses alunos realmente precisam, a teoria está bem diferente da prática.

A Lei da inclusão já existe há 15 anos e se em 15 anos ainda temos relatos de famílias descontentes com a inclusão é sinal que devemos modificar urgentemente o que não funciona, insistir em algo que é visível que não está dando resultado que é somente uma contagem de matrículas.



Fonte: Própria autora (2022)

A realidade das escolas públicas em sua maioria são classes superlotadas professores sem qualificação para lidar com as necessidades dos alunos, falta

material estruturado, sem salas de recurso o professor de apoio que fica com os alunos de inclusão muitas vezes são estagiários e a função que lhe é imposta é de somente cuidar daquele aluno para que o mesmo não atrapalhe os demais. A inclusão na sua integralidade do que foi proposto dentro da perspectiva de qualidade visando o ensino e aprendizagem do aluno com deficiência de forma global em todos os aspectos pode verificar que deixa muito a desejar.

A inclusão é uma luta diária, é mudança de atitude, é flexibilidade, é capacidade de empatia, solidariedade e respeito ao próximo. Esperamos que família, escola, saúde possam se unir e traçar um caminho de dignidade e seus direitos garantidos o respeito como cidadão, e que todos possam ter uma qualidade de vida digna e terem seu projeto de vida com autonomia e independência.



(IN) OU (EX)
CLUSÃO: AS
DIFICULDADES
ENCONTRADAS
PELOS PAIS E
FAMILIARES DE
PESSOAS NO
CONTEXTO DA
INCLUSÃO
NA FASE
ESCOLAR.



Fonte: Própria autora (2022)

O problema não é a deficiência é o abandono, da família, sociedade do Estado que não oferece Políticas Públicas. E essas mulheres sobrecarregadas necessitam de um olhar um acolhimento por parte de toda a sociedade para eu o mundo se torne realmente um lugar inclusivo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto David; DA COSTA FILHO, Waldir Macieira. A LEI 13.146/2015 (O estatuto da pessoa com deficiência ou a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência) e sua efetividade. **Direito e Desenvolvimento**, v. 7, n. 13, p. 12-30, 2016. Acesso 28 de agosto de 2022

CHIMURA, Willian; LACERDA, Lucelmo. Prática baseada em evidência: de que se trata? **Autismo**, p. 123. Acesso 22 de agosto de 2022

DUNLAP, Glen; KERN, Lee; WORCESTER, Jonathan. ABA e instrução acadêmica. **Focus on Autism and Other Developmental Disabilities**, v. 16, n. 2, pág. 129-136, 2001. Acesso 30 de agosto de 2022

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. Brasiliense, 2017. Acesso 23 de agosto de 2022

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, n. 41, p. 61-79, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli. Inclusão escolar: o que é. **Por quê**, p. 12, 2003. Acesso 26 de agosto de 2022

MIRANDA, Marília Gouvêa de; RESENDE, Anita C. Azevedo. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 511-518, 2006. Acesso 25 de agosto de 2022

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. A escola comum inclusiva. 2010. Acesso 26 de agosto de 2022

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Wva, 1997. Acesso 27 de agosto de 2022.

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E INCLUSÃO: HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TEMPOS PANDÊMICOS

Maria Isabel Silva de Moraes¹

Kyllian César Pires²

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta cinco relatos de experiências da utilização das tecnologias e mídias como ferramenta para reflexão e acesso aos direitos do cidadão nos tempos de pandemia de COVID-19. O objetivo desses estudos é registrar e divulgar resultados de ações simples, baseadas nas mídias e tecnologia para promover educação e saúde de diversos públicos: as mulheres, as pessoas com deficiência e as pessoas com necessidades de saúde mental. A partir desses exemplos e projetos é possível repensar o campo do conhecimento dos Direitos Fundamentais, refletindo e fazendo os saberes interseccionados para que os sujeitos sejam formados para crítica, busca ativa de direitos e alteridade. Assim, o futuro que construímos hoje, se fará para todos.

1.1 Registros de uma Educação transformadora

Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.
(Paulo Freire)

Era uma vez... Assim deveria se iniciar esse capítulo posto que o escrevemos para relatar experiências de acesso a direitos fundamentais para uma população e um mundo em constante processo de mudança.

E por quê? As mídias já eram ferramentas essenciais para o alcance das mais diversas comunidades. Linguagem fácil, cinema, seriados, vídeos de plataformas gratuitas e redes sociais ganharam notoriedade para falar sobre saúde e

1 Doutoranda em História da Educação – Universidade Federal de Uberlândia; Mestre em Fisiologia e Biofísica – UNICAMP; Graduada em Fisioterapia, Assistente Social na Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI – mismorais@unifei.edu.br.

2 Bacharel em Gestão em Saúde Ambiental/ Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Uberlândia, Técnico de laboratório Ambiental, kyllianpires@gmail.com.

prevenção de doenças.

Ainda que muitas notícias vinculadas e mensagens replicadas fossem “*fake news*”, a pandemia de Covid-19 em meados de 2020 deixou sua marca para sempre na forma em que pensamos e fazemos como agentes formadores para a educação e saúde.

Sem descartar os esforços aqui registrados e as experiências vividas nos tempos antes da pandemia, o presente capítulo apresenta educação (pela perspectiva da formação continuada do profissional) e a saúde coletiva, a partir da utilização das tecnologias e mídias, no âmbito das comunidades em situação de vulnerabilidade.

São relatos de projetos simples nos quais se demonstram os saberes interseccionados da educação e saúde para a garantia de direitos sociais, considerando a Educação Popular.

Nesse campo da Educação, o método valoriza os saberes prévios do povo, suas realidades culturais para a construção de novos saberes.

Com destaque para Paulo Freire e as pedagogias da autonomia e do oprimido, educar é formar para reflexão crítica, construções de novos saberes e fortalecimento da população que busca acesso e/ou permanência de direitos (FREIRE, 1968; 1992; 1996).

Desses direitos destacam-se os fundamentais e os sociais. Os primeiros são aqueles inerentes à proteção do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e os últimos, temos conforme Constituição de 1988: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Nesse capítulo daremos ênfase à educação e saúde, sendo o enfoque no uso das tecnologias para alcançar serviços públicos e sociais e assim, acesso aos direitos. Com esse intuito, os autores desse capítulo, registram as histórias e relatos de experiências.

2. DESENVOLVIMENTO

O uso de internet, celular e aplicativo se naturalizou de tão forma que não conseguimos mais pensar em como era nossa vida sem essas mídias.

E a cenário não está muito longe... a menos de vinte e cinco anos, nós ficávamos felizes em poder usar o sinal de telefone fixo para conexão e mais, com os celulares que pareciam “tijolão”, pensando bolsos, bolsas e cintos. Então, não há como negar como os sistemas de informação e as tecnologias impactaram as relações sociais, comerciais, educacionais e de saúde.

O uso das mais variadas mídias para oficinas/vivências com grupos (cinema, internet e redes sociais ou o celular e seus aplicativos), perpassando também

pela produção de conteúdo educativo, a educação e o trabalho remoto, as consultas e cuidados de saúde através do uso de ferramentas tecnológicas.

2.1. No tempo em que a Terra parou: as tecnologias aproximam, educam e promovem saúde

Com a pandemia do COVID19 iniciada em 2020 (e ainda em curso – registro 2022), tecnologia e as mídias nunca foram tão utilizadas para produzir e compartilhar informações. Os mecanismos remotos desenvolvidos e que foram sendo aprimorados possibilitaram, além do isolamento social necessário em tempos pandêmicos, o avanço de meios de plataformas de reuniões, trabalhos compartilhados, processo de ensino aprendizagem, reuniões de grupos e coletivos de movimentos sociais para educação e saúde.

Ademais, o uso “*formal*” de empresas, estabelecimentos públicos e serviços, as tecnologias movimentaram o mercado de consumo com os aplicativos que permitiram comprar remédios, refeições, roupas, solicitar motorista, atividade física, horário de medicamentos, encontros românticos, como exemplos.

Para além das esferas tecnológicas de softwares, as mídias sociais que já tinham seu público foram se utilizando das ferramentas de marketing digital ou não, permite o alcance de inúmeros potenciais clientes e pacientes.

Por meio delas, o mundo e seus governos podem gerar boletins diários sobre o estado de saúde sobre o COVID19 como também, nas áreas da educação e saúde, embasaram calendários escolares e acadêmicos, consultas médicas e de demais áreas de saúde as quais foram regulamentadas como teleconsultas (AKIRA; MARQUES, 2009)

Na contemporaneidade, as múltiplas plataformas e mídias são ferramentas interessantes na facilitação de divulgação de conhecimento na educação e na educação para saúde, como demonstram os relatos a seguir.

2.2. A construção da identidade feminina e familiar nas telas da vida

Em tempos pandêmicos, a educação e a saúde se deram através das telas para todo o mundo, nos mais variados idiomas e costumes. Aqui no Brasil, iniciativas como o projeto “Anjo Feminino” teve destaque por ser um grupo de reuniões femininas aberto a debater as questões da mulher na sociedade contemporânea.

O grupo se reunia semanalmente, através da plataforma Google Meet, com a mensagem de trabalhar temas sobre a saúde feminina, a violência (doméstica ou urbana), os modelos de maternidade, casamento, família e vida profissional.

Não eram permitidas divulgações amplas, gravações ou exposições de suas participantes uma vez que partilhavam situações de vulnerabilidade social,

tendo na oportunidade do grupo, a possibilidade de encontrar soluções para suas problemáticas cotidianas.

Aqui registramos uma oficina proposta como “Cinema Comentado”, sugerindo que as participantes assistissem ao filme “Felicidade por um fio” e em data marcada, seguiu-se uma roda de conversa virtual sobre a percepção das mulheres quanto ao seu universo feminino, por meio da construção social e midiática.

Nessa ocasião de debate, as mediadoras colocaram as temáticas dos cuidados para saúde, a construção do papel social da mulher, a maternidade e a violência, buscando contribuir para a construção da identidade feminina e saúde mental (CARMO; GUIZARDI, 2018).

As reações e falas destacaram a necessidade de maiores informação quanto ao planejamento familiar, lida com filhos, violência psicológica e doméstica, relacionamentos abusivos e assédios no trabalho (moral e sexual).

Ao fim dessa experiência notou-se uma mudança na oralidade e nas falas das participantes, levando a considerar que refletiriam a respeito das temáticas nas práticas cotidianas de suas vidas, sobretudo, as que relataram composições monoparentais. Dessa maneira, tais vivências podem preencher parte da lacuna sobre educação para saúde da mulher, autoestima e construção do feminino como forma de dar-lhes orientação de seu papel social na busca de direitos sociais.

2.3. Processo de Coaching, Libras e Educação Inclusiva - Peças de um mosaico tecnológico

Estudando as vivências de alunos surdos no decorrer do curso de ensino superior, Manente, Rodrigues e Palamin (2007) destacam: ajuda de colegas, da família e a atenção dos professores como pontos positivos para a educação inclusiva.

Refletindo sobre isso foram propostos o uso das mídias e LIBRAS para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do surdo, como estratégia para acesso à educação, arte, cultura e lazer.

O projeto foi realizado no período de 2020/2021 para alunos regulares de graduação e pós-graduação de uma Instituição de Ensino Superior da rede federal (IFES), na modalidade de ensino remoto.

Para a construção dessas ações, foram consultados tradutores e interpretes de libras para verificação de temáticas as quais interseccionam a vida universitária, a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o uso de mídias e LIBRAS para que os sujeitos reflitam e construam bases de identidade individual, coletiva e social (LOPES; GOETTERT, 2016).

Foram escolhidas temáticas de gestão de tempo e estudos, artes e coaching vieram como os assuntos dos quais os alunos gostaria de abordar.

A abordagem se deu em dois momentos distintos: 1) Roda de conversa

virtual (usando Google Meet), mediada por Pedagoga e com tradutor e interprete em Libras para orientações sobre a organização de estudos e tempo para atividades acadêmicas; 2) Roda de conversa virtual (na mesma plataforma), refletindo a partir de crônicas chamado “Libras Homeopáticas” que é uma playlist de canal midiático chamado “O Lado Bel da vida”.

As rodas virtuais ocorreram mensalmente de agosto a dezembro de 2020 e fevereiro/março de 2021, sendo possível os atendimentos aos alunos de forma remota em suas necessidades e por outro lado, desconstruindo a versão midiática do Coaching.

Nesses encontros foi possível demonstrar que as ferramentas tecnológicas podem agregar arte, educação, coach e inclusão social. De acordo com a narrativa da produtora desse conteúdo faz-se importante debater sobre autocuidado, arte e cultura, buscando através da atração e promoção, formas mais lúdicas e eficazes de mostrar necessidade de empoderamento para formação de cidadãos conhecedores de seus direitos.

2.4. A saúde ganha as telas: tecnologias para a educação em saúde e a experiência midiática

O uso do cinema e seus derivados já se faz bastante conhecido e utilizado em oficinas e cursos na área de saúde, tanto para a população usuária dos serviços quanto para a formação dos profissionais (CRUZ et al, 2011; CARMO; GUIZARDI, 2018).

Contudo, o período pandêmico trouxe a possibilidade de buscar boas informações médicas sobre o COVID, sua prevenção e tratamento bem como outras situações que foram chamando atenção dos profissionais de saúde e serviços sociais, como as questões de saúde mental (depressão, ansiedade, síndrome do pânico, a lida com o luto, separações e divórcios, dentre outros exemplos).

Com isso, notou-se como as redes sociais e plataformas de vídeos e *podcasts* se fizeram (e fazem!) importantes. Nelas os médicos, profissionais da área de saúde mental (psicoterapeutas, enfermeiros, fisioterapeutas e assistentes sociais) foram divulgando serviços de atendimento remoto, conectando pessoas em vários cantos do mundo e formando estruturas de suporte, para além da internet.

Outra possibilidade interessante como iniciativa, foram realizadas reuniões de formação continuada em várias instituições de ensino superior, inclusive as públicas (estaduais e federais), a partir de plataformas gratuitas ou pagas, os projetos de extensão ou formação com a metodologia de *lives* cresceram já no primeiro ano da pandemia e em seguida, Congressos, Seminários e Simpósios.

Dessa maneira foi possível acesso aos direitos de educação, saúde e boas informações por meio das tecnologias.

Outro aspecto relevante é que as plataformas permitiram a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência por meio de várias estratégias: legendas, linguagens de sinais, apoio didático, contraste e aumento de fonte para navegação de sites, configurações de computadores e suprimentos como teclados, mouses e câmeras.

Além desses, o fato de usuário/cidadão/sujeito social estar em casa ou em ambientes seguros propiciou debates sobre temáticas ainda consideradas tabus: violência, uso e abuso de substâncias psicoativas e álcool, relacionamentos abusivos, pessoas em situação de vulnerabilidade familiar, sexualidade e gênero, depressão, ansiedade, quadros psiquiátricos mais severos e suicídio.

Assuntos, formatos, profissionais, temáticas diversas e para todas as idades, classes sociais e ideologias, a pandemia assolou o planeta, contudo, construiu uma estrutura de território plural. Fato é que tivemos períodos difíceis e nas interações sociais que nos faltaram, sobraram as estratégias de contato e comunicação.

E isso, sob essa óptica, pode-se considerar que a tecnologia ampliou um universo de possibilidades e expectativas em favor do exercício da cidadania e autonomia.

2.5. Tecnologia a serviço dos direitos das pessoas na condição do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Segundo Le Goff (2013), História é a ciência que estuda os acontecimentos passados e a ação do homem no tempo, enquanto que Memória é o exercício da conservação de informações para que o passado não seja esquecido, fazendo com que a primeira se eternize na consciência humana.

Ainda que esse contexto se trate de construções coletivas, faz-se importante destacar que essa coletividade é composta por sujeitos, sociais e de direitos. Para essas pessoas ocupar o lugar social de quem vive cotidianamente no espectro autista é de suma importância para seu desenvolvimento e reconhecimento.

Estudos recentes demonstram a importância das histórias e memórias pessoais tanto para pais e cuidadores quanto para os próprios autistas.

Estima-se que, atualmente, exista um caso de autismo a cada 110 pessoas. Tomando essa referência de cálculo, o Brasil com seus 200 milhões de habitantes, possui cerca de 2 milhões de autistas.

De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, o DSM-V, o autismo está inserido em um agrupamento denominado de Transtornos do Espectro Autista (TEA), juntamente com o Asperger e Transtorno Global do Desenvolvimento sem Outra Especificação (APA, 2013).

Precoce ou tardio, o diagnóstico é um processo de várias etapas que envolve equipe multiprofissional (médico, psicólogo, pedagogo) que costuma

impactar a família e o sujeito. Além dessa fase pós-diagnóstico, a pessoa na condição do Transtorno do Espectro Autista (TEA) necessita de terapias, como a terapia ocupacional, psicoterapia, fisioterapia, dentre outras (BRASIL, 2015).

Importante destacar que a condição do autismo abrange as variações e seu nível de gravidade (por isso, espectro), apresentando sua melhor descrição e direitos no artigo 2 da Lei n. 13.146/2015 como deficiência de natureza mental, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta características específicas e comorbidades.

Como características destacam-se déficits persistentes na interação e comunicação social, comportamentos, atividades e interesses restritos e repetitivos e no grupo das comorbidades: depressão, transtornos de ansiedade, epilepsia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e o transtorno desafiador de oposição (APA, 2013; BRASIL, 2015).

Segundo o DSM-V, o grau de autismo é avaliado de acordo com os comprometimentos. Dessa forma, pessoas com TEA podem ser de nível 1 (leve), 2 (moderado) e 3 (severo).

Níveis do autismo - (DSM-5).



AUTISM

NÍVEL 1 Este nível é o mais leve no TEA. Quem se enquadra neste grupo apresenta sintomas mais sutis. Se enquadra no diagnóstico de TEA, mas precisa de pouco apoio e intervenção para realizar atividades.

NÍVEL 2 Pessoas que estão neste grupo precisam de mais apoio e intervenção terapêutica. Seus déficits são mais acentuados e apresentam maior prejuízo na interação social, comunicação verbal e não verbal e seus comportamentos restritos e repetitivos são mais notórios.

NÍVEL 3 Considerado o nível mais severo do TEA, pessoas que se enquadram neste nível precisam de apoio e intervenção terapêutica intensa. Apresentam déficits acentuados na comunicação verbal e não verbal, interação social limitada e seus comportamentos restritos e repetitivos interferem notoriamente.

Maria Isabel Silva de Moraes & Kyllian César Pires

Fonte: Autores (2022)

Os de nível 1 apresentam mais comumente associações de depressão e ansiedade como aponta o artigo “Prevalência de transtornos depressivos em

indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo: uma meta-análise” de 2019. Em outras palavras, a pesquisa mostrou que, entre autistas, quanto maior a inteligência e a idade, maior o risco de comorbidade na saúde mental e, que podem levar ao suicídio.

O presente relato de experiência possui como objetivo apresentar a importância dos coletivos, grupos de escuta e educação para saúde que trabalham com história oral para a conscientização e acolhimento de indivíduos autistas adultos de suporte nível 1.

Para o acolhimento dessas pessoas e prevenção ao suicídio muitas têm sido as iniciativas, dentre as quais destacam-se os Coletivos Autistas – CAUs e os grupos de escuta/grupos terapêuticos (GTs).

Os Coletivos Autistas são organizações de estudantes, servidores e profissionais de Instituições de Ensino Superior (IES) que promovem encontros, cursos e debates sobre os mais variados temas para autistas e não-autistas. Atualmente, os CAUs da Unicamp, UFRJ, UFMG, USP e Unifesp merecem destaque pelas suas programações.

Já os grupos de escuta/terapêuticos são oportunidades de encontro entre os pares autistas os quais, a partir do compartilhamento das suas histórias, se reconhecem, conscientizam e interagem, buscando novas formas de ser e estar no mundo (CARVALHO JÚNIOR, 2019).

Aqui descreve-se o relato de vivência, durante os meses de fevereiro a junho de 2022, com mediador e por meio do Google Meet, um grupo de autistas adultos se reuniu semanalmente para trabalhar, em conjunto, a sensibilização e a conscientização da escala de Compaixão do Mindfulness.

Após esse período, os participantes propuseram a continuidade do grupo com uma perspectiva temática, ou seja, um grupo de apoio e escuta, formado e mediado por adultos no espectro para melhor compreensão de si e do outro, através da empatia e habilidade social de cada um.

As iniciativas como essa relatada bem como os Coletivos têm também a função social da pesquisa uma vez que alguns participantes são convidados para compor grupos focais de forma a contribuir para a temática da saúde mental nos adultos autistas.

Com isso, as pessoas que vivem na condição TEA podem registrar avanços em seu desenvolvimento e sobretudo, criar uma fonte histórica e documental sobre o autismo, favorecendo à formação de profissionais especializados no atendimento do espectro.

Como autora, destaco que a experiência como adulto no espectro participante que originou este relato trouxe possibilidade de refletir quanto às escolhas terapêuticas, pessoais e profissionais.

Por isso é salutar o registro dessas experiências, pois a história e memória até aqui conhecemos, mas a tarefa não acabou. Diverso e multicolorido como a fita do autismo, essa composição requer as mãos, mentes e almas de cuidadores, professores, profissionais da saúde, gestores/legisladores e autistas.

Dentro ou fora do espectro autista, a trajetória da vida apresenta sinuosas curvas. Para a habilidade da adaptação e boa condução, é necessário suporte especializado. Profissionais, familiares e cuidadores bem como os próprios sujeitos autistas, através dos Coletivos e Grupos, têm feito movimentos para o desenvolvimento da inclusão.

Mais que possibilidades de acesso a direitos, os sujeitos autistas (como quaisquer outros) carecem de escuta amorosa, compreensão (de si, seu corpo, limites e potencialidades) e suporte para seu desenvolvimento.

Não é uma solução simplista, mas estar em grupo, cada um no seu tempo e momento, pode garantir o direito fundamental da pessoa humana, a vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo apresenta cinco relatos de experiências projetos que utilizaram metodologias remotas para que os direitos fundamentais, de alguma forma, fossem garantidos em tempos de pandemia de COVID-19.

Essas iniciativas envolveram ações focalizadas, com vistas aos direitos sociais e civis, praticados por organizações ou profissionais de diferentes campos dos saberes. Diz-se que é focalizada pois se trataram de especificidades do uso das tecnologias para pessoas em situações de vulnerabilidade: as mulheres (que sofrem com o machismo estrutural), a questão da educação e arte para as pessoas surdas, o acesso à saúde e as alternativas de suporte para pessoas na condição TEA.

Considera-se a tecnologia como direito fundamental uma vez que a grande influência da mídia e tecnologia sobre os comportamentos adotados pela sociedade moderna é inegável. E está em transformação e girando como o mundo globalizado, tornando as relações dinâmicas, inclusive nas contribuições sociais.

O registro desses relatos serve para divulgar resultados de ações simples que podem ser feitas por grupos ou pessoas da sociedade civil (o que não isenta o papel do Estado nas políticas sociais) a educação, saúde e inclusão.

Fazendo parte da obra “Direitos Fundamentais: Educação, Inclusão, Moradia, Tecnologias, Trabalho, Lazer e Saúde – o futuro é para todos!, esse capítulo converge a educação popular e a erudita (considerada acadêmica), na perspectiva empírica de projetos e ações socioeducacionais sob a metodologia tecnológica.

Tais práticas aqui apresentadas foram como espelhos, formando sujeitos que participaram ativamente na construção do seu saber, refletindo na formação,

inicial ou continuada, de profissionais da educação e saúde.

Como a tecnologia, também, um direito fundamental para os dias de hoje. Essas vivências complementam e trazem novos ares ao uso de aplicativos, plataformas e acessibilidades, desconstruindo preconceitos, gerando oportunidade de inclusão social

REFERÊNCIAS

AKIRA, Francisco; MARQUES, André Coelho. O papel da mídia nos serviços de saúde. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 246, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302009000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10/07/22.

ALMEIDA, Marília de Almeida e; STASIAK, Daiana. A promoção da saúde nas mídias sociais – Uma análise do perfil do Ministério da Saúde no Twitter. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4480/5/TCCE%20-%20Mar%C3%ADlia%20de%20Almeida%20e%20Almeida%20-%202012>>. Acesso em 10/07/22.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition (DSM-V)*. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BRASIL, 2015. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 10/07/22.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática.* – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 65-74, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100008>». Acesso em 10/07/22.

CARMO, Michele, Eustáquia do.; GUIZARDI, Francini, Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417>>. Acesso em 10/07/22.

CARVALHO JUNIOR, Antônio Carlos Nunes de; AMPARO, Deise Matos do; NOGUEIRA, Raiane Nunes. O grupo de escuta como um dispositivo clínico em um centro de atenção psicossocial (CAPS II). *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 123-143, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103=56652019000100007-&lng=pt&nrm>

iso>. Acesso em 10/04/2022.

CRUZ, Daniela, Imolesi. et al. O uso das mídias digitais na Educação em Saúde. Cadernos da FUCAMP, v. 10, n. 13, 2011. Disponível em:<<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/215>>. Acesso em 10/07/22.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996a.

_____, Paulo. Pedagogia do oprimido. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

_____, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LOPES, Daniel de Queiroz; GOETTERT, Nelson. Tecnologias digitais e estratégias comunicacionais de surdos: a inclusão digital numa perspectiva bilíngue. Revista Eletrônica PUCRS, v3. n.38, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21780>. DOI <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.3.21780>. Acesso em 10/07/22.

LOPEZ, Vanessa Albertinence. Coaching: Modismo ou uma ferramenta de gestão de pessoas que veio para ficar? Capítulo MBA Gestão Estratégica de Pessoas pela Estácio-FARGS., 2017. Disponível em: <http://iaperforma.com.br/capitulosdecoaching/>. Acesso em 10/07/22.

MANENTE, Milena Valelongo.; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; PALAMIN, Maria Estela Guadagnuci. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial, v.13, n.1, p.27-42, 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n1/a03v13n1.pdf>. Acesso em 10/07/22.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; PRIETO, Rosângela, Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

ESCOTISMO E EDUCAÇÃO: INOVAÇÕES TEÓRICAS E PEDAGÓGICAS A FORMAÇÃO E GESTÃO DE ADULTOS

Sandro Garabed Ischkanian¹

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Adultos no Movimento Escoteiro (PNAME) complementa e desenvolve os encaminhamentos das Políticas Mundiais e Interamericanas de Gestão de Adultos. Estabelece seus marcos de operação no que diz respeito aos processos de captar, formar e realizar a retenção dos adultos necessários aos Escoteiros do Brasil para o cumprimento de sua Missão. O presente contexto é baseado na permanente análise das necessidades de aperfeiçoamento dos processos de Gestão de Adultos para o movimento escoteiro (ME), e destaca o processo de gestão por competências como ferramenta adequada para a promoção de um sistema de qualidade, eficaz e flexível. Com essa visão busca-se estimular metodologias que possibilitem captar, formar e acompanhar adequadamente o adulto voluntário da instituição e se propõe a orientar o planejamento e a execução de capacitações na gestão de adulto, considerando aspectos didático-pedagógicos relativos à aprendizagem de adultos inseridos no mundo educacional do escotismo globalizante. Nessa perspectiva, o planejamento é construído coletivamente por ideias que visam transformar objetivos em realidade. Este material consiste em um subsídio pedagógico que delinea: a didática para instrução prática; os aspectos psicológicos na instrução; a comunicação eficaz; os fundamentos da didática no escotismo para formação de adultos; recursos didáticos lúdicos, de aprendizagem e áudio visual e os fundamentos da avaliação para novas aprendizagens. Um bom plano ou projeto de capacitação de adultos no escotismo é um documento vivo, isto é, ele não é apenas um registro de todas as informações pertinentes à proposta e ao desenho do curso, contendo suas diretrizes básicas, mas também é o que norteia (e ganha vida) o trabalho prático do escotista formador, para direcionar coesamente aos participantes dos diversos cursos promovidos pela União dos Escoteiros do

1 Graduado pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Comunicações (COMAER). Educador voluntário da União dos Escoteiros do Brasil (UEB). Possui formação em diversos cursos na área do Autismo (TEA) e inclusão no Brasil e MERCOSUL.

Brasil (UEB). Um plano voltado para o trabalho com os processos de ensino-aprendizagem no escotismo deve ser sempre dinâmico, pois guarda certa flexibilidade, conforme as demandas de aprendizagem dos participantes, além de ser um importante recurso no momento da avaliação do evento educativo como um todo, pois contém em si um parâmetro comparativo para o melhoramento das futuras edições. A proposta é válida para qualquer instituição que tenha interesse em promover a aprendizagem e em compartilhar conhecimentos de forma sistemática e com qualidade.

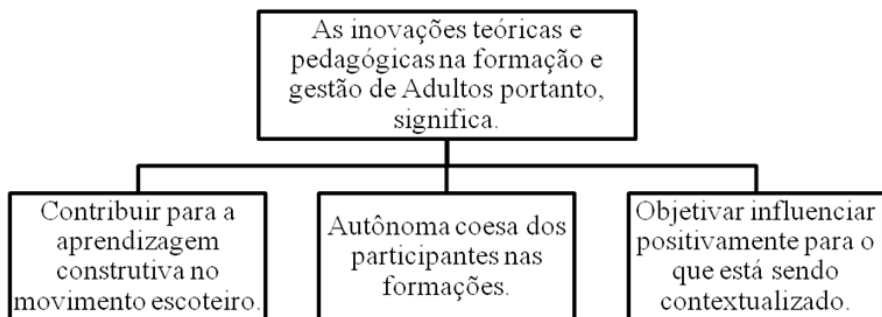
2. DESENVOLVIMENTO

Esta orientação foi elaborada para auxiliar a planejar e executar planos, programas e cursos de formação de adultos oferecendo subsídios ao processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias à facilitação desse processo no escotismo.

A proposta volta-se para a aprendizagem de adultos inseridos no mundo educacional do escotismo. Trata-se de criar condições e situações mais adequadas para repassar os conteúdos de forma dinâmica, interativa e participativa, construindo ativamente novos conhecimentos e transformando seus conhecimentos prévios, para melhor adaptá-los à sua realidade.

A postura didática do escotista facilitador ou formador, assim chamado por alguns autores de instrutor (BORGES-ANDRADE et al., 2006), envolve a preparação e a apresentação de um material que tenha coerência com os conceitos adquiridos anteriormente pelos participantes da capacitação. E não somente com os conceitos técnicos, mas também com conhecimentos gerais a eles relacionados, desafiando-os a buscar mais e ir além da informação produzida. Os escotistas participantes, por sua vez, precisam estar dispostos a ser desafiados e a buscar novos horizontes de conhecimentos destacados em “ESCOTISMO E EDUCAÇÃO.

Delineia-se, a construção de um planejamento para formação de adultos para promover a aprendizagem significativa (AUSUBEL et al., 1980), ou seja, aquela que ocorre quando o indivíduo consegue não apenas entender conceitos ou conteúdos, mas associá-los a outros conceitos, ampliá-los e aplicá-los à sua realidade. Essa perspectiva andragógica pressupõe modelos pedagógicos transformadores, fundamentados no construtivismo e no sociointeracionismo, que devem ser levados em consideração na elaboração de programas de capacitação.



Fonte: Próprio autor (2022)

Este artifício abrange os adultos, voluntários ou profissionais que desempenham cargos ou funções na UEB, em qualquer de seus níveis. São considerados assim:

Adultos: Aqueles responsáveis (voluntários e profissionais) pelo desenvolvimento ou aplicação do Programa Educativo, ou responsáveis pelo suporte a outros adultos e/ou estruturas da instituição.

O perfil esperado do adulto que adere aos ME e que corresponde às expectativas da entidade, é aquele cuja pessoa seja capaz de:

- Contribuir para o propósito do Movimento Escoteiro, com observância dos princípios e aplicação do Método Educativo Escoteiro no desenvolvimento das atividades em que estiver envolvido;
- Relacionar-se consigo mesmo, com o mundo, com a sociedade e com sua espiritualidade, constituindo um testemunho do Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil, com particular ênfase à sua retidão de caráter, maturidade emocional, integração social e capacidade de trabalhar em equipe;
- Assumir e enfrentar as tarefas próprias do seu processo de desenvolvimento pessoal, no que se refere às suas responsabilidades educativas, ou em função da necessidade de apoiar quem está diretamente envolvido com tais responsabilidades;
- Manifestar uma atitude intelectual suficientemente aberta para compreender o alcance fundamental das tarefas que se propõe a desenvolver;
- Desenvolver competências e qualificações necessárias e compatíveis com a função que se propõe a exercer, ou, se já existentes, colocá-las em prática;
- Comprometer-se com o aprimoramento contínuo dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho de suas funções; e
- Demonstrar apoio e adesão às normas dos Escoteiros do Brasil, aceitando-as e incorporando-as à sua conduta.

Desse ponto de vista, entende-se que adultos aprendem com a experiência,

mas a sua bagagem pessoal e experiência profissional também contribuem para esse aprendizado. O escotista educador tem a necessidade de saber por que cada assunto ou tema é apresentado, e se esses contribuirão para a resolução de problemas presentes e futuros na sua atuação. Assim, capacitar significa mais que atualizar, ou acrescentar conhecimentos a respeito de um tema ou técnica específica. É desenvolver e ampliar competências para promover transformações no contexto de trabalho.

2.1 Objetivos

Os objetivos estabelecidos norteiam o trabalho de facilitação na medida em que esse trabalho se volta para o alcance dos objetivos pelos participantes. A avaliação da capacitação passará pela verificação do alcance ou não desses objetivos (na avaliação da aprendizagem). Por isso, na definição de objetivos, é fundamental ter parcimônia, analisar a sua viabilidade prática e “prometer somente aquilo que se pode cumprir”.

Demonstrar a didática para instrução prática; expressar os aspectos psicológicos na instrução; empregar a comunicação eficaz; distinguir os fundamentos da didática no escotismo para formação de adultos; e esboçar recursos didáticos lúdicos, de aprendizagem e áudio visual e os fundamentos da avaliação para novas aprendizagens.

2.2 Metodologia

Quanto aos fins, para realização do referido estudo, definiu-se os seguintes tipos de pesquisa: Pesquisa exploratória, pois proporcionará uma visão sobre os desafios na preceptoria do curso do projeto. Segundo Vergara (2013, p. 42), as pesquisas exploratórias e realizadas em área no qual a pouco conhecimento acumulado e sistematizado. A pesquisa bibliográfica, pois procurará explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, sites e legislações pertinentes ao tema, que será realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva. A Pesquisa Bibliográfica sistematizada desenvolvida com base em material publicado, isto é, material acessível ao público em geral. Todo contexto foi aplicado e motivado pela necessidade de identificar os problemas, propor soluções e apresentar as estratégias adotadas na formação, considerando a práxis do escotista preceptor. “A pesquisa Aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas completos, mas imediatos, ou não”. Vergara (2013, Pag. 42). Quanto aos meios, foi uma pesquisa de campo, a ser realizada mediante a um estudo empírico dos problemas diagnosticados e levantados, ou será realizado uma coleta de dados, propondo soluções para as

dificuldades encontradas e os motivos que levam os escotistas participantes nos bons êxitos do projeto.

2.3 Fases de execução do plano da capacitação

Os conteúdos ministrados nas fases de execução do projeto, uma vez relacionados a objetivos gerais e específicos para formação de escotistas, correspondem à sua ementa básica do projeto. São os assuntos, os conceitos, as técnicas, os princípios ou as teorias que se pretende compartilhar nas situações de ensino-aprendizagem. Eles foram definidos conforme a temática e os objetivos do curso, devendo corresponder aos critérios de pertinência, relevância e hierarquia: a didática para instrução teórica e prática; os aspectos psicológicos na instrução; a comunicação eficaz; os fundamentos da didática no escotismo para formação de adultos; e recursos didáticos lúdicos, de aprendizagem e áudio visual e os fundamentos da avaliação para novas aprendizagens.

Um ponto importante a ser observado aqui são esses critérios. É fundamental que o mediador eleja quais são os conteúdos importantes, pertinentes e relevantes, e a relação entre os conteúdos mais complexos, que abrangem ou



ou outros componentes mais simples, e os conteúdos menos abrangentes, mas que constituem uma temática maior. Em outras palavras, trata-se de estabelecer uma relação de “contém - está contido” entre os conteúdos. Essa seleção de conteúdos a serem tratados tem como parâmetro a definição de quais conteúdos se relacionam diretamente; quais são realmente necessários e

imprescindíveis para o alcance dos objetivos estabelecidos.

São justamente esses conteúdos priorizados que devem ser cobrados e enfocados na avaliação da aprendizagem, que está associada ao alcance dos objetivos. Os conteúdos selecionados devem estar sempre atrelados aos objetivos de ensino-aprendizagem e, por conseguinte, devem corresponder ao que será avaliado.

Esse cuidado ao planejar e executar uma ação educativa evita um erro básico, que é o de abordar um conteúdo e cobrar outro na avaliação.

Toda caminhada do projeto dá uma base sólida para uma formação coesa, fomentando um planejamento ou a adaptação de estratégias de mediação, recursos didáticos e conteúdos de aprendizagem, com foco a estabelecer um critério para posteriormente saber se os objetivos, de fato, foram alcançados, fornecendo aos participantes um meio de organizar os próprios esforços para alcançá-los, ao saberem o que se espera que eles sejam capazes de fazer (o que envolve sempre formas de saber).

Desempenho: o que o escotista participante deve ser capaz de fazer ao final da intervenção (em termos de comportamentos observáveis e mensuráveis).
Condições: condições importantes, ou especiais (se houver), em que se espera que o desempenho ocorra.
Critério: qualidade ou nível de desempenho que será considerado satisfatório, ou seja, o grau de atuação do escotista participante considerado aceitável. Oferece, portanto, indicadores para futura avaliação.
Estratégias de ensino-aprendizagem: também chamadas de estratégias de mediação, ou procedimentos metodológicos de ensino, no projeto consistiu em ações planejadas pelo facilitador para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem e possibilitar a mudança de comportamento do escotista em formação na direção aos objetivos pretendidos. As estratégias de ensino são cruciais para a aprendizagem, e existem estratégias para cada situação, ou demanda, de aprendizagem específica. Elas envolvem métodos e técnicas de ensino, mas de forma alguma se resumem a isso. Sua definição e escolha envolvem, sobretudo, um processo criativo do facilitador que, refletindo sobre a sua prática, identifica e considera as necessidades específicas dos participantes em seus processos de aprendizagem, e desenvolve melhores formas de atendê-las, aproximando e tornando acessíveis os conteúdos aos participantes, mobilizando e dinamizando o contato entre os participantes e os objetos do conhecimento. Desencadeiam o processo criativo do participante, na construção da aprendizagem.

Fonte: Próprio autor (2022)

Um bom escotista formador pode ter como base um ou mais métodos e técnicas de diferentes linhas (tradicionais ou inovadoras) e poderá aplicá-los, criar variações, desenvolver outros, etc., mas não se limitará a reproduzi-los como fins em si mesmos, sem estarem atrelados a objetivos e conteúdos, indiscriminada ou mecanicamente.

2.4 Resultados

Resultados das estratégias de ensino a serem utilizadas no projeto:

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	SENTIDO DOS RESULTADOS NO PROJETO
<input type="checkbox"/> Exposição oral <input type="checkbox"/> Palestra <input type="checkbox"/> Aula expositiva <input type="checkbox"/> Conferência <input type="checkbox"/> Fórum	Apresentação oral cuidadosamente preparada por pessoa qualificada em um determinado assunto.
<input type="checkbox"/> Projeto	Atividade organizada para a execução de uma tarefa ou atividade de resolução de problemas.
<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Exposição seguida de debate <input type="checkbox"/> Plenária <input type="checkbox"/> Grupo focal <input type="checkbox"/> Mesa-redonda	Discussão formalmente estruturada em que duas equipes defendem argumentos opostos em relação a um tópico.

<input type="checkbox"/> Projeto em equipe <input type="checkbox"/> Trabalho em equipe	Trabalho de um pequeno grupo de escotistas em formação, para cooperativamente executar uma tarefa ou resolver um problema.
Demonstração Atividades práticas de campo	Apresentação cuidadosamente preparada para mostrar como executar uma ação ou utilizar um procedimento, acompanhada de explicações orais, visuais, ilustrações e, em alguns casos, de questionamentos.
<input type="checkbox"/> Visita técnica ou saída de campo com observação <input type="checkbox"/> Sistemática.	Inspeção técnica planejada, na qual um grupo conhece um local ou objeto de interesse para observá-lo ou estudá-lo.
<input type="checkbox"/> Laboratório orientado	Orientação, comandada pelo escotista formador, sobre a experiência de aprendizagem, na qual os escotistas em formação interagem com uma diversidade de recursos pedagógicos com foco na formação em questão.
<input type="checkbox"/> Tempestade de ideias	Esforço de um grupo para gerar novas ideias para solucionar criativamente um problema.
<input type="checkbox"/> Seminário	Preparação, em grupo (s), de um estudo ou projeto sobre um tópico (usualmente escolhido pelo adulto formador) e subsequente apresentação de suas descobertas ao restante do grupo. Essa atividade é seguida de uma discussão, orientada pelo formador, de modo a levar o grupo a extrair conclusões da experiência.
<input type="checkbox"/> Dinâmica de grupo	Atividade lúdica que pode envolver vivência ou jogo, em que os participantes seguem regras prescritas para vencer um desafio.
<input type="checkbox"/> Simulação	Estratégia que envolve síntese, abstração ou simplificação de algumas situações, processos ou atividades da vida real.
<input type="checkbox"/> Discussão orientada	Conversação proposital, orientada por um escotista facilitador, acerca de um tópico de interesse de um grupo geral de formação de 6 a 20 pessoas.
<input type="checkbox"/> Estudo de caso <input type="checkbox"/> Resolução de situações-problema <input type="checkbox"/> Simulações de aprendizagens	Tipo de simulação realizada para dar oportunidade ao escotista em formação de enfrentar desafios que envolvam o tipo de tomada de decisão a ser requerida mais tarde, em outras situações.
<input type="checkbox"/> Discussão em grupo	Discussão livre ou orientada acerca de um tópico selecionado pelo escotista mediador, em que a aprendizagem ocorre apenas como produto da interação entre os membros do grupo, sem a intervenção direta do escotista mediador.
<input type="checkbox"/> Dramatização	Estudo de caso dramatizado; um retrato espontâneo de uma situação, condição ou circunstâncias, construído por escotistas participantes do grupo.
<input type="checkbox"/> Painel integrado <input type="checkbox"/> Elaboração de textos e painéis para exposição	Formação de grupos de estudo que estudarão diferentes partes de um conteúdo. Em seguida, cada grupo de escotista relatará os aspectos essenciais dos conteúdos estudados e os discutirá de modo a estabelecer elos entre as partes dos conteúdos.

Fonte: adaptado de Borges-Andrade et al. Por Ischkanian SG (2006).

Os resultados atenderam aos princípios da política de Adultos no Movimento Escoteiro nos seguintes pontos:

Enfoque por competência, como pilar do desenvolvimento das oportunidades de aprendizado, baseando-se nos perfis estabelecidos para cada cargo existente, busca desenvolver todos os aspectos de um adulto e suas necessidades de conhecimentos, habilidades, atitudes requeridas para adequada certificação, conduzindo-o ao bom desempenho de suas funções.

Coerência, vinculando e desenvolvendo suas ações em conformidade com os Fundamentos, Projeto Educativo e as políticas dos distintos níveis da Organização Mundial do Movimento Escoteiro.

Organização que aprende, promovendo e reconhecendo a possibilidade de aquisição e do desenvolvimento de competências dos adultos em seu contexto de atuação, fortalecendo a capacidade de aprendizado individual, coletivo e organizacional.

Descentralização, aproximando dos adultos as oportunidades de aprendizado, reconhecendo seus contextos sociais e culturais.

Acessibilidade e flexibilidade, facilitando o acesso ao sistema de formação mediante a oferta de múltiplas oportunidades de aprendizado, incluindo aquelas que possam ser providas por ofertas externas ao Movimento Escoteiro.

Horizontalidade, permitindo que os atores envolvidos nos processos formativos interajam, respeitando-se mutuamente, em um processo educativo de contínuo enriquecimento e retroalimentação.

Transparência, favorecendo o acesso às informações e a confiança dos adultos em todos os processos e decisões relacionadas ao processo de gestão de adultos.

Personalização, reconhecendo e homologando as competências do indivíduo, suas características individuais e o contexto no qual está inserido, para que possa estruturar seu Plano Pessoal de Formação com a orientação de um Assessor Pessoal de Formação.

Aprendizagem significativa, vinculando permanentemente os conhecimentos, habilidades e atitudes com as situações e problemas do cotidiano das tarefas do adulto, considerando a realidade local.

Participação, promovendo a tomada de decisão conjunta entre os adultos e aqueles que orientam e acompanham seus processos de gestão.

Equidade de gênero, reconhecendo e valorizando qualidades, capacidades, diferenças e similaridades entre homens e mulheres, com igualdade de oportunidades em todos os processos.

Qualidade, favorecendo uma melhora contínua dos adultos e da instituição, assegurando processos de gestão atualizados e sistematizados.

Inserção juvenil, reconhecendo e valorizando qualidades, capacidades e complementaridade entre as gerações, com igualdade de oportunidades em todos os processos, para garantir a renovação natural e adequada na instituição.

Emprego da tecnologia, oferecendo oportunidades para as boas práticas de gestão no Movimento Escoteiro, desenvolvimento de estratégias de recrutamento on-line, capacitações, uso de sistemas eletrônicos para a administração de adultos, acesso a ferramentas de aprendizagem, desenvolvimento.

2.5 Avaliação

A postura do escotista facilitador - Para que a aprendizagem se efetive, é fundamental que o escotista formador crie um contexto favorável, estabelecendo um clima agradável, onde haja o diálogo e a interação. É importante manter um constante e franco diálogo com a equipe de apoio à realização do curso, para melhor utilização dos recursos disponibilizados e aproveitamento do trabalho dos profissionais de suporte – como o pessoal de tecnologias da informação e da secretaria, ou dos intérpretes, no caso das capacitações internacionais.

O papel ativo do escotista participante - O interesse de cada escotista participante pelo processo ensino-aprendizagem é uma questão crucial e inalienável. Cabe ao formador envolver o grupo de escotistas nesse processo, promover a interação, dando espaço para a fala dos escotistas participantes, propondo atividades que chamem os indivíduos a agir sobre o conhecimento, isto é, a lidar com ele, entrar em contato efetivo com os conteúdos, pensando-os e “manuseando-os”. Cabe ao participante o comprometimento com a própria aprendizagem, entendida como uma construção sua. Ele é o protagonista desse processo, enquanto o escotista formador atua como coadjuvante, organizando situações, materiais e comunicações que favoreçam essa construção.

O ambiente de aprendizagem - A escolha do ambiente de aprendizagem deve ser feita logo após a definição dos objetivos e do público-alvo da capacitação, pois as características do público e o contexto em que ocorrerão as situações de aprendizagem afetam diretamente os resultados da capacitação. A aprendizagem dependerá em grande parte da adequação do espaço físico, da disposição de materiais e de suporte, e, no caso da modalidade a distância, dos materiais de apoio, na forma de equipamentos e mídias acessíveis e ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Cabe ao formador definir os ambientes e recursos mais adequados.

A elaboração dos materiais de apoio – É todo e qualquer material que sirva para orientar e apoiar a ação educativa que o facilitador está propondo. Por isso, ele deve ajudar tanto o escotista formador a se fazer entender pelos escotistas participantes, quanto os escotistas participantes a acessar, interagir e assimilar os conteúdos propostos, seja com orientação verbal, apresentação de

imagens, diagramas e gráficos ou outras formas de comunicação audiovisual, que envolvam até mesmo atividades motoras, se necessárias. Não importa a natureza do material de apoio, ou o tipo de mídia que o veicula, desde que ele coopere para o melhor desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Alguns cuidados são fundamentais na elaboração de materiais de apoio didaticamente adequados, desde o guia de apresentação para o próprio formador (slides ou outros softwares, apostilas e conteúdos para disponibilizar nos AVA) até os materiais para orientação dos participantes, que cabem tanto para cursos presenciais quanto para aqueles a distância ou mistos.

O trabalho em equipe multidisciplinar - A capacitação é uma construção coletiva desde o planejamento, pois, por mais competentes que sejam os facilitadores, nas respectivas áreas de conhecimento, é em equipe que eles podem discutir o encadeamento dos temas de forma coesa, de modo a evitar desconexões, sobreposições e repetições, que dificultam a aprendizagem e levam a um mau aproveitamento do tempo. No ME, há grande disponibilidade de escotistas em diversas áreas do conhecimento, que podem e que já contribuem, como escotistas facilitadores. É fundamental a interação entre os formadores que compõem a equipe idealizadora da capacitação e os profissionais que trabalham com o planejamento de capacitações nessa proposta, na realização dos seguintes propósitos: para o planejamento, a estruturação e o acompanhamento avaliativo; para a definição dos temas (conforme as necessidades e o público alvo de escotistas, em coerência com a proposta); e para a troca de experiências, o nivelamento de informações e o delineamento das ações individuais no contexto geral da capacitação.

O tempo para o planejamento da ação e a preparação de materiais - Toda essa preparação, que faz parte de um trabalho proativo, demanda tempo, do qual necessariamente o facilitador precisará dispor. Sua contribuição para o evento não ocorre apenas no momento de executar uma atividade em uma programação fragmentada. Ao contrário, ela demanda um trabalho muito maior em termos de tempo e dedicação antes da execução da capacitação propriamente dita: durante o seu planejamento.

A orientação ao participante - Independentemente da capacitação específica em questão, é imprescindível oferecer aos participantes um guia do participante, que contenha informações sobre os aspectos básicos da formação.

Apresentação/contextualização - É um texto de abertura que apresenta a proposta da capacitação e delinea o contexto no qual está inserida. Esse contexto pode tomar como base a realidade dos participantes e/ou a de sua área de trabalho, tomando-a o fio condutor de acesso a outras realidades, e justificando a sua existência e relevância. A apresentação/contextualização possui caráter motivacional e está geralmente voltada para promover a identificação

dos participantes com a capacitação, reconhecendo nela aspectos importantes de sua realidade ou área de trabalho e estimulando-os a se engajar na proposta e a participar ativamente das atividades.

Objetivos e ementa - Objetivos gerais e específicos (de ensino-aprendizagem) são aqueles organizados por seção, semana, período, módulo, etc., bem como por temas e conteúdos (componentes curriculares) que serão tratados. Dependendo do público-alvo e da natureza da capacitação, o plano pode constar na íntegra.

Desenho, caracterização e ordenação das atividades - O ideal é que o plano da capacitação seja feito na forma de um quadro, diagrama, modelo ou marco lógico ou outra forma de mapa mental: a isso se refere o desenho. Ao desenho, segue-se uma breve e objetiva descrição dos seguintes elementos: configuração do curso; sua proposta e modalidade, agenda e formas de acesso; tipo de atividades que envolverá; formas de participação esperada dos participantes; e tipo de suporte oferecido pelos facilitadores, incluindo orientações sobre a organização da rotina de estudos.

Procedimentos, instrumentos e/ou critérios de avaliação - É um texto informativo, disposto em tópicos, que definem para o participante: como será a avaliação de aprendizagem no curso; de que atividades avaliativas ele terá de participar; que materiais ele terá de produzir; se for o caso, que instrumentos serão aplicados (testes, provas teóricas ou práticas, formulários, etc.) ou que produções serão avaliadas (apresentações, projetos, experimentos, etc.); quais critérios serão utilizados para inferir o seu desempenho no curso; e como será feita a mensuração/atribuição de conceitos.

No tópico dos anexos, serão abordadas as questões relativas às perspectivas da avaliação da capacitação em seus diversos aspectos, para sustentar e manter atualizados os processos de Gestão de Adultos da UEB; de integrar e equalizar os processos de Gestão de adultos em todas as Regiões Escoteiras; e Propor metodologias eficazes para um sistema de formação nas duas linhas: Escotista e Dirigente; para Direcionar a Gestão dos processos de captação, formação e acompanhamento de adultos voluntários e profissionais da UEB.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada um dos aspectos do planejamento descritos nos tópicos deste projeto fora pensados, descritos e executados de forma interdependente e ao mesmo tempo coerente com os demais. Quando se traçam objetivos, o seu alcance é viabilizado pela abordagem dos conteúdos pertinentes e necessários para tanto. A escolha das estratégias de mediação da aprendizagem desses conteúdos depende dos recursos disponíveis para a sua concretização, e a avaliação da

aprendizagem deve ser sempre baseada nos objetivos estabelecidos, enfocando os conteúdos trabalhados nesse direcionamento. Para fins didáticos, entretanto, é importante que os escotistas formadores tenham em mente, e coloque no papel, todos esses aspectos, para construir a proposta pedagógica em conformidade com a qual cada escotista facilitador reconhece e organiza sua ação, seus objetivos de ensino, conteúdos, materiais e métodos, instrumentos e critérios de avaliação. Um projeto de capacitação deve ser construído em conjunto pelos escotistas idealizadores e facilitadores. Seja qual for o modelo de capacitação adotado, a avaliação é fundamental para a retroalimentação do sistema e o melhoramento de ações futuras. Sua consolidação também facilita a apreensão, a revisão e até mesmo a modificação da proposta por novos integrantes da equipe, em futuras edições, servindo como um ponto de partida para o desenvolvimento das próximas capacitações.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BORGES-ANDRADE, J. E.; ZERBINI, T.; ABBAD, G.; MOURÃO, L. Treinamento, desenvolvimento e educação: um modelo para sua gestão. In: BORGES, L.; MOURÃO, L. (Org.). **O trabalho e as organizações**: atuações a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BLOOM, B. **Taxonomia dos objetivos educacionais**: domínio cognitivo, domínio afetivo e domínio psicomotor. Porto Alegre: Globo, 1972.

AS TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS E A ATUAÇÃO DO EDUCADOR: UM NOVO PANORAMA DE FOMENTO À INCLUSÃO EM AMBIENTES DE E-LEARNING

Gladys Nogueira Cabral¹

1. INTRODUÇÃO

Uma alta demanda por mudanças no âmbito educativo vem sendo fomentada pelo crescimento da tecnologia em todos os contextos da sociedade contemporânea. Para acompanhar o crescimento e desenvolvimento global, faz-se necessário uma atualização constante, além da adoção de metodologias que fomentem a curiosidade e que conduzam os educandos à construção de novas rotas de desenvolvimento para o seu conhecimento no panorama atual. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) vêm surtir um efeito positivo para o alcance de resultados favoráveis à aprendizagem.

Este artigo adota como título “As tendências educacionais e a atuação do educador – um novo panorama de fomento à inclusão em ambientes de e-learning” e, possui o objetivo de conhecer a importância da atuação do educador diante das tendências educacionais no novo panorama de inclusão em ambientes de e-learning; mostrar os conceitos das metodologias de blended learning, flipped classroom e adaptive learning, tendências emergentes das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e falar do direito à inclusão educativa. Busca responder: Qual a importância das novas tendências educacionais em ambientes de e-learning para a atuação do educador em um panorama de inclusão? Considera-se o conhecimento pedagógico, essencial para o êxito do processo de aprendizagem e, quando atrelado à utilização das TDIC como parte das novas tendências educacionais em ambientes de e-learning, fomentam

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Alas Peruanas (UAP). Licenciada em Psicologia pela Universidade Inca Garcilaso de la Vega (UIGV). Graduada em Administração pela Faculdade Santa Cecília (FASC). Licenciada em Letras Português e Inglês pelo Centro Universitário ETEP. Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria EAD pela Faculdade Dynamus de Campinas (FADYC). Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University (MUST). Graduanda em Letras em Espanhol pela Faculdade de Ciências Humanas (FCH-IMENSU) e Pós-graduanda em Ensino Híbrido pela Faculdade Interativa de São Paulo (FAISP). Estudante do curso de Políticas Públicas de Saúde na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: gladyscabraln@gmail.com.

a inclusão da diversidade de forma individual e coletiva.

Esta pesquisa adota um estudo bibliográfico. Para Prodanov e Freitas (2013), nesse tipo de estudo, o explorador tem acesso a diversos conteúdos, analisa a autenticidade das informações, verifica fontes utilizadas e se envolve na temática baseada em documentos publicados, como teses, dissertações, revistas, artigos acadêmicos, livros, jornais e revistas que referenciam o tema. Assim, a pesquisa está dividida em três momentos: No primeiro - introdução. No segundo - a evolução da pesquisa, constituída por cinco subtópicos: um - conceito de blended learning; dois - definição de flipped classroom; três - noção de adaptive learning; quatro - o direito à inclusão educativa; cinco - o papel do educador no panorama da inclusão e das tendências educacionais. No terceiro momento, às considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 As tendências educacionais e o papel do educador

As tendências educacionais podem ser definidas como uma série de estratégias pensadas para beneficiar e melhorar a educação na contemporaneidade. Com o panorama de avanço da tecnologia, tendências como, metaverso e outras vêm se destacando quando o assunto é a utilização das tecnologias na educação. Experiências, cada vez mais comuns, podem ser observadas com o uso dos AVA, sendo as tendências mais exploradas durante o período de pandemia (COVID-19), vivido no país, que ajudaram à aprendizagem dos educandos que ficaram em casa no isolamento social.

Os AVA são plataformas virtuais usadas à finalidade de aprender. Elas possibilitam aulas em um ambiente de e-learning onde os educandos conseguem acessar atividades, realizar provas, fazer download de materiais, manter uma comunicação com seus tutores, além de outros benefícios. Para Costa (2017), o e-learning é um tipo interativo de blended learning, o qual está baseado nas TDIC, que permite que as aulas ocorram com o auxílio da internet. Assim, dentro desse universo, é possível conhecer e entender várias metodologias que são desenvolvidas em ambientes de e-learning e podem servir de apoio ao educador de modo a melhorar a ensinância e aprendizagem dos educandos. O blended learning, a seguir, é uma delas.

2.2 Blended learning - aprendizagem híbrida

O blended learning é uma metodologia ativa que envolve o conjunto de atividades educativas do ensino presencial e do ensino à distância, sendo baseada no aprendizado síncrono e assíncrono, onde o educando aprende com conteúdo na aula presencial e, também, mediante um AVA. Com o blended

learning os educandos, nativos digitais, conseguem dar maior significância ao que aprendem, em razão da personalização do AVA rumo à sua aprendizagem e necessidades.

Para Horn e Staker (2015, p. 34), o Blended Learning “é qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle dos estudantes sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou ritmo”. A modalidade que reúne o método de aprendizagem usado pela educação à distância e pela educação presencial, ampliando a sala de aula e se adaptando ao planejamento curricular para alcançar resultados. Esse recurso traz a facilidade da flexibilidade ao educando por ser uma metodologia que:

usa a tecnologia para motivar o aluno por meio da personalização da rota de aprendizagem usada por ele, ademais de trabalhar em base as suas competências. Com isso, ele faz uso da flexibilidade para desenvolver maior autonomia, responsabilidade e compromisso para com a sua aprendizagem. (CABRAL, 2022b, p. 1)

O blended learning traz benefícios para o aprendizado em razão de promover a autonomia dos educandos, adaptar-se às dificuldades e necessidades, responder dúvidas com agilidade, possuir custo baixo, dentre outros que tornam a metodologia uma das melhores para se utilizar. Por outro lado, o blended learning é, também, uma ferramenta que busca fomentar à inclusão. Para Lilian Bacich, o blended learning busca experimentar novas metodologias de ensino e de aprendizado fazendo uso da tecnologia e de outros métodos adaptados que envolvem a educação presencial e a educação à distância, a fim de que os educandos possam ser os atores na aquisição de seus conhecimentos, alternando-se em atividades no AVA, e, em outros momentos, na interação com o educador e seus companheiros de classe. (BRASIL, 2016).

Assim, o blended learning é uma modalidade educativa muito eficiente e fácil de ser utilizada. Une o ensino à distância e utiliza plataformas adaptativas para inserir conteúdos e atividades que serão trabalhadas durante aulas presenciais. Possibilita maior inclusão da diversidade por promover interação em atividades individuais e coletivas, além da compreensão de diferentes conteúdos e mais comunicação entre companheiros.

2.3 Flipped classroom - sala de aula invertida

O Flipped classroom é outra metodologia ativa que procura viabilizar atividades e materiais que propicie ao educando a possibilidade de estudar, em casa, antes de ir à escola. Também faz uso das plataformas adaptativas para isso. Para Schneider et al. (2013), a Flipped classroom é um caminho para que

a instituição educativa se organize e consiga aportar maior autonomia ao educando na criação da sua própria rota de conhecimento levando em conta suas características pessoais. Com essa metodologia o educando participa ativamente da aprendizagem ao pesquisar, ler, realizar atividades, esclarecer dúvidas e compartilhar ideias com os seus companheiros de classe.

Segundo Valente (2014 *apud* CABRAL, 2022a, p. 120), “a sala de aula invertida é uma metodologia onde os debates, a união e a compreensão de assuntos e ideias são realizadas pelos educandos, os quais, previamente, obtêm, com antecedência, o acesso aos materiais de leitura para logo realizarem as práticas durante a classe”. Em aula presencial os educandos realizam outras atividades, esclarecem dúvidas pertinente à temática, compartilham conhecimentos com os demais companheiros e têm a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos. Para Barseghian (2011 *apud* SANTOS, 2018), é uma metodologia que faz uso da tecnologia a fim de melhorar a aprendizagem e otimizar o tempo do docente em atividades que permitam maior interação durante a aula. Nesse método, o educando, primeiro estuda dentro de casa para logo ir à escola. (VALENTE, 2014). Esse método também fomenta à inclusão de indivíduos com algum tipo de deficiência, pois exige uma estrutura de apoio adequada ao educando, com materiais diferenciados, tais como: vídeos, textos, podcasts, livros, revistas etc., os quais são disponibilizados para os estudantes quando não estão na escola. (LITTO, 2009).

Assim, a metodologia no modelo de flipped classroom, bem como o modelo de blended learning, exige disciplina por parte do aluno, uma vez que ele precisa assumir o compromisso e a responsabilidade de fazer as atividades disponibilizadas no AVA antes de ir à escola, para conseguir participar, de forma ativa, nas atividades programadas pelo educador, tais como, discussões com os companheiros, compartilhamento de aprendizagens e dúvidas, receber feedback, ampliar e melhorar seus conhecimentos.

2.4 Adaptive learning – aprendizagem adaptativa

Adaptive learning é um método de estudos que faz uso da tecnologia para fazer com que o educando consiga adquirir conhecimentos apoiado por atividades direcionadas às dificuldades de aprender. Segundo Santos (2018), adaptive learning faz com que o estudante consiga avançar em conhecimentos levando em consideração seu próprio tempo, suas necessidades e as lacunas de aprendizagem que precisa melhorar.

Nesse sentido, é dentro das plataformas adaptativas, no ambiente de e-learning, que são colocados diversos tipos de atividades, jogos e outros dados úteis, as quais são direcionadas à rota de conhecimentos traçada pelo educando quando este acessa determinados conteúdos de seu interesse. O acesso às

informações é fácil e sua interação com o ambiente vai sendo guardada no sistema, o qual irá acrescentando novas informações para aumentar os conteúdos disponíveis, como vídeos e outros.

2.5 O direito à inclusão educativa

A educação é um direito de todos. Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988 é fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). No Artigo (Art.) 205, a educação é um direito de todos os cidadãos, dever do Estado, da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade para a evolução integral do indivíduo e sua preparação e qualificação para atuar dentro da sociedade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988, Art. 205). Dessa forma, a educação é um direito fundamental garantido a todo cidadão pelo Estado. Assim também, é dever do Estado assegurar a educação dos indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no 9.394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir a atenção educativa especializada e sem custos aos educandos que carecem de educação especial, na rede de ensino. A mesma LDBEN, mostra a consolidação do direito à educação no art. 58, ao apresentar o conceito de educação especial, como um modelo educativo, ofertado na rede regular de ensino, para os estudantes com carência de educação especial. (BRASIL, 1996). Contudo, faz-se necessário a preparação continuada dos educadores na aquisição de diferentes conhecimentos, na preparação e utilização de distintas metodologias, a fim de realizar a inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência e poder lidar com todas essas situações emergentes no contexto educacional.

O art. 59, inciso III, indica que as instituições de educação devem assegurar que os educandos com algum tipo de deficiência e necessidades de educação especial possam ter educadores especializados, nessas áreas, para atender essa demanda, assim como docentes capacitados para a integrar a todos esses estudantes em classes com os demais alunos do ensino regular. (BRASIL, 1996). A flexibilização escolar tem como um de seus objetivos a adequação contínua do currículo às mudanças das tecnologias e às necessidades da sociedade e, portanto, à manutenção de currículos atualizados. (SOUZA, 2000). Existem vários obstáculos que os indivíduos com alguma deficiência têm enfrentado, principalmente referentes à igualdade de oportunidades para poder acessar e continuar nas escolas. (VASCONCELOS, 2016). É importante destacar que todo processo de inclusão apresenta muitos desafios, sendo necessário a realização de adaptações por parte da instituição educativa e do educador (MONTAN, 2007).

A necessidade de inclusão educativa não só faz referência às pessoas deficientes, mas a todo indivíduo que, em diferentes contextos, sentem-se ou são excluídos da educação escolar por falta de possibilidades, de oportunidades ou diferentes situações que ocorrem dentro e fora das escolas. (FERREIRA, 2005). Por conseguinte, no caso dos educandos com carência de educação especial, é essencial recordar que eles se desenvolvem de diferentes formas. Nesse sentido, a educação é responsável por elaborar estratégias e metodologias que possam ajudar no desenvolvimento desses indivíduos de modo a compensá-los, de forma positiva, e ajuda-los a vencer os obstáculos ocasionados pela deficiência. (VYGOTSKI, 1997). É importante entender que esses obstáculos muito tem a ver com a forma da sociedade lidar com o tema da deficiência e, portanto, possui uma natureza social.

Diferentes situações podem conduzir às dificuldades de aprendizagem e a exclusão educativa dentro da diversidade, porém, todos os indivíduos possuem a capacidade de aprender e de desenvolver conhecimentos, e com o uso das TDIC, o acesso à informação e a diferentes metodologias ficaram mais próximos, trazendo novas oportunidades e diminuindo barreiras que antes eram gigantes.

2.6 O papel do educador no panorama da inclusão e das tendências educacionais

Muitos obstáculos podem ser observados na atuação de educadores. Alguns dos desafios que se enfrentam se devem à resistência na hora de utilizar as tecnologias atuais, em ocasiões porque a escola não conta com estrutura adequada e disponibilidade de uso das TDIC para todos os setores, em outras, educadores consideram que não conseguem aprender a usar as tecnologias e outros pensam que não precisam dela pra ensinar. Porém, uma das responsabilidades do educador, nesse tempo de transformação tecnológica, é a de buscar novos conhecimentos e metodologias que norteiem sua práxis e melhore a ensinância.

Para Oliveira (2003, p. 43 *apud* SANTOS, 2018) as tecnologias não mudam a relação que existe entre a ciência educativa, simplesmente são recursos que chegaram para fortalecer tanto a visão conservadora dos docentes, para projetar sustentação a um novo olhar, independente, amplo e aberto para novas aprendizagens por meio da interação e participação dos alunos. É o educador quem precisa romper as barreiras mentais que dificultam a realização de mudanças comportamentais, em razão de que todas as decisões fazem parte das escolhas pessoais, ou seja, a mudança depende dele.

O papel do educador nas novas tendências educacionais precisa ser curioso e aberto a desafios que favoreçam seus conhecimentos e beneficiem os educandos. A tecnologia traz ideias e recursos como práticas de apoio à ensinância, sendo a metodologia ativa de adaptive learning uma das que direciona os

educandos a um determinado conteúdo, e, portanto, é um importante recurso para ser usado pelo educador.

As metodologias ativas surgem como práticas pedagógicas que apoiam a atuação docente no ambiente pedagógico e, que, por conseguinte, motivam o educando a assumir a responsabilidade por pensar, por pesquisar, por analisar, por aprender, por criar, assim como por ensinar. (CABRAL, 2022a, p. 118).

Uma parcela dos educandos pode usar o educador como exemplo. Se a postura do educador diante do conhecimento for aberta a novos desafios, a postura dos educandos também poderá ser de abertura a ideias e transformações que visem encontrar respostas para diferentes problemas sociais. A informação traz conhecimento. O acesso à informação transforma vidas, pois a educação é libertadora, é a prática da liberdade (FREIRE, 1999). O educador é responsável por direcionar as informações. Para Freire (2002 *apud* CABRAL, 2022a, p. 118), “o ato de educar significa prover os meios para que o conhecimento seja produzido”. Sendo as TDIC os recursos mais utilizados pelos jovens de hoje, por isso o educador deve buscar se adaptar a ela, uma vez que, muito da direção a ser recorrida pelo educando no processo de aprendizagem depende da escolha, pelo educador, de uma metodologia assertiva.

É preciso que os educadores estejam em contínuo processo de preparação, para lograrem o êxito do processo educativo, fomentando uma inclusão social progressiva. (FONSECA, 1995). O educador necessita considerar a diversidade, posto que a educação compreende a todos os alunos, sem diferenças ou preconceitos, estes alunos precisam estar contemplados na hora de pensar nas metodologias a serem utilizadas durante as aulas e outras atividades educativas. Um dos assuntos mais importantes no contexto educativo tem a ver com a escolha da melhor metodologia de ensino. É fundamental estar “atentos para propostas pedagógicas que auxiliem os docentes no melhoramento de suas concepções e fazeres escolar” (SOUZA; SILVEIRA, 2011, p. 37). Na atualidade, com o crescimento das TDIC e da importância da inclusão de pessoas com diferentes tipos de necessidades especiais, há um número maior de investigações direcionadas ao uso das tecnologias adaptativas como ferramentas de apoio para o progresso e avanço desses indivíduos.

A inovação é fundamental para se encontrar novas metodologias educativas que consigam atender a todos os educandos, pois, quando se fala de diversidade, faz-se referência não só aos alunos com necessidade especiais, mas à observância a todas as características e habilidades dos educandos, e, na medida em que os educadores se encontram com essas dificuldades e essas necessidades no contexto educacional, precisam interagir e atuar diante de tais desafios para conseguir utilizar metodologias que possam considerar as diferenças e garantir

bons resultados para cada integrante, tanto de forma pessoal quanto de modo coletivo. Escolher uma boa metodologia não é uma tarefa fácil e pode não garantir resultados na aprendizagem, principalmente quando o docente não planeja suas ações. Cabral (2022a, p. 118), aponta que “é importante que as metodologias adotadas pelos docentes sejam claras e objetivas, de modo a orientar os educandos para a mudança e a formação de novos comportamentos que estejam direcionados a resolver problemas e olhar para o futuro”. Ou seja, não basta com querer ensinar algo novo sem saber qual o método vai utilizara para alcançar os educandos, é preciso conhecer esses métodos.

Santos (2018), explica que o docente é um mediador experimentado na práxis pedagógica, que possui conhecimento de teorias, de comportamentos que geram saberes, que adiciona valor às metodologias de hoje, que consegue medir e participar de debates relacionados a essas metodologias trazidas pela tecnologia, que propõe melhorias e, que trabalha em equipe, com os demais, para otimizar os processos que possibilitam aos alunos a produção de novos conhecimentos. Então, o educador, em sua individualidade, com sua experiência, torna-se um profissional agregador de valores e saberes que o diferencia dos demais. Para Cabral (2022a, p. 117), “cada educador possui uma forma diferente de ensinar e de conduzir o processo educativo, o que faz do planejamento, um recurso muito importante na hora de escolher a melhor metodologia a ser utilizada na ação pedagógica”. Todo educador é, também, um facilitador do processo educativo, já que sua práxis vem possibilitar o desenvolvimento de aptidões e de competências nos educandos. Com isso, um planejamento bem elaborado, com metodologias que despertem a curiosidade dos educandos, que os mobilizem ao desejo por aprender e participar de forma ativa nas aulas, é fundamental para a obtenção dos resultados planejados.

Desse modo, diante das tendências educacionais, faz-se necessária a frequente capacitação dos educadores para que a ensinança seja capaz de respeitar as diferenças e entender as distintas necessidades da inclusão digital como um recurso para todos, sem distinção. Com o uso das TDIC, o educador assume um papel muito mais importante, pois ele já não leva sobre os ombros a carga de, sozinho, apresentar todo o conhecimento, mas compartilha responsabilidades, ensina e aprende com os educandos. Listiana e Jaharadak (2019 *apud* CABRAL, 2022b, p. 1), aponta que nas aulas planejadas pelo educador, à distância, a temática deve focar no aluno e promover interação e comunicação entre eles e, nas aulas presenciais, precisa-se desenvolver maior motivação para que os educandos não deixem de participar das aulas à distância, assim como das atividades que se encontram nas plataformas adaptativas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as TDIC influenciando o mundo, as novas tendências educativas vão assumindo importantes papéis na formação dos indivíduos. A adaptação do educador a essas tendências é fundamental para fomentar a inclusão digital na prática pedagógica, em um contexto onde a diversidade e a formação do educando ocorrem na escola. Entre essas tendências, encontram-se as metodologias revisadas no presente artigo titulado “*as tendências educacionais e a atuação do educador - um novo panorama de fomento à inclusão em ambientes de e-learning*”. A pesquisa foi de cunho bibliográfico, com textos que se encontram devidamente referenciados no final deste escrito.

Sobre os conceitos abordados, foram considerados como metodologias ativas: *blended learning*, que une o ensino à distância ao ensino presencial, e considera que o educando aprende na escola e fora dela, como nativo digital; *flipped classroom* que busca à autonomia do educando na produção de seus conhecimentos, disponibilizando materiais e atividades em uma plataforma de e-learning para o estudo em casa e, na escola participam de diálogos, debates etc., para ampliar seus conhecimentos e melhorar suas competências; *adaptive learning* usa a tecnologia para traçar uma rota de aprendizagem, faz uma leitura inteligente dos conteúdos acessados pelos educandos para disponibilizar conteúdos de acordo às necessidades de aprendizagem do educando.

Portanto, em resposta à problemática planteada, encontrou-se que as tendências educacionais tecnológicas proporcionam maior comunicação e interação entre educadores e educandos, além de fomentar à inclusão digital da diversidade, colocando educandos com necessidades de educação especial em atividades individuais e coletivas que fomentam a interação entre companheiros, sem discriminação, com facilidades, flexibilidade, adaptação e personalização do caminho à construção de conhecimentos. Que o papel do educador precisa ser aberto a novos desafios, que conduzam a novos conhecimentos para si próprio e para os educandos. Que o conhecimento pedagógico é essencial para o êxito do processo de aprendizagem, e atrelado às TDIC, como parte das novas tendências metodológicas de inclusão em ambientes de e-learning, traz motivação aos educandos de hoje, os quais vivem e aprendem com a tecnologia. Que as metodologias adotadas precisam considerar a diversidade, a forma de aprender dos educandos e seus conhecimentos prévios, em planejamentos assertivos o êxito do processo de ensino e para fomentar a autonomia dos educandos na busca do saber.

Esta pesquisa espera poder aportar conhecimentos e servir de apoio no fomento a outros estudos sobre a importância das novas tendências metodológicas fomentadas pelas TDIC, em ambientes de e-learning, e atrelados à integração da diversidade social a um sistema de aprendizagem em constante transformação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão de Educação realiza palestra sobre o Ensino Híbrido**. Especialista defende integração de ensino presencial e online para personalizar educação. 2016. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-ECULTURA/508122-ESPECIALISTA-DEFENDE-INTEGRACAO-DE-ENSINOPRESENCIAL-E-ONLINE-PARA-PERSONALIZAR-E-DUCACAO.html> > Acesso em: 2 de ago. 2022.

CABRAL, G. N. (2022a). As metodologias ativas no processo educativo. In: Deivid Alex dos Santos; Herika Cristina Olivera da Costa. (Org.). **Educação e Aprendizagem: Abordagens Baseadas em Evidências**. 1ed. Itapiranga, SC: SCHREIBEN, v. 1, 2022, p. 114-122. Disponível em: https://www.editoraschreiben.com/_files/ugd/e7cd6e_7d8f36d2e0dc4464bf8bc3e861d5bf41.pdf. Acesso em: 08 de jul. 2022.

_____. (2022b). **Aprendizado híbrido – blended learning**: Educação, tecnologia e autonomia para os educandos. Disponível em: <https://gladysncabral.blogspot.com/2022/01/aprendizadohibrido-blended-learning.html#more>. Acesso em: 08 de jul. 2022.

COSTA, D. C.L. Modelo de E-learning. [e-book] Flórida: **Must University**. 2017. Frank, M. e Liebowitz (2010). Knowledge Management and E-Learning. 2ª edição. Disponível em: <https://edu615tema07pt.webflow.io/>. <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/7836>. Acesso em: 12 de fev. 2022.

FERREIRA, W. B. Educação inclusiva: será que eu sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Inclusão – **Revista da Educação Especial**, nº1, pág 40-46, out/2015

FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médias. 1995.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HORN, M. B.; STAKER, H. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso. 2015.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a distância**: o estado da arte. Pearson, vol. 1. 2009.

MANTOAN, M. T. E. **A Educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. 2007. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>. Acesso em 02 de ago. 2022

SCHNEIDER, E. I., SUHR, I. R. F., ROLON, V. E. K e ALMEIDA, C. M. de

(2013). Sala de Aula Invertida em EAD: uma proposta de Blended Learning. In **Revista Intersaberes**, n. 16, v. 8, p. 68-81.

SANTOS, T. Tendências Educacionais: Blended Learning, Flipped Classroom e Adaptive Learning. [e-book] Flórida: **Must University**. 2018. Lombardozi, C. (2015). Learning Environments by Design. Alexandria: Association for Talente Development. Disponível em: <https://edu620tema20pt.webflow.io/>. Acesso em 10 de jul. 2022.

SOUSA, S. F. S.; SILVEIRA, H. E. S. **Terminologias Químicas em Libras: A Utilização de Sinais na Aprendizagem de Alunos Surdos**. Química Nova na Escola, v. 33, n. 1, p. 37-46, de fev. 2011.

SOUZA, A. C. G. de. **Uma Estrutura Curricular Flexível e Dinâmica**. In: Congresso Brasileiro de Ensino e Engenharia, 28. 2000, Ouro Preto: COBENGE, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 4, p. 79-97, 2014.

VASCONCELOS, H. **Educação inclusiva como instrumento de inclusão na sociedade plural contemporânea**. 2016. Jusbrasil. Disponível em: <<https://hds-vs25.jusbrasil.com.br/artigos/380198964/educacao-inclusiva-como-instrumento-deinclusao-na-sociedade-plural-contemporanea>>. Acesso em 2 de ago. 2022.

VYGOTSKI, L, S. Obras escogidas: **fundamentos de defectología**. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO, ATRAVÉS DOS CONVÊNIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Eliana Drumond¹

Simone Helen Drumond Ischkanian²

1. INTRODUÇÃO

O início da Psicopedagogia no Brasil teve seu histórico na Argentina. A Psicopedagogia chegou ao Brasil na década de 70, em uma época cujas dificuldades de aprendizagem eram associadas a uma disfunção neurológica denominada de disfunção cerebral mínima (DCM) que virou moda neste período, servindo para camuflar problemas sociopedagógicos (BOSSA, 2000).

No Brasil existe a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) que foi criada em 1985, dando um norte a esta profissão. Ela é responsável pela organização de eventos, pela publicação de temas relacionados à Psicopedagogia e cadastro dos profissionais. Os profissionais da área lutam para que a psicopedagogia seja reconhecida como uma profissão, e não só com um curso de especialização. Essa atitude foi rapidamente incorporada na educação brasileira, por tratar os fenômenos de repetência e evasão de forma simples. (BOSSA, 1994).

Contextualizar sobre “a importância do atendimento Psicopedagógico Clínico, através dos convênios de saúde e educação”, não é tarefa simples quando descobrimos que a modalidade de atendimento tem se mostrado dispersa e tem sido realizada de diversas maneiras, no território nacional. Desde que nascemos estamos em constante processo de aprendizagem. Aprendemos a mastigar e engolir alimentos, a andar sem apoio, a nos comunicarmos por palavras e não mais por choros ou sons sem sentido. Durante o período escolar são diversos os conhecimentos adquiridos e durante toda a vida profissional continuamos a aprender coisas novas. A maneira como assimilamos e construímos conhecimentos em todas essas fases da vida é o principal objeto de estudo da Psicopedagogia.

1 Psicopedagoga, Pós Graduanda em ABA, no TEA e Autismo, elianadrumond3@gmail.com.

2 Mestra em Ciências da Educação pela Universidade São Carlos e Doutoranda pela UNISAL em NeuroTecnologias Assistivas. Autora do Método de Portfólios SHDI (Inclusão, Autismo e Educação) <http://autismosimonehelandrumond.blogspot.com/> - simone_drumond@hotmail.com.

De acordo com o documento, baseado na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Conselho Nacional de Educação, os direitos à educação e à saúde devem ser garantidos e, apontando que: “(...) segundo a Constituição Federal de 1998 (Art. 196), deve ser garantido mediante políticas econômicas e sociais que visem ao acesso universal e igualitário às ações e serviços, tanto para sua promoção, quanto para a sua proteção e recuperação. Assim, a qualidade do cuidado em saúde está referida diretamente a uma concepção ampliada, em que o atendimento às necessidades de moradia, trabalho e educação, entre outras, assumem relevância para compor a atenção integral.” (p.10).

Neste sentido O propósito dos profissionais que se especializam em Psicopedagogia é identificar as dificuldades ou distúrbios de aprendizagem humana e elaborar ações de correção ou prevenção destes transtornos para facilitar o processo de aprendizagem.

Um psicopedagogo estuda as causas da dificuldade no aprendizado, que podem ser: Emocionais; Sociais; Mentais e Físicas.

UMA PSICOPEDAGOGA É AQUELA QUE...

Acolhe a família e o paciente com muito amor.

Devolve o desejo de aprender.

Reconhece, previne e trata as alterações na aprendizagem.

Resgata as lacunas que ocorreram ao longo do processo de ensino aprendizagem.

Faz um diagnóstico apurado das dificuldades e transtornos de aprendizagem.

Trabalha com crianças, jovens, adultos e idosos.

Ouve, aconselha e ensina ao mesmo tempo.

Investiga as causas do baixo rendimento escolar.

Procura entender como a pessoa aprende.

Investiga a trajetória de vida, tanto cognitiva quanto social.

Ajuda a superar os obstáculos.

Faz um plano de intervenção único para cada paciente.

Forma uma parceria com a família e a escola.

Está sempre disposta a motivar.

psicopedagogia

Fonte: Psicopedagoga Eliana Drumond (2022)

Após diagnosticar os problemas de aprendizagem, o psicopedagogo elabora e realiza ações de tratamento destes distúrbios. Conforme a necessidade do paciente, o tratamento pode envolver pessoas próximas (familiares, professores ou até mesmo chefes) e também outros profissionais, como fonoaudiólogos e psiquiatras.

A Psicopedagogia Clínica atua de modo terapêutico, fazendo a investigação

da causa da dificuldade apresentada, fazendo um plano de intervenção para o paciente, para a família e para a escola, fazendo as orientações necessárias para que a dificuldade de aprendizagem apresentada seja curada. A Psicopedagogia vem atuando com muito sucesso nas diversas Instituições, sejam escolas, hospitais e empresas. Seu objetivo é analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem (individual e/ou no grupo) em uma instituição. Propõe e ajuda o desenvolvimento dos projetos favoráveis a mudanças de algumas posturas que possam estar influenciando nessas relações. Pois, a aprendizagem não só objetiva a criança ou adolescente, mas o adulto e profissional na integração e reintegração grupal. O objetivo do psicopedagogo é o de conduzir a criança ou adolescente, o adulto ou a Instituição a reinserir-se, reciclar-se numa escolaridade normal e saudável, de acordo com as possibilidades e interesses dela.

É fator primordial que os convênios de saúde e educação compreendam a importância de atuar com parceria nos atendimentos psicopedagógicos. Afinal o sucesso ou fracasso escolar de uma criança, jovem ou adulto podem ser determinados por diversos fatores como: orgânicos, psicológicos, psicomotores, pedagógicas e principalmente fatores do meio sócio-cultural em que vive a criança.

A práxis psicopedagógica é entendida como o conhecimento dos processos e das dificuldades de aprendizagem (de crianças, adolescentes e adultos) nos seus aspectos cognitivos, emocionais e corporais.

A psicopedagoga identifica as dificuldades e os transtornos que impedem o sujeito de aprender. Para isso, faz uso de conhecimentos da pedagogia, da psicologia, da fonoaudiologia, da neurologia e da antropologia. Analisa o comportamento e reações do aprendiz, observando como ele aprende.

2. DESENVOLVIMENTO

Uma Clínica de Psicopedagogia trabalha com consultórios atendendo crianças, jovens ou adultos com dificuldades de aprendizagem, tendo como profissionais psicopedagogos atuando diretamente com pacientes e podendo contar em seu quadro de apoio com Pediatras, Neuropediatras, Fonoaudiólogos e Psicólogos, de acordo com o quadro clínico de cada paciente.

O profissional psicopedagogo é um profissional licenciado preparado para atender crianças, adolescentes e adultos com dificuldades de aprendizagem. O seu trabalho pode ter um caráter preventivo ou interventivo - avaliação, diagnóstico e intervenção. Durante o processo de diagnóstico ele procura compreender as mensagens, muitas vezes implícitas, sobre os motivos que levam os pacientes a obterem resultados insuficientes no processo de aprendizagem.

Desde a concepção o sujeito aprende para sanar as suas necessidades. Essa aprendizagem ocorre de forma gradativa e continua. As experiências anteriores

que atravessam o sujeito de todas as formas sejam biológicas, psicológicas e sociais interferem na forma de aprender e de se relacionar com a aprendizagem. Algum desequilíbrio destes aspectos poderá dificultar a aprendizagem do indivíduo.

“Existe [...] uma inteligência antes do pensamento, antes da linguagem” (Piaget, 1973). Visca (1991 p.45) acrescenta que essa inteligência “não é inata nem adquirida, mas sim o resultado de uma construção devida à interação das pré-condições do sujeito e as circunstâncias do meio social.”.

Segundo Piaget (1973), a aprendizagem só se dá com a desordem e ordem daquilo que já existe dentro de cada sujeito. O homem aprende testando, se apropriando do conhecimento. As experiências das tentativas e dos erros corroboram para a construção do conhecimento.

Para que a aprendizagem ocorra é necessário que o sujeito esteja motivado. Essa motivação pode ser externa, através de estímulos, incentivos de outras pessoas, materiais pedagógicos e recursos tecnológicos e a motivação intrínseca do sujeito que o impele para descobrir, conhecer situações novas, e as duas juntas contribuem para a melhor aprendizagem.

Para Piaget o conhecimento ocorre a partir da interação do sujeito sobre o objeto. É através da troca entre o sujeito e o objeto que o conhecimento é construído. Tanto o sujeito como o objeto atuam um sobre o outro. O objeto não apenas como coisas e pessoas, mas também como ideias, fatos, ideologias, cultura e conteúdo.

Piaget desenvolveu a teoria da Epistemologia Genética, que consiste em explicar o desenvolvimento da inteligência destacando a ação do sujeito sobre o objeto, construindo assim estruturas de pensamento necessárias para adaptar-se ao mundo.

Esse especialista irá identificar as causas dos problemas usando instrumentos próprios da psicopedagogia, como por exemplo, provas operatórias, provas projetivas, entrevista centrada na aprendizagem, coleta de dados significativos sobre a história de vida do paciente e sessões lúdicas, sempre com olhar e escuta atentos com objetivo de elaborar o diagnóstico e traçar o tratamento. Posteriormente o psicoterapeuta irá orientar os pais e/ou professores de forma que o trabalho não seja individual e sim integrado.

Habitualmente, a Clínica de Psicopedagogia primeiramente atende a família com suas angústias, queixas, dúvidas e inseguranças. Nessa entrevista inicial são definidos os horários, quantidades de sessões, honorários, importância da frequência, etc. Acertadas essas questões dá-se o início do tratamento, a depender de cada caso.

Como ocorrem os processos de atendimento em Porto Velho? Os responsáveis,

no caso do paciente ser criança comparecem a clínica onde há atendimento Psicopedagógico e com atendimento pré-marcado realiza uma consulta com o profissional de Psicopedagogia e nada consulta fica combinada a quantidade de sessões para realizar a avaliação que dura em torno de 08 a 10 sessões a depender das respostas do paciente.

Convênios: cada convênio tem sua política de atuação, alguns precisam liberar a guia de atendimento em seus escritórios e há outros que essa guia é liberada no próprio sistema da clínica.

O número de sessões liberadas também varia muito entre um convênio e outro que vai de quatro a oito sessões mensais.

Porém as maiorias dos convênios não oferecem o atendimento psicopedagógico devido essa área não ser reconhecida como área da saúde e sim como educacional.

Reembolsos: para que o paciente seja reembolsado pelo convênio é necessário que o Psicopedagogo gere uma nota fiscal e o paciente leva essa ao convênio para que o mesmo receba o reembolso. Sendo que essa nota gera custos para o profissional.

Quando não é liberado, o que ocorre com o paciente: quando o convênio não libera o atendimento o paciente ou paga o preço particular, ou fica sem o atendimento, que é o que acontece na maioria das vezes, pois se já paga um convênio que não é tão barato e ainda pagar no particular, são duas despesas, fica pesado para um pai de família que em muita das vezes tem outro filho que também precisa de atendimento.

Quais fatores negativos ocorrem quando um tratamento é cessado por planos de saúde e convênios: Quando o atendimento é bloqueado ou cortado por parte dos planos de saúde ou convênios geralmente o paciente fica sem atendimento e em muitos casos tudo que ganhamos de evolução é perdido, pois o cérebro humano é um músculo e quando não recebe estímulos atrofia, da mesma forma é a aprendizagem, precisa de estímulos constantes.

Como funciona o atendimento psicopedagógico em Porto Velho? Geralmente os Psicopedagogos prestam serviço em clínicas multidisciplinares e as guias dos convênios são emitidas em nome do Psicólogo tendo em vista que o Psicopedagogo não tem um conselho e por tanto, não pode se credenciar em planos de saúde ou convênios. (Exceto um ou outro em que há cobertura do serviço). Como a profissão ainda não está regulamentada, você poderá abrir uma firma individual e emitir o RPS (Recibo de Prestação de Serviço) colocando é claro no recibo como prestadora de sua qualificação anterior, ou ainda abrir uma empresa Ltda., onde os custos de impostos são maiores. Sempre dependerá da sua formação anterior.

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO

Diante dos relatos destacados sobre “a importância do atendimento Psicopedagógico Clínico, através dos convênios de saúde e educação”, percebe-se então que é preciso analisar e atuar com visão crítica e reflexiva sobre as questões culturais, políticas, dos planos de saúde e convênios, da formação profissional e pessoal, dos envolvidos com o problema. A atuação do psicopedagogo não engloba somente seu espaço físico de atuação, mas também sua maneira de pensar a psicopedagogia e seu conhecimento a respeito da área.

É IMPORTANTE SABER QUE...



Fonte: Eliana Drumond (2022)

A psicopedagogia abarca, então, o conjunto de organismos de existência física concreta, que têm certo grau de permanência em algum campo ou setor específico da atividade ou vida humana, para estudar neles todos os fenômenos humanos que se dão em relação com a estrutura, dinâmica, funções e objetivos da instituição. (BLEGER, 1984, p.37).

Os convênios e planos de saúde devem refletir coesamente quanto ao papel do psicopedagogo, afinal é este profissional que irá contribuir para um novo olhar diante da sociedade como um todo, considerando as dificuldades de aprendizagem encontradas na escola, proporcionando soluções para que ocorra aprendizado significativo e favoreça as relações inter e intrapessoal de todo envolvido no processo. E redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, através da aprendizagem dos conceitos, nas diferentes áreas do conhecimento como intermediadora entre o educando e o educador, a fim de manter

sempre o propósito de uma aprendizagem que possibilite a interação entre as duas partes. Visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades, bem como pode contribuir para um novo olhar da educação e saúde. (FAGALI, 2002).

SUGESTÕES DE INTERVENÇÕES: PSICOPEDAGOGA ELIANA DRUMOND

A proposta de sugestões de intervenção Psicopedagógica tem como objetivo promover junto a Instituição Escolar a transformação da realidade existente na realidade desejada e trabalhar o ser cognoscente. Sugerir a escola que faça um levantamento da instituição e aponte as principais necessidades, visando o despertar da necessidade de mudanças no sentido de fortalecer a educação com o desenvolvimento de um espírito crítico e participativo.

Para tanto, sugere-se à gestora fazer reunião com professores e equipe para explicar a situação que se encontra o Projeto Político Pedagógico da escola, abrir um espaço durante a reunião para equipe dar suas sugestões, sobre o que poderia melhorar na escola através do PPP, colocar um caderno sobre a mesa para que cada equipe sugira modificações, promover uma parceria entre os professores para a realização de um trabalho responsável e compartilhado no processo educacional.

Sugerem-se também parcerias acadêmicas com estagiários de diferentes cursos junto a Universidades, projetos pedagógicos para que os mesmos realizem oficinas, palestras, etc. auxiliando a instituição escolar.

Incentivar os alunos a ouvirem com atenção as palestras, no final de cada uma distribuir folhas de *chamex* e pedir que façam em forma de poesia o que entendeu sobre a palestra e no final colocar o nome do aluno e pedir a coordenadora que leia as poesias e escolha às melhores. Para o aluno que fizer a melhor poesia, e anexá-la no mural da escola.

Solicitar junto às secretarias do município profissionais como psicopedagogo, enfermeiras, médicos, dentistas, psicólogos, etc. para ministrarem palestras sobre diversos temas, de acordo com a necessidade dos alunos e da instituição. Trabalhar com projetos de oficinas psicopedagógicas de histórias, contos e casos da cultura popular, objetivando assim o fortalecimento da prática pedagógica dos professores, estimulando os alunos no processo de ensino-aprendizagem; reforçando a aprendizagem da oralidade, leitura e escrita e estabelecendo vínculos e estreitar laços afetivos.

Promover o fortalecimento do vínculo com a família e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola através de reuniões e palestras. No decorrer da reunião, colocar um vídeo curto com ilustrativo das tarefas que se realizam ao longo da jornada pelos alunos. Um dia antes da reunião,

ligar para alguns pais que são mais ausentes da escola, explicar para eles a importância dessas, como é gratificante a presença dele na escola. E aproveitar o dia das reuniões para vender algo na escola como cachorro-quente, sorvetes, pode ser feito também um bazar de desapego. E como dinheiro arrecadado fazer alguns reparos na escola, inclusive no parquinho que está desativado.

Organizar, em parceria com os alunos, as atividades curriculares e extra-curriculares visando o despertar do interesse pelo convívio e aprendizado educacional, levando em consideração a realidade e o contexto social onde a criança encontra-se inserida.

Realizar oficinas pedagógicas onde serão feitos jogos pedagógicos, para escola para confeccionar, exemplo: pode ser confeccionado o jogo de boliche com o uso de 10 garrafas de plástico limpas para os pinos, e uma bola feita com massinha de modelar caseira. Deverá colocar algumas pedrinhas dentro das garrafas para que elas parem no chão, e depois poderá decorar ou pintar as garrafas para deixar o jogo mais colorido. Depois é só fazer marcações para que as crianças tenham uma distância mínima para arremessar a bolinha com as mãos, até derrubar todos os pinos de boliche, com materiais de reciclagem. Cada aluno leva o seu material reciclável para escola para confeccionar, exemplo: ser feito duas equipes e a vencedora ganha um prêmio.



A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO, ATRAVÉS DOS CONVÊNIOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Psicopedagoga Eliana Drumond

Solicitar uma visita ao psicopedagogo na própria escola e ter esse espaço. E que a sala de reforço no contra turno, ofereça aos alunos cada dia uma aula diferenciada, também faça um jogo de futebol. Isso faz com o aluno sintam-se motivados a participarem. Que o professor exercite leituras, em voz alta, de diferentes gêneros textuais, pois o som da própria voz estimula a leitura, bem como os diversos textos, de preferência aqueles que os alunos escolheram para trabalhar.

Sugeriu-se, ainda, que o docente promova na escola uma feira de exposição de livros lidos pelos seus alunos, convidando outras turmas para que, durante o evento, possam apreciar as apresentações dos livros.

Cada aluno apresentará 03 (três livros na exposição). Quanto mais a atividade estiver adequada às suas necessidades de aprendizagem e quanto mais os agrupamentos forem criteriosamente planejados, maiores serão as possibilidades de os alunos evoluírem em seu processo de aprendizagem. Realizar sempre nos momentos pedagógicos ou reunião de professores, que a coordenadora faça um cartão de mensagem, mas que seja diferenciado e no final da reunião peça a equipe que faça uma troca com os cartões e leia em voz alta sua mensagem.

A importância do psicopedagogo na unidade escolar é de suma importância, porque ele vai agir como um solucionador para os problemas de comportamento e aprendizagens, já que ele tem o domínio de técnicas especializadas, orientando professores, pais e demais envolvidos, naquilo que devem fazer em cada momento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do atendimento Psicopedagógico Clínico, através dos convênios de saúde e educação, destaca que é necessário nortear políticas públicas com foco no compromisso ao atendimento a criança, jovens e adultos que utilizam tais serviços. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, conforme o art. 199 da Carta Magna. No entanto, as operadoras de planos de saúde encontram-se vinculadas a inúmeros dispositivos legais, que regulam a sua atuação no mercado de consumo, inclusive no que concerne à prestação de serviços especificamente à pessoa com deficiência.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência, que apresenta *status* constitucional, assegura no art. 25 que “as pessoas com deficiência têm o direito de usufruir o padrão mais elevado possível de saúde, sem discriminação baseada na deficiência”, sendo eminentemente vedada a “discriminação contra pessoas com deficiência na provisão de seguro de saúde e seguro de vida”.

Neste sentido, importa salientar que as operadoras de planos de saúde não podem impedir a pessoa com deficiência, em razão da sua condição, de participar dos planos privados de assistência à saúde (art. 14 da Lei n.º 9.656/98).

Ademais, devem garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes (art. 20 da Lei n.º 13.146/15). Afinal, o foco principal do profissional de psicopedagogia é a aprendizagem, como esta se estabelece e como intervir para que o objetivo, aprender, seja alcançado, respeitando a individualidade de cada sujeito, seu tempo, sua forma de aprender, o significado das situações para ele, como está vinculado ao processo e como é o seu modelo de aprendizagem.

É importante ressaltar que o olhar sensível do psicopedagogo para as questões que envolvem o sujeito e a aprendizagem podem abrir caminhos para que os obstáculos que estejam impedindo a aprendizagem sejam modificados e ganhem um novo significado.

O papel do psicopedagogo diante da aprendizagem é desafiador e constante. Cabe a este profissional através das teorias, instrumentos e sensibilidade minimizar os impactos das dificuldades de aprendizagem, bem como, intervir nos obstáculos que se apresentam diminuindo os problemas na vida do sujeito.

Novas barreiras irão surgir no percurso, porém o sujeito estará preparado para enfrenta-las e ultrapassa-las, compreendendo a si mesmo e ao processo e se sentindo mais fortalecido para buscar ajuda quando necessário.

Neste sentido a abordagem teórica contribuí para nortear todo o trabalho desenvolvido pelo psicopedagogo, pois entende o sujeito como um ser atravessado por uma diversidade de nuance, de aspectos cognitivos, afetivos e sociais que estão interconectados.

Diante disto fica evidenciado que o psicopedagogo tem como objetivo principal a aprendizagem, como esta se estabelece em cada sujeito, como as situações podem ou não interferir no processo de aquisição da aprendizagem respeitando o contexto e a história de vida de cada um.

REFERÊNCIAS

BLEGER, José. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Art-med,1984.

BOSSA, Nádia A. **A Psicopedagogia no Brasil: Contribuições a Partir da Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FAGALI, Eloisa Quadros; VALE, Zélia Del Rio do. **Psicopedagogia institucional aplicada: aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula**. 11ª ed. Petrópolis,RJ: Vozes,2011.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. Tradução: Álvaro Cabral. 3ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

- ____. **Seis estudos de Piaget**. Tradução: Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- ____. **O nascimento da inteligência da criança**. Editora Crítica: São Paulo, 1986.
- ____. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, imagem e representação**.
- VISCA, Jorge. **O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2008.
- ____. **Mosaico Psicopedagógico textos e reflexões**, Pulso Editorial, São José dos Campos, 2015.
- ____ – **Clinica Psicopedagógica: Epistemologia Convergente**. Pulso Editorial, São José dos Campos, 2010
- ____ **Técnicas projetivas psicopedagógicas e pautas gráficas para sua interpretação**, Visca & Visca Editores, Buenos Aires, 2008
- SAMPAIO Simaia – Psicopedagoga Brasil**. [tps://www.psicopedagogiabrasil.com.br/em-branco-clu4e](https://www.psicopedagogiabrasil.com.br/em-branco-clu4e). Acesso em: 01 de julho de 2022

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO AO ENSINO-APRENDIZAGEM MAIS SIGNIFICATIVO

Rosimery Mendes Rodrigues¹

Simone Helen Drummond Ischkanian²

Dennis Migueis do Carmo³

Itaciara da Costa de Vasconcelos⁴

1. INTRODUÇÃO

A educação é direito de todos os brasileiros assegurada no art. 205º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB, 1988) e cita no art. 208º que assegura a educação especializada aos portadores de deficiência. Dessa maneira, o que é percebido é que o direito existe, portanto, na realidade vivenciada no cotidiano destes, somente existem as dificuldades para conseguir o acesso de um ensino-aprendizagem mais significativo, pois as Leis contribuem como é o caso da Lei nº 10.436 que ampara a comunicação e a expressão (libras) da pessoa com a deficiência auditiva, além da Lei nº 12.764 que institui a proteção dos direitos do Autista, porém ainda falta muito para solucionar o problema desse processo educacional de inclusão. Então, surge a Lei nº 13.146 que dispõe a assegurar e a promover em condições de igualdade a educação às pessoas portadoras de deficiência, essa veio agregar valor a questão da inclusão, porém ocorrem outras necessidades a serem observadas. Desta forma, o objetivo desse estudo é observar a necessidade do direito ao ensino-aprendizagem mais significativo aos alunos com deficiências. Será utilizada uma metodologia com abordagem qualitativa e bibliográfica com base nas Leis citadas e também em autores como Ausubel, Vygotsky, Ainscow e Masini.

1 Professora. Pós-graduada em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica-Universidade do Estado do Amazonas. rosimerymrodrigues@gmail.com.

2 Mestre em Ciências da Educação pela Universidade São Carlos e Doutoranda pela UNISAL - em NeuroTecnologias Assistivas. simone_drummond@hotmail.com.

3 Professor. Pós-graduado em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica-Universidade do Estado do Amazonas. dennismigueis@hotmail.com.

4 Pedagoga. Pós-graduada em Gestão em Educação Básica- Universidade do Estado do Amazonas. itaciara_brasil23@hotmail.com.

2. DESENVOLVIMENTO

A educação é primordial para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, pois possibilita o desenvolvimento cognitivo e o crescimento intelectual, ocasionando o pleno desenvolvimento da pessoa. No art. 205º da (CRFB, 1988) assegura que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse contexto, é dever não somente do Estado mais também da família em promover e incentivar a educação. Uma vez que o Estado é obrigado a oferecer a educação básica e atendimento especializado aos deficientes. No art. 208º da (CRFB, 1988) assegura que:

A educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Este estudo demonstra o amparo e a garantia da educação com o atendimento educacional especializado, porém percebe-se que as instituições de ensino possuem dificuldade em atender todos os portadores de deficiências de maneira satisfatória.

2.1 Um breve relato das Leis da educação e inclusão no Brasil

No Brasil existe a Lei nº 9.0394/1996 conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que possui um texto específico para a Educação Especial, onde afirma no art. 58º que:

Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”.

No ano de 2001 surge a Lei nº 10.172 que trata do Plano Nacional de Educação (PNE) onde já tinha sido anteriormente implantado e criticado por ser muito extenso com base em 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência, observando a Educação Especial, “como modalidade de Educação escolar”, do qual deveria ser promovido em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência”.

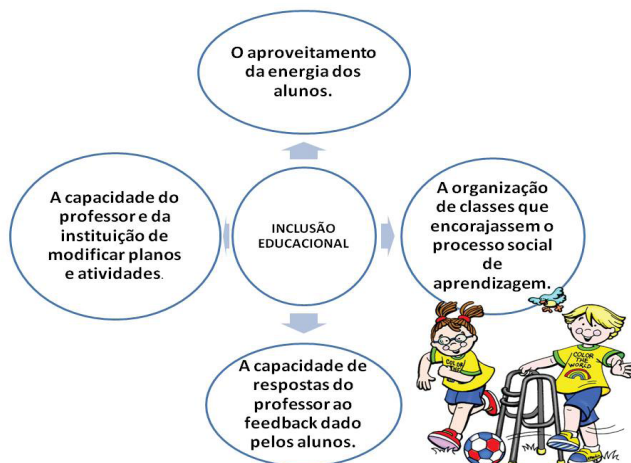
No ano de 2002 reconhece a Lei nº 10.436 que tem como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) que ajuda a

pessoa com a deficiência auditiva. Além disso, no ano de 2012 surge a Lei nº 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Enfim, no ano de 2015 a Lei 13.146 de inclusão que no seu art. 1º institui:

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O MEC junto com os órgãos governamentais da educação de forma geral tem oferecido Leis a favor da educação e da inclusão, porém algumas possuíam caráter assistencialista e segregativo. Dessa maneira, ocorreram várias mudanças até chegar às Leis que oferecem o apoio às pessoas com deficiências. Além dessas leis ocorrem movimentos sociais a favor da educação inclusiva que citam fatores apontados para a viabilização da inclusão educacional, veja a (Figura 1).

Figura 1: Fatores para viabilização da inclusão educacional



Fonte: Adaptado de Ainscow, Porter, & Wang, 1997, apud Masini (2011, p. 55), pelos autores (2022)

2.2 A educação e a necessidade de profissionais e ambientes adequados para a prática inclusiva

No Brasil ocorre a implantação das Leis que buscam atender todos os cidadãos com uma educação básica que supra todas as necessidades. Porém, observam-se equívocos em algumas dessas leis, além disso, o que é visto nas instituições públicas e privadas desse país é a ausência de uma equipe de profissionais capacitados que atuem junto aos alunos com deficiências e professores

dentro e fora da sala de aula, e considerando também as adaptações do ambiente escolar (com rampas de acesso, salas adaptadas, quadra adaptada, banheiro adaptado, sala de recurso com materiais didáticos e brinquedos educativos e inclusivos) para permitir essa educação inclusiva. Essa educação inclusiva possui uma necessidade de participação e contribuição de muitos profissionais como: Psicólogos, Neuropsicopedagogo, Psicopedagogos, Psicomotricistas, Monitor em educação especial, Fonoaudiólogos, Neurologistas, entre outros que venham ajudar os alunos (as) com dificuldades de aprendizagem e de suporte, pois existem diferentes deficiências como: a deficiência visual (cegueira ou baixa visão); deficiência auditiva ou surdez; deficiência motora; paralisia cerebral; Autismo, síndrome de Down e outras síndromes e transtornos. E assim, conseguir oferecer a ajuda adequada que estes alunos juntos dos seus familiares e profissionais da educação precisam.

Por isso, é que não pode ocorrer somente a cobrança para com o professor de sala de aula. De acordo com Masini (2011, p. 58) não há educador especializado que tenha conhecimento e preparo para atendimento a tantas diferentes especificidades. Portanto, não é somente oferecer a Lei (o direito no papel) e cobrar do professor de sala de aula e sim dar condições e estrutura para a aplicação do ensino-aprendizagem de maneira adequada.

2.3 A Educação com Métodos e Ações Lúdicas e Inclusivas

Com embasamentos em Leis como a Base Nacional Comum Curricular BNCC que cita:

Brincar cotidianamente de diversas formas em diferentes espaços e tempos com diferentes parceiros, crianças e adultos, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, suas criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sócias e relacionais (BRASIL, 2017, p.36).

Com base nessa estruturação curricular que propicia a educação através do brincar é que algumas escolas e professores estão se adaptando e criando planejamentos que ofereçam métodos e ações educativas e inclusivas aos alunos com deficiências através das brincadeiras, com o pensamento de desenvolver a socialização, a inclusão e as potencialidades e não mais observar as limitações impostas por doenças. Para Libâneo; Alves (2017) são fatores que contribuem de forma decisiva no relacionamento satisfatório entre eles, estimulando uma aprendizagem bastante significativa.

Além disso, a aplicação das atividades lúdicas no contexto educacional serve para desenvolver o cognitivo e a coordenação motora do aluno. Conforme Teixeira (2010, p. 44), “brincar é fonte e lazer, mas é, simultaneamente, fonte de

conhecimento”. Sendo assim, cabe o considerar do brincar como parte integrante da atividade educativa do qual o ensino-aprendizagem seja mais significativo. Para Teixeira (2010, p.65) diz que:

Para que o brincar aconteça, é necessário que o professor tenha consciência do valor das brincadeiras e do jogo para a criança, o que indica de este profissional conhecer as implicações nos diversos tipos de brincadeiras, bem como saber usá-la e orientá-las.

No qual ocorre à importância do professor saber realizar a brincadeira, seja com brinquedos educativos, jogos e circuitos interativos com a proposta educacional e de aprendizagem. Para Piaget (1978) afirma que:

A construção de estruturas mentais desenvolve a aquisição do conhecimento e, nesse sentido, a brincadeira, enquanto processo assimilativo participa do conteúdo da inteligência, igual à aprendizagem e também é compreendida como conduta livre, espontânea, que a criança expressa por sua vontade e pelo prazer que lhe dá.

Além do que o aluno que aprende de maneira simples através da brincadeira liberta a espontaneidade a alegria e tem o prazer de aprender.

2.4 Uma abordagem da aprendizagem cognitiva de Vygotsky e significativa de Ausubel

O contexto dessa aprendizagem é observado no pensamento de Vygotsky (1979) que cita “o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio de relações sociais, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio”.

Na percepção de Ausubel (1968) que cita “uma pessoa ganha novos conhecimentos, ela precisa partir de experiências e conhecimentos que já possui”, uma aprendizagem significativa que deriva da percepção da aprendizagem cognitiva que foca nas habilidades mentais mais importantes para a formação do conhecimento desenvolvendo a memória, o raciocínio lógico, a linguagem e a atenção. Desse modo, o lúdico transforma a aprendizagem em perspectivas globais, transcendentais, enquanto, os alunos aprendem brincando desenvolvem diversos sentimentos e emoções que tornam a aprendizagem mais prazerosa.

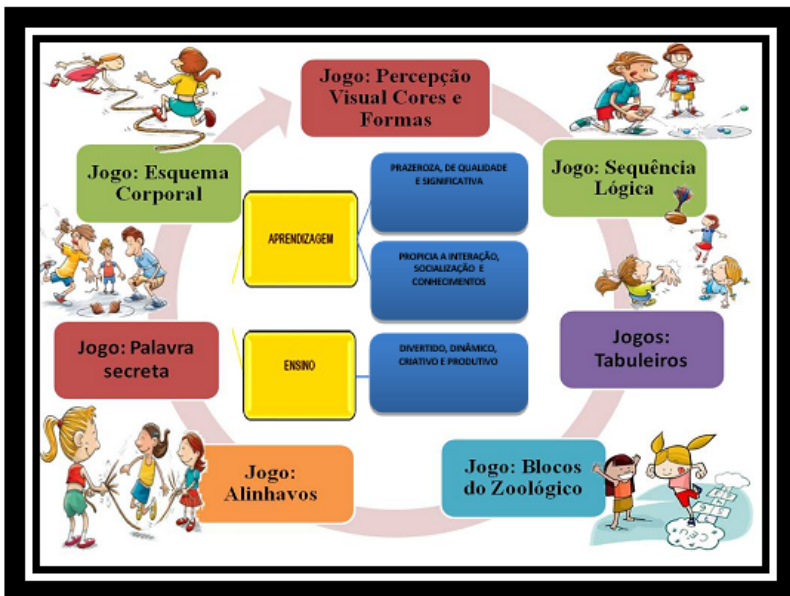
Desta forma, incumbe ao professor demonstrar o elo intermediário do conhecimento com atividade do reconhecimento das formas (geometria), por exemplo, demonstrar e perguntar ao aluno em que se remete esta forma de um círculo, quadrado, retângulo com objetos do seu dia a dia? Deste modo, o conhecimento prévio vem com a percepção de interação com os novos conhecimentos do qual o aluno consegue relacionar novas aprendizagens com informações que já possui, agrupando-os ou separando-os conforme suas especificidades. Contudo, cabe à consideração do professor em aplicar atividades que propicie o conhecimento de maneira natural e agradável para desenvolver

uma aprendizagem prazerosa.

2.5 A prática educativa na inclusão com métodos e recursos multifuncionais

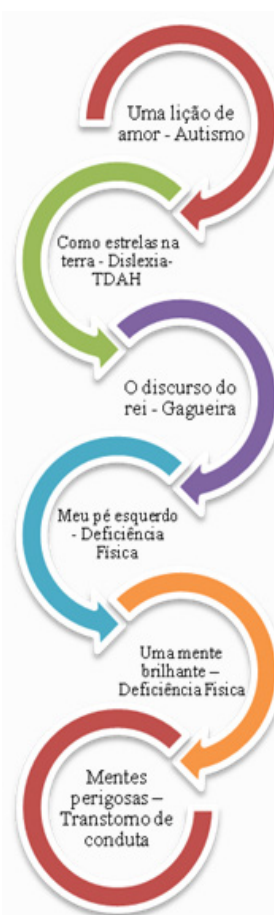
Ao elaborar o plano de intervenção pedagógica o profissional da educação delinea a sua aplicabilidade e o seu objetivo a serem alcançados na aprendizagem do aluno. Desta maneira, buscam atividades que possam auxiliar nesse desenvolvimento do conhecimento, através dos campos das experiências com cores, formas, traços, com a observação, o conhecer, o manipular dos objetos, os sons dos animais, os cânticos, os gestos de pessoas, movimentos de pegar, andar, da lateralidade, a escuta e a fala com a contagem de histórias e os filmes que instigam o pensamento, o raciocínio e a imaginação. Sendo assim, podemos demonstrar nas (Figuras 2 e 3) alguns materiais como brincadeiras, jogos e filmes que são de grande valia para que as pessoas possam compreender os tipos de inclusão, e através de suas percepções pessoais ou projetos educacionais, ter mais respeito e aceitação para com as diferenças de cada um, como também pode ter livros, recursos didáticos digitais que auxiliam o professor no ensino-aprendizagem destes alunos. Todo esse material educacional auxilia no desenvolver das atividades ativas.

Figura 2: Brincadeiras e jogos



Fonte: autores, (2022)

Figura 3: Filmes



Fonte: autores, (2022)

Assim, as atividades lúdicas ajudam a desenvolver a criatividade, a participação, a socialização, entre outras que proporcionam aos alunos com deficiências, experiências corporais, dinâmicas e ativas.

2.6 A exemplificação de atividades lúdicas e seu auxílio no desenvolvimento do aluno

O professor pode realizar atividades com brincadeiras para auxiliar no desenvolvimento do aluno. Deste modo, citamos algumas atividades lúdicas como: o Morto-Vivo – O professor escolhe um dos alunos para ser o líder, este rege a brincadeira, enquanto os outros alunos devem ficar parados lado a lado, para seguir as ordens do ‘líder’. Quando ele falar ‘morto’, todos devem abaixar, no caso ao falar ‘vivo’, os participantes se levantam. Quem errar o comando

citado é eliminado. Essa atividade auxilia no desenvolvimento da concentração, atenção, agilidade, coordenação motora, entre outras.

A atividade lúdica Telefone Sem Fio – o professor deve colocar os alunos em uma fila, lado a lado. O aluno que estiver na ponta deve transmitir uma pequena frase ao ouvido do colega, e assim, ser repassada a frase de um a um até chegar ao último aluno, onde deve falar em voz alta à mensagem que chegou até si, para que tenha a comparação com a palavra original. Quanto mais pessoas no telefone sem fio, mais desafiador fica! Essa atividade auxilia no desenvolvimento da memória, oralidade, audição, concentração.

Na atividade lúdica Quente ou Frio – O professor escolhe o aluno e solicita que esconda um objeto sem que os outros colegas vejam. Os participantes devem tentar encontrar o objeto com a ajuda de ‘dicas’ dadas por quem o escondeu. Quando ocorrer de o aluno se aproximar do local que o item está escondido, o aluno mediador da brincadeira deve falar ‘quente’. Se os colegas estiverem longe do local, ele diz ‘frio’. Ganha quem achar primeiro. Essa atividade auxilia no desenvolvimento da concentração, percepção e o raciocínio lógico.

Para a atividade lúdica o Jogo de peteca – O professor leva as petecas, realiza a distribuição para cada aluno escolhido para iniciar a atividade, e solicita que os alunos formem círculo com quatro integrantes cada. Começa a brincadeira o aluno que fica com a peteca deve segurar a peteca com uma mão e golpeá-la de baixo para cima com a outra mão lançando aos colegas companheiros de jogo. Deve abandonar a brincadeira quem deixar a peteca cair. Essa atividade auxilia no desenvolvimento da habilidade motora, coordenação e lateralidade.

Na atividade lúdica Amarelinha – O professor escolhe um aluno para ficar no fim de cada amarelinha para observar o aluno em sua jornada e no toque do troféu, e solicita que os outros alunos participantes realizem os desenhos de várias amarelinhas com seus quadrados numerados de 1 até 10 na quadra e no final de cada, um “troféu”. Inicia a brincadeira jogando a pedra na casa nº1, o aluno (a) segue pulando nos quadrados até chegar ao final, onde o aluno deve tocar no troféu. Quem conseguir realizar corretamente e o mais rápido possível ganha a brincadeira e um carimbo de troféu em seu caderno nesta atividade orientada teoricamente. Essa atividade auxilia no desenvolvimento da motricidade, noções espaciais, na organização do esquema corporal.

3. METODOLOGIA

O estudo utiliza a abordagem qualitativa e bibliográfica com base nas Leis citadas no texto e também em autores como Ausubel, Vygotsky, Ainscow e Masini do qual tem o objetivo de observar a necessidade do direito ao ensino-aprendizagem mais significativo aos alunos com deficiências, para que estes

possam desenvolver as suas habilidades e potencialidades para a vida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito a educação é uma realidade amparada por Leis, portanto, percebe-se que somente as Leis não estão sendo suficientes para garantir um ensino-aprendizagem significativo que desenvolva as habilidades, os potenciais desses cidadãos alunos com deficiências. Sendo assim, o estudo cita a equipe de profissionais necessários para atender essa educação inclusiva, também vem informar alguns materiais educacionais e lúdicos que podem ser adotados nos ambientes educacionais para auxiliar no desenvolvimento destes alunos.

Para tanto, é observado que existem fatores que devem ser observados para que ocorra a aplicação da inclusão, tais como: estruturas adequadas, materiais didáticos, brinquedos educativos e inclusivos, brincadeiras, jogos, filmes, sala de recurso e além de tudo isso uma equipe de profissionais habilitados e capacitados para ajudar o aluno e o professor de sala de aula a realizar um ensino-aprendizagem transformador e significativo, pois é isto que faz o aluno cidadão se desenvolver para a vida.

No entanto, o que é percebido na realidade das escolas são as dificuldades em atender a todos com uma educação de qualidade e inclusiva. Contudo, percebe-se que mesmo que ocorra a criação das Leis que contribuem para a aplicação dessa educação, ocorrem fatos no cotidiano que somente essas Leis não resolvem.

Portanto, nota-se que as Leis e a inclusão devem existir, no entanto, os investimentos devem ocorrer corretamente na aplicação dessas necessidades, desse modo as mudanças e transformações irão ocorrer proporcionando uma educação inclusiva e significativa. Espera-se que este estudo venha contribuir para todos aqueles que desejam praticar o ensino-aprendizagem mais significativo.

5. REFERÊNCIAS

AINSCOW, M., Porter, G., & Wang, M. (1997). **Caminhos para as Escolas Inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

AUSUBEL, David P. (1968). **Meaningful Verbal Learning**. (2nd ed). New York: Grune&Stratton.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Versão Final. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. **Temas da Pedagogia: Diálogos entre Didática e Currículo**. São Paulo: Cortez, 2017.

MASINI, Elcie F. Salzano. **A facilitação da aprendizagem significativa no cotidiano da educação inclusiva**. São Paulo, 2011.

PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho**. Rio de Janeiro: Znaner, 1978.

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de Oliveira. **Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. Disponível em: < <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

VYGOTSKY, H. **Do ato do pensamento**. Lisboa: Moraes, 1979.

PRÁTICA RELIGIOSA E MUSICALIDADE: COMUNICAÇÃO RITUALÍSTICA ATRAVÉS DA MÚSICA E DOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS DO CANDOMBLÉ DE KETU

Jakeline Barbosa da Silva¹

1. INTRODUÇÃO

O candomblé é um termo usado principalmente no estado da Bahia para se referir a grupos religiosos que apresentam uma gama de práticas rituais originárias da África. No candomblé de Ketu pode-se observar várias práticas peculiares relacionadas a religiosidade africanas e afro brasileiras, entre elas pode-se destacar a música que tem um papel fundamental nessa prática religiosa. Nesse sentido o presente trabalho analisará de forma específica a música e os instrumentos musicais do candomblé de Ketu e sua importância nas festas aos orixás, que são as divindades religiosas.

No candomblé, existem os músicos e tocadores, conhecidos como “ogãs”, que nos dias de festas animam cantando e tocando para os orixás, como afirma Reginaldo Prandi (2000): “As celebrações de barracão, os toques, consistem numa sequência de danças, em que, um por um, são honrados todos os orixás, cada um se manifestando no corpo de seus filhos e filhas”.

Assim, a música no Candomblé pode ser apreciada como forma de se conectar com as divindades (orixás) através de uma linguagem que se identifica no diálogo dos Orixás, o toque pode ser entendido como um chamado que conecta o músico ao mundo transcendente.

Neste sentido, o presente trabalho traz uma abordagem acerca da musicalidade e dos instrumentos musicais do candomblé de Ketu e como objetivo geral: analisar e identificar aspectos da música no processo ritualístico do Candomblé de Ketu e como objetivos específicos: Compreender a importância da musicalidade nos terreiros de candomblé e entender como os instrumentos musicais se comunicam com o mundo transcendental. A motivação para esse estudo foi

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante – FAVENI; Graduada em Farmácia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR; Pós- Graduada em Filosofia, Sociologia e História da Ciência pela Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA. E-mail: jakelineewedy@hotmail.com.

a criação da Lei 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003. Essa lei obriga o ensino da cultura e história africanas nas escolas brasileiras, permitindo um novo olhar sobre as religiões de matrizes africanas.

Vale ressaltar que a cultura afro-brasileira e africana possui uma riqueza imensurável, principalmente no que concerne a religião. No entanto, essas religiões de matrizes africanas são desconhecidas por grande parte da sociedade brasileira que, sem conhecê-la, a julga como uma religião satânica. É essa discriminação que me levou a fazer o seguinte questionamento: Por que as religiões de ascendência africana são tão discriminadas? Qual a importância da musicalidade e dos ogãs no candomblé de Ketu?

As religiões de matrizes africanas começaram a ser investigadas no século XX devido a necessidade de estudos voltados para a cultura afro brasileira e africana, dessa forma utilizei como metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa alguns autores que foram de suma importância na obtenção de respostas às perguntas que me incomodava, entre eles estão: Reginaldo Prandi, Pierre Verger, Francisco Sparta, Edson Carneiro, e outros.

A análise dos dados da pesquisa foi realizada de forma qualitativa, caracterizada por estudos sócio-históricos. Portanto, o método qualitativo na pesquisa é descrito como uma ferramenta investigativa onde o pesquisador tem autonomia para investigar diversos documentos que auxiliara no desenvolvimento do trabalho.

O artigo está estruturado da seguinte forma: Introdução, que se caracteriza por aborda os objetivos, a problemática, a motivação e a estruturação da pesquisa; desenvolvimento, que aborda a religião de matriz africana, especificamente o candomblé de Ketu e seus aspectos, os ogãs e os instrumentos musicais das festas do candomblé de Ketu.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O candomblé de Ketu: Aspectos da musicalidade

O candomblé de Ketu é uma religião oriunda da África que se instaurou no Brasil através de seus descendentes que vieram em porões de navios negreiros para trabalhar de forma escrava nos estados brasileiros. Aos poucos essa religião foi ganhando adeptos e hoje se faz presente em todo território brasileiro. Porém, vários aspectos da religião do candomblé de Ketu se perderam durante o período da escravidão devido as famílias africanas terem se ausentado dos rituais ou mesmo por serem obrigadas a praticar culto aos santos da igreja católica. Prandi faz a seguinte afirmação sobre a formação do candomblé no Brasil:

O candomblé que assim se formou no Brasil foi mais que a reconstituição da religião. Não sendo a religião africana separada na sociedade, para que

ela fizesse sentido, muitos aspectos da sociedade tiveram que ser reconstituídos, pelo menos simbolicamente, uma vez que no Brasil as estruturas familiares e societárias africanas estavam completamente ausentes, substituídas, mesmo no caso do escravo, pelos padrões ibero-brasileiros. Isso evidentemente implicou muitas acomodações. (PRANDI, 2000, p.62).

No entanto, apesar de se firmar em solo brasileiro, o candomblé de Ketu precisa ser visto pela sociedade brasileira como uma religião que tem contribuído de forma significativa na construção da identidade cultural do país. Prandi elucida que:

A cultura africana que assim vai se diluindo na formação da cultura nacional corresponde a um vastíssimo elenco de itens que abrangem a língua, a culinária, a música e artes diversas, além de valores sociais, representações míticas e concepções religiosas. (PRANDI, 2000 p. 58-59).

A família candomblecista começou a se organizar em terreiros onde se pratica o culto aos orixás. O terreiro segue uma hierarquia que propicia o funcionamento do estabelecimento. O babalorixá ou ialorixá (pai ou mãe de santo) é quem conduz o culto ao orixá, cada terreiro tem um orixá que deve ser cultuado por todos os frequentadores da casa.

O candomblé, criação brasileira, estruturou-se como esta família iorubá. O grupo de culto é dirigido por um chefe, masculino ou feminino, com autoridade máxima, e o orixá do fundador do grupo é o orixá comum daquela comunidade, para o qual é levantado o templo principal. Templos secundários, denominados casas ou quartos-de-santo, são construídos para cada um dos orixás ou famílias de orixás louvados pelo grupo. (PRANDI, 2000, p.61-62).

Existem funções específicas dentro do candomblé de Ketu e cada função possui sua particularidade e importância dentro do terreiro. Todos os cargos são intransferíveis, uma vez confirmados no jogo do Orixá de Orunmilá que é uma espécie de chefe conselheiro dos orixás, responsável pelo destino das pessoas. Quando o cargo é dado a um membro do candomblé ele não pode ser retirado, os cargos são vitalícios só podem ser substituídos quando uma pessoa falecer.

O cargo dado é vitalício, uma vez recebido, nada tem o poder de retirar, pois se entende ser um cargo dado pelo Orixá, e somente após a morte do sujeito este cargo poderá ser repassado para outro indivíduo. Nos tempos atuais, em que tudo se torna efêmero, a vitaliciedade no candomblé representa o máximo do costume e princípio de experiência de vida frente à cosmovisão africana, assegurando a continuidade de uma cultura religiosa em que o mais velho é legitimado como o “depositário” do saber. (LOSS, 2020, p.279).

Dentre os cargos de uma casa de candomblé, o músico é de suma importância para as realizações das festividades do terreiro. Ele é chamado de ogã e além de ser o tocador de atabaque ele tem função de chamar os orixás no

momento das festividades quando se inicia o processo ritualístico, além disso, ele ajuda a coordenar juntamente com o babalorixá os rituais. Barcellos faz a seguinte contribuição sobre a importância dos ogãs nas festas candomblecistas:

Não pode ser considerado, tão somente, o tocador de atabaque. O ogã é uma figura importante dentro de uma casa de santo, pois ele atua como uma espécie de fiscal, ajudando na coordenação dos rituais. É da competência de ogã a manutenção e preparação dos couros para os atabaques; coordenar os toques, entoando as cantigas dentro das sequências corretas. (BARCELLOS, 2002, p.37-38).

O principal ogã dentro de uma casa de candomblé é chamado de Alabê, ele se configura numa espécie de chefe dos ogãs e desenvolve um trabalho de coordenação atuando na boa conduta dos demais tocadores. De acordo com Almeida (2014, p. 85-86) “O ogã é um especialista que domina determinados conhecimentos específicos, é portador de saberes especiais que conferem prestígio e o tornam objeto de fortes sentimentos sociais. Atribui-se a ele uma destreza e uma ciência incomum.”

2.2 Instrumentos musicais

As festas de candomblé não acontecem sem a presença das cantigas e dos instrumentos musicais. Os ogãs desde crianças apreendem a tocar com muito rigor os instrumentos musicais e não podem cometer erros durante as festividades. No entanto, a rigidez é essencial no aprendizado de um Ogã, pois existe um diálogo entre o músico e o santo incorporado, exigindo que o músico conheça detalhadamente todas as “coreografias” e gestos do santo e assim haja uma harmonia entre ambos. A formação torna-se assim não apenas um ensinamento, mas uma espécie de aprendizado que é transmitido por gerações.

Até onde se sabe, não existe ainda uma “escola” para formação de ogãs. Os ritos e procedimentos de iniciação e aquisição de conhecimento variam entre as nações do Candomblé, e de casa para casa. [...] esse rito iniciático é parte essencial e indispensável para a aquisição da autorização para tocar durante a cerimônia religiosa. Os procedimentos de aprendizagem ocorrem de forma oral, e possuem aspectos particulares. (LIMA, 2018, p.17).

Os principais instrumentos tocados nas festividades de candomblé são o atabaque e o agogô. A frequência com que esses instrumentos aparecem nos rituais do candomblé os caracterizam como sendo os mais utilizados pelos ogãs durante as festas candomblecistas. Vatin traz a seguinte contribuição sobre a formação do repertório entre cantigas e instrumentos que estruturam as cerimônias ritualísticas:

Formada por um amplo repertório de cantigas, acompanhadas de fórmulas rítmicas (toques) tocadas por três tambores (atabaques) e um sino

metálico (agogô ou gã), a música, no candomblé, estrutura todas as etapas das cerimônias rituais. Ela é, para os adeptos, indispensável ao estabelecimento de laços entre o mundo dos humanos e o das divindades, ou seja, ao desencadeamento e ao acompanhamento do transe de possessão. (VATIN, 2001, p.9-10).

O atabaque é um instrumento musical utilizado nas festas de candomblé de Ketu. Os atabaques são instrumentos de madeira e pele encontrados nos rituais do povo Ketu, que tocam ritmos em ordem de batida, utilizando-se a mão ou duas baquetas para formar uma verdadeira percussão, essa polirritmia é a forma de expressão. Verger contribui da seguinte forma para a compreensão dos atabaques:

as formas e o sistema de tensão do couro dos atabaques são diferentes, de acordo com as nações dos terreiros. O sistema de tensão por cunha é frequentemente nos candomblés de origem baton (congo e angola). O sistema de tensão por cavilhas enfiadas no corpo do atabaque é característico, no Brasil das nações djédjé (VERGER, 1999, p.28).

No candomblé, o atabaque tem nome próprio de acordo com sua etnia, a maioria dos terreiros de candomblé no Brasil adota nome específico para atabaques. O atabaque maior é chamado de Hun, Hunpí é o atabaque médio e o atabaque pequeno é denominado de Lé.

O maior dos três atabaques utilizado é o mais destacado, não só pelo seu tamanho, mas pelo que ele realiza. Ele é o solista, marcando os passos da dança com repiques e floreios. Só os mais experientes podem tocá-lo, e, na escala do aprendizado, ele é último a ser percutido por quem deseja aprender a tocar, porque deve conhecer os momentos para os repiques que irão permitir que o Orixá, dançando, realize as variações nos movimentos que lembrarão as ondulações das águas de Oxum, as lutas e agilidade de Ogum e Xangô, o ato da caça de Oxóssi, o ninar da criança de Nanã, a extensão e beleza do arco-íris de Oxumarê, o balançar das folhas ao dançar com uma perna só de Osanyín ou o pilar do inhame por Oxaguiã. Os atributos míticos dos Orixás são revelados desta forma (BENISTE, 2001, p. 74 e 75).

A imagem abaixo mostra o trio de atabaque e sua diferença de tamanho sendo que o maior atabaque tem em média 110 cm de altura e 15 cm de diâmetro. O atabaque intermediário tem em média 90 cm de altura e 13 cm de diâmetro e menor atabaque possui em média uma altura de 70 cm e de 12 cm de diâmetro.

Figura 1- Trio de atabaques



Fonte: LIMA, 2018.

Os atabaques, por serem instrumentos sagrados não podem sair dos terreiros para serem utilizados em outras festas como apresentações artísticas. Além disso, esses instrumentos têm papel fundamental nas cerimônias ritualísticas como afirma Verger:

As baquetas utilizadas nos atabaques são chamadas de Aguidavi é são fundamentais no candomblé. Elas são produzidas de madeira e possuem de 30 a 35 centímetros de comprimento.

Os atabaques são tocados com o aguidavi, feito de madeira muito resistente como o araçazeiro, goiabeira e ingazeiro. Eles têm que ter em média de 30 ou 35 centímetros de comprimento, sendo raspado e depois colocado para secar e, em seguida nas pontas, ele é enrolado com cordão ou fita crepe para que tenham uma maior durabilidade. (BARROS, 1999 p. 46).

Figura 2- Aguidav



Fonte: Cardoso (2006).

A entonação do atabaque é de suma importância dentro de um terreiro, pois o tom entoado do atabaque seja ele baixo, médio ou alto irá fazer referência ao um determinado orixá que por sua vez reconhece o seu chamado através entonação do atabaque.

Tais entonações são muito importantes, pois podem modificar completamente o significado de uma palavra, como: Ogum: Entonação do tom grave para o tom alto, que significa o nome do Orixá da guerra, do ferro e da agricultura. Ogúm: entonação do tom médio para o alto que significa herança, e Ogum: entonação em tom médio, significando guerra. Os ritmos produzidos por esses tambores, têm uma função muito mais profunda do que somente musical, pois por seu intermédio os executantes tentam uma espécie de reprodução da linguagem verbal de modo a criar e intensificar um ambiente de comunicação entre entidades (santos e orixás) e os seguidores do culto. A cada entonação executada, por intermédio dos tambores, há uma indução ao culto de expressões, sentidos e objetivos específicos que promove no participante do rito uma ação/percepção que transpõe o simples “discurso musical” (LIMA, 2018, p.12).

O agogô é um instrumento musical único composto por 2 a 4 sinos de ferro ou dois cones ocós sem base, de vários tamanhos, feitos de folhas flamengas, unidos nos seus vértices. Para fazer este instrumento soar, é necessário bater nas duas bocas de ferro do instrumento com uma vara de madeira. Wa Mukuna conceitua o agogô da seguinte forma:

É a campânula dupla' de tons altos (pequenos) e baixos (largos) ou femininos e masculinos, presa nas extremidades de uma haste metálica curvada. Este tipo de campânula comum na África é conhecido entre os bakongos do Congo com o nome de ngongi, e com o nome gerundial de nkobu entre os lubas. No Brasil, adaptou o nome yorubá de agogô (Wa Mukuna, 2000, p. 106).

Figura 3- Agogô de 3



Fonte: Wikipedia

Figura 4- Agogô de 2 sinos



Fonte: Wikipedia

Além dos instrumentos principais das casas de candomblés, existem

alguns instrumentos que são poucos usados no terreiro. Eles estão ligados diretamente aos orixás e são considerados instrumento musicais de possessão. Cardoso (2006), denomina esses instrumentos musicais como “Instrumentos de fundamento” e faz a seguinte elucidação:

Os instrumentos de fundamento representam a essência da força do próprio orixá; esses instrumentos simbolizam o poder da divindade. Um exemplo dessa força, vem da ligação desses instrumentos com o fenômeno da possessão. Enfim, o fundamento, em geral, faz parte do tabu dessa religião. Os instrumentos de fundamento se encontram em número de cinco, sendo eles: o arô, o cadacorô, o xére, um sino – sem nome específico – e o adjá. Cada um desses instrumentos é associado a uma deidade (CARDOSO, 2006, p. 47).

Arô é um instrumento musical feito de chifres de boi ou búfalo. Ele é um instrumento de percussão utilizado nas festas de candomblé especificamente designado a Oxóssi, podendo ser utilizado como apetrecho nas vestimentas de Oxóssi. Cardoso traz a seguinte contribuição:

O arô é constituído de dois chifres, de búfalo ou de boi, geralmente ornados nas extremidades com metal e presos por correntes. Para tocá-los, percutem-se um no outro. Em função do material (chifres) no qual o instrumento é feito, o som produzido por ele é bem “seco”. O arô é tocado em festas para Oxóssi, divindade na qual ele é relacionado. (CARDOSO, 2006, p. 48).

Cadacorô ou Alakorô é um instrumento musical de ritual usado pelo orixá Ogum durante suas obrigações. A maneira como é batido um no outro produz um som de rangido. Lühning (1990) faz a seguinte consideração do formato do cadacorô, “[...] duas peças de ferro, toscamente forjadas, de forma alongada, que, percutidas uma contra a outra, produzem um som muito forte e penetrante”.

Figura 5-- Cadacorô ou Alakorô



Fonte: Wikipedia

Xére é o instrumento cerimonial do orixá Xangô e pode ser visto nas festividades de Xangô. Pode ser encontrado em materiais como bronze, metal e de cabaça com sementes, e é tocado como um chocalho. Como afirma Cardoso (2006) “O xére é um chocalho e, como tal, constitui-se de uma cabaça, cheia de sementes, presa a um cabo de madeira. Ligado a Xangô, é tocado nas festas dessa divindade”.

Figura 6 - Xére de cabaça com sementes



Fonte: Wikipedia

O Xaorô é um instrumento cerimonial da obrigação do orixá Omolu, feito de metal, em formato de bolinha com pequenos cortes ao redor. Por ser um instrumento pequeno seu som é bastante agudo.

Figura 7- Xaorô de metal



Fonte: Wikipedia

Adjá é um instrumento ritualístico do orixá Oxalá, porém, é utilizado em quase todas as festas de diferentes orixás devido Oxalá ser considerado o pai de todos os orixás. Uma de suas características é estar sempre do lado de Babalorixá ou Ialorixá. Este instrumento

assemelha-se a um sino e seu material é o metal, podendo ser tocado em uma harmonia de balanço de um lado para o outro. Cardoso o caracteriza como:

Este instrumento se constitui em uma sineta de metal composta de uma ou mais campânulas. O ajdá está ligado a Oxalá, mas como essa divindade é conhecida como “o pai de todos”, esse instrumento é utilizado nas festas de outros santos (CARDOSO, 2006, p.48).

Figura 8 - Adjá de metal



Fonte: Wikipedia

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentando traz uma contribuição sobre a musicalidade e os instrumentos musicais utilizados nos terreiros de candomblé de Ketu. Nesse sentido, pode-se observar que a música nos terreiros tem uma importância enorme, pois é através dela que os adeptos candomblecistas se comunicam com o mundo transcendental e dialogam com os orixás que foram incorporados.

Os instrumentos musicais utilizados nas festividades de candomblé também têm contribuído para o desenvolvimento do diálogo entre os orixás e os membros do candomblé, pois é através dos sons que são entoados por eles os orixás são chamados para se comunicarem com os adeptos em momento de transe ritualístico.

Assim, o presente trabalho, trouxe como objetivos para a compreensão da importância da musicalidade e dos instrumentos musicais: analisar e identificar aspectos da música no processo ritualístico do Candomblé de Ketu; Compreender a importância da musicalidade nos terreiros de candomblé e entender como os instrumentos musicais se comunicam com o mundo transcendental.

A pesquisa ora apresentada foi fruto de um estudo bibliográfico e estar longe de ser concluída. Porém, por ser uma temática que desperta um olhar crítico e reflexivo entre os estudiosos ela abre caminhos para possíveis investigações.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, Leonardo Oliveira de. **Eu sou o ogã confirmado da casa: ogãs e energias espirituais em rituais de umbanda**. 2014.
- BARCELOS, Mario César. **Os orixás e o segredo da vida: lógica, mitologia e ecologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- BARROS, Iuri Ricardo Passos de. **O Alagbê: entre o terreiro e o mundo**. Salvador, 2017.
- BARROS, José Flávio Pessoa de. **O banquete do rei... Olubajé: uma introdução à música sacra afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, sd, 1999.
- BENISTE, José. **As águas de Oxalá**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2001.
- CARDOSO, Ângelo Nonato Natale. **A linguagem dos tambores**. Salvador, 2006.
- LIMA, Ronaldo Batista de. **Atabaques do candomblé e tambores batá da santeria: toques e formação do Ogã**. Brasília, 2018.
- LOSS, Dulce Edite Soares. **Humbê e suas práticas num terreiro de Candomblé**. p. 270-285, Editora Científica Digital, 2020.
- LÜHNNING, Angela. **A música no candomblé Ketu-Nagô—Estudo sobre a música afrobrasileira em Salvador, Bahia. Hamburgo: Alemanha**. 1990. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado.
- PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, n. 46, p. 52-65, 2000.
- VATIN, Xavier. **Música e Transe na Bahia As nações de candomblé abordadas numa perspectiva comparativa**. ICTUS-Periódico do PPGMUS-UFBA | ICTUS, v. 3, 2001.
- VERGER, Pierre. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. Salvador, Editora Corrupio, 1981.
- WA MUKUNA, Kazadi. **O contato musical transatlântico: contribuição bantu na música popular brasileira**. África, n. 1, p. 97-101, 1978.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS E O DIREITO AO RECONHECIMENTO PLURAL

Marília Rulli Stefanini¹

1. INTRODUÇÃO

Não se pode vedar os olhos a respeito do contexto social em que se vive quando se tem o objetivo de estudar a normatização e sua efetividade. Desta feita, o presente estudo possui como objetivo a análise dos direitos fundamentais/sociais assegurados aos povos indígenas, posto que, segundo normas vigentes, tal esfera social demanda uma proteção e um reconhecimento de direitos que vão além daqueles assegurados à maioria não indígena. Destarte, notou-se, por meio de pesquisas de cunho bibliográfico e em sítios da *web*, que a ideologia normativa a respeito de tais direitos pairam no atendimento ao mero interesse da classe opressora (maioria). Posto isso, é preciso que haja o efetivo reconhecimento de tal parcela social marginalizada, pautada no princípio da multiculturalidade, uma vez, está-se falando em pessoas dotadas de cultura diversificada, e, portanto, demandam uma contraprestação que atenda às suas peculiaridades, para que, enfim, se tenha um reconhecimento concretizado e se institua o real Estado Democrático de Direito.

Nota-se, ao se analisar os povos indígenas, que sempre houve marginalização durante sua existência, o que por sua vez deixa evidente o conflito com o metaprincípio constitucional intitulado de respeito à dignidade da pessoa humana.

Os indígenas possuem direitos tutelados pela Carta Magna, que, na maioria das vezes, não são respeitados, colocando tais direitos em situação de supressão por grupos de maioria. Assim, a supressão dessa minoria marginalizada ganha relevo nos estudos atuais, já que tal choque de culturas, bem como a opressão de uma classe menor por uma maior e mais poderosa, afronta o reconhecimento do indígena enquanto pessoa humana, por pertencer a uma cultura diferenciada.

Nesta seara, surge, com grande representatividade, na sociedade

¹ Docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade de Paranaíba, nas Faculdades Integradas de Paranaíba – FIPAR. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP (2021). Pós-doutorada em Direitos Humanos e Democracia pelo “*Ius Gentium Conimbrigae*” (IGC) na Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra (FDUC), Portugal (2022). E-mail: mariliastefanini@yahoo.com.br.

contemporânea, a teoria do multiculturalismo, que por sua vez tende a discutir, compreender e respeitar as diferentes culturas existentes, tratando e reconhecendo-as com suas devidas peculiaridades.

Diante de modificações estruturais sociológicas (econômicas, culturais, políticas, etc.) notórios são seus resquícios na entidade indígena, onde valores, princípios e filosofias de vidas foram modificados, verificando-se, atualmente, na maioria dos casos, certa espécie de mutação constitutiva.

Partindo deste pressuposto, o objetivo do presente estudo pauta-se em analisar aos direitos fundamentais inerentes aos indígenas, bem como avaliar a cultura indígena e seu “embranquecimento”, e a necessidade do seu reconhecimento pautado na diversidade cultural.

Seguindo essa ótica, vale frisar que o presente texto, possui o escopo de apreciar a população indígena, mais especificamente, aos direitos fundamentais/humanos assegurados pela normatividade brasileira a tais sujeitos, assim sendo, a justificativa de tal trabalho paira no quesito da análise dos interesses indígenas, ponderando sob a ordem jurídica em plano Constitucional e Infraconstitucional. Por fim, ressalta-se que a metodologia adotada finca suas balizas no método investigativo dedutivo e histórico, onde se analisam diversas bibliografias, textos de lei, revistas, periódicos, jornais e sítios da *web*.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA LEGISLAÇÃO INDÍGENISTA

A norma positivada brasileira, em tempos de antiguidade e não obstante nos dias atuais, visualiza a sociedade indígena enquanto uma pedra na “evolução” social, o que se denota da compreensão dos artigos legais observados.

A respeito das leis asseguradoras dos direitos indigenistas, nota-se, segundo o entendimento de BELFORT (2006), que sua espinha dorsal paira nos quesitos do extermínio, integração, e, posteriormente à promulgação da Carta Magna, na política do reconhecimento. Assim, os direitos indigenistas configuram o polo dos direitos coletivos, reconhecendo os direitos fundamentais inerentes aos povos indígenas.

Ademais, os primeiros relatos de normas direcionadas aos indígenas são representados pelas Cartas de Doação e Forais, que emanaram dos Reis portugueses, em que dispunham em seu bojo ordens de comportamentos aos portugueses diante dos indígenas, pregando sempre pela paz e liberdade, todavia, a real intenção das cartas configurava a exploração dos povos brasileiros, bem como, a assimilação dos seus territórios.

Após tais fatos, em decorrência da fortificação do binômio

dominador-dominado, figurando nesses polos, respectivamente, burguesia republicana e os povos indígenas, passaram a existir normas de integração entre as aldeias e seus povos.

Entretanto, de maneira positivada na Carta Magna, o marco histórico para os direitos indigenistas residem na Constituição de 1934, principalmente ao abordar o assunto de demarcação/posse das terras em seu artigo 129. Vejamos: “Art. 129 – Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.” (BRASIL, 1934).

Contudo, o que se nota é uma abordagem de direitos apenas em relação aos “silvícolas”, ou seja, àqueles que se mantinham de maneira isolada à sociedade “civil organizada”, e não em relação a todos os indígenas de maneira indistinta. O que, por sua vez, leva a crer que os indígenas que não se encontrassem em tal situação de localização deveriam respeitar as normas “brancas”, não havendo qualquer previsão legal asseguradora de seus direitos, cultura e crença, de maneira diferenciada. Entendimento este que se pode extrair do texto Constitucional de 1937: “Art. 154 – Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”. (BRASIL, 1937).

Segue a Constituição de 1967 aduzindo que: “Art. 198 – As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas e de todas as utilidades nelas existentes”. (BRASIL, 1967).

Cumprer ressaltar que referida ideologia a respeito dos indígenas restou por habitual até a promulgação do Código Civil no ano de 1916, bem como com o Estatuto do Índio em 1973, e a Constituição Federal de 1988, os quais, por sua vez, “primam” pelo reconhecimento da classe até então marginalizada, e com seus direitos próprios suprimidos em prol da classe marginalizadora.

Diante de tal afirmação, percebe-se que a Lei n. 6.001 de 1973, Estatuto do Índio, inovou na órbita jurídica brasileira ao dispor sobre o respeito e reconhecimento dos costumes indígenas, sustentando de maneira notória alguns direitos dessa minoria. Em contrapartida, tal instituto legal peca, de maneira contraditória, ao propor o reconhecimento e respeito acima citados e a integração do indígena à sociedade não indígena, como se nota:

Art. 2º Cumprer à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: I – (...) II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional; (...) IV - assegurar aos índios

a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência; (...) VI - respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes; (...) Parágrafo único. (Vetado). (BRASIL, Lei 6.001 de 1973).

Nesta seara, somente no ano de 1988, com Carta Magna promulgada, abordou-se tal questão de maneira mais eficaz sob a ótica do reconhecimento das minorias, demonstrando que:

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Isso posto, o marco reconhecedor e protetor da comunidade indígena, ao menos de maneira formal, enquanto um grupo diferenciado, com cultura e organização social próprias, foi no ano de 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal.

Por fim, vale dizer que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei de número 2.057/91, em que se requer a modificação do Estatuto do Índio, substituindo-o por um Estatuto das Sociedades Indígenas, o que, por sua vez, ampliará o reconhecimento dos direitos próprios desse povo marginalizado, excluído e esquecido, assegurando-lhes, de uma maneira geral, o respeito à cultura específica e aos seus direitos próprios, sem tentar integrá-los à sociedade não indígena. Porém, até os tempos atuais, julho de 2022, referida alteração normativa não acontecera em razão de múltiplos interesses escusos estatais e sociais.

2.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS/SOCIAIS INDIGENISTAS NO BRASIL

No Brasil, garantir o acesso a todos à moradia, saúde, educação, lazer e demais direitos fundamentais está entre as obrigações do Estado, que nem sempre cumpre com o que garante a lei, uma regra que se verifica, inclusive, nas comunidades indígenas.

Estudiosos relatam que antes da chegada dos europeus à América, havia aproximadamente 100 (cem) milhões de indígenas no continente, dentre tais comunidades indígenas foram catalogadas a aldeia Tupi-guarani, Aruaques, Tapuias e Caraíbas.

Por algum tempo os indígenas sofreram (e sofrem!) diversos abusos dos navegantes que aqui chegavam e subtraíam suas terras, e, sem nenhum direito, foram usados como escravos, catequizados, desrespeitados e mortos.

A par disso, com a Constituição Federal de 1988, o indígena não é mais considerado incapaz, conforme dispunha o Código Civil de 1916, podendo exercer cidadania plena como todo cidadão, bem como passou a ser titular de todos os direitos

que um brasileiro não indígena detém, sem precisar que alguém o represente.

Segundo informações disponibilizadas no site oficial da FUNAI, existem no Brasil, atualmente, mais de duzentas e vinte etnias, e cerca de cento e oitenta línguas indígenas, o que torna demasiadamente latente a necessidade de se efetivarem seus direitos considerados fundamentais de forma que respeite suas dignidades humanas.

Assim, como dito anteriormente, os indígenas possuem os mesmos direitos fundamentais que qualquer cidadão não indígena, sendo que estes direitos encontram-se elencados no texto dos artigos quinto ao vigésimo primeiro da Carta Magna, de forma exemplificativa.

Observemos:

Na realidade, é pauta de direitos fundamentais em um sistema político que notícia o seu caráter autoritário ou democrático, liberal ou social. É ainda esse lenço de direitos que anuncia os princípios processuais mais gerais e indispensáveis e delinea os limites do poder político estatal, razão pela qual os direitos fundamentais constituem o cerne de qualquer ordem jurídica, “a medula das constituições” e a teoria que se pretende desenvolver acerca de tais direitos há de vislumbrá-los sob este ângulo (WILLIS, 1997, p. 35).

Porém, ao se tratar de direitos quanto aos povos indígenas, a retórica se torna mais complexa, já que segundo Vidal Serrano Nunes Júnior:

Com efeito, uma gama considerável de direitos sociais não foi objeto de regulação específica pela Constituição, como, por exemplo, o direito à alimentação (ingestão dos nutrientes necessários à preservação do estado de saúde) e o direito à habitação, o qual, embora mencionado no art. 6º, não foi especificamente disciplinado pela Constituição. Nestes termos, à falta de parâmetros normativos específicos, quer nos parecer que tais direitos existam, porém, caudatariamente ao princípio da dignidade humana, que, no ponto, forjada, por evidente, também a noção de piso vital. (JUNIOR, 2009, p. 190)

Diante de tais citações, importante observar que a comunidade indígena não se compõe apenas dos direitos fundamentais/sociais dispostos na Constituição a toda sociedade não indígena, mas mais que isso, já que em razão de suas peculiaridades é necessário uma abordagem que respeite suas individualidades em um Estado Democrático efetivamente representativo. Ou seja, à sociedade indígena é necessário o resguardo aos seus próprios direitos, que respeite suas crenças, culturas, costumes, etc., conforme já dispõe a própria Lei Maior.

Nesta seara, o se falar em direitos fundamentais peculiares aos povos indígenas, é preciso, a priori, conceituá-los como um conjunto de direitos atinentes ao povo indígena, os quais possuem como cerne principal a proteção da dignidade humana desses povos, sendo considerados, indispensáveis à vivência digna.

Seguindo esta linha de raciocínio, frisa-se que a conquista de tais direitos

não emergiu em um lapso temporal ínfimo, mas surgiu, de forma positiva, por meio de longas batalhas travadas entre a necessidade social e o interesse próprio da maioria, ou seja, do sujeito não indígena.

Posto isso, nota-se que os direitos fundamentais atinentes aos indígenas possuem como fundamento não apenas o reconhecimento a essas pessoas culturalmente específicas, mas o respeito ao seu modo próprio de ser e estar, sua cultura, organização familiar, suas terras, crenças, dentre outros direitos.

Neste sentido, CORREA, com a habitual clareza preleciona:

A cidadania é fundamentalmente o processo de construção de um espaço público que propicie os espaços necessários de v vência e de realização de cada ser humano em efetiva igualdade de condições, mas respeitadas as diferenças próprias de cada um. Ser cidadão significa estar inserido em um contexto não-discriminatório, igualitário sob o ponto de vista das condições fundamentais de existência. (CORREA, 2006, p. 221).

Diante disso, ratifica-se que os direitos fundamentais, os quais são assegurados aos cidadãos indistintamente, proporcionam, ou deveriam proporcionar, ao grupo social indígena condições que efetivem sua condição demasiadamente humana, respeitando suas peculiaridades sob o prisma da isonomia legal, formal e material.

Referidos direitos fundamentais encontram-se positivados, primeiramente, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde em seu artigo 5º há o estabelecimento de que ao cidadão, indígena ou não, serão assegurados os direitos à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade, dentre outros.

Assim como já mencionado anteriormente, em outro artigo (art. 231 da CF/88) a mesma norma jurídica assegura que aos indígenas será garantido o respeito à suas peculiaridades, como, crença, cultura, e identidade, o que na práxis não é concretizado.

Se não bastassem tais positavações Constitucionais, no plano infraconstitucional foram promulgadas e encontra-se em vigência em solo nacional algumas normas relativas aos povos indígenas, sendo a mais vultosa intitulada de “Estatuto do Índio”, Lei n. 6.001 de 1973, ou seja, anterior à Constituição Cidadã (1988), que manteve o ideário integracionista dos povos, não lhes reconhecendo o direito à autodeterminação, bem como lhes negando o princípio do multiculturalismo em um Estado Democrático, como no caso o Brasil.

Ao se falar em saúde indígena, vigora no Brasil um Decreto específico, qual seja o Decreto de n. 58.824 de 1996, que, por sua vez, em seu artigo de número 20, regulamenta que o governo signatário deverá trazer para si a responsabilidade e o dever de assegurar aos povos indígenas uma saúde adequada.

Senão vejamos:

Artigo 20 1. Os governos assumirão a responsabilidade de colocar serviços de saúde adequados à disposição das populações interessadas.

2. A organização desses serviços será baseada no estudo sistemático das condições sociais, econômicas e culturais das populações interessadas.

3. O desenvolvimento de tais serviços acompanhará a aplicação de medidas gerais de progresso social, econômico e cultural. (BRASIL. Lei n. 58.824 de 1996).

Embora a responsabilidade da saúde indígena fora transferida para um órgão específico, na prática o que se nota é um descaso para com a população, vivendo-se em situação extrema de pobreza, miséria, abandono, falta de infraestrutura, deficiência de profissionais habilitados e omissão governamental.

Deste modo, percebe-se que a realidade factual evidencia a inefetividade desta saúde pública indigenista, donde a esfera administrativa brasileira deixa a desejar quanto à concretização de normas positivadas, sendo necessária a atuação, em muitos casos, do Poder Judiciário para dirimir os imbróglios entre os interesses políticos e sociais em âmbito nacional.

Corroborando o acima exposto, dentre os direitos fundamentais, outro de igual relevância é o direito à educação, assegurado tanto na Carta Magna, quanto no Decreto acima exposto. Posto isso, ao se analisar toda a história da educação indígena no Brasil, afere-se a compreensão de que ao longo dos tempos, ao indígena, no quesito educação, sempre lhes fora imposta uma cultura “embranquecida” e não se prezou em preservar as suas características específicas.

Nota-se tal imposição de culturas ao se analisar o texto Constitucional exemplificado no artigo 210, §2º, da Carta de 1988, onde o ensino fundamental será ministrado em língua portuguesa.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

[...]

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. . (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Diante da citação acima, compreende-se que, de acordo com o texto da Lei Maior, no que se refere à educação no Ensino Fundamental indigenista, não há respeito à multiculturalidade, sendo imposta à comunidade a língua portuguesa como materna no processo de aprendizagem fornecido pelo poder público.

Todavia, com o Decreto Presidencial de n. 26, 1991, a educação indígena passou a ser competência do Ministério da Educação e, em razão disso, começou-se a formular bases e diretrizes para seu desenvolvimento de forma plural. Destarte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1996, dispôs

sobre a necessidade de a educação dos povos indígenas ser ofertada de maneira bilíngue: “Art. 78 - [...] desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas”. (BRASIL, LDB, 1996).

Contudo, o que se nota é a não existência de um programa educacional que atenda às peculiaridades dos indígenas na prática, já que a realidade evidencia a falta de material didático, profissionais capacitados, infraestrutura precária e desinteresse político.

Noutro giro, quando se fala em direito às terras indígenas, estar-se-á falando em direito à moradia, e não à ocupação ou opressão. Desta feita, direito à moradia é um direito fundamental/social disposto no artigo 6º da Constituição Federal.

Além do disposto na Constituição Federal, bem como no Decreto já elucidado, há em tramitação no Congresso Nacional desde o ano de 1991, um Projeto de Lei, que por sua vez, cria o Estatuto das Sociedades Indígenas no Brasil, o qual tende a resguardar com maior efetividade o direito à moradia indígena.

Entretanto, mesmo existindo normas cogentes, ou em tramitação no Congresso, que assegurem aos indígenas seus direitos fundamentais de maneira específica, respeitando sua cultura, crença, vivência, entidade familiar, constituição cultural, e sua própria existência, nota-se que no Brasil tais direitos ainda encontram-se positivados e efetivados de maneira unificada, preservando, sempre, os direitos e interesses da classe dos não indígenas, o que de maneira gritante demanda uma política legislativa, executiva e judiciária que respeite e reconheça o multiculturalismo já preconizado pela Carta Constitucional no ano de 1988.

2.3 O RECONHECIMENTO DO INDÍGENA ENQUANTO CULTURALMENTE DIVERSIFICADO

Conforme nas linhas acima redigidas, é preciso reconhecer que em uma sociedade contemporânea, hodiernamente analisando, no que tange ao grupo de interesses políticos da maioria, diferentes são as culturas adotadas pelos indivíduos em toda a superfície mundial.

Fato este que comprova a existência social da teoria pós-colonialista do multiculturalismo, onde se aceita e reconhece as existências de diversas e variadas culturas, crenças, princípios, valores, composições familiares, organizações sociais, políticas, econômicas e etc. entre os povos.

A partir deste contexto multicultural, importante se faz a visualização de classes da maioria opressora e da minoria oprimida. Assim, diante de todo arranjo societário observa-se, em terras brasileiras, que um dos grupos pertencentes às minorias é composto pela população indígena.

Segundo o que dispõem as normas positivadas a respeito dos direitos indigenistas e da análise jurídica do comportamento indígena, os envolvidos em conflitos/lides serão processados e julgados pelas leis dos não indígenas (se a lide atingir pessoas externas à aldeia), de acordo com sua integração à sociedade “civil organizada”. Em contrapartida, o artigo 231 da CF/88, bem como, a Resolução da OIT de n. 169 asseguram ao indígena o respeito à crença, religião, cultura etc.

Posto isso, diante da contradição ora acentuada, restam-nos os questionamentos que pairam nos seguintes quesitos: O que é estar integrado à sociedade? Quem analisará se o indígena está integrado ou não? Qual a proporção desta integração? Quem possuirá capacitação e aptidão para tanto? Como fracionar a pena em caso de não integração total? Etc.

Partindo dessas discussões, compreende-se que a legislação atinente aos indígenas é apenas a legislação elaborada por sujeitos não indígenas, não existindo qualquer lei específica para pessoas com culturas totalmente diversificadas, no caso de transgressão penal, por exemplo.

Conforme vimos no decorrer do texto, as concepções pluralistas e multiculturais são fundamentais na compreensão dos direitos indígenas. E mais: somente podemos tentar compreender os direitos dos povos indígenas ao reconhecimento de suas culturas a partir de uma visão pluralista e multicultural. E necessário ter bem claro que “a uma sociedade que não é uma, não pode corresponder um único Direito”. (SANTOS, 2006, p. 22).

Seguindo a linha de raciocínio do reconhecimento do multiculturalismo defendido pela Convenção da OIT de n. 169, em ser artigo 8º, item 2, dispõe-se que:

Esses povos deverão ter o direito de conservar seus costumes e instituições próprias, desde que eles não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional nem com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Sempre que for necessário, deverão ser estabelecidos procedimentos para se solucionar os conflitos que possam surgir na aplicação deste princípio. (SANTOS, 2006, p. 23).

Destarte, o Estatuto do Índio assevera que, quando da existência de conflitos internos a própria comunidade indigenista em si possuirá a função de dirimi-los. Todavia, quando tais conflitos não forem apenas de ordem interna, o Estado deverá intervir aplicando a norma “branca” (Código Penal) ao caso, de maneira proporcional à sua integração à sociedade não indígena, respeitando suas peculiaridades.

Nota-se, com isso, que tal reconhecimento legal indígena nada mais é que uma falácia, ao passo que se aplica, indistintamente, a norma de uma sociedade não indígena a pessoas culturalmente diversificadas, sem qualquer cautela ou respeito cultural.

Ademais, os povos indígenas são detentores de culturas peculiares e

específicas, o que reverbera na ausência de nexos em se julgar pessoas culturalmente diferenciadas por normas elaboradas por e para o indivíduo não indígena. Assim sendo, necessário se faz o reconhecimento do indígena como um cidadão culturalmente condicionado, carecedor de normas especiais e não gerais.

Em razão disso, inconcebível se torna a ideia de igualdade legal meramente formal, ou seja, não basta que haja a igualdade normativa, mas pungente é a necessidade de se moldar a norma diante de uma situação específica (igualdade material). É preciso que se criem normas específicas, direcionadas e reconhecedoras das existências e condições humanas indígenas, posto que, tal cultura não comporta mais ser dizimada por uma imposição normativa e cultural da maioria opressora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se em uma sociedade que se encontra em constante mutação, e referida situação gera nas diversas pessoas que a compõe sentimentos e reações incontáveis, podendo culminar pelo sentimento da apatia e de conformação diante da realidade.

Para se reduzir, ou até mesmo dizimar, as mazelas que alcançam a classe da minoria é preciso implementar políticas públicas eficazes no quesito da efetiva inclusão dos marginalizados, trazendo para seu bojo as etnias esquecidas e não reconhecidas.

Referida inquietação quanto aos esquecidos é de longa data, no entanto, atualmente, diversos congressos, encontros, simpósios, programas televisivos, dentre outros meios têm abordado a questão da classe social minoritária.

De acordo com o acima exposto, pode-se entender que os direitos indígenas são considerados como enquadrados no grupo dos direitos coletivos, já que dizem respeito ao reconhecimento/existência dos povos indígenas de maneira indistinta.

Para que ocorra uma inclusão desta faceta social marginalizada é preponderante uma nova roupagem da intenção política governamental, social e empresarial, ou seja, é preciso que se aniquile a charlatanice brasileira. Necessita-se de um reconhecimento efetivo, onde se aceitará que os povos indígenas não são, materialmente, iguais aos não indígenas, e por tal fato são carentes de tutela legal diferenciada.

Com isso, pode-se dizer que as políticas públicas, mantenedores e reguladoras dos direitos fundamentais, implementadas no Brasil, não são suficientes para trazer o indígena para o seio social de maneira igualitária (igualdade formal e/ou material). É necessário que as normas elaboradas e executadas pelo poderio sejam redigidas de maneira acolhedora e respeitadora de uma cultura

apartada, e que por, se não bastasse a norma Constitucional, necessidade vital devam ser respeitadas com afinco.

Conceitos e terminologias a respeito do indígena integrado existem aos quatro cantos do mundo, onde, por exemplo, quem usa roupa é integrado, e quem é desnudo é “silvícola”; quem possui automóvel é integrado e quem anda a cavalo, não o é etc.

Assim, a desigualdade indigenista e violadora dos direitos humanos/fundamentais se configura em solo pátrio, posto que rótulos e paradigmas errôneos são criados em uma sociedade europeizada que preza pelo falso reconhecimento das minorias.

Independente de onde o indígena trabalhe, more, ou o bem que ele posua, quem é indígena jamais deixará de sê-lo, o que por ora demanda respeito e tutela diferenciada em razão do reconhecimento ao multiculturalismo de um Estado Democrático plural.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Armando Ulian do Lago. **Multiculturalismo e o Direito à Autodeterminação dos Povos Indígenas**. Orientação de Thaís Luzia Colaço. Florianópolis, 2003, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas.

BRASIL. **Constituição Federal. 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 agost. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal. 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 03 agost. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal. 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 03 agost. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal. 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 agost. 2022.

BRASIL. **Lei n. 6.001. Estatuto do Índio**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 13.177, seção I, 21 de dezembro de 1973.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília-DF: Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, 2012. Disponível em: <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/86/pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

CORRÊA, d. **A Construção da Cidadania: reflexões históricopolíticas**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes; RODRIGUES, Karina; SALAZAR, Andrea Lazzarini. **A Assistência Privada à Saúde: regulamentação, posição IDEC e**

reflexos no sistema público. Disponível em: WWW.bvssp.icict.fiocruz.br/lild-bi/docsonline/get.php?i d=1527. Acesso em: 18 jul. de 2022.

TORRE RANGEL, Jesus Antônio de la. Pluralismo Jurídico enquanto Fundamentação para a Autonomia Indígena, in: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). In: **Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2004.

SANTOS, Rodrigo Miotto dos. **Pluralismo, Multiculturalismo e Reconhecimento: uma análise constitucional dos direitos dos povos indígenas ao reconhecimento.** Disponível em: [http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/view File/7050/5026](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/direito/article/view/File/7050/5026). Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.). In: **O Índio Perante o Direito (Ensaio)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1982.

WILLIS, Santiago Guerra Filho (Coord). **Dos direitos humanos aos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 1997.

MARCELO CLAUSEN: UMA HISTÓRIA DE DESAFIOS E SUPERAÇÕES

Marília Lima

Marcio Alves

Marcelo Clausen Lima Alves da Silva

1. INTRODUÇÃO

Este relato bibliográfico destaca como o autismo chegou em nossas vidas, como estamos superando os desafios e as possibilidades de um fazer real para transcendência do nosso amado filho. “O transtorno do espectro **autista** (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses”.

Meu nome é Marília Lima, meu esposo se chama Marcio Alves e vamos contar um pouco da história do nosso filho Marcelo Clausen Lima Alves da Silva¹, um jovem de 17 anos, autista (Cid-10 F-84). Vamos dedicar este capítulo



do livro a todos vocês, familiares, amigos, colegas de escola, professores, terapeutas, treinadores e todos os vizinhos carinhosos, que um dia cumprimentou, abraçou, beijou, tirou uma foto, curtiu seu aniversário, compartilhou em sua rede social, pois a nossa fé, de crer que um dia nosso filho será curado em nome de Jesus, sendo verdadeiramente um milagre azul. Minha luta diária não é fácil, mas por ele não deixarei de lutar, e por muitas vezes

é ele quem cuida de mim, se preocupa comigo, com seu amor, carinho, seus cheiros, com sua inocência, pois em seu coração puro, não há espaço para maldades ou malícias. Muitas portas se fecharam, foi ignorado, não quiseram ou não souberam, talvez por falta de sabedoria, dar uma chance a ele, mas mesmo com algumas

¹ Somos uma família que acredita nas possibilidades de uma inclusão real, coesa e transcendente. Há 17 anos estamos vencendo barreiras com o poder da fé, do amor e da dedicação, pois Marcelo veio ao mundo para nos tornar pessoas melhores, uteis e com propósito de revelar que educar na inclusão é possível!

adversidades, hoje com seus 17 anos, está lendo e escrevendo, cursando o 9º ano do ensino fundamental e praticando esportes, nos mostra a cada ano que é capaz sim, de realizar muitas coisas em sua vida, e todas as pessoas no qual dedicamos este livro, com certeza são testemunhas do crescimento deste jovem. Então com muita emoção convido todos vocês, para ler, compartilhar e viajar no tempo, junto conosco.

2. DESENVOLVIMENTO

As mãos de Deus sobre minha família. No mês de outubro de 2004, passando muito mal e já desconfiada de uma gravidez, realizei o exame de sangue e dois dias depois veio o resultado... MILAGRE, SIM O MILAGRE chegou, em nossas vidas, e no meu ventre. Pensa nessa MULHER que sonhava anos em ser mãe, até falava que seria mãe de gêmeos (sonho) e solteira.



Pois eu não podia engravidar (um cisto com um coágulo de sangue ao redor) e meu esposo que também tinha dificuldades, e que teríamos que fazer um tratamento.

E ao pegar o exame em mãos e passar pela médica, eu sem ação ainda com a notícia, meu esposo já gritava na rua que ia ser PAI. Tive uma boa gestação, eu e minha mãe Sueli Lima (*in memorian*), fizemos o enxoval todo em personagem de ursinhos, minha mãe curtiu muito a minha fase de gestante e me ajudou muito financeiramente. Eu pintei e decorei o quarto do Marcelo, enfim, sonho sendo realizado, eu e meu esposo nos preparando para o dia 02 de julho de 2005, mas ele se antecipou e no dia 21 de Junho de 2005, saindo para uma consulta, e ao chegar ao consultório, a médica verifica minha pressão e diz que estava muito alta. Na mesma hora ela diz que iria me operar. Comecei a chorar, o medo veio e ao mesmo tempo uma alegria em saber que meu filho já iria chegar em meus braços e alegrar ainda mais nossas vidas. As 12h59min, Marcelo chegou ao Planeta Azul, tive uma cesárea nada legal, ele custou a sair, muito grande (49cm) e (3,900kg).

Tive uma hemorragia, que só soube nas fotos ao serem reveladas, eu estava sedada e meu amado filho, com o cordão umbilical enrolado ao pescoço, eu nada vi, só os sentia forçando acima da minha barriga. Minha mãe Sueli, minha sogra Anilda (*in memorian*), estavam na recepção orando por nossas vidas.



E ao terminar, ele veio a mim chorando muito, não tem como não me emocionar ao lembrar-se desse dia 21/05/2005, recordo que fui para o quarto e no corredor estava o meu esposo, na parede encostado e eu meio sonolenta sorri para ele, e perguntei se ele já tinha ido ver nosso filho e ele disse que sim, FELICIDADE, NOSSO MILAGRE CHEGOU!

O MILAGRE AZUL CHEGOU! Assim começou mais uma fase de nossas vidas, familiares e amigos. Marcelo Clausen Lima Alves da Silva (Clausen foi o nome que o pai escolheu no dia que soubemos o sexo, ele dizia que Alves da Silva era muito simples para o Marcelo rsrs). Os Padrinhos presentes e emocionados, Dindinha Fernanda (*in memoriam*) e o Dindinho Edson, que anos depois recebeu uma homenagem do Marcelo em seu aniversário, sem falar na Titia Sandra que nos deu um grande apoio, todos bênçãos em nossas vidas.



MARCELO CLAUSEN para alegrar nossas vidas!!! Hoje ele com seus 17 anos de vida e saúde, não sei fechar os olhos e pensar nele como uma criança ESPECIAL. Sim meu filho que nasceu, bem, forte, saudável, e aos 6 anos recebeu um laudo médico que era uma criança ESPECIAL (AUTISTA) CID-10 F:84.

ACIDENTE - Em 2007, nós passávamos por um momento muito tenso, minha mãe com problema de saúde, e que na época tinha sido entubada, e eu, meu esposo, meu cunhado (Marcos Alves) e meu filho Marcelo Clausen, saímos da visita e levamos minha irmã Rosemary Lima na casa que meus pais moravam, e lá ela ficou juntamente com a minha irmã Eloan Lima e nós voltamos para casa. No trajeto ainda no bairro que meus pais moravam, fomos surpreendidos por uma perseguição da PM a um carro roubado, onde houve uma troca de tiros e um dos disparos atravessou a lataria do nosso veículo.

Pensa numa cena de ação de um filme, que o carro bate num poste, explode o transformador e o bandido sai no meio da fumaça, atirando e nosso carro, no meio do fogo, mas antes dele bater eu senti nas minhas costas uma queimação e ao me tocar, veio em minhas mãos sangue e meu filho que estava em meu colo, com um ano e dez meses, só sei que ardia muito e coloquei meu filho ao meu lado esquerdo e avisei meu esposo que tinha sido atingida, que estava sangrando.



E nessa hora começa em nossas vidas o MILGARE DO LIVRAMENTO. Saí do carro com ajuda, o local todo escuro, próximo de uma favela, onde havia tráfico de drogas. Ao sair primeiro do veículo, com auxílio de um policial e meu esposo, me colocaram no chão, na rua e ficamos abaixados, e meu cunhado veio e eu pedi para ele pegar meu filho, ele buscou e nos abri-

gamos, as mãos de Deus me guardaram, pois a bala era para me deixar morta, atingir a mim e ao meu filho ou me deixar numa cadeira de rodas. E ao sair do local do acidente, com meu filho ao meu lado no carro, corremos para a maternidade onde tive ele, por ser a mais próxima para me atender, mais ao chegar lá a equipe médica, não podia fazer muito. Examinaram-me e não podiam me ajudar, pois a situação parecia grave, para eles eu estava com hemorragia interna. Meu filho ficou o tempo todo em choque, sem falar, sorrir e nem chorava. Ao sair da maternidade, fui encaminhada, para outro hospital. Ao chegar, meu esposo não podia entrar, ele ficou com nosso filho no colo. Fui atendida por uma equipe medica e enfermeira, só orava e falava que “Nada eu tenho, não vou morrer, não vou ser operada, pois tenho meu filho e mãe para cuidar”.

E assim houve o “MILAGRE” - saí do hospital, após umas horas de exames, e movimentos, ao ser rasgada a minha calça, a bala caiu nas mãos do

médico, entrou pelas minhas costas e saiu pela minha coxa esquerda. Não fui internada, não fui operada, não fiquei numa cadeira de rodas e nenhuma seqüela em meu corpo. Pois as mãos de Deus vieram sobre minha vida e na vida de meu filho e esposo.

FASE DE RECOMEÇO APÓS ACIDENTE - Minha mãe internada, após uns dois meses quase, veio a óbito em junho de 2007, e meu irmão Ivan Lima, já indo embora, me pediu para levar o Marcelo ao psicólogo para fazer uma avaliação de tudo que passamos, pois nessa época, ele começou a parar de falar. Tudo era apontar, puxar pela blusa e levar para o que ele queria obter. Marcelo fez seus dois anos com uma semana de luto de minha mãe, após meses se passarem e nós já com Fonoaudióloga e Psicóloga. Em Outubro veio a óbito a avó paterna Anilda, mais uma perda no mesmo ano de 2007. E tive que ser forte para cuidar do meu filho, esposo, pai e sogro. Não foi fácil, mais Deus foi me orientado, sustentando e me fortalecendo a cada dia.

PRIMEIRA ESCOLA - Marcelo começou na escola aos dois anos e seis meses, ao matricular, tivemos que relatar tudo que tínhamos passado, pois ele era e é ate hoje; uma criança feliz, carismática, cativante e um sorriso que nos contagia, trazendo paz, uma PAZ que vem dele para nós.

A falta de empatia, apoio e inclusão, fez com que a escola não me ajudasse na fase de um trauma e luto que o nosso filho passava. Eles não conseguiram lidar com o Marcelo, até ele, participar de um evento que não queria deixar de ir e nesse dia, ele ardia em febre. E ao vê-lo se erguendo e querendo estar na escola, o levei e passei como ele estava. A professora o pegou e juntou com outras crianças numa sala para arrumá-lo para a apresentação. Eu aguardava como todos os pais, ver seu filho sair trajando a roupa a caráter da festa; e vi todas as crianças saindo e meu filho não. E eu com coração já de mãe preocupada, entrei na sala e ali vi meu filho sentado no chão com febre e dormindo. Pensa na cena de ver ali seu filho largado para trás e nem aí de alguém nos avisar antes, que ele não estava bem.

Ao invadir a sala, o peguei nos meus braços e saí do local e disse a professora e diretora. - ***“Meu filho não é um lixo, ou um bicho, para estar aqui no chão largado. Por que não me chamaram, eu o trouxe por que ele queria estar com os amigos. E vocês o tratam com desprezo.”***

E com isso, no mês de outubro de 2008, retiramos ele da escola. Pois ficou muito difícil de levar e confiar na direção e professores, após o ocorrido.

E no período ausente da escola, nos dedicamos mais a fonoaudióloga e psicóloga. E a Dra. Cristina (fonoaudióloga), na época ela me chamou sem o meu filho perto, ela já com todo relato, de tudo que tínhamos passado e com todas as sessões com os terapeutas que já estava tendo; pediu para passar por uma médica amiga dela com especialidade em audiometria. É que, ela não estava

conseguindo êxito no atendimento, mas viu algo nele. Não mencionou de cara o Autismo e sim uma dificuldade que atrasava a fala, e com isso ele não correspondia o que ela lhe proporcionava nas atividades terapêuticas, e perguntou se eu já tinha ouvido falar de autismo.

Nessa época ele já tampava os ouvidos com as mãos ou pegava a nossa para tampar, gritava, chorava do nada.

Na hora retruquei (questionei) e afirmei que ele não tinha nada além do trauma e as perdas das avós.

E assim fizemos, e a médica nos pediu exames e um deles foi de audiometria (Testa de audição) e o Bera. Chorei muito, e ela com todo carinho e atenção, me ajudou muito, uma fase muito difícil, que nós pais passamos. Ajudar nosso filho a sair do trauma do acidente e das perdas. Testes feitos, exames realizados e nada do contrário.

SEGUNDA FASE NA ESCOLA NOVA - Mais um processo, e relato de que passamos, assim foi a minha vida até hoje, médico ou algum atendimento terapêutico, vamos lá abrir a ferida do passado. Por mim não mencionava, mas creio que tudo tem um motivo hoje.



Meu relato hoje é algo como um testemunho de **FÉ, MILAGRE, PERSEVERANÇA, PERSISTIR SEMPRE E DESISTIR JAMAIS**, esse é o meu viver de hoje.

Na nova escola, ao matricular, por experiência, relatei tudo e mencionamos o ocorrido da outra escola, antes de chegar e já indo fechar uma matrícula escolar.

Com todo cuidado já com ele, nosso filho, foi apresentado a uma tia que ali pegou nas mãozinhas dele, e levou para conhecer a escola e amigos. E nós pais ficamos no interior da escola com a coordenadora e psicopedagoga conversando. Ali tivemos já segurança de uma escola boa, capacidade para lidar e cuidar do nosso filho. Ao iniciar, meu relato e do pai juntos, eu recente de tudo que havia vivido, sentia ainda dores no local do acidente. Elas me acalmaram, com uma parada da conversa, pois eu chorava ao relatar. Lembro como fosse hoje, Vanessa a coordenadora, me leva a uma sala que estava uma criança e ao ver aquele lindo menino, sentadinho na sala apropriada e toda estruturada para lidar com as crianças, brincando com dinossauros, Antônio o nome dele, ele amava e sabia tudo sobre dinossauros, ele tinha a mesma idade do nosso filho. Ao entrar na sala,

ver ele, ouvir a voz dele, eu tive uma crise de choro, pois ela mencionou para nós que ele era uma criança diagnosticada há pouco tempo com Autismo.

Eu saí de lá arrasada, elas me pediram para falar com o pediatra, pois elas, um pouco que estiveram e conviveram ali com ele (umas horas), poderia dizer que ele teria uma síndrome de autismo, mas, não afirmaram, só me deram uma direção para buscar ajuda para ele.

Relatamos o contexto para o pediatra, muito bem conceituado na nossa cidade, ajudou com a alergia, que graças a Deus e as vacinas recomendadas, o Marcelo não sofre mais de alergia, que apresentou assim que nasceu.



Mas a falta de conhecimento na área especial desse pediatra nos atrasou num diagnóstico mais rápido. Ele falava que ia chamar a Super Nani (Programa que passava na tv) para me ajudar a cuidar e lidar com meu filho. Triste ficava, pois um pediatra falar isso para uma mãe, que ainda se erguendo, sem apoio de seus pais, era só Deus e meu esposo. Pois deixamos de ouvir muitos, pois eram umas contradições de informações e palpites sem conhecimentos.

Fechei-me, e orava a Deus por direção, pois eu sofria calada, pois até para me desaba-far com meu esposo, devido sua profissão de Policial Militar, nem sempre podia estar ligan-

do para passar sobre meu dia.

Retornamos a escola, fechamos a matrícula, ali meu filho tinha todo suporte, apoio necessário, e na escola ele foi se desenvolvendo, com isso negava a crer o que ele tinha.

E uma das coisas que marcou nessa escola para mim, foi que meu filho não tinha aprendido ou vindo de forma natural, a palavra MAMÃE. Mencionei a minha amiga Ana, que foi ela que me apresentou e falava muito bem da escola, pois a filha dela Alana estava lá desde o maternal com a creche.

E a professora Adriana, uma professora, dedicada, carinhosa e capacitada em lidar com meu filho, num dia, ele chegando da van escolar, eu no quarto dele, fazendo montagens de fotos, algo que fazia muito com as fotos dele, vem ele todo fofo me ver, com seu sorriso que até hoje cativa, encanta, me chamando de MAMÃE.

Eu na hora parei e chamei já sem ação mais queria ouvir o que achava ter ouvido. Sim! MAMÃE, e ali foi choro, emoção, e só agradecendo a Deus primeiramente. E na mesma hora pedi uma tele mensagem para passar para minha

amiga Ana, pois foi ela que mencionou a professora que ele com seus 3 anos e uns meses não falava ainda com muita clareza. E a palavra que todas nós mães, esperamos ouvir logo, pois papa (Papai) foi a primeira, uma amiga Biza (amiga que me ajudava com ele), bobô (vovô), essas palavrinhas vieram.



E nessa escola ele ficou até os cinco anos. Participou de todos os eventos, um deles com a amiga Alana, era uma alegria e emoção ver ele sem timidez, só o primeiro ano que no dia das Mães e outros eventos ele chorava muito e ficava tampando os ouvidos, nessa época nada de laudo fechado ainda. Nessa fase escolar, essa segunda escola foi à porta de uma nova visão em relação ao nosso

filho. Entre escola e ida a novos médicos indicados pela direção da escola.

Passamos pela primeira Neurologista, fizemos exames em geral, e um deles que foi muito difícil no qual ele já apresentava agitação, e tinha que estar bem calmo para fazer o eletroencefalograma.

Tivemos que aguardar horas, até o calmante natural fazer efeito, pois não aceitei uma anestesia pra ele apagar.

Ao realizar o exame, e após ter em mãos o resultado, e nada de alterado, a médica realiza um exame com o martelo de borracha (Reflexo Patelar) onde segundo a médica, estava tudo normal, sem nenhum tipo de alteração, e o Marcelo pegou o martelo e fez a mesma coisa com a médica, deixando a mesma surpresa, e falou, que criança autista não poderia fazer isso, ter esse tipo de atitude, então a mesma deu alta para o nosso filho, dizendo que o Marcelo não era autista.

Olhar de mãe, não fiquei satisfeita com a alta, não desejava que meu filho tivesse algo, e sim ter a certeza e vi na médica incerteza.

Marcelo, sempre teve e tem até hoje um raciocínio lógico e rápido, tanto que aos dois anos de idade, ele ganhou seu primeiro álbum de figurinha da copa do mundo. E o pai sentava com ele para colar as figurinhas no álbum e mostrava as bandeiras do Mundo, e anos depois, ele pegou o álbum e mencionava os nomes das bandeiras, só vendo as imagens de cada uma e é assim até hoje.

MAIS UMA FASE ESCOLAR - A antiga escola era tão boa, que se pudesse ele ficaria até o ensino médio. Só que era uma escola de pequeno porte, tivemos que retirar o Marcelo, pois o limite de idade da escola era de 6 anos. Ele saiu da que estava para o 1º ano fundamental, mas ele não saiu da escola alfabetizado. Em 2010 na nova escola fomos chamados para conversar, ele já

matriculado na turma do 1º ano e uma semana depois, ele na turma, tiveram que voltar ele para o jardim. Eu não entendi, sabendo que ele estava numa escola muito boa e com ótimo ensino, mas que eles iriam exigir tanto dele.

Passou os meses, e nada dele interagir, a coordenadora, me chama para conversar, e me disse que ele não estava conseguindo se alfabetizar, não tinha nem chegado o 3º bimestre, a coordenadora me fala que ele seria reprovado para poder ser alfabetizado.

Questionei, e ali começou a primeira EXCLUSÃO, sem eu saber que meu filho era um AUTISTA.

Ao finalizar o ano, eu na sala para receber o boletim, eu fui a última, e ao abrir, meu filho estava aprovado. Eu muito chateada fiquei, e perguntei o que era aquilo, relatei a elas o que eu e o pai sabíamos e ao pegar o boletim aparecem com outro resultado. Eu não dei mais atenção, pequei meu filho e fomos para casa e no ano seguinte em 2011 buscamos mais uma escola, foram fases muito tristes. Não queria ter mudanças com ele de pular de uma escola para outra, mas fomos obrigados a mudar pela quarta vez, para o bem do Marcelo, e nessa escola o nosso filho foi muito bem recebido pela Diretora, com todo o carinho, onde dialogamos toda a situação do Marcelo, inclusive a suspeita que ele poderia ser um Autista, pois ainda não estava alfabetizado. No mesmo ano tivemos outra perda, o falecimento do meu pai Ivo, aumentando a nossa luta, deixando um vazio, pois ele era muito grudado no Marcelo. Durante o ano conseguimos o contato da Dra Priscila (neuropediatra), excelente doutora por sinal, que com muita paciência e em uma consulta de mais de uma hora, fechou o laudo do meu filho, a partir daí confirmamos o Autismo, e começamos uma grande mudança em nossas vidas.

DIA DO FECHAMENTO DO DIAGNÓSTICO MÉDICO.



AUTISMO



*O especialista me disse: Tens Autismo.
Meu Pai e minha Mãe me deu as mãos,
olhou nos meus olhos e disse:
Você é Perfeito!*

*Filho Amado **Marcelo Clausen***

Um dia muito difícil e triste em nossas vidas, saímos do consultório em silêncio de cabeça baixa, sem chão, pensando em como seria nossas vidas, daí por diante, pois não sabíamos nada sobre o assunto - autismo, e tínhamos a sensação

de que uma nova criança estava nascendo, sendo que desta vez, uma criança especial que precisaria de muitos cuidados e atenção redobrada, e assim seguimos.



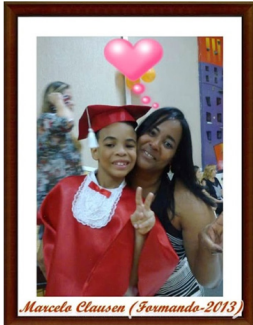
Eu me vi num luto de uma semana, após essa semana; comecei a lembrar das palavras da médica, em lágrimas eu ficava e comecei a ver meu filho como um recém nascido, e iniciei pesquisas em diversos livros, artigos, vídeos, palestras, entre outros contextos. Em minhas pesquisas na internet, encontrei Simone Helen Drumond Ischkanian (Mestra em AUTISMO pela São Carlos), os materiais projetados pelo Método de Portfólios Educacionais SHDI, ajudaram meu filho na escola. Com diversas trocas de informações e adaptações curriculares para o Marcelo, Simone e eu,

nos tornamos amigas. Até Hoje ela elabora algumas atividades de acordo com as necessidades que precisa no momento.

Atividades do MARCELO para ajudar outros pais estão disponíveis em: <https://autismosimonehendrumond.blogspot.com/search/label/ATIVIDADES%20DO%20MARCELO?m=0>

PESADELO NA FALTA DE PREPARO PROFISSIONAL - Infelizmente no mesmo ano, a primeira exclusão, pois na quarta escola, nosso filho não conseguia ser alfabetizado e nem acompanhar a turma, disseram que não tinham como dar uma nota para o Marcelo e a professora não conseguia ajudá-lo, assim que confirmamos o laudo e informamos a diretora, a mesma deixou claro que não teria condições de ficar com o Marcelo, dizendo que não poderia pagar uma profissional para acompanhá-lo na escola, sendo assim fomos obrigados a tirar nosso filho da escola, situação complicada, pois depois disso nosso filho não gostava nem de passar em frente a essa escola, ficava se escondendo, abaixando a cabeça, foi uma época difícil, mas Graças a Deus, após buscas em outras escolas ainda no ano de 2011 e muitas portas fechadas, conseguimos uma porta aberta, que seria a quinta escola.

E no ano de 2012 ele foi matriculado e começou um ano abençoado, com a Professora Valéria, onde nosso filho foi acolhido e muito bem tratado. No dia da formatura apesar de não estar alfabetizado, leu suas primeiras linhas, realmente um presente de Deus.



No contexto escolar, a professora e algumas mães dos amigos do Marcelo, o ajudaram muito na fase que ele mais precisou. No ano seguinte já no 2º ano com a Professora Ghislaine, mais uma pessoa abençoada por Deus.

As professoras Ghislaine e Valéria, me ajudaram como uma amiga e não mais como uma mãe de um aluno. Eu já numa síndrome de pânico, por conta das perdas, traumas, muitas vezes sentia-me perdida. E ali na escola, essas duas maravilhosas professoras, eram luz em nossas vidas.

Ao passar os bimestres do 2º ano do Ensino Fundamental, Marcelo vivendo muitos desafios, e vencendo o impossível pela FÉ.



Durante o ano de 2013 começamos a vivenciar o autismo, de forma que caracterizam todas as perspectivas do autismo, na vida do nosso filho, como as suas estereotípias, ou seja, pulando, sacudindo os braços, mordendo as mãos, por exemplo. Nosso filho não pegava em chaves e nem em moedas, não gostava de barulho ou som alto, e assim fomos conhecendo o que era o Autismo de verdade, então passei a me dedicar no assunto, ler livros e estudar, mas sempre acreditando no milagre de Deus na vida do meu

filho através de uma cura.



Fase da linha, aqui ele viajava no mundo de traçar linha de um lado para o outro.

O ano foi seguindo, ele se entrosando bem, sempre gostou de ir para a escola, e começou aos poucos soletrar uma palavrinha e outra, foi um ano de luta, aprendizado para nós, pais e de conquistas, passando de ano com notas boas.

Em 2014 começou o terceiro ano, pra nossa sorte com a mesma professora, e grandes bênçãos estavam por vir, com a escola na figura da professora Ghislaine,

muito dedicada e eu, em casa treinando com ele, através dos livros infantis, em especial o Pinóquio, onde num certo dia ele começou a ler o livro, devagar e soletrando ao mesmo tempo, um momento muito emocionante, foram passando os dias, ele melhorando a leitura e no mês de maio, no aniversário de 98 anos, do seu Bisavô Lima (*in memoria*), na Cidade de Miguel Pereira – RJ, o Marcelo leu um pequeno texto em homenagem ao Bisavô, emocionando a todos. Ainda nos divertimos em mais dois aniversários do Bisavô Lima, o de 100 anos, e depois o de 102 anos nosso filho curtiu muito e usou uma camisa em homenagem ao Bisa, tirou várias fotos com a família Lima inclusive com os primos Júnior e Marcelo.



Marcelo e sua homenagem aos 103 anos do Bisavo Lima

A partir da leitura em homenagem ao avô, não parou mais de ler, toda palavra que via, ele soletrava rrsrs, foi um ano muito marcante para todos nós.

Em meados de novembro, nosso filho começou a apresentar diversas crises, e levamos o mesmo em um novo neurologista que foi apresentado para nós, e este médico avaliou e deu uma licença de 06 meses para o Marcelo e passou a cuidar do nosso filho.

Em abril 2015 já de alta, tentamos retornar nosso filho para a mesma escola, mas a nova direção desligou nosso filho, deram algumas desculpas, mas ficou claro para nós, que houve mais uma exclusão, e com muita dificuldade conseguimos matricular o Marcelo em outra escola, depois das férias de meio de ano.

Ainda em 2015, fizemos a primeira viagem com o Marcelo para outro Estado, visitamos o meu irmão Ivan Lima na Cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. Lembro que o Marcelo viajou tranquilo de ônibus e curtiu cada momento,

foi uma ocasião especial, pois era o casamento do meu sobrinho Wesley, e juntos revendo os primos Willian e Wallace, foi uma viagem inesquecível.

SEXTA ESCOLA – Marcelo adaptou-se bem, cursando o 4º ano, mas devido o pouco tempo de estudo, a escola achou melhor que nosso filho continuasse no 4º ano. Em 2016 cursando novamente o 4º ano, Marcelo foi bem e com boas notas passou de ano. Em 2017 já cursando o 5º ano, houve uma grande mudança em nossas vidas, devido à violência crescente na Cidade do Rio de Janeiro e onde os profissionais na área do Autismo para cuidar do nosso filho com terapias, eram todos particulares, e a questão financeira familiar oscilando, estes se tornaram um fator determinante para uma mudança de vida, mas preciso falar rapidinho de uma instituição que meu filho participou no Rio de Janeiro, onde assim que fechamos o laudo tentamos uma vaga para ele, e a atendente na hora da entrevista olhou para o Marcelo e como ele estava quietinho, sentado na cadeira, a mesma falou que não poderia aceitá-lo, pois nenhum autista fica paradinho assim, e que meu filho iria acabar tirando a vaga de outra criança, meu Deus, mais uma que passamos, mas depois de 3 anos voltamos nessa mesma instituição e conseguimos uma vaga para ele, onde permaneceu por 06 meses, até o governo deixar de enviar recursos para o funcionamento, e nosso filho perder a vaga, lutas e mais lutas. Voltando sobre a mudança de vida e já conhecendo a cidade de Volta Redonda na Região Sul-fluminense, uma região mais tranquila para se viver e conhecendo o bom trabalho que a prefeitura estava fazendo nessa questão da inclusão, decidimos nos mudar e começamos no mês de abril de 2017 uma nova fase, em uma nova cidade, juntamente com o Vovô paterno Iris (*in memoriam*).



Aqui em Volta Redonda, começamos com um pouco de dificuldade, mas fomos bem recebidos e acolhidos pelos meus tios Roberto e Mara e minhas primas Karina, Kamila, sua bebê na época Olívia, Julia e Juliana, com essa força seguimos o restante do ano e nos adaptamos na cidade, mas em outubro do mesmo ano, nosso filho já estava fazendo as terapias, com a Tia Thaís

Fisioterapeuta, Tia Letícia Fonoaudióloga, Tia Aline Psicóloga e outras. Foi neste ano que o Marcelo, aprendeu a andar de bicicleta sozinho, pois tiramos a rodinha de apoio e quando fomos ver, ele já estava pedalando sozinho, sempre nos mostrando que é capaz.

Em 2018 conseguimos matricular o Marcelo em sua sétima escola, também particular, precisando recomeçar o 5º ano, mas com certeza esta escola superou todas nossas expectativas, com ótimos professores e o meu filho teve direito a uma mediadora, que acompanhava meu pequeno em todo espaço escolar e dentro de sala de aula, uma situação nova que só ajudou nosso filho em seu desenvolvimento. O ano foi passando, nosso filho melhorando na leitura, escrevendo bem, uma mediadora atenciosa que estava sempre em contato conosco, participou da feira de ciências com os amigos, essa foi outra grande surpresa. Minhas tias (Jordânia, Edvânia, Andréia e Maria Helena), as novas amigas (Renata, Isabel), o meu tio taxista Átila que me levava pra escola e os novos amigos, Alan Victor, Gabriel, Alice, Luan e Lara crianças maravilhosas que ajudaram nosso filho, que ainda estão presentes em nossas vidas, foi um grande presente de Deus. O ano passou, as terapias continuaram, chegou no final do ano, com boas notas e passou de ano.



Em 2019, cursando o 6º ano, tudo continuou bem, estudando muito e sempre nos chamando para fazer o dever de casa e os trabalhos escolares com ele. Neste mesmo ano nosso filho foi convidado (Inclusão) para participar do casamento dos nossos amigos Gisele (Professora do 5º) e Tiago, onde nosso filho foi o pajem, e representou muito bem, estava muito elegante, com tranquilidade e concentrado atravessou o tapete vermelho sem apresentar estereótipos, emocionando todos nós, realmente foi um ano abençoado.

2020, nosso filho cursando o 7º ano, e veio a primeira tristeza, quando nosso filho fez 16 anos, acabou perdendo o direito de participar das terapias do município, e para piorar, chegou a pandemia da COVID-19, e tivemos que ficar em casa, cuidando das nossa saúde.

Com a novidade da aula online, o Marcelo conseguiu se adaptar, mas perder o contato com os professores e amigos não foi bom, e apesar da escola ser ótima, tivemos que tirar o Marcelo no final do ano, pois a mensalidade da escola era alta, para bancarmos esse valor, com o nosso filho em casa, ficou difícil.

Em 2021, ainda vivendo a pandemia, matriculamos nosso filho numa escola pública do município, desta vez no 8º ano, mais um ano letivo de aula online, e foi complicado, pois a maioria dos professores não tinham experiência para

trabalhar com autistas e não conseguiram adaptar as matérias para o Marcelo, *a ponto de chegar ao final do ano e alguns professores dizerem que não tinham conhecimento que o Marcelo era autista*, mesmo assim nosso filho mostrou ser capaz e com nossa ajuda em casa passou de ano e mais uma vez com boas notas.



Na imagem de policial, Marcelo prestou uma homenagem ao pai (Marcio Alves) no dia do aniversário da PMERJ.

Estamos em 2022, nosso filho cursando o 9º ano, as aulas presenciais voltaram e o Marcelo permaneceu na escola pública, está praticando esportes na Arena do Bairro, fazendo atletismo e lutando Tae Kwon Do, está melhorando a coordenação motora a cada dia, esta fazendo um curso para melhorar nas matérias de português e matemática, terapia com psicólogo, e futuramente vai começar a fazer natação, ou seja, a agenda do nosso **MILAGRE** está cheia.

Nosso filho amado, apesar de todas as dificuldades, é só orgulho, alegria, emoção e grandes surpresas, surpresas como neste mês de agosto, no qual você fala para ele a data de nascimento de alguém e ele sem pensar muito diz a idade da pessoa, uma resposta rápida, que qualquer adulto precisa fazer uma pequena conta de cabeça para responder, deixando o seu novo Psicólogo Willian muito feliz, esse é o nosso filho amado, Marcelo Clausen, Milagre Azul.



Acreditamos no nosso filho, e que nesse livro que vai chegar em suas mãos, possa fazer você, acreditar que o milagre realmente pode acontecer na sua vida, da mesma forma que acreditamos que está acontecendo na nossa.



A curto, médio ou longo prazo, ensinado de forma comprometida com sua educação, um autista consegue aprender e projetar-se no seu contexto familiar, social e educacional. A história do Marcelo nos prova que “Todo autista tem potencialidades, para transcender dentro de sua especificidade, por isso, ensine um autista de varias maneiras, pois assim, ele conseguirá aprender”.

Simone Helen Drumond Ischkanian

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vencemos muitas batalhas relacionadas ao transtorno do espectro **autista** (TEA) de nosso amado filho Marcelo. E neste artigo evidenciamos que o autismo não é problema! Não é mesmo! O grande problema é como as observam e evidenciam como todas as perspectivas do autismo.

Ao que tudo indica uma das primeiras e mais importantes menções as características do autismo teria vindo dos estudos do psiquiatra austríaco, Leo Kanner, quando este observava crianças exibindo comportamentos atípicos com relação à necessidade, capacidade e procura por relações sociais comuns. Em seus estudos, realizados no ano de 1943, Kanner apontaria também para as respostas incomuns dadas pelas crianças ao ambiente, dessa forma, cunhando o nome “distúrbio autístico do contato afetivo” como sendo a origem das dificuldades apresentadas. Durante os anos 50 e 60 do mesmo século, novas pesquisas seriam feitas com base nas descobertas de Kanner, no entanto, aparentando terem trazido ainda mais dúvidas e

confusão para algo que naquela altura ainda pouco se conhecia.



No início dos anos 60, no entanto, com novos estudos sendo realizados, constatou-se pelo número de evidências surgidas ao redor do mundo todo que o autismo seria um transtorno cerebral presente desde a infância de seus acometidos, não escolhendo lugar e nem situação socioeconômica para acontecer ou se manifestar. Um símbolo desse período seria Temple Grandin, a americana que revolucionou a indústria pecuária norte americana ao inventar, tendo como base suas dificuldades por ser autista, um sistema que facilitava o abate e também o cuidado de animais da área.

Um momento importante para a história do autismo se deu sob os estudos de Michael Rutter (1978), um psicólogo de origem britânica, que constataria em quatro critérios as bases do autismo. Atrasos cognitivos e desvio sociais (não só como função de retardo mental); problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado; comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e compulsivos; e início do quadro anterior.



A definição de Rutter e o crescente corpo de trabalhos sobre o autismo influenciariam a definição desta condição no DSM-III, em 1980, quando o

autismo pela primeira vez seria reconhecido e colocado em uma nova classe de transtornos, a saber: os transtornos invasivos do desenvolvimento (TIDs) (Klin, 2006). Outro fator importante da história do autismo se deu sob as constatações da psiquiatra inglesa, Lorna Wing, que já na década de 1970, teria apontado o autismo como um espectro de condições, que deveria ser analisado sob níveis diferentes, dado que cada indivíduo apresentaria dificuldades específicas.

Como pesquisadora e clínica, bem como mãe de uma criança com autismo, ela sempre defendeu uma melhor compreensão e serviços para pessoas com autismo e suas famílias. Fundou a National Autistic Society – NAS, juntamente com Judith Gold, e o Centro Lorna Wing.

Alguns anos depois, já no século XXI, em 2007, seria proclamado pela ONU o dia mundial de conscientização sobre o autismo. Com o objetivo de espalhar o conhecimento, o dia seria mais uma forma de criar espaços para o diálogo entre familiares, profissionais da saúde mental e os próprios indivíduos com autismo, para se pensar mais sobre ele e sobre todas as questões que o envolvem de maneira produtiva.

Porém a sociedade NÃO está preparada para conviver e aceitar as “diferenças”, existentes nas pessoas. Por tempos, desejam que os PCDs (Pessoas Com Deficiências), adêquiem-se ao modo de ser e estar da sociedade. Algumas vezes nos deparamos com boas intenções, pessoas maravilhosas que fazem a diferença na vida de nosso filho – Marcelo. Mas, como a educação (no sentido globalizante da palavra) é um ciclo ainda ambíguo, também encontramos muitos profissionais que querem invalidar os sentimentos e certezas desta mãe, que diariamente luta por avanços. E é aí que começam os problemas!

DICAS DE MARILIA LIMA, MÃE DO MARCELO CLAUSEN AOS PAIS E CUIDADORES PARA CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DOS AUTISTAS.

Procurar ajuda especializada: Assim que achar suspeitar que a criança não esteja se desenvolvendo adequadamente, busque um especialista para ter um diagnóstico. Quanto mais cedo às crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) recebem ajuda, maior será sua chance de responder às terapêuticas. A intervenção precoce das atividades do Método de Portfólios Educacionais SHDI é uma das maneiras eficaz de acelerar o desenvolvimento de seu filho autista e reduzir os sintomas de autismo ao longo da vida.

Aprender sobre o autismo: Após a confirmação do diagnóstico, é importante obter informações corretas sobre o *transtorno do espectro do autismo*. Por isso, se informe com os especialistas sobre as intervenções precoces, quais são as terapias mais indicadas, escolas adequadas e como a família pode ajudar. Não

tenha medo de fazer perguntas e participar de todas as decisões das intervenções e tratamentos indicados.

Conheça seu filho: **Cada autista é único. Por isso, descubra o que desencadeia os comportamentos inadequados, o que o incomoda, o que provoca uma resposta positiva.** *Não foque em como seu filho autista é diferente de outras crianças, mas se esforce para aceitar a situação e celebrar suas conquistas.*

Evite comparações desnecessárias. O autista precisa ser amado, respeitado e aceito pelos pais e familiares de forma incondicional. Isso será fundamental para que ele se desenvolva.

Seguir uma rotina: Os autistas precisam de horários, rotina e uma programação bem definida. Estabeleça horários para refeições, terapia, escola e hora de dormir.

Tente reduzir as interrupções nessa rotina. Se houver uma mudança de horário que não dê para evitar, prepare seu filho ou filha com antecedência.

Recompensar o bom comportamento: O reforço positivo pode ajudar crianças com autismo a terem comportamentos mais apropriados. Por isso, os pais devem elogiar as crianças e jovens com autismo quando estes aprenderem uma nova habilidade e recompensá-lo pelo bom comportamento, como dar brinquedos ou comidas prediletas.

Buscar e investir em diversas terapias: Os tratamentos comuns para o autismo incluem terapia comportamental, fonoaudiologia, terapia ocupacional e ABA. A criança e o jovem com autismo podem precisar de um tratamento multidisciplinar e contar com diversos especialistas.

É importante averiguar o que cada autista necessita, qual é a prioridade no momento e sempre arranjar tempo para se divertir.

E aqui o papel dos pais é fundamental, uma vez que são eles que acompanham nas consultas e dão continuidade às técnicas em casa.

Estimular as interações sociais: Os autistas podem apresentar dificuldades ou não saber como interagir com outras pessoas. Os pais podem praticar novas habilidades sociais com o autista em vários lugares e também com pessoas diferentes. É importante que o autista realize passeios, converse sobre o que gosta ou não.

A criança com TEA também deve ser incentivada a expressar seus sentimentos e descrever o que sente, quais foram os motivos para se sentir assim.

Outra dica é estimular as pessoas mais próximas como familiares a falar com a pessoa com TEA. O autista precisa se sentir integrado, perceber que as pessoas ao redor se importam e vão interagir com ele.

Ter tempo, paciência e amor: Ser pai e mãe de uma criança ou jovem com autismo pode ser ainda mais desafiador do que criar uma neurotípica. Exige mais energia, tempo, paciência e dedicação. Quem se sentir sobrecarregado, sem

energia, desanimado e triste, deve buscar ajuda especializada como psicólogos para cuidar de si e de sua saúde mental.

É importante que os pais saibam que não estão sozinhos nessa jornada, por isso, converse com outros pais de autistas, divida as angústias e conquistas. Todos têm a ganhar.

Enfim: as atalhas travadas contra planos de saúde que não oferecem terapias adequadas e se negam ao ressarcimento por isso; contra o sistema público de saúde que oferece consultas e sessões de terapia de 25 minutos e acha que está quase nos fazendo um favor; contra as escolas, públicas e privadas que negam matrícula e que usam um mesmo planejamento escolar para todos os alunos, sem ao menos promover um PEI (Plano Educacional Individualizado), adequado as formas de aprender do aluno. Então, quando uma mãe te contar sobre o diagnóstico do autismo do filho dela, ouça com carinho e respeito. Porque não é fácil ser mãe de autista e vencer as batalhas diárias da vida com este diagnóstico.

REFERÊNCIAS

Organização Mundial de Saúde - OMS. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas; 1993.

GADIA. CA, Tuchman R, Rotta NT. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. J Pediatr. 2004;80(2):83-94.

ISCHKANIAN. Simone Helen Drumond. **Inclusão, autismo e educação**. Disponível em: <http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/>. Acesso em 01/08/2022

TEIXEIRA. MCTV, Mecca RP, Velloso RL, Bravo RB, Ribeiro SHB, Mercadante MT, et al. **Literatura científica brasileira sobre transtornos do espectro autista**. Rev Assoc Med Bras. 2010;56(5):607-14.

A INCLUSÃO DAS INTELIGÊNCIAS, SAINDO DE UM AQUÁRIO PARA UM MAR DE POSSIBILIDADES

Neusa Venditte¹

Simone Helen Drumond Ischkanian²

1. INTRODUÇÃO

A inclusão das inteligências destaca que a educação se dirige a toda pessoa com globalidade, a todas as suas dimensões, entendendo que não é possível considerá-la por elementos isolados, portanto, além de permitir o convívio entre pessoas diferentes, a educação inclusiva deve proporcionar o desenvolvimento global de cada um, sendo que as dimensões das inteligências, podem ser incluídas na

concepção de inteligências múltiplas, neste sentido o Projeto Conviver e Inclusão destaca que todos nós, podemos aprender, seguindo com propostas psicopedagógicas inovadoras, que permitem a inclusão das inteligências, onde a criança, jovem ou adulto, sai de um aquário (espaço onde não desenvolve-se coesamente) para um mar de possibilidades infinitas em sua transcendência pessoal.

A teoria de Gardner destaca sete inteligências, mas estudos e pesquisas posteriores elevaram esse número para oito ou nove, admitindo que tal diversidade pode ainda vir a ser ampliada quando ainda mais profundamente se conhecer a mente humana. Em linhas gerais, portanto, partindo de Armstrong



Quando você julga alguém com base no diagnóstico. Você perde a oportunidade de destruturar as habilidades, a beleza e a capacidade de celebrar a singularidade de cada indivíduo!

Psicopedagoga Neusa Venditte

1 Pedagoga, Psicopedagoga e Professora de Pós Graduação nas Disciplinas de DI, TEA, Psicomotricidade, Neurociências e Neuropsicopedagogia em SP e RGS. Fundadora de o Projeto Conviver Inclusão. WhatsApp 011 94949-0692 (SP) - <https://www.facebook.com/conviverinclusao>.

2 Doutoranda em Ciências da Educação em NeuroTecnologias Assistivas pela UNISAL. Mestra em Inclusão e Autismo pela Universidade São Carlos. Autora do Método de Portfólios SHDI (Inclusão, Autismo e Educação). Materiais pedagógicos, psicopedagógicos, neuropsicopedagógicos, fonológicos e educacionais. <http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/> - simone_drumond@hotmail.com.

(2001), é possível definir que todas as pessoas sem disfunções cerebrais agudas apresentam, em diferentes níveis de grandeza, as inteligências:

Segundo Howard Gardner, a inteligência é a capacidade de resolver problemas cotidianos, para gerar novos problemas, para criar novos produtos ou para oferecer serviços dentro do próprio âmbito cultural.

Para ele, há zonas no cérebro humano correspondentes, pelo menos de modo aproximado, a determinados espaços de cognição. Estas zonas explicariam as diversas formas de inteligência por ele citadas.

- Inteligência lógico matemática – é a capacidade para usar os números de modo eficiente e raciocinar adequadamente onde os indivíduos, com esta inteligência, demonstram sensibilidade aos esquemas e relações lógicas, as afirmações e proposições, as funções e outras abstrações relacionadas. É a inteligência dos cientistas.

Linguística – é a capacidade de usar as palavras de maneira eficiente, na forma oral e escrita, com bom uso da fonética, semântica e usos pragmáticos (retórica, mnemônica, explicação e metalinguagem). É a inteligência dos escritores, poetas e redatores.

Inteligência corporal cinestésica – é a capacidade de usar todo o corpo na expressão de ideias e sentimentos e a facilidade no uso das mãos para transformar os elementos incluindo habilidades na coordenação, destreza, equilíbrio, flexibilidade, força e velocidade. É a inteligência dos atletas, artesãos, cirurgiões e bailarinos.

Inteligência espacial – é a capacidade de pensar em três dimensões com facilidade para perceber imagens internas e externas, recriá-las, transformá-las ou modificá-las, bem como produzir ou decodificar a informação gráfica. É a inteligência dos arquitetos, escultores, decoradores, cirurgiões, engenheiros e marinheiros.

Inteligência musical – é a capacidade de perceber, discriminar, transformar e expressar as formas musicais incluindo a sensibilidade ao ritmo, ao tom e ao timbre. É a inteligência dos cantores, músicos e bailarinos.

Inteligência naturalista – é a capacidade de distinguir, classificar e utilizar os elementos do meio ambiente com objetos, animais ou plantas incluindo as habilidades de observação, experimentação e questionamento sobre o meio. É a inteligência dos biólogos, botânicos, camponeses, paisagistas e caçadores.

Inteligência interpessoal – é a capacidade de entender os outros e interagir com as pessoas incluindo a sensibilidade as expressões faciais, aos gestos e as posturas e a habilidade para responder as questões de interação social. É a inteligência dos terapeutas, políticos e vendedores que apresentam empatia e capacidade de manejar as relações interpessoais.

Inteligência intrapessoal – é a capacidade de entender a si mesmo reconhecendo seus pontos fracos e fortes e estabelecendo objetivos que incluem

a autodisciplina, a autoestima e o autoconhecimento e fundamentando-se na capacidade de perceber suas próprias emoções e auto-motivar-se.

Na inclusão das inteligências, saindo de um aquário para um mar de possibilidades, destacamos que todas as pessoas possuam essas inteligências com algumas bem mais acentuadas e desenvolvidas que as outras. Trabalhos específicos desenvolvidos em sala de aula contribuem de forma efetiva para “acordar” todas as inteligências nos alunos, ampliando sua criatividade e desenvolvendo-os de forma coerente e holística, destacando as habilidades de cada um e procurando inserir essas inteligências no contexto da educação inclusiva.

2. DESENVOLVIMENTO

É necessário “*conviver para não discriminar*”, afinal todo aluno, com ou sem deficiência deve ser avaliado de forma individual e detalhada para que se possa estabelecer o que ele já sabe, suas competências e suas necessidades através de um parecer dos pais do aluno, relatórios dos terapeutas que eventualmente o acompanham, dos professores e/ou escola do ano anterior, além de uma observação inicial feita pela própria professora, que busca diagnosticar o conhecimento que o aluno já traz suas habilidades e talentos, traçando assim caminhos e buscando recursos mais eficientes para se alcançar sua aprendizagem.

A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Lembrando sempre que não incluímos deficiências, mas competências e todos possuem potencial para se desenvolverem.

Assim sendo, conseguimos descobrir caminhos, adaptar conteúdos utilizando ferramentas, estratégias para o sucesso desse processo de construção de aprendizagem. Em nenhum momento devemos colocar metas e estratégias definitivas, mas aceitar rever os conceitos, os recursos e a forma de condução de todo esse processo, respeitando o ritmo, o tempo de cada aluno e acreditando que é possível aprender juntos.

A escola é responsável por estabelecer um vínculo positivo com a aprendizagem desta criança, estimulando-a a pensar, perceber e analisar o que está acontecendo ao seu redor, ajudando-a intermediando sempre os caminhos para se chegar as resoluções de problemas, levando-a a autonomia.

Preparar também aos demais alunos e suas famílias é de grande importância para que preconceitos e conflitos, discriminações e possíveis constrangimentos sejam evitados. O primeiro papel da escola é de acolhimento total ao aluno, focando sempre suas potencialidades e não apenas prendendo-se às suas deficiências.

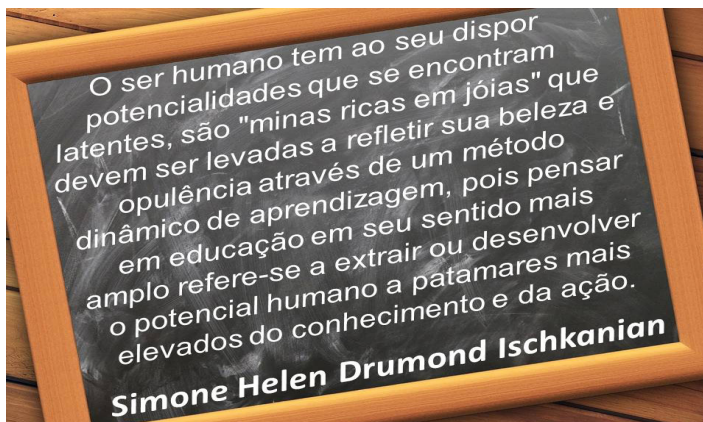
A avaliação do aluno de inclusão será no início do ano letivo quando se percebe o perfil de aprendizagem do aluno e percorre todo o percurso do aluno durante todo o processo de ensino-aprendizagem. Sendo contínua e não classificatória. Deverá acontecer de várias formas, focando diagnosticar o que o aluno conseguiu aprender da melhor forma que ele consiga se expressar.

DICAS PSICOPEDAGOGICAS DE NEUSA VENDITTE PARA INCLUSÃO DAS INTELIGÊNCIAS:

- Dar tempo para o processamento da linguagem e para responder.
- Escutar atentamente – seu ouvido irá se acostumar.
- Falar frente à frente e com os olhos nos olhos do aluno.
- Usar linguagem simples e familiar, com frases curtas e enxutas.
- Checar o entendimento – pedir para a criança repetir instruções dadas.
- Evitar vocabulário ambíguo.
- Reforçar a fala com expressões faciais, gestos e sinais.
- Ensinar a ler e usar palavras impressas para ajudar a fala e a pronúncia.
- Reforçar instruções faladas com instruções impressas e material concreto.
- Enfatizar palavras-chave reforçando-as visualmente.
- Ensinar gramática com material impresso, cartões de figuras, jogos, figuras, etc.
- Evitar perguntas fechadas e encorajar a criança a falar.
- Encorajar o aluno a falar em voz alta dando a ele estímulos visuais.
- Desenvolver a linguagem através de teatro e faz-de-conta.
- Encorajar o aluno a liderar.
- Criar oportunidades onde ele possa falar com outras pessoas.
- Providenciar várias atividades e jogos de ouvir por pouco tempo e materiais visuais e táteis para reforçar a linguagem oral e fortalecer as habilidades auditivas, neste aspecto indicamos o materiais pedagógicos do Método de Portfólios Inclusão, Autismo e Educação.
- Outras dicas disponibilizamos no Caderno de Atividades Psicopedagógicas, onde os profissionais e estudantes encontram dicas de atividades, disponível em: <http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/search/label/PSICOPEDAGOGIA%20E%20NEUROPSICOPEDAGOGIA>



No Projeto Conviver Inclusão e Vivências e Aprendizagens numa parceria com as Famílias, Educadores e Terapeutas evidencio em meus atendimentos que produzir qualquer forma de trabalho escrito é uma tarefa muito complexa. As dificuldades de memória curta, fala e linguagem, sistema motor fino e organização e sequenciamento de informação provocam um impacto considerável na aquisição e desenvolvimento da escrita para muitos alunos com Síndrome de Down. Minha sugestão para as áreas de especial dificuldade é: colocar as palavras em sequência para formação da frase; colocar eventos-informação em sequência na ordem correta e organização de pensamentos e informação relevante no papel.



Neste sentido destaco que as estratégias evidentes para desenvolver habilidades coesas são:

Investigar recursos adicionais para ajudar a escrita como um processo

físico, diferentes tipos instrumentos para escrever, apoio tátil para empunhar o lápis, linhas grossas, quadrados no papel para limitar o tamanho da letra, papel com pauta, quadriculado, quadro individual para escrever, programas de computador.

Oferecer apoio visual – flash cards (cartões de leitura com figura ou foto e palavra), palavras-chave e símbolos gráficos escritos em cartões.

Oferecer métodos alternativos de memorização: sublinhar ou circular a resposta correta, sequência de frases com cartões, programas de computador específicos.

Garanta que os alunos só escrevam sobre assuntos que estejam dentro de sua experiência e entendimento.

Ao copiar do quadro, sublinhe ou destaque uma versão mais curta que focalize o que é essencial para o aluno.

Encorajar o uso de letra cursiva para ganhar fluência.

É importante evidenciar neste primoroso artigo que quando as crianças se sentem seguras para tirar suas dúvidas, explicar sobre diversidade e inclusão se torna algo mais fácil.

DICAS PSICOPEDAGOGICAS DE NEUSA VENDITTE PARA TRABALHAR COM INCLUSÃO NA ESCOLA:

A participação dos gestores, professores e dos pais no processo educacional dos pequenos com algum grau de deficiência. Então, é hora de compreender os aspectos que devem ser considerados para oferecer o melhor modelo de educação inclusiva:

Preparação dos professores - Se educar uma criança que apresenta um desenvolvimento dentro do padrão já apresenta alguns desafios, a inclusão dos pequenos com alguma deficiência pode ser um problema para a escola que não se prepara para a situação.

Por esse motivo, cabe ao gestor da escola cobrar o aperfeiçoamento profissional de seus professores e oferecer cursos de capacitação com esse foco. Eles precisam aprender práticas pedagógicas diferenciadas para que possam atender as especificidades de cada aluno especial.

O professor precisa compreender as características de cada deficiência, para que saiba identificá-las e criar um programa adequado de ensino. Ele também deve estar preparado para buscar ajuda de um psicólogo quando o aluno apresentar dificuldades de inclusão em sala de aula.

Foco nas potencialidades do aluno - A gestão escolar precisa estar preparada para direcionar a atenção aos potenciais de aprendizado da criança especial. Por esse motivo, é importante promover encontros entre os professores para que eles possam trocar experiências e ampliar o conhecimento sobre o assunto.

O educador deve compreender que a inclusão escolar se baseia em entender as dificuldades do educando e ajustar as atividades para que ele possa apresentar o melhor desempenho possível em sala de aula.

Também faz parte desse processo a aproximação da escola com os pais. É por meio dessa relação que todos poderão identificar as formas de aprendizagem que funcionam melhor para a criança e como a convivência em grupo pode beneficiar o desenvolvimento do aluno. Muitas vezes, é necessário adequar o planejamento a cada mês, de acordo com o desenvolvimento apresentado pela criança.


Espaços adequados - A escola de educação infantil precisa estar preparada em todos os aspectos para receber o aluno especial. Sendo assim, o gestor deve ficar atento à regulamentação sobre acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Mas essa compreensão vai além. As salas de aula devem estar preparadas para receber os alunos especiais, bem como o gestor precisa criar espaços diferenciados para que o educador possa realizar aulas complementares com as crianças.

A educação é um direito de todos e a escola tem o dever de estar preparada para receber bem as crianças e promover a inclusão.

Parceria entre pais e educadores - Quando a criança apresenta necessidades especiais, a comunicação eficaz entre a escola e os pais se torna ainda mais importante. Os professores podem compartilhar as experiências em sala de aula e orientar a família sobre as atividades que podem ser desenvolvidas em casa para ampliar o aprendizado dos pequenos. Os pais, por sua vez, podem identificar alguns exercícios que apresentam mais resultados com os seus filhos e repassar esse conhecimento para os educadores. Desse modo, a parceria contribuirá para o desenvolvimento das habilidades da criança e sua inclusão na sociedade.

No contexto da AEE relacionada à BNCC, destacamos diversos planejamentos para o desenvolvimento de diversas habilidades.

	NOME: _____	INCLUSÃO – AUTISMO - EDUCAÇÃO  Sandro Ischkanian
	_____	PORTFOLIO Simone Ischkanian
O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA NOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO AEE.	Unidade temática: _____	Objetivo (s): _____
_____	_____	_____
_____	_____	Habilidade (s): _____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	Avaliação: _____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____



Fonte: <http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/search/label/INCLUS%C3%83O%20BNCC%20AEE?updated-max=2022-08-01T22:40:00-07:00&max-results=20&start=6&by-date=false>

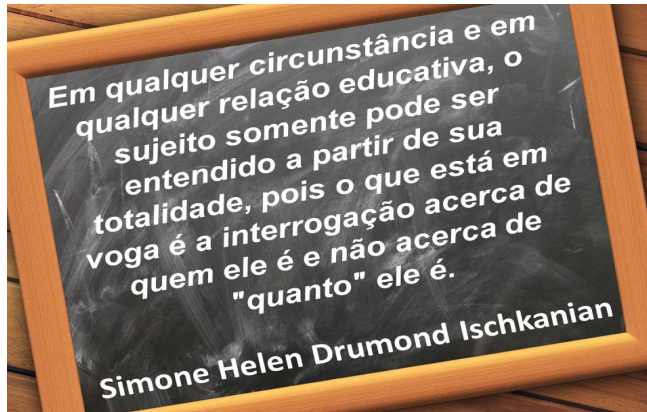
A educação inclusiva é uma oportunidade da escola, em conjunto com a comunidade, de contribuir para que os pequenos se tornem cidadãos solidários e conscientes sobre o valor das diferenças.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão das inteligências, saindo de um aquário para um mar de possibilidades é saber que todos os indivíduos têm direito a uma educação está expressa em muita legislação, ter direito a essa mesma educação de qualidade já é por si só um grande desafio, mas, indo mais além o que podemos de chamar de desafio dos desafios é ter direito a uma educação inclusiva de qualidade, ai sim abrange a todos de uma mesma sociedade, independentemente de deficiência ou não.

Destacamos que a inclusão, não deve ser vista apenas como um movimento ou um simples fato, mas principalmente como um processo de transformação, que deve obedecer todas as suas etapas, com planejamento e com muita análise em todo o seu decorrer e não menos importante às várias avaliações que devem também ocorrer, com responsabilidade e comprometimento.

Na Síndrome de Down um ponto importante é que, para que ocorra a inclusão, não basta tão somente que esteja expresso nas leis, não desprezando-as, pois, servem de ponto de partida para as mudanças, mas é necessário que se vá mais além dos espaços definidos como regular ou especial.



A escola continua necessitando ser repensada, pois ela é muito importante na construção desse modelo de inclusão, o que se precisa mudar são algumas rotulações como retardado, deficiência e incapacidade como se essas dificuldades fossem a unanimidade na responsabilidade de desenvolver a real potencialidade de uma pessoa.

Não estar se dizendo aqui que deva haver uma mudança de professores, no sentido de substituí-los por outros mais especializados, o que se busca é que os professores atuais se engajem, estejam aberto a mudanças que eles mesmos proponham melhoramentos, por que no fim das contas eles que lidam com os alunos diariamente, e possam traçar um paralelo entre o antigo conhecimento e os novos onde esta presente o processo de inclusão.

A inclusão lúdica é fator primordial!



Fonte: Fotos aulas para pais, educadores e terapeutas. <http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/search/label/FOTOS%20AULAS>

É nesse contexto que a inclusão geram novas perspectivas e novos desafios, para implantar as mudanças necessárias, visto como um primeiro passo nessa longa caminhada de muitas lutas para garantir a todos as mesmas oportunidades de estudo, trabalho, lazer resumindo ter acesso a todos os direitos sociais por todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, T. **Inteligências Múltiplas na sala de aula**. Porto Alegre: Art-med, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988.

VENDITTE, Neusa e ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Vamos juntos aprender a ensinar e descobrir novos caminhos e recursos que facilitem a realização de um trabalho com excelência**. Disponível em: <https://autismosimonehelandrumond.blogspot.com/2022/06/vamos-juntos-aprender-ensinar-descobrir.html>. Acesso em 24/07/2022

EDUCAÇÃO EM ABORDAGEM: REPERCUSSÕES DO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS PARA NOVOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM

Abraão Danziger de Mato¹

1. INTRODUÇÃO

A aprendizagem ganha cada vez mais força como uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs). o desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), novas práticas estão sendo introduzidas no cotidiano das pessoas. Na educação, essa nova tecnologia, principalmente com o advento dos computadores, surgiu como uma alternativa ao processo de ensino e aprendizagem e tem suscitado discussões sobre o conceito atual do processo. O grande número de softwares educacionais e a variedade de aplicativos de computador indicam que essa tecnologia pode ser muito útil na educação. Nesse contexto, mais importante que as TIC é a forma como ela é utilizada no cotidiano das pessoas, ou seja, dependendo de suas características individuais.

A maioria dos professores que migraram para os meios digitais se inseriu no mundo da tecnologia como uma forma de ensinar que, basicamente, transpôs a realidade presencial (o modo de ensinar) para o meio digital. Por esse motivo, muitas das vezes o processo de ensino remoto não se dá de forma satisfatória, pois a metodologia em tal cenário tem suas peculiaridades e seus métodos didáticos diferenciados da experiência presencial. Uma das consequências dessa migração forçada é a falta de sintonia com o modelo de ensino e a realidade material, cultural e psicológica tanto do docente quanto discente (BACICH, 2015). Atrelado a isso, os professores na tentativa de se adequarem de forma rápida às ferramentas digitais de ensino, vêm tendo um aumento de carga horária de trabalho sem aumento de remuneração correspondente, e muitas das vezes sem a qualidade de ensino adequada (SILVA; BEZERRA; ADRIÃO, 2020).

Assim, evidencia-se que o ensino remoto emergencial em tempos de pandemia não deve se tratar de um momento onde se ampara nas tecnologias a qualquer custo, mas sim de um período onde deve-se acompanhar consciente

1 Formado em Gestão de Negócios pela Fatec/BS, com especializações na área da Educação, Administração e Informática bem como mestrando em Educação pela ACU -Absoulute Christian University. E-mail: estudentec@gmail.com.

e deliberadamente uma mudança de método educacional que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo, os papéis de professor e de aluno (LÉVY, 2000). Unindo a isso, reflete-se outra problemática que do ponto lógico torna essa realidade bem mais caótica, isto é, a falta de infraestrutura e recursos financeiros que limita alunos inseridos na rede pública de ensino acesso aos materiais adequados ao ensino remoto, o que gera um atraso irrecuperável a formação dos indivíduos dessa classe. Segundo dados da UNESCO (2020) o impacto resultante ao isolamento social atingiu mais de 70% da população estudantil no mundo, em números estimados são mais de 1,7 bilhão de estudantes, indicando um total de 90% de todos os estudantes do mundo.

É possível relatar que o formato de ensino remoto emergencial revela uma realidade de alunos que encontram dificuldades na forma de acessar as aulas, pois uma parte considerável dos estudantes não têm acesso à internet e nem a um dispositivo móvel adequado, sendo assim, tornando-se impossível eles terem a oportunidade de acompanhar o andamento das aulas.

A sociedade atual, principalmente os mais jovens, estão cada vez mais conectada, utilizando, de forma fácil e natural, os diversos recursos tecnológicos disponíveis. De acordo com Prensky (2001) as novas gerações têm muito mais facilidade em lidar com os recursos computacionais, por isso são chamados de nativos digitais já que nasceram em uma época muito conectada com a internet.

Diante da facilidade que as crianças atuais têm em manusear os recursos tecnológicos, como celulares, tablets e computadores faz-se importante que estes instrumentos sejam considerados no processo de ensino aprendizagem, de acordo com Barro e Souza essa facilidade é um sinal de que o indivíduo nasceu na “era da internet”.

Sendo assim, é necessário que escola e docentes busquem inserir as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta pedagógica e cognitiva, pois na cultura digital, a escola perde parte de seu papel de detentora dos saberes, pois eles estão disponíveis ao alcance, sendo assim é fundamental que os recursos e dispositivos tecnológicos façam parte das ferramentas pedagógicas (FARDO, 2013, p. 34).

Sendo assim vale ressaltar que a finalidade da educação infantil é o “desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, intelectual, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade” (MACHADO, 2013, p. 375).

Já para Moran (2009, p 9) “escolas não conectadas são escolas incompletas” e “alunos sem acesso contínuo às redes digitais estão excluídos de uma parte importante da aprendizagem atual (...)”.

Sendo assim o objetivo deste estudo é identificar o uso das tecnologias digitais nos estilos de aprendizagem e como estas podem contribuir com o processo de ensino.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Conceitualização dos estilos de aprendizagem

A compreensão dos aspectos técnicos do âmbito da educação e suas implicações; percebem-se que passam por mudanças e, como consequência, tenta de alguma forma se adequar ao processo. Essa adaptação requer o estabelecimento de um contexto teórico e toda uma estrutura didática.

O conhecimento de diferentes estilos de aprendizagem é uma ferramenta importante para professores e instituições de ensino, todo mundo tem seu próprio estilo de aprender e a grande diversidade desses estilos de aprendizagem requer certas ferramentas para serem reconhecidas.

Estilo é o modo que o indivíduo usa suas habilidades, ou seja, são as maneiras de pensar e agir diante de uma situação (WECHSLER, 2006). O autor aponta também que o termo “estilo” é utilizado em diferentes concepções, como estilo cognitivo, estilo de personalidade, estilo de aprendizagem, entre outros.

Consideramos que o estilo de aprendizagem é o modo individual de se adquirir conhecimento e experiências. Ou conforme Santos e Mognon (2010) conceituam ser a preferência na forma que a pessoa recebe e processa as informações.

Além da variedade de modelos, os conceitos de estilos de aprendizagem vêm ganhando cada vez mais atenção dos professores por proporcionarem o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que ressignificam o ensino (LOPES, 2002).

A teoria dos estilos de aprendizagem desempenha um papel importante na formação do processo de ensino e aprendizagem do ponto de vista técnico, porque analisa as diferenças individuais e se adapta às circunstâncias, permitindo a edição de determinados detalhes técnicos.

Os estilos de aprendizagem contribuem com o processo de ensino, que é muito complexo, eles ajudam a encontrar respostas e informações sob uma ótica que envolve diversas variáveis influenciadas por fatores internos, externos e sociais (LOPES, 2002). Sendo assim os estilos de aprendizagem estão relacionados a uma forma particular de adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes por meio da experiência.

As teorias dos estilos de aprendizagem os veem como resultado da genética (código genético), educação, personalidade e compatibilidade humana com as necessidades da natureza.

Os estilos de aprendizagem são definidos por seus aspectos cognitivos,

emocionais e ativos de como os aprendizes percebem, participam e respondem aos seus ambientes de aprendizagem (SCHMITT; DOMINGUES, 2016). Há uma variedade de estilos de aprendizagem na sala de aula, essa diversidade inclui as maneiras pelas quais os alunos escolhem visualizar, armazenar, processar e organizar as informações.

Muito se tem falado sobre modelos de aprendizagem que são os construtos práticos de uma teoria que produz um estilo de aprendizagem, a partir disso, são criados modelos para medir a magnitude dos estilos de aprendizagem, (LUM; BRADLEY; RASHEED, 2011).

É importante alertar que os estilos de aprendizagem podem mudar ao longo do tempo, dependendo da maturidade de cada um, a intensidade do processo de aprendizagem individual torna alguns métodos eficazes para um público, mas não para outros (JACOBSON, 2003).

De acordo com Schmitt e Domingues apud Alonso e Gallego (2002), existem quatro estilos de aprendizagem definidos, como; funcional, reflexivo, teórico e pragmático, sendo eles:

- Estilo ativo: valoriza dados da experiência, entusiasma-se com tarefas novas e é muito ágil;
- Estilo reflexivo: atualiza dados, estuda, reflete e analisa;
- Estilo teórico: é lógico, estabelece teorias, princípios, modelos, busca a estrutura, sintetiza;
- Estilo pragmático: aplica a idéia e faz experimentos (AMARAL e BARROS, 2008, p. 3).

A compreensão dos estilos de aprendizagem se mostra como uma importante ferramenta para no processo de ensino aprendizagem e sua relevância se justifica ainda mais diante das realidades da sociedade moderna, que são influenciadas pelo surgimento e uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e, conseqüentemente, pelos diferentes métodos de ensino que estas geram.

Pessoas com estilo funcional ativo se destacam, gostam de novos conhecimentos, têm mente aberta, são apaixonadas por novos empregos, são pessoas aqui e agora, que adoram viver novos conhecimentos. Seus dias são cheios de trabalho: depois de fazer um determinado trabalho, já estão pensando em encontrar outro. Eles adoram desafios que incluem novas informações e não gostam de grandes prazos, são pessoas de grupos, que se envolvem nos assuntos dos outros e se concentram em todas as atividades ao seu redor. Suas características são: animador, improvisador, localizador, corajoso e automático. Os outros dois aspectos são: arte, aventura, inventor, essencial, produtor de ideias, pressa, personagem principal, fundador, narrador, líder, voluntário, divertido, participante, competitivo, ávido por aprender e solucionador de problemas (AMARAL e BARROS, 2008).

As pessoas do estilo reflexivo gostam de considerar a experiência e vê-la

com diferentes perspectivas; coletar dados, analisá-los em detalhes antes de chegar a uma conclusão. Sua filosofia geralmente é sábia, eles gostam de considerar todas as alternativas possíveis antes de fazer algo. Eles gostam de olhar para as ações dos outros e criar uma atmosfera um pouco diferente e calma ao seu redor. Suas principais características são: consideração, conscientização, aceitação, análise e completude. As segundas características são: observador, compositor, paciente, cuidadoso, focado em dados, argumentativo, compositor alternativo, etnólogo, pesquisador, registrador de dados, símile, lento, remoto, inteligente e curioso (AMARAL e BARROS, 2008).

No estilo teórico as pessoas se concentram nos problemas de cabeça para baixo, com passos sensatos, eles tendem a ser perfeccionistas, combinam o que fazem em teorias integradas. Eles são profundos em seu processo de pensamento e no estabelecimento de princípios, teorias e modelos. Para eles, se fizer sentido, tudo bem. Eles querem clareza e consideração, distanciam-se do subjetivo e do ambíguo, suas características são: metódica, lógica, objetiva, crítica e estrutural (AMARAL e BARROS, 2008).

Pragmáticos são pessoas que usam ideias, eles encontraram uma nova ideia aproveitaram a primeira oportunidade para experimentá-lo, eles gostam de agir com rapidez e confiança com essas ideias e projetos atraentes, tendem a ficar impacientes quando as pessoas estão pensando e enfrentam a realidade quando precisam tomar uma decisão e resolvê-la. Suas principais características são: experimental, prática, direta, eficaz e realista (AMARAL e BARROS, 2008).

O conceito de estilo de aprendizagem, refere-se às diferenças individuais baseadas nas preferências e no ciclo de aprendizagem, influenciadas pela diversidade genética, conhecimentos específicos de vida e necessidades atuais (KOLB e KOLB, 2005).

Santos e Wechsler (2008) afirmam que o estilo de aprendizagem engloba uma abordagem individual específica para adquirir conhecimento e experiência, por esse motivo, o mesmo método de ensino pode ser eficaz para algumas pessoas e não para outras. Os estilos de aprendizagem são realmente diferentes, nenhum é melhor ou pior que o outro (Dunn et al., 2002), porém é importante destacar que os avanços tecnológicos fortalecem essa sociedade do conhecimento, uma vez que por si só possuem estilos de aprendizagem incorporados em seu próprio tempo e espaço e possibilitam o ensino de maior expansão.

Há uma variedade de fatores ambientais envolvidos na aprendizagem humana e devem ser considerados: os fatores físicos, ambientais, psicológicos, físicos, sociais e culturais são influências contínuas na aprendizagem. Como atingir o objetivo da aprendizagem, porém, é tão individual quanto o próprio processo (CAVELLUCCI, 2005).

De acordo com Roza (2017) as últimas décadas foram marcadas por mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, que levaram, em grande parte, ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, que incluem, entre outros recursos, computadores, sistemas, seus aplicativos, redes de computadores e internet e seus efeitos representam novos desafios nas relações de compartilhamento de conhecimento, mas também novas oportunidades de aprendizado, maior acessibilidade e flexibilidade.

As tecnologias utilizadas no contexto da educação proporcionam uma variedade de formas de envolver os alunos dentro e fora da sala de aula, no entanto, tais recursos tecnológicos não podem ser considerados isoladamente na educação devendo ser reconhecido como parte ativa do processo de aprendizagem, que, por sua vez, reflete diferenças individuais no estilo de aprendizagem, métodos preferidos de aquisição de conhecimento.

2.2 As tecnologias no processo de ensino-aprendizagem

A prática pedagógica visa transformar os ensinamentos em informação para os alunos e, como resultado, algumas técnicas são desenvolvidas para aproveitá-los da melhor forma e, assim, alcançar os melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem.

Diante do avanço tecnológico e a identificação dos jovens com estas novas tecnologias, se faz necessário que o professor acompanhe esta evolução para que sua metodologia de ensino não se torne ultrapassada, e acabe por desmotivar os alunos.

O termo tecnologia da informação e comunicação inclui um conjunto de recursos tecnológicos e estatísticas para a produção e uso da informação, que vão desde rede de computadores, central telefônica inteligente, fibra óptica e comunicação via satélite ou sem fio. Os principais componentes de TI são baseados em hardware e seus dispositivos e periféricos, seu software e recursos, sistemas de telecomunicações e gerenciamento de dados e informações.

Segundo Belhot (1997), a tecnologia está embutida em produtos e serviços e é incorporada gradativamente em nossas vidas, sem nos darmos conta de que já estamos utilizando a tecnologia. A tecnologia está inserida neste contexto como elemento chave de mudança e tem como parceiros uma rede global de computadores e software. As TIC expandiram as fronteiras internacionais, proporcionando não só maiores oportunidades de mercado, mas também maior concorrência, hoje que é hoje um trunfo internacional e não mais local, regional ou estadual, como no passado. O mesmo trabalho foi feito por diferentes pessoas em diferentes países.

Compreender as influências do uso da das diferentes TICs na educação

como ferramentas que podem ser eficazes no desenvolvimento de estilos de aprendizagem, bons e ruins, é essencial para perceber os benefícios dessa combinação. Esses benefícios estão relacionados ao desenvolvimento de habilidades, como a sensorial - precisa, visual - oral, indutiva - pulsante, funcional - reflexiva e consistente – global (Kalatzis; Belhot, 2006).

Em Felder (2002) tais situações promovem o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, satisfação com suas instruções e autoconfiança. Nesta mesma situação, outro ponto importante na área de aprendizagem é a conscientização dos alunos. O conhecimento preferencial de aprendizagem e desenvolvimento de estratégias ajuda você em uma variedade de situações de aprendizagem na escola e na vida, que podem ser possibilitadas pelas TIC.

É importante notar que as contribuições dos professores são importantes para o processo de aprendizagem e ensino. No entanto, é preciso saber com certeza o que as Instituições de Ensino Superior e as universidades corporativas vêm fazendo nesse sentido. Esta pesquisa pode fornecer melhores informações e orientações sobre quais habilidades são desenvolvidas em termos de estilos de aprendizagem, que são importantes para os alunos usarem e trabalharem de forma eficaz.

Nesse sentido, é importante criar caminhos oportunos para alcançar uma educação mais alinhada com os desenvolvimentos atuais. De acordo Scorsato e Silva (2014) “as circunstâncias, as relações sociais, culturais, políticas e econômicas mudaram, mas alguns processos de ensino permanecem estagnados, exigindo novas ideias pedagógicas”.

A disseminação e uso de tecnologias digitais, marcadamente dos computadores e da internet, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura de uso das mídias e, por conseguinte, de uma configuração social pautada num modelo digital de pensar, criar, produzir, comunicar, aprender – viver. E as tecnologias móveis e a web 2.0, principalmente, são responsáveis por grande parte dessa nova configuração social do mundo que se entrelaça com o espaço digital (ALMEIDA E SILVA, 2011, p. 4).

Sabendo que a aprendizagem do aluno deve-se a forma como ele interage com o meio em que está inserido, ao professor e aos recursos disponíveis, é importante que este tenha acesso as novas tecnologias. Este acesso no ambiente escolar favorecerá as “formas de aprender e ensinar”, portanto é inegável a importância do uso destas tecnologias na atualidade, pois através dela a informação se multiplica, não existe limites de tempo e espaço, conecta as pessoas, acontecimentos e informações de uma maneira instantânea e inclusiva (COSTA, 2018).

A discussão sobre a relação das tecnologias e o processo de ensino aprendizagem é muito importante, pois hoje o educador tem uma grande variedade tecnológica a sua disposição, por isso precisa aprender a usá-las na sala de aula, uma vez que o professor é o mediador do processo de ensino aprendizagem,

portanto, compete a ele procurar métodos motivacionais para seus alunos aprenderem com as novas tecnologias.

As tecnologias de informação e comunicação são todas as ferramentas disponíveis e utilizadas para gerir a informação e promover a comunicação, tais ferramentas, quando incorporadas à educação, são ferramentas que podem facilitar os processos de ensino e aprendizagem, além de desenvolver e facilitar a construção de informações relacionadas à comunidade técnica na qual os alunos estão inseridos (MATTAR, 2013).

De acordo com Almeida (2011) a integração da tecnologia não envolve apenas computadores e internet na sala de aula, é necessário transformar processos de ensino e aprendizagem, currículo e relações de conhecimentos.

As mudanças tecnológicas e científicas também provocaram mudanças nas relações escola-aluno, o que propõe um desafio à introdução de ferramentas midiáticas na educação. Sobre essa nova prática desafiadora das escolas públicas, Fantin (2007, p. 4) afirmou: “é possível integrar ensino de mídia e educação [...] usando todas as tecnologias disponíveis: computador, internet, celular, fotografia, vídeo cinema, livro, CD, DVD”. É importante notar o fato de que as novas tecnologias, por si só, podem não apenas potencializar o conhecimento dos alunos, mas também podem ser facilitadoras da aprendizagem.

Atualmente, muitas ferramentas técnicas podem ser utilizadas para auxiliar no aprendizado em sala de aula, vídeo e TV, por exemplo, são recursos comuns em muitas escolas e, com eles, pode-se estimular a linguagem falada e escrita, testar habilidades visuais e auditivas, pois são recursos que estimulam a motivação dos alunos e o bom relacionamento interpessoal.

O uso da mídia pode transformar a educação, mas, nesse caso, será importante que escolas e educadores entendam que as tecnologias de informação e comunicação são recursos tecnológicos que incluem computadores e redes telefônicas (computador + comunicação), principalmente a internet. (SILVA, 2010 p. 7).

Acerca do uso tecnológico no ambiente escolar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 13 de julho de 2010 mencionavam o uso das tecnologias como recurso pedagógico. E desde então a forma de trabalhar as tecnologias da informação e comunicação na sala de aula passou a fazer parte do planejamento escolar, porém surgiram dúvidas quanto à capacitação dos docentes.

...esses letramentos precisam ser trabalhados no campo educacional, para que educadores e alunos possam se familiarizar com os novos recursos digitais e, assim, informar-se, comunicar-se e expressar-se usando as novas modalidades de comunicação, como: processador de texto, internet, web, e-mail, bate-papo, lista de discussão, hipertexto, blog, vídeo blog. (ALMEIDA et al., 2011, p.3).

O objetivo foi dar uma nova explicação dessas ferramentas na relação

entre professor e aluno e explicar os métodos de seu uso. Se a educação, antes do advento da tecnologia, já se esta destinada a agregar valor as informações transmitidas em sala de aula, a inserção da tecnologia teria um alto impacto que só poderia levar ao desenvolvimento participativo e crítico social.

Hoje, a escola, o diretor, o professor e a família precisam entender que as mudanças acontecem cada vez mais rápido, acelerando a contínua evolução e expansão do conhecimento, o que desorganiza e potencializa diretamente nossa realidade atual e a cooperação na transformação e desenvolvimento. até mesmo o desenvolvimento da mídia humanitária e internacional, trazendo assim a curiosidade e o desejo de criar hábitos, de conviver e se adaptar a essas mudanças (FRANÇA, 2010).

A evolução da tecnologia muitas vezes muda o comportamento, estabelecendo diferentes processos de comunicação, resultando em uma comunicação que vai desde a comunicação interpessoal até a relação entre diferentes saberes e aprendizados.

A escola precisa acompanhar essa nova realidade comunitária repleta de conhecimento e experiência. O gestor educacional é muito importante nesse processo e precisa assumir sua posição de responsabilidade na construção dessas discussões. É preciso ver o contexto da educação como “um conjunto de condições adequadas que permitem ao educando (reconstruir) o conhecimento do seu conteúdo, do professor, da sua ação e dos elementos construtivos históricos e culturais que fazem parte da natureza” (ALMEIDA, 2009, pág. 77).

Isso mostra que essas relações profissionais e escola, ainda precisam ser bem traduzidas e integradas ao ambiente educacional em todos os níveis. Se a escola não estiver disposta a receber tudo isso, acabaremos competindo em vez de somar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou explorar o contexto atual da relação entre o ensino básico e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, tendo em conta as competências e os estilos de aprendizagem exigidos aos alunos, o fato é que as mudanças geradas pela tecnologia no ambiente de aprendizagem, suas influências, seus componentes e indicadores, que ainda estão sendo considerados, são importantes para compreender a necessidade de aplicá-las no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Pedagogicamente, o uso da tecnologia na educação decorre da necessidade de atender a variedade de estilos de aprendizagem, competências e habilidades apresentadas na atualidade.

O objetivo geral deste estudo foi apresentar no contexto da educação alguns indicadores analíticos do uso da tecnologia no ambiente educacional,

buscou-se analisar a teoria dos estilos de aprendizagem e sua relação com a importância do uso da tecnologia na educação. A hipótese deste estudo foi validada e podemos dizer que os elementos que possibilitam compreender, por meio do método de ensino, o uso da tecnologia na educação pode ser corrigidos com a teoria dos estilos de aprendizagem.

Deve-se considerar como os alunos podem melhorar seus estilos de aprendizagem usando uma variedade de ferramentas de TIC em conjunto com o ensino. O aprendizado do aluno precisa focar no suporte técnico disponível que pode impactar no ensino, os sistemas multimídia podem ser poderosas ferramentas de ensino para acessar diversos estilos de aprendizagem, pois permitem o uso de uma ampla variedade de mídias, desde texto simples até animações complexas, ou até mesmo combinar duas ou mais mídias para obter um efeito didático altamente refinado, altamente integrando diferentes estilos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. Gestão de tecnologias, mídias e recursos na escola: o Compartilhar de significados. Em aberto, Brasília, c. 22, n. 79, p. 75-89, jan. 2009.

___; SILVA, M. das G. M. da. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo. Revista e-curriculum, São Paulo, v. 7, n. 1, abril. 2011.

FARDO, M. L. A gamificação como estratégia pedagógica: estudo de elementos dos games aplicados em processos de ensino e aprendizagem. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/457/Dissertacao%20Marcelo%20Luis%20Fardo.pdf;jsessionid=12797F-DB0480392966525EB29560347F?sequence=1>. Acesso em: 13/02/2022.

FRANÇA, T. B. A gestão educacional e as novas TICs aplicadas à educação. Armário da Produção Acadêmica Docente, v. 4, n. 8, 2010.

JACOBSON, L. V. O potencial de utilização do e-learning no desenvolvimento de competências do administrador: considerando o estilo de aprendizagem do aluno de graduação. 2003. 232f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA/USP. São Paulo, 2003

KALATZIZ, A.C.; BELHOT, R. V. Estilos de aprendizagem e educação a distância: perspectivas e contribuições. XIII SIMPEP - Bauru, SP, 2006. Disponível Em: https://simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/600.pdf. Acesso em: 28/02/2022.

LOPES, W. M. G. ILS – Inventário de estilos de aprendizagem de Felder Solomon: investigação de sua validade em estudantes universitários de Belo Horizonte. 2002. 85f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Santa Catari-

na, Florianópolis, 2002.

LUM, L.; BRADLEY, P.; RASHEED, N. Accommodating learning styles in international bridging education programs. *Higher Education, Skills and Work-based Learning*, v. 1, n. 2, p. 147-168, 2011. Disponível em: http://en.copian.ca/library/research/ccl/accommodating_learning_styles/accommodating_learning_styles.pdf. Acesso em 15/02/2022.

MACHADO, M R. A inclusão da Tecnologia na Educação Infantil. XI Congresso Nacional de Educação. PUC-PR. Curitiba, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9701_5615.pdf. Acesso em 15/02/2022

MORAN, J.M. Perspectivas (Virtuais) para a educação. 2009. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/futuro.pdf>. Acesso em 18/02/2022.

PRENSKY, M. O papel da tecnologia no ensino e na sala de aula. *Conjectura: filosofia e educação. Caxias do Sul*, v. 15, n. 2, p. 201-204, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/335>. Acesso em 14/02/2022.

SCHMITT, C. S.; DOMINGUES, M. J. C. S. Estilos de aprendizagem: um estudo comparativo. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000200004>. Acesso em 20/02/2022.

A EDUCAÇÃO É UM ATO DE CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, ELA NOS PERMITE CONSTRUIR PROJETOS DE VIDA E REESCREVER O FUTURO

Florizete Santos Lima¹

1. INTRODUÇÃO

A educação muda o mundo, ela transforma vidas e nos permite construir projetos e reescrever o futuro. Desde pequena sempre ouvi que “educação é uma arma poderosa”, pois através dela, um cidadão se torna mais crítico, tem mais oportunidades de emprego e melhoria na sua própria qualidade de vida. A



importância de aprender para si mesmo é compartilhar os conhecimentos com os outros e neste artigo venho contextualizar um pouco do quanto a educação transformou minha vida no Brasil e no Paraguai.

O ato do conhecimento, ou seja, a educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego. Por meio da Educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

Educação na Constituição de 1988 destaca que ela, é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. As primeiras normas regulamentadas foram publicadas pela portaria MTb nº 3.214, 8 de junho de 1978.

A legislação Educacional possui duas naturezas: uma reguladora e uma regulamentadora. Ela é reguladora quando se manifesta através de leis, sejam

1 Educadora, Vice-diretora em Articulação com o mundo do Trabalho – Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde do Centro Baiano, Licenciatura em Geografia, Pós-Graduação em Políticas do Planejamento Pedagógico, Pós-Graduação em Metodologia para o Ensino de Educação Profissional, Mestrado em Filosofia, Doutora em Ciência da Educação.

federais, estaduais ou municipais e regulamentadora quando consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com objetivo de garantir trabalho seguro e sadio.

A educação deve ser responsável pela formação de um pensamento crítico, e todos concordam, que ela deve ser responsável pela formação pessoal e humanista dos futuros cidadãos do país. A forma com que cada um imagina a finalidade da educação é o que dá sentido à prática escolar cotidiana.

EU SOU FRUTO DA EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA VIDAS!

A educação combate à pobreza: quanto mais as pessoas estudarem, mais oportunidades terão no mercado de trabalho.

A educação faz a economia crescer: os países que priorizam o ensino de qualidade nas últimas décadas registram um crescimento econômico acima da média.



A educação promove a saúde: reduzir a mortalidade infantil, diminuir a taxa de fecundidade e projetar estudos para a melhoria da saúde global da população.

A educação diminui a violência: como a educação é capaz de impactar na diminuição desta desigualdade, ela também contribui para uma sociedade menos violenta, pois ela ajuda a superar a intolerância. A educação é fundamental para vencer a batalha contra a ignorância.

A educação garante o acesso a outros direitos: o acesso à educação permite que os indivíduos tenham consciência e conhecimento de que são sujeitos de direitos, isto é, que possuem direitos garantidos por lei e podem exigir que eles se cumprissem.

A educação ajuda a proteger o meio ambiente: educando as pessoas para decisões sustentáveis, que satisfazem as necessidades presentes sem prejudicar as gerações futuras e preservando a natureza.

A educação aumenta a felicidade: o estudo nos permite realizar sonhos e alavancar a vida pessoal e social, nos tornando pessoas felizes.

A educação ajuda a compreender o mundo: a compreensão de mundo é importante para qualquer ser humano e a educação nos torna cidadãos globais.

A educação para transformar deve incluir conteúdos e desenvolver competências que vão além do consciente intelectual. Isso significa que empatia, solidariedade e ética devem fazer parte do currículo de todo bom educando. E essas qualidades somadas à técnica são responsáveis por uma carreira de sucesso.

A educação é um ato de conhecimento e transformação social, ela nos permite construir projetos de vida e reescrever o futuro.



*Na caminhada para vencer por
meio da educação,
não tema mal algum.*

*Lute sempre até alcançar todos seus
objetivos,*

Deus é fiel.

*Você merece ser bem-aventurada(o).
Viver e ser feliz, todos merecemos essa
ilustre felicidade.*

*Deus, é ele que sempre enche seu coração
de empenho.*

*A dificuldade faz parte da vida e pode ser
superada.*

*Você é um ser humano capaz, nunca se
esqueça disso.*

*Você é forte e consegue ultrapassar qual-
quer dificuldade.*

*Lembre-se que ninguém vence sempre.
Todos temos dias em que a vida parece
pesar mais do que conseguimos suportar,
mas o importante é lembrar que somos
mais que vencedores.!*

Jesus venceu a morte.

*O que distingue os vencedores dos demais
é que eles nunca deixam de tentar,
mesmo quando o mundo parece ter de-
sistido de você.*

*Deus te ama tanto que sempre estará
contigo.*

*São infinitas possibilidades pra ser feliz,
para triunfar e realizar seus sonhos.*

Agradeça sempre o Senhor,

Ele é o realizador de todas as coisas.

Com Deus no comando tudo dar certo!

Florizete!

2. DESENVOLVIMENTO

Para marcar minha estreia neste conceituado livro, busquei inspiração no provérbio africano “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, que norteou a escolha do tema em questão, quando faço parte da Secretaria Estadual de Educação. “EDUCAÇÃO de todos” é o chamado para que a sociedade entenda que a responsabilidade de educar uma criança, não deve ser atribuída e

esperada somente da escola; é preciso que todo o entorno da escola se envolva nesse processo, a começar pela família dos educandos.

É importante considerar o processo histórico e a singularidade dos lugares, estes, em geral, buscam entender como e por que determinados fenômenos se produzem no espaço e suas relações com os processos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Eu fui uma garota sempre com muitos sonhos, menina da zona rural, criada na roça fazendo diversas plantações, querendo ser professora e conseguir alcançar esse objetivo de muitos outros que continuamente tive, muito focada no que queria fazer e muito determinada e almejando mais.



Minha alfabetização aconteceu em Guaribas, meu ensino fundamental em Bonfim de feira e o Ensino Médio em Anguera, onde andava 1h30 para chegar até lá para estudar, pois não tinha carro na época para levar nós discentes. Daí pode-se dizer que a pessoa que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como alteração e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento da história. Entretanto,

ao observarmos essa trajetória, precisamos está sempre inovando, pois esse é um processo que estará sempre em construção. Essa inquietação, no entanto, procura enfoques diferenciados para discutir a qualidade da educação, um dos problemas fundamentais da condição do trabalho, que está centrado na divisão técnica do trabalho, espalhada na escola por meio das funções e categorias, determinando o conjunto entre o pensar e o executar.

Contudo, são nossos sonhos e projetos que movem o mundo. É aquilo que ainda não tenho, não consegui, que me faz ir à luta, encoraja-me ao trabalho para alterar a “realidade”. Por outro lado, a arte não possibilita apenas um meio de acesso ao mundo dos sentimentos, mas também o seu desenvolvimento; a sua educação.

A linguagem, esta toma o nosso encontro com o mundo e o fragmenta em conceitos, relações e vivências que se oferecem à razão e desta forma levando ao pensamento.

A educação é, por certo, uma atividade profundamente estética e criadora em si própria. Aos 07 anos de idade já toda determinada, minha mãe com 12 filhos e minha tia só tinha um filho, homem já grande e casado, daí me fez o convite para morar com ela, eu pensei mãe tem muitos filhos e eu não vou fazer falta, foi o que pensei na época e fui morar com ela, me dava de tudo, também mimava bastante às vezes me acho até pouquinho delambida devido a todos esses episódios.

E para isso, com base na determinação trago essa necessidade para o professor no qual se dirige ao educando com criatividade, valorizando o uso de diferentes linguagens como estratégia de ensino e evolução no seu aprendizado.

O que nos permite refletir com isso que a educação é, por certo, uma atividade profundamente estética e criadora em si própria. Podendo trabalhar diversas formas, trazendo a seriedade ao sentido do jogo, do brinquedo, em que nos envolvemos prazerosamente em busca de uma harmonia. Na educação joga-se com a construção do sentido_ do sentido que deve fundamentar nossa compreensão do mundo e da vida que nele vivemos. Não somos apenas veículos para a transmissão de ideias de terceiros: repetidores de opiniões alheias, neutros e objetivos, mas designando nossas oportunas formas.

A relação educacional é, sobretudo, uma relação de pessoa a pessoa, humana e envolvente, o que destaco com carinho meus queridos professores e mestres que marcaram positivamente minha vida, colegas e todo um aprendizado. O processo de educação deve ser o mais amplo possível, transformado e flexível, a fim de poderem ser aos educandos atendidos em suas realidades próprias e únicas. É necessário, para isto, que todos nós, pais, professores ou sacerdotes nos reeduquemos para podermos ver e sentir cada ser humano como pessoa inédita. Vê-la e senti-la, não através do conceito abstrato de criatura humana, mas através da sua realidade palpitante, dinâmica, que se manifesta em cada um de nós.

Neste contexto recordo-me que sempre ia passear em São Paulo e numa dessas viagens a passeio minha irmã Graça me chamou para prestar o concurso da Faculdade de Ribeirão Pires no Curso de Geografia, ela como gostava muito de História e eu de geografia então nos impelimos de cabeça, com dedicação para este sonho realizar.

Graça apoiou-me com palavras de incentivo, força, moradia, dizendo que o campo de História e Geografia era muito escasso de professores, que precisávamos fazer a prova, passar, cursar e perpetrar na diferença educacional.

Nesta época eu era professora concursada de Feira de Santana – Bahia, fiz a prova e voltei para retomada das aulas no município, no percurso fui surpreendida com a notícia que havia passado no curso da sonhada graduação de geografia, tive o apoio de minha irmã e outros que por lá já moravam, passaram-se quatro anos conclui a licenciatura, com dois anos de curso já estava lecionando a disciplina de geografia para os alunos de 5ª a 8ª série, na Escola Estadual Holavo Hansen a tão desejada graduação colocando em ação, o que foi muito interessante para aquisição de novas experiências e práticas pedagógicas na área de atuação na educação.

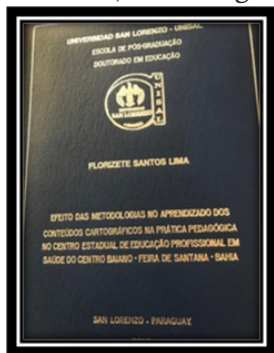
Conclui meus estudos com louvor, e veio o tão sonhado mestrado, fui para o Rio Grande do Norte – Caicó, onde ocorreram mudanças positivas em

minha vida, porém eu sempre buscava mais e mais, vencer através do conhecimento. Porém no Brasil, cursar um Mestrado e Doutorado, ainda requer muita



burocracia, falta de oportunidades e esbarrei em muitas barreiras para prosseguir nos estudos, até que pude ir ao Paraguai, estudar na Universidade San Lorenzo e encontrei muitos obstáculos difíceis, mas possíveis de vencer, onde me dediquei ao Doutorado em Ciências da Educação.

As experiências sociais, culturais e acadêmicas no Paraguai me proporcionaram momentos maravilhosos registrados na memória, no coração, nos materiais escritos e recursos multimídia guardados até hoje e compartilhados entre família, amigos, ambientes de trabalho e marcados pelas lembranças trazidas a cada viagem realizada. Algumas visitas foram feitas podendo citar Patrimônios Culturais Casa da Independência, Palácio do Governo, Centro Cultural de La Independência, a Estacion Central de Ferrocarril e a Orla da Avenida Costanera, local belíssima para caminhar. A convivência com colegas paraguaios, cubana, angolanos, e também outros brasileiros que foram extremamente positivo, sendo barreiras vencidas no percurso, relacionada de cada nação numa missão única: ESTUDAR. Lembrando também da primeira experiência foi à entrada por Foz do Iguazu, após a partida do Brasil, e depois a famosa Ponte Internacional da Amizade no Paraguai ou simplesmente Ponte da Amizade, foi construída durante as décadas de 1950 e 1960. Liga Foz do Iguazu no Brasil e Ciudad del Este, passando pelo rio Paraná, com um comprimento de 552 metros, numa altura de 78 metros, numa largura de 14 metros.



A minha defesa aconteceu em 25/10/2019 na Universidad San Lorenzo (UNISAL) PY e como se podia esperar, chegando na última fase, considerado o momento mais importante da caminhada paraguaia, concluindo com êxito o meu Doutorado e pela primeira vez passei meu aniversário em outro País com direito a comemoração de sorvete. Por sua vez o leque social foi mais amplo com novas amizades de outros países e do meu também, enriquecendo e transformando o ambiente educacional em oportunidade de várias discussões e reflexões de variedades de assuntos.

Momentos também na Igreja Catedral de San Lorenzo, um momento singular que me proporcionou Paz, alegria, esperança, gratidão e muito

agradecimento com todos esses conhecimentos que o Paraguai me proporcionou.



Tenho buscado ser orgulho para minha família, afinal um indivíduo ciente do valor da educação tem a exata noção do que essa representa, não só no particular, mais em toda a sociedade. Por isso, deve-se cobrar para que a educação seja disponibilizada a todos e lutar para que essa seja digna de qualidade e padrões aceitáveis, pois somente assim haverá conscientização, elitização e politização de uma sociedade num todo, de modo que as oportunidades sejam abertas de maneira competitiva e unânime, e não somente por privilégios de poucos.

Meus pais em sua simplicidade de SER e ESTAR neste mundo (hoje não mais), sempre destacava que a educação de qualidade deve ser tida como instrumento para um bem maior, no qual uma sociedade inteira tenha plena consciência de seus atos e também dos impactos que suas decisões representam, ou venham a representar, em uma comunidade. Além disso, é objetivo da educação promover sinergia para que todas as conquistas sejam elevadas e também contínuas permitindo sempre melhora para todos os envolvidos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um ato de conhecimento e transformação social, ela nos permite construir projetos de vida e reescrever o futuro, para construir uma carreira de sucesso e planejar um futuro feliz, são desejos comuns a pessoas de todas as idades. Embora cada um busque sonhos à sua maneira, o caminho é sempre o mesmo: a educação.

Esse é o meio mais seguro para transformar não só uma vida, mas toda a realidade em que se vive. Todo mundo sabe que as mudanças na vida são inevitá-



veis. Mas a instrução caminha ao lado desse processo de evolução, pois permite modificar a realidade. Seja intelectualmente, como técnicas, seja pessoalmente, se desenvolvendo enquanto ser humano. Em linhas gerais, a educação é sempre um caminho transformador.

Quem faz graduação, pós graduação, mestrado e ou doutorado, por exemplo, tem muito a contribuir para o mundo da ciência e para a sociedade. Mas também tem a educação no sentido lato, que promove o auto

conhecimento e o desenvolvimento da inteligência. Essas pessoas levam o significado da palavra para além da técnica. A inteligência está para a educação assim como a instrução está para o intelecto. Neste sentido, destaco meus pais, Paulo de Lima e Antonia dos Santos Lima (in memoriam), que dedicaram-se a fazer tudo que foi possível pela família e principalmente pelos estudos dos filhos. Agradeço tudo que fizeram por mim e pelos meus irmãos! Sua simplicidade permitiu-me trilhar os caminhos da educação e perceber que o conhecimento é um bem de consumo com prazo de validade, o que torna a atualização uma das obrigações de qualquer profissional que queira encarar o mercado com competência. Por isso, do Brasil para o Paraguai rumo em busca de reforçar a importância de nunca parar de estudar, independentemente da carreira escolhida, caminho com entusiasmo e dignidade, pois sou produto de uma educação transformadora, positiva e fincada do amor da família. “Que Deus coloque em nossos corações a certeza de que tudo é da sua permissão, ele está no controle de tudo, está agindo em nossas vidas e na verdade, não precisamos ver, precisamos crer. Afinal o melhor da educação, para nossas vidas, está sempre por vir”. Fábio de Melo.

Aos irmãos, em especial Helena e Lauro (in memoriam) peço somente que fechem os olhos, respirarem fundo e digam: Deus eu sei que os teus planos são maiores que os meus. Salmo 46:10



A minha querida família, destaco que Deus continue sempre em suas vidas, que possamos amar as pessoas, assim como Cristo nos ama, que façamos a diferença na educação do coletivo familiar e que os nossos sonhos sejam combustíveis para vivermos uma vida de transformações, fincados na educação.

Aos meus alunos que se empenharam no nosso tema de dissertação

EFEITO DAS METODOLOGIAS NO APRENDIZADO DOS CONTEÚDOS CARTOGRÁFICOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE DO CENTRO BAIANO-FSA-BA, em especial aos terceiros anos dos cursos Técnicos em Saúde Bucal, Análises Clínicas e Enfermagem do CEEP, que fizeram caminhar e concretizar a minha dissertação.



Aos meus filhos Igor Lima da Conceição e Íris Lima da Conceição que entenderam a ausência e me deram o maior apoio dizendo que era um exemplo a ser seguido, hoje tendo a visão da seriedade dos estudos e do que pode alcançar.

Destacando também a importância quanto à especialização, à formação sempre mais qualificada, com uma visão de mundo, de sociedade, de natureza, visto que o ensino cria esse veículo para “estar-no-mundo”: em situar-se, localizar-se e locar o que está à sua volta, podendo constituir mais do que uma opção de leitura de mundo. Para Freire “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (Freire, 2015, p.39). É preciso salientar que essa análise centra-se na compreensão de que a ausência do domínio conceptual compromete o trabalho do professor de forma significativa.



Ao meu Florfest agradecendo a instituidora Munique que é uma pessoa que amo, pela força de sempre, saibam que vocês encantam minha vida com simplicidade, doçura e carinho. “A felicidade bate na porta mais não gira a maçaneta”. Quem decide se quer que ela entre ou não é você, e eu agradeço a Deus, por todos vocês e pela educação que transforma vidas e sonhos, em realizações.

O desafio da educação transformadora é equilibrar as exigências de passar conteúdos, com a necessidade de estimular no educando a capacidade de compreender e de interpretar a realidade. A ação docente caracteriza-se por uma prática comunicativa. Os conteúdos ensinados são transmitidos pela mobilização de saberes, pelo qual os professores refletem um saber científico. Porém, a ação em si dessa comunicação forjada no diálogo não é científica, mas eminentemente prática. O educador dialoga com os educandos num clima de reciprocidade, em torno do processo de ensinar e aprender.



Nesse contexto, permanecem válidos os quatro pilares da educação que contextualizam coesamente o tema deste artigo “*A educação é um ato de conhecimento e transformação social, ela nos permite construir projetos de vida e reescrever o futuro*”; para aprender a conhecer, ter a cultura e o conhecimento de base para poder, progressivamente, adquirir mais conhecimentos;

aprender a fazer e transformar esse conhecimento em competências para a vida pessoal e profissional; aprender a viver com as outras pessoas, fortalecer o respeito pela diversidade, cooperação e cidadania; aprender a ser quer dizer assumir as próprias responsabilidades para construir o futuro.

Relativamente, Ischkanian (2022), destaca que nas quatro Leis da vida, a primeira diz: A pessoa que entra em nossa vida é a pessoa certa; ou seja, ninguém entra em nossas vidas por acaso, todas as pessoas ao nosso redor, que interagem conosco, estão ali para algo, para nos fazer aprender e avançar em cada situação. A segunda lei diz: O que acontece é a única coisa que poderia ter acontecido. Nada, mas nada, absolutamente nada que nos acontece em nossas vidas poderia ter sido diferente. Nem mesmo o detalhe mais insignificante. Não há: se eu tivesse feito uma coisa dessas, teria acontecido outra assim. Não! O que aconteceu foi à única coisa que poderia ter acontecido e tinha que ter acontecido para aprendermos a lição e seguirmos em frente. Todas e cada uma das situações que nos acontecem em nossas vidas são perfeitas, mesmo que nossa mente e nosso ego resistam e não queiram aceitar. A terceira diz: Sempre que começa é a hora certa. Tudo começa na hora certa, nem antes nem depois. Quando estivermos prontos para que algo novo comece em nossas vidas, é quando começará. E a quarta e última: Quando algo acaba, acaba. Bem desse jeito. Se algo acabou em nossas vidas, é para nossa evolução, portanto é melhor deixá-lo, seguir em frente e olhar pro futuro já enriquecidos por essa experiência. Acho que não é por acaso que você está lendo isso, se essas palavras entraram em nossas vidas hoje; é porque estamos preparados para entender que nenhum floco de neve cai no lugar errado. Neste sentido, sinto-me vitoriosa, pois a educação faz parte do meu ser e nas minhas etapas de vida, de sonhos e realizações.

Visto que a relação interpessoal na educação é à base da relação educativa, em que o educador e o educando se abrem com e para o outro, na construção de um diálogo. O outro é, obrigatoriamente, o meio para chegar à compreensão de si mesmo e do mundo. Por isso, o educador não impõe, mas propõe, indica oportunidades e caminhos para o aluno poder se movimentar em uma sociedade

em constante mudança.



Em suma: no texto de Ischkanian (2022) a educação transformadora é caminhar pela vida e florescer nas pedras. Caminhar educacionalmente pela vida é colorir o cotidiano como os raios do Sol, que revelam suas cores, através da soma das sete cores do arco-íris – o violeta (que revela a busca por caminhos infinitos de uma vida melhor), o azul (que nos proporciona um caminhar harmônico), o

anil (que nos permite caminhar com segurança), o verde (que transborda esperanças nos caminhos da vida), o amarelo (que enche nosso cotidiano de esperanças de um hoje, um amanhã e um futuro transcendente), o laranja (que colore nosso caminhar com firmeza e segurança) e o vermelho (que transforma nossa caminhada diária, em aspectos coesos de aprendizagens). Como você têm caminhado pela educação que pode transformar sua vida? Escolha um forma positiva de caminhar e trilhe caminhos coloridos da educação que promovem as realizações, pessoais.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **Introdução ao Direito Educacional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão Escolar e Docência**. Casemiro de Medeiros Campos. - 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo – SP, Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler**, 41 edição – São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 51ª ed- São Paulo: Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015

GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, Escola Projetada**, 2ª Edição, Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. **Pedagogia da práxis**, 2.ª ed., São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **Educação e Poder: Introdução a Pedagogia do Conflito**, 12 edição – São Paulo, Cortez, 2001.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Quatro Leis para a vida**. Disponível em: <http://simonehelandrumond.blogspot.com/2022/08/quatro-leis-para-vida.html>. Acessado em 01 de agosto de 2022.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Caminhar pela Vida**. Disponível em: <http://simonehelendrumond.blogspot.com/2022/07/caminhar-pela-vida-por-simone-helen.html>. Acessado em 01 de agosto de 2022.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas Históricas da Educação**, 4ª edição – São Paulo, Ática, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, José Gilberto de; Katuta, Ângela Massumi. **Geografia e Conhecimentos Cartográficos: A cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas**. – São Paulo: Editora Unesp, 2001.

TECNOLOGIAS: O USO DE JOGOS DIGITAIS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS EDUCATIVAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Rita de Cássia Soares Duque¹

Taynan Alécio da Silva²

Cristiane Freitas Pereira da Silva³

1. INTRODUÇÃO

As novas tecnologias impactam diretamente o comportamento e as relações sociais, incluindo o processo de aprendizagem, através dos instrumentos tecnológicos que possibilitam acessar e tratar a informação em plataformas digitais é possível acessar o processo cognitivo dos alunos da educação especial com deficiência intelectual, assim, discutir sobre o tema no contexto da educação especial torna-se extremamente relevante, uma vez que embora existam muitas publicações sobre o assunto em aspecto macro, as pesquisas ainda são muito rasas e inconsistentes quando se tratam de alunos com deficiência intelectual.

Tecnologias: o uso de jogos digitais, brinquedos e brincadeiras educativas como ferramenta de aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual, é de suma importância, fazendo deste assunto um fator primordial a ser coesa-mente trabalhado por todos os pedagogos, professores, comunidade, escola e familiares que tenham a intenção de educar no sentido global, sabendo que isto não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, mas sim ajudar o educando a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade.

Para tanto, é preciso verificar as novas tecnologias, avaliar os principais

1 Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso e Especialista em Docência do Ensino Superior (FACULDADE AFIRMATIVO). Especialista em Educação Inclusiva e TGD / TEA (FAVENI). Especialista em Psicologia Escolar e Educacional (FAVENI). E-mail: cassiaduque@hotmail.com.

2 Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí (UNESPAR). Especialista em Neuropsicopedagogia e Psicanálise (FACULESTE). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (INSTITUTO EFICAZ). E-mail: nanalecio@gmail.com.

3 Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso e Pedagogia. Especialista em Coordenação Pedagógica (Universidade Federal de Mato. E-mail: cristiane.pereira@edu.mt.gov.br).

impactos no contexto educacional e a possibilidade de sua utilização para otimizar o aprendizado dos estudantes com deficiência intelectual.

Sistematizar os jogos, brinquedos e brincadeiras, quando se trata do contexto das deficiências intelectuais, significam uma reorganização da prática pedagógica desempenhada pelo professor, prática essa que deve abandonar os moldes da educação bancária linear e planejar plenamente o lúdico, através dos jogos como o instrumento principal para o desenvolvimento da criança. Os jogos, brinquedos e brincadeiras e a maneira como o professor dirige o aprender envolvendo as áreas da: educação, com foco na inteligência emocional, nos aspectos: intelectual, físico-motor, educacional formal, envolvendo o Plano Educacional Individualizado (PEI) e social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Concepções necessárias a compreensão deste estudo

Inicialmente, é preciso esclarecer que, o foco dessa pesquisa está no campo da educação, associado à tecnologia, mais especificamente, os jogos eletrônicos digitais que se configuram como uma estratégia que tem sido utilizada na construção do conhecimento visto que, tendem a fomentar o interesse dos alunos na participação das atividades.

Bigui e Colombo (2017) afirmam que os jogos educativos digitais, são “[...] ferramentas que podem auxiliar na aprendizagem de alunos com Deficiência Intelectual, visto que tendem a potencializar o engajamento dos alunos, contribuindo para um ambiente de aprendizagem lúdico e criativo.” (p. 02)

Savi e Ulbricht (2008), endossam que, os jogos eletrônicos digitais (ou educacionais) são didáticos que proporcionam que as práticas pedagógicas sejam atrativas e inovadoras, através das quais o aluno pode aprender de maneira lúdica, motivadora, além de dinâmica.

Considerando, as pesquisas bibliográficas notamos que o conceito de jogos permanece teoricamente o mesmo ao longo dos anos, porém, o que se transformou foram as visões de como eles podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, e como exemplificação podemos destacar a perspectiva de Petry (2016), ao asseverar que os jogos digitais são aqueles que permitem jogar isoladamente, em rede ou via internet e funcionam em computadores pessoais, tablets, dispositivos móveis, videogames.

Balasubramanian e Wilson (2006), com base em estudos de Glazier (1973), Prensky (2001) e Rasmusen (2001), elencaram os componentes básicos dos jogos digitais, sendo: 1) o papel ou personagem do jogador; 2) as regras do jogo; 3) metas e objetivos; 4) quebra-cabeças, problemas ou desafios; 5) história

ou narrativa; 6) interações do jogador; 7) estratégias; 8) feedback e resultados.

Ainda também se faz necessário conhecer um pouco sobre a Deficiência Mental/Intelectual ou cônica (DI), que de acordo com Bigui e Colombo (2017) trata-se do termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, cujo tratamento consiste em auxiliar o desenvolvimento das habilidades e proporcionar o apoio necessário às suas dificuldades.

Com base nas declarações da Organização Mundial de Saúde - OMS (2007), a pessoa com Deficiência Intelectual (DI) possui dificuldades e habilidades que serão desenvolvidas ao longo de sua trajetória como todo indivíduo.

Vale considerar que, Tomas et al. (2017, p. 2) traz a definição de Deficiência intelectual (DI) como um transtorno do desenvolvimento que causa prejuízos intelectuais e adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático, podendo ser classificada com base no funcionamento adaptativo, em leve, moderada, grave ou profunda. Seu diagnóstico implica déficits em funções intelectuais como raciocínio, resolução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, julgamento, aprendizagem acadêmica e pela experiência; e déficits em funções adaptativas resultando em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socio-culturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social.

Silva e Ferraz (2019) apresentam uma definição com uma perspectiva quanto à evolução do indivíduo, dizendo que sobre o foco da abordagem referente a DI mostram-se as possibilidades que a escola, a família e a sociedade podem oferecer ao sujeito, o apoio necessário, às oportunidades que o indivíduo com DI tem para vivenciá-las da forma mais plena possível.

Gatti (1997) corrobora com Silva e Ferraz (2019) a respeito das habilidades cognitivas, referindo-se às capacidades que permitem que o indivíduo consiga aplicar regras e resolver problemas, discriminar objetos, identificar e classificar conceitos, levantar problemas, e propiciam a construção e a estruturação contínua dos processos mentais.

Riveros e Maciel, (2016), ao analisar a participação do aluno deficiente intelectual, nas aulas da sala de recursos multifuncionais, salientam que eles aprendem com situações diferentes e com diversos materiais, recursos, com o intelectual, que estão presentes e interferem na sua aprendizagem.

No contexto contemporâneo, existem autores que afirmam que os jogos digitais auxiliam no processo de ensino aprendizagem de alunos com DI, já que são recursos dinâmicos, lúdicos e favorecem despertando a curiosidade e estimulando na coordenação motora, além de despertar o desejo por novas experiências.

2.2 Algumas características dos jogos cognitivos

Para pautar o desenvolvimento do presente estudo, nos ancoramos em

alguns autores que apresentam inúmeras características, competências ou habilidades dos jogos cognitivos indicados para auxiliar no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com DI.

Sousa (2017) aponta os pré-requisitos que os Jogos Educativos Digitais precisam ter, sendo eles: objetivos de aprendizagem claros, definidos e conteúdos com estratégias que sejam capazes de promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas e intelectuais dos alunos.

Savi e Ulbricht (2008) definem, a partir de uma visão esclarecedora e positiva que os Jogos Educativos Digitais conseguem facilitar o aprendizado em vários campos de conhecimento, ou seja, de uma forma interdisciplinar.

Mitchell; Savill-Smith (2004) relatam que os Jogos Educativos Digitais inserem os alunos na função de decidir e superar os desafios e níveis para possibilitar uma aprendizagem que acaba acontecendo através da tentativa de erro, sem causar constrangimentos, por se tratar de um ambiente motivador e desafiador.

Ramos, Lorensen, e Petri, (2016) ainda aponta que existem habilidades que necessitam ser desenvolvidas diariamente, com os alunos e os jogos virtuais possibilita o desenvolvimento da coordenação motora, atenção, concentração, percepção espacial, criatividade, lateralidade, interação socioemocional, situações desafiadoras, reforços positivos, entendimento sobre limites e regras, superação de fases e obstáculos, escolha, montagem das atividades, entre outras.

A partir das contribuições desses autores é possível perceber que os jogos educativos digitais, têm sido caracterizados como ferramenta de impacto positivo de auxílio no processo de ensino aprendizagem, dos educandos com deficiências cognitivas.

Desse modo, as principais informações a serem tratadas aqui passam a ser sobre as características dos Jogos Educativos Digitais que são os benéficos a estudantes com DI, pois, permitem um ambiente interativo onde o jogador pode manipular, escolher, classificar, refletir, deduzir e explorar diferentes áreas do conhecimento de acordo com suas habilidades e interesses.

Atualmente os Jogos Educativos Digitais é uma metodologia ativa, que tem sido alvo de discussões entre muitos setores, tanto educacionais como empresariais. Eles têm sido artefatos de mídia. A intenção é que ocorra práticas pedagógicas,

[...] que utilizem jogos educativos digitais, com o objetivo de possibilitarem o desenvolvimento cognitivo dos Deficientes Intelectuais de forma que possam vencer os obstáculos da sua aprendizagem e promover a inclusão social, através do aprender brincando (BIGUI; E COLOMBO, 2017 p. 2).

Com base, nas argumentações apresentadas ficam evidentes recortes bibliográficos em que diferentes autores de datas distintas, trazem contribuições

científicas sobre os Jogos Educativos Digitais cognitivos e o que promovem.

Certo é, que os exemplos de jogos que Savi e Ulbricht, (2008, p. 5) forneceram na sua bibliografia que, os jogos permitem desenvolver habilidades básicas e iniciais que os alunos com DI necessitam realizar. São eles:

[...] os programas Gcompris 3 e Childsplay4, que apresentam conjuntos de jogos pré-escolares e de ensino fundamental. São softwares open source que podem ser livremente instalados e distribuídos. Há também portais web como o IGuinho 5 e Discovery Kids 6, similares aos exemplos anteriores, mas que disponibilizam os jogos na web.

Desse modo, é importante promover o desenvolvimento intelectual, para vencer os desafios, elaborar estratégias e resolver as situações problemas, conforme expressa Gros (2003). E ficam, então, estabelecidas as bases da discussão sobre as características, competências ou habilidades dos jogos cognitivos passa-se à discussão das funções dos jogos digitais, a ser desenvolvida a seguir.

2.3 Os benefícios e desafios dos jogos eletrônicos digitais

Doravante a questão central de análise são benefícios e desafios dos Jogos Educativos Digitais. Nessa perspectiva, existe uma gama de variedades desses recursos metodológicos, disponíveis nas redes via internet ou de gamificação, de maneira que, os Jogos Digitais apresentam um “universo” de regras bem definidas com jogadores aderentes a estas regras e empenhados em maximizarem seus ganhos sob a ótica das funções e utilidades.

Porém, não é nesse público que esse estudo se concentra, e sim em educandos que utilizam esse recurso para favorecer a aprendizagem, para construir conhecimentos, desenvolver habilidades e atitudes éticas, além de divertir-se.

Para dar continuidade à discussão que se apresenta até aqui e iniciar a abordagem do assunto do presente tópico, vale ressaltar que, segundo Bigui e Colombo (2017), os jogos educativos digitais são ferramentas para auxiliar na aprendizagem de alunos com DI, e potencializam a aprendizagem dos alunos, já que é um ambiente de aprendizagem divertida e criativa.

Essa mesma perspectiva é partilhada por (HOEFELMANN 2016); (SAVI E ULBRICHT 2008), autores que reforçam a simplicidade dos jogos digitais, que relatam sobre a importância do desenvolvimento das habilidades do reconhecimento de letras e números, do ensino de melodias em instrumentos virtuais, dos desafios de lógica e de jogos de memória além dos jogos de línguas.

Os jogos educacionais têm efeito motivador, elevada capacidade para divertir e entreter em simultâneo, em que incentivam o aprendizado por meio de ambientes interativos, lúdicos e dinâmicos, conseguem provocar interesse, curiosidade, interação, motivam, desafios e fantasia nos estudantes.

Com a estética visual e espacial atrativas os jogos digitais são capazes de seduzir os jogadores e atraí-los para mundos fictícios que despertam sentimentos de aventura e prazer.

Esses componentes de prazer e diversão inseridos nos processos de estudo são importantes para deixar o aluno mais relaxado, com interesse e disposição para o aprendizado. (Prensky, 2001; Hsiao, 2007).

É sabido que os Jogos digitais podem contribuir para o aprendizado, pois, existem uma variedade de cenários que auxiliam o entendimento através das imagens e sons facilitando o entendimento de determinados conceitos, como moléculas, células e gráficos matemáticos, como também, fazem do aluno um tomador de decisões e o expõe a níveis crescentes de desafios para possibilitar uma aprendizagem através da tentativa e erro.

Savi & Ulbricht (2008), ponderam que os jogos facilitam a aquisição de conteúdos, favorecem o desenvolvimento de estratégias importantes para a aprendizagem, como resolução de problemas, raciocínio dedutivo e memorização, além, da aprendizagem por descoberta que desenvolvem a capacidade de explorar, experimentar e colaborar.

Essas habilidades geram experiências simultâneas, estimulando, o estudante ou jogador a assumir papéis de personagens fictícios, exemplificando, como um controlar de uma nave espacial, ser piloto de avião, construtores de cidades, mestre de cozinha ou enfrentaram os problemas e dilemas relativos às atividades que necessitam ser vencidas para serem avançadas, bem como, a socialização que, pode servir como agentes que aproximam os alunos, jogadores, a competir, cooperar, virtualmente ou no próprio ambiente físico em que se encontram.

Dentre todas essas habilidades a coordenação motora está em diversos tipos de jogos digitais que promovem também as habilidades espaciais, aqueles que se dedicam a jogar vídeo games se tornam experts no que o jogo propõe.

É certo que, jogos com desafios educacionais podem ter o potencial de tornar seus alunos especialistas nos temas escolhidos. No entanto, entende-se que todas essas potencialidades listadas acima, dificilmente estará em um único jogo, mas o intuito é mostrar que esse recurso didático pode trazer benefícios nas práticas de ensino (SAVI E ULBRICHT, 2008).

Embora, com pesquisas sobre os benefícios dos jogos digitais educacionais, percebe-se que é pouco empregado nas aulas por professores, sejam nas aulas regulares ou nas salas de recursos multifuncionais. Desta maneira, os estudos comprovam que existem desafios relatados por professores na execução das aulas com os jogos digitais educacionais.

Outro aspecto a ser abordado, é que os professores se queixam pela dificuldade em encontrar e utilizar bons jogos, sendo isso um desafio na prática

pedagógica Silva e Ferraz (2019), além da falta de estrutura de informática, com equipamentos obsoletos, internet, ou falta de técnico de Tecnologia e Informação (TI), para a manutenção das máquinas que também são desafios encontrados para desenvolver essa estratégia de ensino.

Silva e Ferraz, (2019) em sua obra, ao analisar artigos, teses, estudos de caso sobre o tema, revisita um trecho que merece uma reflexão com priori sobre os desafios:

No trabalho de Masciano e Souza (2014), as pesquisadoras trataram da preocupação que envolve a família do aluno com DI e reportaram falta de interesse e de participação da família quanto ao aprendizado desse sujeito. Esse ponto retrata a necessidade de trabalho conjunto entre escola e família. Outra observação refere-se à baixa ou à falta de expectativa por parte do professor, com relação ao aprendizado do aluno com DI. Observa-se que os temas aqui identificados estão relacionados ao histórico de falhas e de atrasos que geralmente os alunos com DI apresentam (SILVA; FERRAZ, 2019).

Nesse tocante, fica evidente que os professores precisam se profissionalizar, pesquisar, ler os teóricos citados nessas literaturas, para então, estimular a família e esses estudantes através de possibilidades e estratégias que removam esse descrédito na capacidade dos alunos com DI.

Professores da sala regular identificam dificuldades ao usar o laboratório de informática, com o controle dos estudantes no manuseio e ao acesso a outros jogos ou redes sociais de informática, quando não existe um técnico de informática na sala para auxiliar. É necessário ainda alertar que,

[...] em síntese, jamais pense em usar os jogos pedagógicos, sem um rigoroso e cuidadoso planejamento, marcado por etapas muito nítidas e que efetivamente acompanhem o progresso dos alunos. E jamais avalie a qualidade de professor pela quantidade de jogos que emprega, e sim pela qualidade dos jogos que se preocupou em pesquisar e selecionar. (ANTUNES 2004, p.37)

Neste contexto, o papel principal do educador é motivar o aluno para a educação e aprendizado como diz Poeta (2014). Portanto, para que os profissionais da educação possam vencer esses desafios, eles necessitam de capacitações adequadas para acompanhar os avanços tecnológicos e dispor dessas facilidades de ensino para que os alunos possam avançar diante de suas barreiras escolares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecnologias: o uso de jogos digitais, brinquedos e brincadeiras educativas como ferramenta de aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual são mídias privilegiadas para a aplicação de uma educação que vise

o desenvolvimento pessoal e a cooperação no contexto da inclusão. Apoiada sempre na qualidade do suporte de como planejar, preparar e dirigir atividades lúdicas exitosas, e também na qualidade da mensagem, procurando transmitir para os educandos com (DI) um conteúdo educacional adequado e desejável. Podendo assim, entrelaçar suportes pedagógicos, de forma a produzir um veículo adequado à formação de cidadãos plenos, autoconfiantes, éticos e construtivos, de acordo com suas especificidades.

Os jogos digitais, brinquedos e brincadeiras desempenham um papel fundamentalmente na aprendizagem, e negar o seu papel na escola inclusiva é talvez renegar a nossa própria história de aprendizagem e avanços que permeiam a inclusão. O lúdico existe na vida dos indivíduos, embora ao passar dos anos tenha diminuído o espaço físico e o tempo destinado ao jogo, provocado pelo aparecimento de brinquedos cada vez mais sofisticados e pela influência da televisão. Com toda essa questão chegou-se à conclusão da necessidade de se retornar aos estudos dos jogos.

Destacamos que a inclusão verdadeira no contexto das Deficiências Intelectuais ocorrem, quando são aperfeiçoados instrumentos e formações adequadas, na qual instruem os professores, sendo que a utilização dos jogos, brinquedos e brincadeiras de forma errônea é o principal ponto negativo destes recursos pedagógicos, por isso, é necessário salientar que o sucesso pedagógico de qualquer trabalho vai depender da postura do professor durante as atividades didático-pedagógica, propondo uma pedagogia baseada na interação coletiva, na criatividade, na ludicidade envolvendo todo o contexto escolar.

Os jogos digitais implicam para o educando com Deficiência Intelectual, mais que o simples ato de jogar, é através dos jogos que ela se expressa e consequentemente se comunica com o mundo; ao jogar o educando (DI) aprende e investiga o mundo que o cerca.

No tocante do planejamento que envolve os jogos, brinquedos e brincadeiras, o aluno com Deficiência Intelectual, passa por diversas etapas, sendo que cada uma delas possui esquemas específicos para assimilação do meio. Os jogos digitais, brinquedos e brincadeiras, representam sempre uma situação-problema a ser resolvida pelo educando, e a solução deve ser construída pela mesma, sendo, portanto, uma boa proposta os jogos digitais, brinquedos e brincadeiras, na sala de aula, propiciam a relação entre parceiros e grupos, e nestas relações, podemos observar a diversidade de comportamento dos educandos para construir estratégias para a vitória, e as relações diante das derrotas.

As informações apresentadas nesse artigo contribuem significativamente para o campo de estudo de diversos pesquisadores que trabalham com o tema em questão, pois, os diversos textos comentados por autores ao longo do artigo,

deixam evidente que os jogos digitais, brinquedos e brincadeiras têm características que trazem benefícios a estudantes com DI.

Eles permitem um ambiente interativo onde o jogador pode manipular, escolher, classificar, refletir, deduzir e explorar diferentes áreas do conhecimento de acordo com suas habilidades e interesses.

Devido à importância do tema fica o anseio por novas pesquisas e contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de diminuir as barreiras de aprendizagem e avançar no ensino com esses estudantes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso **O jogo e o brinquedo na escola**, In: SANTOS, M. P, Org. Brinquedoteca – a criança e o adulto e o lúdico, Petrópolis: Vozes, 2004, P. 37

BALASUBRAMANIAN, Nathan; WILSON, Brent Gayle. Games and Simulations. In: **Society For Information Technology And Teacher Education International Conference**. Proceedings...v.1. Disponível em: https://www.academia.edu/17472444/GAMES_AND_SIMULATIONS Acesso em: 05 agos. 2022.

BIGUI, C. Z.; COLOMBO, C. DA S. A melhoria cognitiva de alunos deficientes intelectuais com o uso de jogos digitais. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**, v. 6, n. 1, 19 jun. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/view/12167 Acesso em: 11 jul. 2022.

GATTI, B. A. Habilidades cognitivas e competências sociais. **Laboratorio Latino-americano de Evaluación de la calidad de la educación**. LLECE, OREALC/UNESCO: Santiago, 1997. Retirado em 10/07/2022 de http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001836/183655_por.pdf

GLAZIER, Raymonf. **How to design educational games: game design manual for teachers and curriculum developers**. 4. ed. Cambridge: Abt Associates, 1973.

GROS, Begoña. The impact of digital games in education. **First Monday**, v. 8, n. 10. Disponível em http://www.firstmonday.org/issues/issue8_7/xyzgros/index.html. Acesso em: 10 jul. 2022.

HOFFMANN, Luís Fernando; BARBOSA, Débora Nice Ferrari; MARTINS, Rosemari Lorenz. Aprendizagem baseada e 144 jogos digitais educativos para o ensino da matemática. **XV Seminário Internacional de Educação**, Feevale, Novo Hamburgo – RS, 2016.

HSIAO, Hui-Chun. **Digital game and intelligent toy enhanced learning**, DigiTel'07. The First IEEE International Workshop on. IEEE, 2007.

MASCIANO, Cristiane Ferreira Rolim. O uso do computador como apoio na

- resolução de problemas matemáticos. In: **Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação**, Buenos Aires, Argentina. 2014
- MITCHELL, Alice; SAVILL-SMITH, Carol. **The use of computer and video games for learning: A review of the literature**. 2004.
- PETRY, Luís Carlos. O Conceito Ontológico de Jogo. In: ALVES, Lynn.; COUTINHO, Isa Jesus (Orgs.). **Jogos digitais e aprendizagem: Fundamentos para uma prática baseada em evidências**. Campinas: Papyrus Editora, 2016.
- POETA, Cristian Douglas; GELLER, Marlise. Jogos Digitais Educacionais: Concepções Metodológicas na Prática Pedagógica de Matemática no Ensino Fundamental. In: **Revista Educação Matemática em Revista – RS**. Ano n. 15. v.1. 2014.
- PRENSKY, Mark. **Digital game-based learning**. New York: McGraw-Hill, 2001.
- RASMUSEN, Eric. **Games and information: An introduction to game theory** (3 ed.). Malden: Blackwell, 2001.
- RIVEROS, L. J. M.; MACIEL, L. Análise dos três principais jogos eletrônicos utilizados para deficiência intelectual na APAE de videira. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v. 1, p. e12184–e12184, 19 set. 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/12184>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- SAVI, Rafael; ULBRICHT, Vania Ribas. Jogos digitais educacionais: benefícios e desafios. **Renote Novas Tecnologias na Educação**, v. 6, n. 2, dez. 2008.
- SILVA, S. DOS S. V. A.; FERRAZ, D. P. DE A. A Visão do Professor sobre Jogos Digitais no Ensino da Matemática para alunos com Deficiência Intelectual: Estado da arte **Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 21, n. 1, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/37978>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- SOUSA, Diego Barrêto Nóbrega. **Utilização de Jogos Educativos Digitais no Processo Ensino-Aprendizagem**. In: João Pessoa: [s.n.], 2017.
- TOMAZ, R. V. V. et al. Impacto da deficiência intelectual moderada na dinâmica e na qualidade de vida familiar: um estudo clínico-qualitativo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 11, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/TH-GchgJ7SMGKPK3w4DZ9Xt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL E INCLUSIVO NO ENSINO REMOTO NA EMEF BENEDITA TORRES: A ESCOLA SOMOS TODOS NÓS

Zilda Pereira dos Santos¹

Maria Deusina Barros de Sousa²

Silvana Eloia de Oliveira³

Ionys Oliveira de Sousa⁴

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo demonstra uma discussão teórica com base adimplidas pela Sala de Recursos Multifuncionais - SRM e Equipe gestora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Benedita Torres, onde os conhecimentos

-
- 1 Professora há vinte oito anos, concursada há vinte e quatro anos. Atualmente Coordenadora Pedagógica na EMEF Benedita Torres-Canaã dos Carajás Pará. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade (FAIARA); graduada em Licenciatura Plena em Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas pela Universidade (UNOPAR); graduada em Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, respectivas literaturas, Língua Inglesa e respectivas literaturas pela Universidade (FAIARA); Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade (FAIARA); Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade (FAPAF); Pós-graduada em Educação Inclusiva Especial e Política da Inclusão pela Universidade (FAPAF); Mestre em Ciências da Educação pela Universidade (UNAMA). E-mail: Zilda.educadora2020@gmail.com.
 - 2 Funcionária pública há 22 anos, concursada há 11 anos. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Tocantins – UNITINS; Graduada em Filosofia pela Universidade Paulista – UNIP; Pós-graduada em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) pela Faculdade Play; Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade Play. Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS. Professora da Educação Básica, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Água Azul em Água Azul do Norte-PA, na Escola M.E.F. Jader Fontinelle Barbalho, na Escola M.E.F. Jair Ribeiro Campos e na Escola M.E.F. Henrique Francisco Ramos em Xinguara-PA. E-mail: jandysousa82@gmail.com.
 - 3 Graduada em Letras Com Habilitação em Inglês. Especialista em Metodologia da Língua Inglesa e Espanhola, Especialista em Morfologia do Ensino de Inglês, Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa Literatura Brasileira e Portuguesa, Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail; silvana1984k.08@gmail.com.
 - 4 Professora contratada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida há 07 anos. Graduada em pedagogia pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias; Pós graduação em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Ágape de São Félix do Xingu. Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS. E-mail: 94992916890iones@gmail.com.

foram assoalhados através de vivências e experimentos, com o objetivo de criar condições para que cada um dos estudantes sintam-se acolhidos, conectados e desenvolvam seus saberes e aprendizados independente de sua condição, mental, física intelectual ou motora, apontando caminhos acessíveis na busca da inclusão de alunos com deficiências, deixando claro a emergência de um olhar complexo que surge na necessidade de nos reinventarmos, mediante o contexto da educação remota, que exigiu de todos os profissionais uma atuação dinâmica e diferente de tudo que comumente era desenvolvido pedagogicamente no chão da escola, sem preparo prévio ou ensaios, promovendo possibilidades e estratégias ante os obstáculos emocionais, psicológicos e desafios para garantir a inclusão e a equidade. A pesquisa se caracteriza como Estudo de Caso, de abordagem qualitativa. Trata-se também de uma pesquisa bibliográfica.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Benedita Torres é uma das 22 escolas do município de Canaã dos Carajás no estado do Pará, a cidade apresenta em seu contexto social uma população instável de cultura mistificada e rica, devido sua economia girar em torno das mineradoras que por sua vez fazem a extração de minérios como cobre e principalmente ferro no município, este recebe cada ano uma quantidade desacerbada de moradores vindo de várias cidades e estados brasileiros e até mesmo de outros países, o que a torna ainda mais distintiva. A escola está inserida no bairro Novo Brasil, onde inicialmente tratava-se de uma invasão, grande parte dos moradores do bairro são classificados como baixa renda, dependentes de programas do governo e de trabalhos informais. A escola atende 1.322 (um mil trezentos e vinte e dois) alunos, dentre esses 39 alunos apresentam algum tipo de deficiência, sendo 22 alunos com laudo médico e 14 alunos que apesar de apresentarem características de alguma deficiência não possuem comprovação em laudo médico. Pensando em acolher cada um desses estudantes precisamos nos adaptar as novas situações, porque como diz o naturalista geólogo e biólogo britânico Charles Darwin “*A sobrevivência não é uma questão de força: Ela depende da capacidade de adaptação.*”

Nesse período intensificou tudo isso, a continuidade e crescimento da pandemia acentuou a diferença entre aqueles que por motivos diversos apresentavam mais dificuldades de aprender; exigiu um novo educador, que precisou se reinventar, teve que se adaptar à novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se. Um ano que, indiscutivelmente trouxe mais um aditivo de desafios, mudanças de rotina que ocorreram, em nossas vidas e na vida das famílias e de cada menino e menina, impondo-nos um novo normal que fortalece a certeza de que a inclusão de todos na escola é um direito antes, durante e depois da pandemia e principalmente é responsabilidade daqueles que comprometem-se em fazer educação.

Diante do contexto supracitado, tivemos a experiência de evidenciar uma pandemia do corona vírus, aonde experimentamos todas as emoções ao mesmo tempo, perda, luto, dor, tristeza e apesar de tudo expectativa, luta, empatia, colaboração, regaço, abraços perspicazes, na certeza que tudo irá passar, foi necessário reinventar caminhos e continuar escrevendo nossas histórias, mesmo em linhas incertas.

Com esse pensamento a equipe se organizou e lutou contra qualquer acanhamento ou injustiça para que os alunos se sentissem apoiados e não deixassem de serem atendidos dentro de suas respectivas limitações, dando sentido e esperança, buscando invalidar quaisquer barreiras de inclusão. Será mostrado no corpo de trabalho como se consolidou a experiência e o que aprendemos com essa vivência o que foi positivo.

Este trabalho está alicerçado nos seguintes suportes teóricos: Mantoan, Maria Teresa, Ferreira, Almeida, Vieira e Outros que servirá como base possibilitando uma articulação entre as práticas inclusivas no ensino remoto em tempo de pandemia.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Segundo Mantoan, inclusão está diretamente relacionada com a nossa capacidade de perceber e distinguir o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. “Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro” (Maria Teresa Eglér Mantoan).

Nesse sentido priorizando inclusão a escola Benedita Torres se mobilizou para durante esse delicado momento, não permitir que alunos com deficiência se sentissem excluídos ou prejudicados, recebendo tratamentos igualitários e priorizando suas particularidades e limitações, buscando atender esse indivíduo e sua família de modo que os mesmos se sintam acolhidos e valorizados. Indo de acordo com a Declaração de Salamanca que assegura que as escolas devem acomodar todas as crianças, possibilitando que elas aprendam juntas independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, quer sejam de origens física, intelectual, social, emocional ou outras.

A escola municipal Benedita Torres atende hoje em sua rede a demanda

de 22 alunos com deficiência comprovada em laudo médico, sendo 9 (nove) com deficiência intelectual, 04 (quatro) alunos com baixa visão, 01 (um) aluno com cegueira, 01 (um) com deficiência física, 03 (três) com TEA – transtorno do espectro autista e 04 (quatro) alunos com deficiência múltipla, porém ainda temos 17 alunos que apesar de apresentarem características de alguma deficiência não possuem comprovação em laudo.

A escola está mobilizada para ajudar a família em busca do laudo, direcionando quanto a necessidade de acompanhamento da criança com Neurologista, fonoaudióloga, psiquiatra, oftalmologistas, psicólogo entre outros atendimentos, já que essas consultas seguem um padrão de ordem, que exige tempo, paciência e persistência quando a família não apresenta condições de ir ao posto de saúde para agendamento ou renovação da receita da medicação controlada que o aluno faça uso, a professora da SRM faz os devidos agendamentos, de consultas com o médico clínico geral, acompanha a mãe a esse atendimento, ajudando a esclarecer dúvidas, realiza os agendamentos com os especialistas, acima citados, orienta sobre os direitos do aluno com deficiência, sobre autonomia e mobilidade, higiene e cuidados em geral.

Está nas notas técnicas do MEC e Secadi que nenhuma criança precisa de laudo médico para isso. Não é o laudo que vai dizer que uma criança precisa de serviço de Educação Especial e sim o laudo educacional, que é o estudo de caso feito pelo professor AEE. Infelizmente, poucos fazem por desconhecer a política”, diz Maria Teresa. (Apud Yoshida S. 2018).

A Lei nº 7.853 estipula a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência – e transforma em crime a recusa a esse direito. Aprovada em 1989 e regulamentada em 1999, a lei deixa claro: todas as crianças têm o mesmo direito à educação, em cumprimento a essa lei os gestores estaduais e municipais precisam estar organizados dentro dos sistemas de ensino que sejam voltados à diversidade, cumprindo seu papel como condutor e buscando estar atento e desempenhar o que determina o preceito, contudo é importante salientar que esse é somente um dos documentos que o gestor precisa conhecer. Do ponto de vista educacional, o maior conteúdo está na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.

A escola atende todos os alunos que apresentam características de alguma deficiência, preparando blocos de atividades adaptadas a suas limitações e nível de aprendizado, oferecendo dentro das possibilidades do educando aulas na plataforma ou em aplicativos como meet e whatsapp.

Sendo assim, a escola Benedita Torres cumpre seu papel, como instituição independente das adivinhas enfrentadas nesse momento pandêmico, buscando maneiras de sanar as limitações tornando o ensino/aprendizagem o mais acessível

possível independente da criança apresentar o laudo médico, proporcionando condições para que esse indivíduo alcance seu desenvolvimento pleno dentro de suas possibilidades, no que se refere autonomia, mobilidade, aquisições de novas práticas, na perspectiva de tornar os mesmos, sujeitos autônomos e independentes.

A instituição trabalha as Adaptação e previsão de recursos em aulas remotas oferecendo espaço para professores, coordenadores e especialistas tirarem dúvidas e se prepararem para fazer acontecer a integração do aluno com deficiência, também intensificar a aprendizagem. Os coordenadores pedagógicos trabalham atentos e em observância das possíveis alterações no plano político pedagógico (PPP) sendo que o mesmo é flexível, com o currículo e materiais de forma a atender as diversidades educacionais, além de prever o uso de projeções, áudio e outros recursos nas atividades.

A Constituição Federal a partir de 1988 garantiu o acesso de todos os alunos às turmas comuns do ensino regular, se cumprir essa lei em tempos de aulas presenciais já era desafiador imagine em tempos de aulas remotas, onde além da falta de recursos materiais e tecnológicos, surge dentre o público alvo do AEE suas limitações a sua condição física, neurológica, motora ou cognitiva, onde grande parte desses estudantes apresentam percalços em sua atenção/concentração, perdendo o foco ou interesse a qualquer movimento em sua volta, o que torna as aulas online muito mais difíceis ou em alguns casos impraticáveis.

Em uma sala de aula cujos membros colabora mutuamente para a realização de tarefas e para o desenvolvimento uns dos outros, as relações contribuem para a melhoria da aprendizagem de todos. Nesse caso, não faz a menor diferença se um aluno tem mais ou menos facilidade ou dificuldade para realizar uma tarefa escolar
(FERREIRA, 2007, p. 60).

Compreendemos que a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas comuns na rede pública de ensino, contribui comumente com o desenvolvimento de todos, é uma prática válida, onde uns observam os outros e ambos aprendem a valorizar o outro independente de suas características, aceitando e respeitando as diferenças e limitações.

O grande e novo desafio principalmente em épocas de pandemia, é aprender um novo estilo de ver a inclusão, experimentando de forma direta as mesmas limitações que nossos alunos apresentam, estamos aprendendo a nos ajustar em um modelo desconhecido, um modelo que não veio como uma opção, mas veio como a única opção, o sistema remoto inicialmente foi visto como insuficiente, mas diante das circunstância, fomos direcionados a corrigir os desacertos, sempre buscando oferecer o melhor ensino, a melhor forma de aprender, ajustando as frustrações achadas nas primeiras tentativas e buscando sem descanso sanar as falhas e traçar um novo caminho a ser percorrido.

De acordo com essas situações percebemos que o tema ensino remoto traz provocações a professores das escolas comuns, professores do ensino especial, pais e comunidade em geral a realizar reflexões e discussões em busca de soluções ou bússolas que nos norteie, infelizmente devido a urgência e dimensão que tudo aconteceu não achamos receita pronta ou experiências vividas onde pudéssemos nos apoiar e nem mesmo as três leis de diretrizes e bases conseguiram orientar o rumo a seguir, nesse momento precisamos contar com o bom senso e a empatia.

O maior desafio no sistema remoto é garantir a participação do aluno com deficiência e sua permanência nas aulas, online, já que a deficiência pode limitar ou até mesmo impedir que os mesmos absorvam ou retirem qualquer proveito, proveniente da aula, em alguns casos sabemos que não será possível, entretanto a escola é responsável em buscar outras maneira de atender estes alunos.

O contexto abordado, nos levou a refletir sobre o papel da escola, frente a essas circunstâncias, apostamos em oferecer atividades por meio de blocos impressos/coloridos com recursos de imagens, adaptados a necessidade e nível escolar de cada indivíduos, preparado pelo professor regular em parceria com a professora SRM aos alunos que estão impossibilitados de assistirem as aulas online.

Contudo entendemos que isso não seria suficiente, para elevar o conhecimento dos estudantes, já que muitos deles ainda não estão alfabetizados e apresentariam grandes dificuldades, em entender e responder os blocos, devido ao distanciamento social, pois não foi permitido acompanhar esse aluno lado a lado no momento da realização do bloco. Então foi repensado em como faríamos esse contato direto, sem que houvesse contato físico.

Apoiamos em algumas plataformas e aplicativos em busca de oferecer suporte o que ainda não foi suficiente, alguns alunos não dispõe de aparelhos celulares, outros não possuem disponibilização de internet, e alguns que apesar de ter aparelho e internet não apresentam condições de atenção/concentração para assistir a explicação dos assuntos do bloco.

A maioria desses alunos necessitam de ferramentas, tecnológicas assistivas ou até mesmo apoio pessoal para compreender as informações transmitidas nos comandos de atividades, algumas mães ainda não estão alfabetizadas o que dificulta ainda mais o processo de aprendizagem, outro agravante é que nosso prédio foi cedido para servir como hospital de campanha, atender os pacientes infectados pelo novo corona vírus.

Atualmente são atendidos 19 (dezenove) alunos via meet pelos professores regentes nas aulas online, 10 (dez) pelo aplicativo WhatsApp com trocas de áudios, vídeos, e chamadas de vídeo, 10 (treze) alunos são atendidos através de sua família onde a mãe ou responsável vai à escola pra receber informações de

como trabalhar na realização das atividades, alguns alunos necessitam de apoio tanto do aplicativo WhatsApp quanto a orientações presenciais.

Além dessa opção todos os alunos com deficiência recebem mensalmente um bloco seguindo o conteúdo trabalhado em rede, adaptado/colorido, com recurso de imagens, elaborados individualmente respeitando as limitações e valorizando as habilidades que os mesmos apresentam.

É oferecido materiais de tecnologia assistiva que servem como suporte na realização das atividades, tais como: alfabeto impresso, em letra bastão, destacando as vogais, tabelas de números de acordo com o nível do estudante, formas geométricas, mural de palavras do cotidiano do aluno, material de alfabetização, lápis com engrossamento para possibilitar a realização do movimento pinça, tesouras adaptadas para facilitar os recortes, tinta guache para os alunos que não apresentam condições de fazer uso de lápis em suas produções, confecção de jogos tais como: quebra-cabeça, pareamentos, jogo da velha, jogo da memória e atividades de dobraduras para serem usados em casa visando interação familiar.

2.2 A escola somos todos nós

Presume-se que a escola é um prédio, onde os discentes vão em busca de conhecimentos, portanto a equipe da EMEF Benedita Torres tem trabalhado na desmistificação desse “pressuposto”. Tivemos que reinventar e provar que escola é onde se ensina e aprende, não necessariamente precisamos estar em um prédio físico (escola) para que o ensino aconteça, mas sim ter docentes e discentes.

Existe um provérbio popular que diz: “Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”. Se as famílias não vão à escola, não se envolvem no processo educacional do aluno, nós enquanto escola vamos ao encontro destas famílias, destes alunos. Se a pandemia foi barreira nos impedindo de ir ao espaço físico, se nossa escola está ocupada na recuperação da saúde da população cananaense. Não nos impossibilitou de fazer acontecer o ensino/aprendizagem, como afirma Freire em seu poema Escola é: “Não se trata só de prédios, salas, quadros, Programas, horários, conceitos... Escola é sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, que alegre, se conhece, se estima.”

É notório que a escola somos todos nós que fazemos acontecer de fato e de direito independentemente de estar entre os muros da escola.

Nesse contexto, escola, pode ser compreendida como um espaço privilegiado para a expressão da diversidade social, um local de encontro/confronto/diálogo entre diferentes crenças, hábitos, linguagens, valores, costumes. Um espaço onde a convivência democrática pode ser exercitada contribuindo para a construção de valores democráticos tais como tolerância, igualdade, equidade social.

No entanto, não basta reunir essas diversidades em um mesmo espaço

para que haja reconhecimento do outro, confronto, respeito, diálogo; estas atitudes necessitam de uma organização escolar e de ações educativas comprometidas com tais finalidades, ou seja, seu potencial formativo para a convivência democrática só se viabiliza mediante a intencionalidade institucional e docente.

Partindo desse princípio, deve-se levar em conta também que os alunos fazem parte de um conjunto mais amplo, da humanidade, no qual há valores e traços universais a serem considerados, preservados e construídos. Sendo assim articulação entre a diversidade e universalidade implica na consideração dos lugares que fazem com que as experiências dos indivíduos sejam diferentes. Almeida ressalta sobre a necessidade de flexibilidade no âmbito escolar para sucesso e inclusão do educando.

Constatamos, assim, uma escola desenhada para promover a homogeneidade e negar a diversidade inerente à pessoa humana. Uma escola que, embora se expandindo por meio de um processo de universalização do ensino, contribui ainda para a manutenção da exclusão por dentro de seus muros, por meio de metodologias descontextualizadas e descompassadas, programações lineares, temporalidade inflexível e categorias como de sucesso e insucesso, normalidade e anormalidade, atraso e fracasso escolar. (ALMEIDA, 2012, p.151).

É preciso reconhecer às tensões, os conflitos, as práticas diárias, os quadros de referência dos grupos sociais dos quais os discentes estão inseridos. Trata-se de considerar a diversidade de símbolos, significados, valores, atitudes, sentimentos, expectativas, crenças e saberes de um determinado grupo, que vive em contexto específico, que constrói identidades em situações particulares. Por outro lado, as práticas desenvolvidas nas escolas devem, portanto, privilegiar a autonomia dos alunos, estimulando reflexões e ações que se referenciam no contexto de vida dos mesmos.

Assim sendo, é fundamental que a escola abra um caminho possível ao seu entorno e que articule-se com a comunidade em que está inserida, realizando um trabalho em conformidade com o potencial formativo dos espaços não escolares, aproximando dos valores culturais da comunidade local, ampliando a participação de todos no trabalho desenvolvido.

Na verdade, deparamo-nos, com muitos desafios durante o ensino remoto, além de analisar e selecionar os objetos de conhecimentos que permitam aos alunos de diferentes origens, classes sociais, religiões, culturas, a identificarem-se e envolverem-se com os componentes curriculares; e, contemplar a diversidade num contexto globalizado através de um processo centrado na aprendizagem significativa. Em ambos os casos visasse, para além da construção de conteúdo, a construção de valores democráticos e sociais.

A adoção [...] [da] pedagogia diferenciada configura-se como possibilidade

para contemplarmos as necessidades que os educandos trazem para o contexto da sala de aula, que necessita ser construída coletivamente por todos os profissionais que, de forma direta ou indireta, convivem com esses desafios, uma vez que trabalhamos com sujeitos concretos que portam percursos e ritmos de aprendizagens diferenciadas e expectativas singulares em relação à produção de seus conhecimentos, demandando trabalhos diversificados e distantes de estratégias e mediações prontas que, às vezes, parecem retiradas de ‘manuais ou receituários’ de como ensinar e aprender (VIEIRA, 2008, p. 221).

Assim a equipe Benedita Torres, tem usado dessa pedagogia diferenciada para contemplar as necessidades que os educandos trazem para o âmbito educacional utilizando de metodologias diversificada, pautada nas praticas vivenciadas durante o desenvolvimento das atividades, respeitando o ritmo e valorizando os conhecimentos prévios para alcançar uma aprendizagem significativa.

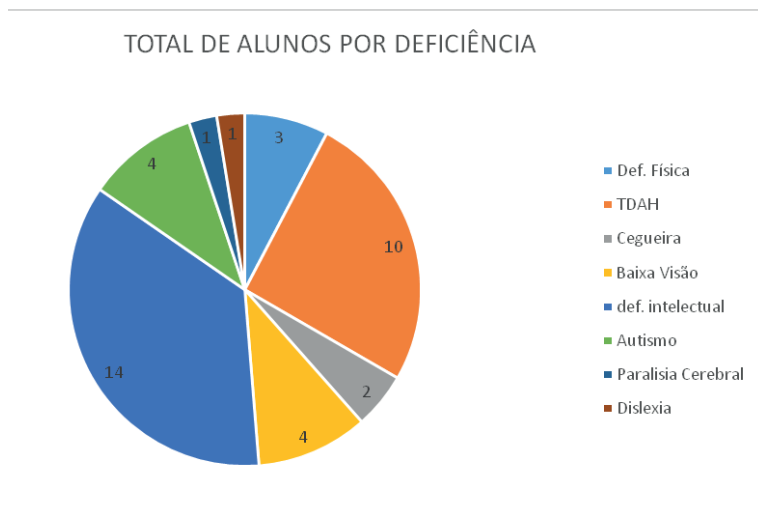
2.3 Demonstrativos de alunos em atendimento educacional

Nº	Aluno	Laudo	Meet	WhatsApp	Família	Bloco impresso
01	Amauri Manoel Leite Lima	Não possui			x	x
02	Joãos Pedro pereira de Souza	Def. física			x	x
03	Ingrid Campos Cavalcante	TDAH		x		x
04	Micael Vitor de Sousa Sena	Não possui	x			x
05	Pérola Cristina Alves Freitas	CID 10 H54		x		x
06	Ana Vitória dos Santos Silva	Def. física			x	x
07	Karen Sofia Martins Silva	Baixa visão	x			x
08	Analice Pimentel Castelo Branco	TDAH			x	x
09	Derick Iarley Secundes da Silva	Não possui	x			x
10	Isabel Cristina da S. Conceição	Baixa visão			x	x
11	Hítalo Yan Cunha da Cruz	CID10 F70	x			x
12	Vitória Yasmim M. Monteiro	CID10 F70	x			x
13	Pablo Abreu Brandão	TDAH	x			x
14	Ângela Gabriele de S. de Jesus	Não possui			x	x

15	Evilyn da Silva Laranjeira	TDAH	x			x
16	Guilherme E. da S. Serqueira	CID10 F70		x		x
17	Isaque Janssen do Carmo	Autismo, F90		x	x	x
18	Ana Vitoria Ribeiro Lobo	CID10 F70		x	x	x
19	Dhon Herberti da C. Santos	CID10 G80		x	x	x
20	Gleudson Costa Gomes	CID10 F70				x
21	Jeferson Lopes de Oliveira	Não Possui	x			x
22	Marcos Daniel F. da Silva	Autismo		x	x	x
23	Ricardo Vieira dos Santos	CID10 F70, F90, F84		x		x
24	Wanderson dos R. Santos	CID 10 F90 TDAH,	x			x
25	Guilherme Araújo da Silva	CID 10 F90 TDAH,	x			x
26	Rosa Maria Pires Brandão	CID10 F70			x	x
27	Luan Abreu Pinto	CID10 F70	x			x
28	Gustavo Vinicius de O. Silva	CID10 F70	x			x
29	Ryan Teles dos Santos	CID10 F70, F90		x	x	x
30	Kauane Sousa de Oliveira	DISLEXIA	x			x
31	Jhemika Kallyne de M. Silva	Não possui	x			x
32	Clenilde Mendonça Martins	Não Possui	x			x
33	Ana Carolina da C. Silva	Def. física			x	x
34	Rayllã Malheiros Araújo	CID10 F70, F84	x			x
35	Reully Santos Saraiva	CID 10 F90	x			x
36	Gabriel Costa de Moraes	Cegueira			x	x
37	Gabriel Pinto Cordeiro	F90 TDAH, TOD	x			x
38	Adenilde Mendonça Martins	CID10 F70	x			x
39	Laiane Matias da Silva	CID10 F70		x		x

Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

2.4 Gráfico das especificidades dos alunos atendidos.



Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

2.5 Discussão

Seguimos a linha de raciocínio de Ferreira quando diz que uma sala de aula os membros contribuem para a realização das atividades, para o desenvolvimento e melhoria da aprendizagem. Todos os profissionais estão envolvidos em prol do ensino aprendizagem.

Oportunizamos todos os alunos ao processo de inclusão, com igualdade de direitos educacionais favoráveis a aprendizagem, como está elencada nos PCNs sobre os processos de inclusão.

A escola Benedita Torres tem trabalhado no formato a promover a homogeneidade e diversidades de todos, com o objetivo de incluir cada indivíduo dentro e fora dos muros da escola, por meio de metodologias contextualizadas e flexivas contribuindo para o sucesso escolar. Almeida relata “uma escola desenhada inflexível que permeia o fracasso e insucesso escolar contribuindo para o processo de exclusão”. Portanto a equipe escolar da EMEF Benedita Torres Trabalha o oposto, com objetivo de manter a inclusão e empatia de todos os envolvidos.

Assim podemos afirmar que trabalhamos alinhados ao que afirma Vieira, usando pedagogia diferenciada como possibilidade para atender todas as necessidades que os discentes trazem para o ambiente educacional, os quais necessitam serem construídas no coletivo. Uma vez que lidamos com indivíduos em sua concretude que possuem ritmos de aprendizagens diferentes e expectativas singulares em relação à produção de seus conhecimentos. O que exige estratégias e mediações

inovadoras para a construção e intensificação do ensino aprendizagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, afirmamos que o futuro de uma educação inclusiva dependerá do esforço coletivo, que obrigará revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais e diferenciadas, a fim de trabalhar metas comuns, e assim garantir uma educação de qualidade para todos.

Ressaltando ainda que uma escola de qualidade, necessariamente, atenderá as necessidades especiais de todos os alunos. Assim sendo, a escola precisa converter-se em instituição que reúne e difunde os esforços de distintas instâncias da comunidade visando à melhora e a transformação social. Esta transformação por sua vez implica na possibilidade de participação democrática efetiva de demais agentes escolares e extraescolares na discussão e na busca do enfrentamento de problemas comuns; por outro lado, visa a permeabilização do currículo escolar aos problemas da comunidade, ou seja, trazer para dentro das salas de aula temas e discussões, através de projetos, vinculados à realidade e aos problemas atuais da comunidade.

Dessa forma, uma escola articulada junto com a comunidade, não é, portanto, concebida apenas como uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas sim como um espaço onde se trabalham afetos, valores, normas, modelos culturais e onde se criam laços de coesão social, na busca da constante valorização da identidade cultural.

REFERENCIAS

ALMEIDA, M. L. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 96 págs., Ed. Moderna

VIEIRA, A. B. **Práticas pedagógicas e formação continuada de professores no ensino da língua materna: contribuições para a inclusão escolar.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

MORADIA DIGNA: O DIREITO DAS PESSOAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO POPULAR

Rosimery Mendes Rodrigues¹
Kleten Kelle Lima de Oliveira²
Solange Teodozio da Silva³
Vanelia Ramos Brito⁴

1. INTRODUÇÃO

Desde a evolução da espécie humana, o homem procura um ambiente para se proteger dos perigos da natureza, este fato foi desencadeando no homem ao longo dos anos, a necessidade da criação da sua habitação. Igualmente nos tempos atuais, pois a moradia faz parte do sonho das pessoas. No qual estes, tem o direito assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB, 1988), onde referencia que cabe ao Estado tratar deste direito de uma coletividade. No entanto, nota-se em nosso país o grande déficit de habitação, ou seja, as políticas públicas e os projetos habitacionais não atendem a demanda das pessoas, assim, é um plano de assistencialismo que não supre a necessidade da sociedade. Sendo assim, esse estudo tem o objetivo de refletir sobre o direito, as políticas públicas, a realidade e as possibilidades de habitação popular.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 As pessoas, o direito e a necessidade de uma moradia digna

As cidades possuem os ambientes urbano e rural, onde continua o lema da falta de moradias para as pessoas menos favorecidas, isso passa por longos anos,

1 Professora. Pós-graduada em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica-Universidade do Estado do Amazonas. rosimerymrodrigues@gmail.com.

2 Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Atua como professora na (SEDUC-AM). kleten.oliveira@gmail.com.

3 Assistente Social. Faculdade Anhanguera. solange.teodozio@hotmail.com.

4 Professora. Pós-graduada em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica-Universidade do Estado do Amazonas. vaneliabrito45@gmail.com.

porém a necessidade de moradia se perpetua, e estes continuam precisando de um local para se proteger, dispuser de privacidade, guardar seus pertences e descansar.

Para tudo isso acontecer, o cidadão tem que constituir de condições financeiras para conseguir um local, que pode ser terreno para realizar a construção legalizada de sua casa própria ou a compra desse bem, mas isso, não é possível para muitos cidadãos brasileiros. Visto isso, o Estado como poder maior estabeleceu o direito à moradia que é assegurado no art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 6), que afirma serem direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” na forma da Constituição.

Com certeza, todos estes direitos são essenciais aos cidadãos, pois são direitos básicos da sociedade e, cabe ao Estado garantir as oportunidades iguais a todos os cidadãos, “o que se dá através de políticas públicas que possibilitem uma vida digna, como as de acesso básico à saúde, habitação, educação, trabalho, lazer, dentre outras” (NOVELINO, 2015).

Essa realidade é vista não somente em nosso país, porém no mundo e, se tornou tema de debates políticos, onde é citado no art. XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos têm direito a um padrão de vida que seja capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, incluindo a alimentação, o vestuário e a moradia (ONU, 1948).

Essas questões são tratadas de maneiras diferenciadas por cada país, onde cada um verifica o seu plano estratégico de atuação para essas situações, porém a obrigação do Estado para com o direito à habitação digna são aquelas constituídas no inciso I do artigo 2º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e as de reconhecer, respeitar, proteger e satisfazer este e outros direitos.

2.2 A situação vivenciada pela população pobre na maneira de habitar

A desigualdade social da população e o processo de urbanização nas cidades do país fazem com que o povo menos favorecido procure uma maneira de construir casas precárias nas (Figura 1 e 2), em locais não apropriados, terrenos de outros, porém um local para chegar e descansar, “até quando”? Desse modo, começa a ocupação irregular de terrenos em todo o país, onde pode ocasionar uma briga na justiça pela reintegração de posse.

Figura 1: Moradias precárias em Campinas



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/apos-reintegracao-de-posse-ocupacao-nelson-mandela-resiste-e-completa-1-ano-em-novo-terreno-em-campinas.ghtml>

Foto: Larissa Cristiny

Figura 2: Moradia precária em Curitiba



Fonte: <https://www.preparaenem.com/geografia/problemas-moradia-no-brasil.htm>

Certamente as imagens demonstram um retrato da realidade difícil, sendo que com a pandemia do covid-19 a crise socioeconômica piorou e a situação do brasileiro também, pois ocorreu a ausência do trabalho ocasionando a falta de dinheiro para pagar um aluguel, tendo que se ver na situação de despejo, assim, ocasionando a busca de uma moradia que esteja em suas condições, outra moradia inadequada, porém uma situação mais desumana na (Figura 3).

Figura 3: Barracos em viaduto no Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.causaoperaria.org.br/rede/dco/moradia-e-terra/crise-um-em-casa-cinco-brasileiros-reside-em-moradias-precarias/>

Foto: Berg Silva

A realidade das moradias inadequadas na (Figura 4) é uma situação vivenciada em todo país, e faz parte de estatísticas, como demonstra a reportagem do G1 AM, onde apresenta uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostra:

Das 653,618 mil moradias em Manaus na mais da metade, 348,684 mil (53,3%) são consideradas aglomerados subnormais, ou seja, palafitas, ocupações e loteamentos, locais com difícil acesso a saneamento básico e serviços essenciais.

Figura 4: Moradias em Manaus



Fonte: <http://temas.folha.uol.com.br/natureza-do-desastre/amazonas/em-manauas-familias-vivem-dois-meses-por-ano-em-casas-inundadas-de-agua-suja.shtml>

Foto: Folha de São Paulo

2.3 A situação de imóveis abandonados pelo Brasil

Enquanto, ocorre o problema da ausência de moradias adequadas para a população menos favorecida, pode observar em todo o país, os imóveis abandonados nas (Figuras 5, 6, 7, 8).

Figura 5: Prédio abandonado no Distrito Federal



Fonte: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/gdf-quer-acabar-com-predios-abandonados-em-aguas-claras>

Figura 6: Estrutura abandonada em Piracicaba



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/piracicaba-tem-12-edificios-abandonados-mais-antigo-supera-30-anos-sem-solucao.ghtml>

Foto: Claudia Assencio/G1

Figura 7: Prédio abandonado em Manaus



Fonte: <https://www.acritica.com/opiniao/imoveis-abandonados-s-o-desperdicio-1.230091>

Figura 8: Imóvel abandonado no centro de Manaus



Fonte: Implurb mapeia prédios abandonados no Centro com potencial para diferentes usos (Foto: Divulgação/Implurb)

Estes imóveis abandonados, vistos nas figuras acima são um pequeno retrato da realidade existente em nosso país, e tornam um problema para a população em seu entorno, por acumular mato, lixo “um perigo a saúde”, não possui iluminação “tornando um ambiente inseguro”, porém isto nenhum governante ver, por quê? Qualquer que seja o motivo desses ambientes estarem abandonados, cabe ao Estado acabar com a questão da especulação imobiliária, realizar vistoria, a desapropriação e a catalogação destes imóveis para fazerem parte de um projeto de Lei que utilizem esses espaços para fins de moradias e realizar o levantamento do cadastro do CadÚnico das pessoas que realmente precisam dessas moradias.

2.4 A importância de políticas públicas e projetos de habitação

No Brasil existe a importante Política Nacional da Habitação (PNH) que é constituído de princípios e diretrizes que têm por finalidade garantir à população menos favorecida, o acesso à habitação digna, e considera atingir seus objetivos com a integração da política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano.

No entanto, o país também enfrenta grandes problemas do déficit habitacional, a fragmentação, descontinuidade e desarticulação das políticas habitacionais nos três âmbitos de governo, com a pequena distribuição de recursos entre diversos programas.

Acrescenta-se também que o (PNH) possui o Sistema Nacional de Habitação, instrumento que visa possibilitar o alcance dos princípios, objetivos e diretrizes da política, para estabelecer as condições e enfrentar o déficit habitacional, por meio de ações integradas e articuladas nos três níveis de governo.

Para isso, no ano de 2005 foi sancionada a Lei nº 11.124, que estabeleceu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Conselho Gestor do FNHIS. O SNHIS tem como principais objetivos:

- I viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- II implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda;
- III articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

De todo percebe-se que existem políticas públicas, porém não atende a demanda, assim, a moradia continua um fator de escassez, sendo titulada como item de luxo, porém não é. Sendo citada na Constituição como direito de todos os cidadãos.

Ao passo do Governo estipular um instrumento de implementação da Política Nacional de Habitação, a Lei nº 11.124/2005 que possibilitou a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o qual foi realizado em 2009 pelo Ministério das Cidades, que considerou um pacto nacional pela moradia digna. Neste documento foi proferido estratégia de longo prazo, organizada em quatro eixos:

Financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil; que estão articulados a fim de universalizar o acesso à moradia digna para a população Brasileira (BRASIL, 2009).

A formulação do contexto de moradia digna é construída com base de infraestrutura não somente das casas, porém de condições ao seu redor com a expansão do serviço público de água, energia, saneamento, coleta de lixo, segurança, escola, saúde, e outros da rede privada, visto que demanda muito investimento e construção em grande escala.

Mais adiante em 25 de março 2009 o Governo Federal sancionou a Medida Provisória nº 459, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, que dispôs sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) das (Figuras 9 e 10), que foi visto como o programa que iria destinar os mecanismos de incentivo à produção e o adquirento de unidades habitacionais para as famílias. No seu art. 1º considera que:

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais).

Figura 9: Programa Minha casa, Minha Vida



Fonte: <https://noticias.r7.com/brasil/recursos-para-o-minha-casa-minha-vida-vao-acabar-em-junho-24042019>

Figura 10: Programa Minha casa, Minha Vida -Manaus



Fonte: <https://www.portaldoholanda.com.br/amazonas/2-mil-familias-sao-contempladas-no-programa-minha-casa-minha-vida-em-manaus>

O programa habitacional existe no país, porém a maioria dos imóveis se encontra em locais afastados e com baixa infraestrutura ao entorno. Além do que continua não atendendo as demandas da sociedade, seja pela a falta de

continuidade ou investimento por parte do governo ou por outros fatores que não são mencionados por este, e nem questionados pelos órgãos de fiscalização e representação governamental. Até que a sociedade chega a pensar “o ato das políticas públicas deriva da produção de casas, porque o preço só é rebaixado até um ponto em que encontrar o mercado consumidor que satisfaça a intenção de lucro”?

Neste mundo capitalista o que é visado é o consumo e o lucro e não a questão socioeconômica por trás da moradia digna da população menos favorecida. Assim, a população continua a esperar por realizar esse sonho da moradia.

2.5 O modelo habitacional projetado pelo Implurb em Manaus

Na cidade de Manaus existem modelos de projetos (das Figuras 11 e 12) realizados pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb) que busca mudar a paisagem de abandono e ruína por ambientes bonitos e habitados, veja a reportagem do Amazonas atual que demonstra:

A Prefeitura de Manaus planeja construir até 180 moradias no Centro da capital. Engenheiros do Implurb (Instituto Municipal de Planejamento Urbano) identificaram, entre um grupo de imóveis abandonados, lotes que podem ter conjuntos e complexos de habitação social. Os prédios serão desapropriados para instalação do projeto “Nosso Centro”.

O modelo projetado pelo Implurb inclui unidades habitacionais com dimensões entre 35 e 42 metros quadrados, fachadas verdes, paisagismo e áreas comuns integradas.

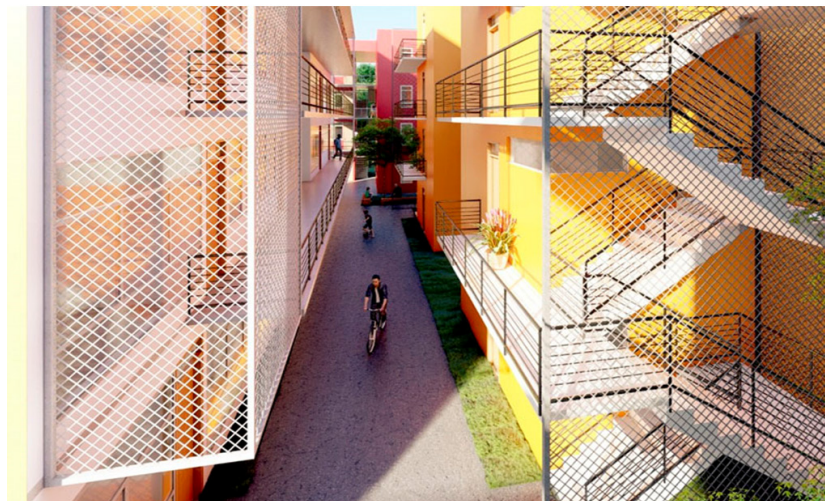
A propósito esses projetos são bem vindos, pois esses complexos habitacionais iriam atender uma grande demanda de pessoas que buscam uma moradia digna, propiciando um maior fluxo na área central tornando-o um espaço mais funcional.

Figura 11: Modelo de projeto habitacional-Implurb



Fonte: Amazonas atual. Foto: Divulgação/Implurb

Figura 12: Projeto habitacional-Implurb



Fonte: Amazonas atual. Foto: Divulgação/Implurb

Até que isso tudo ocorra leva tempo e investimento e, sendo assim, ainda não saiu do papel, portanto, cabe à população esperar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos todo esse contexto de leis, direito e moradias é repassado por representantes dos governos que entram e saem do poder sem realizar um projeto de lei eficiente para combater essa necessidade da população menos favorecida. O estudo demonstra que existem projetos habitacionais populares pelo país, porém não atende a grande demanda da sociedade de baixa renda. Portanto, foi percebido que tudo isso é possível de ser resolvido com uma eficácia de repasse de investimento nos projetos, fiscalizações e controle por parte do Estado. Espera-se que este estudo venha contribuir no repensar das atitudes de um poder político movimentado pelo o capitalismo e não pelas questões socioeconômicas da população.

4. REFERÊNCIAS

AMAZONAS ATUAL. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/imoveis-abandonados-no-centro-de-manaus-devem-receber-180-moradias0/>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Atos internacionais. **Pacto internacional sobre direitos civis e políticos**. Promulgação. Diário Oficial da

União. Brasília, DF, 7 jul. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm>. Acesso em: 12 de julho 2022.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/.htm>. Acesso em: 12 de julho 2022.

BRASIL. **Ministério das Cidades. Instrução normativa nº 45**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 9 nov. 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/11/2012&jornal=1&pagina=64&totalArquivos=176>>. Acesso em: 12 de julho 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano nacional de habitação**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002254/225430POR.pdf>>. Acesso em: 12 de julho 2022.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. Salvador: JusPODIVM, 2015.

PORTAL G1 AM. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/05/20/mais-da-metade-das-moradias-em-manaus-vive-situacao-precaria-e-com-maior-risco-de-contaminacao-pela-covid-19-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

RIOS E IGARAPÉS DA CIDADE DE MANAUS: AMBIENTE

Sebastião da Silva Alves¹

1. INTRODUÇÃO

A *Amazônia* é a mais densa região hidrográfica e suas inúmeras sub-bacias vem sofrendo crescente degradação ao longo do ano. O art. 225 destaca que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações”*.

A Constituição Federal de 1988 diz que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é atribuído como um direito a todos e sua tutela um dever de todos, tratando, dessa forma, o meio ambiente como um bem de uso comum do povo, voltado não somente para o desenvolvimento econômico, mas, também, a promover o bem-estar, porém a ocupação antrópica emerge nesse cenário como um forte causa de impacto negativo. Para reverter essa realidade aponta-se a *educação ambiental e a gestão socioambiental* como elementos importantes, para dá uma nova vida aos igarapés de Manaus.

Para fins deste, apenas se cuidará dos princípios e regras sobre o ambiente natural constantes da Constituição de 1988. Ademais, a Constituição é tão pródiga em referências ao ambiente natural que, devido às limitações deste trabalho, serão abordados tão somente os princípios e regras mais importantes, sob o aspecto da maior recorrência prática.

Assim, pode-se estabelecer a seguinte classificação das normas constitucionais que dispõem sobre ambiente natural:

- a) Regras sobre domínio de bens;
- b) Regras de competência legislativa;
- c) Regras de competência administrativa/material;
- d) Regras sobre instrumentos de defesa e promoção;
- e) Princípios gerais; e
- f) Princípios setoriais/específicos.

¹ Professor do CETAM e das redes de ensino do Amazonas. Pós-graduação em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica pela Universidade do Estado do Amazonas. Autor de livros e artigos.

O termo “meio ambiente” é usado de forma imprópria, segundo inúmeros doutrinadores. A crítica é procedente, pois “meio” é aquilo que está no centro de alguma coisa. *O correto seria o uso da palavra “ambiente” que indica o lugar ou a área aonde os seres vivos habitam; portanto “meio” esta inserida na palavra “ambiente”.*

Vale salientar que mesmo com as críticas, o termo “meio ambiente” foi e vem sendo usado pelo legislador pátrio, e ainda, é o termo consagrado pela doutrina, pela jurisprudência e pela população leiga.

“A palavra AMBIENTE é composta de dois vocábulos latinos: a preposição AMB (O) ao redor, à volta; e o verbo IRE, ir, que se confundem numa aritmética muito simples, $AMB + IRE = AMBIRE$. Dessa simples operação resulta uma soma importantíssima, “ir à volta”. Ambiente, pois é tudo o que vai à volta, o que rodeia determinado ponto ou ser.

Definir “meio ambiente” não é uma tarefa das mais fáceis, se não vejamos o conceito Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que em seu inciso I, artigo 3º, conceitua meio ambiente como: “... o conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as formas”. (conhecido como conceito de meio ambiente inserto) (LEI 6.938, 1981, Art. 3º, inciso I)

Diante da incerteza citada, os professores, com a finalidade de melhor depurar o que pode vir a ser o conceito sobre o meio ambiente, costumam dividir o estudo do meio ambiente em:

- a) **Meio ambiente natural:** Composto pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora e a fauna;
- b) **Meio ambiente cultural:** Composto do patrimônio arqueológico, artístico, histórico, paisagístico e turístico;
- c) **Meio ambiente artificial:** Composto pelos edifícios, equipamentos urbanos, comunitários, arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca e instalação científica ou similar;
- d) **Meio ambiente do trabalho:** O qual integra a proteção do trabalhador em seu local de trabalho e dentro das normas de segurança, tudo com a finalidade de fornecer-lhe vida digna, conforme preceituado no inciso VIII, do artigo 200, da Carta Magna.

“Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: (...)

VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.
(BRASIL, 1988)

No contra ponto da definição de um conceito em si, dado a análise da prática dos ambientes estudados, e numa concepção bem sistêmica do que seria

o conceito de meio ambiente passamos a lição do mestre José Afonso da Silva que conceituou o meio ambiente como: *O meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas.*

“A integração busca assumir uma concepção unitária do meio ambiente, compreensiva dos recursos naturais e culturais”. (SILVA, 2004, p. 65), portanto, concluímos que a definição de meio ambiente é bastante ampla, entendemos que nosso legislador fez a opção por um conceito jurídico indeterminado, assim pode criar um espaço positivo onde se busca nas várias definições uma convergência para um entendimento objetivo, tendo numa visão holística e sistêmica que o compêndio naturalístico, que engloba o meio urbanístico, paisagístico, as belezas naturais, o patrimônio histórico, juntos nos fornece o entendimento que o “ambiente” ao mesmo tempo em que é um meio é também um sistema de interações, onde todos de forma ontológica (ser enquanto ser) dependem da conservação e do equilíbrio existentes nos processos, naturais ou não, que destroem ou de outra forma regeneram os diversos meios.

Temos por certo que só existe meio ambiente, se houver equilíbrio entre as forças que regem a vida.

Logo meio ambiente é vida em equilíbrio o que vem destoando dos resultados dos igarapés da cidade de Manaus, a olho nu, podemos detectar que todos demonstraram um grave processo de degradação, mesmo que ainda se tenha presença de vida aquática.

As tentativas de proteção ambiental e intervenção educativa esbarram em entendimentos distintos e desmobilizados, que pouco agregam à plenitude esperada para uma gestão sustentável dos cursos hídricos urbanos.

Quais são os artigos constitucionais que tratam sobre os direitos ambientais? Além do art. 225 da CF/88, que trata de artigo específico de proteção ao meio ambiente, a Carta Magna dispõe ainda de diversos outros dispositivos que abordam a questão, a exemplo do art. 170, VI, que inclui a tutela ambiental enquanto princípio que rege a Ordem Econômica, porém o que se vê na realidade nas ruas de Manaus é com lixos, nas áreas preservadas da cidade, e nos igarapés. Com a subida das águas do Rio Negro, o lixo fica ainda mais exposto nos igarapés da cidade, avolumando toneladas de lixos.

O lixo que é jogado pelos moradores do local, é despejado nas ruas e acabam sendo levados para os igarapés, formam uma grande camada poluente, exalando um mau cheiro. A poluição visual e ambiental, podem levar riscos à saúde dos moradores. Além da poluição industrial, muitas das casas e flutuantes não possuem tratamento de esgoto.

Segundo dados preliminares levantados por equipes técnicas do Instituto

de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), atualmente existem cerca de 489 estruturas flutuantes na bacia, entre residências, estabelecimentos comerciais, balneários e outros.



Fonte: Arquivo / Portal AMI

Manaus está dividida em quatro Bacias urbanas, sendo a Bacia de Educando, cujo principal contribuinte é o igarapé do Quarenta, Bacia do São Raimundo, principal contribuinte é o Igarapé do Mindu; Bacia do Puraquequara e Bacia do Tarumã.

Manaus cresce de forma intensa e desordenada, os canais de muitos igarapés já eram utilizados como esgotos, mas foi nessa década que outro fator passou a ser causador de alterações ambientais: a retirada da cobertura vegetal das margens do igarapé, com isso vem as Barrancas de terras caídas, inclusive, em 1993, o compositor Braulino Lima usou o fenômeno como fonte de inspiração para a música “Tic Tic Tac”, que ficou eternizada na voz de Zezinho Correa. As barrancas de terras caídas/ Faz barrento o nosso rio-mar / Amazonas, rio da minha vida / Imagem tão linda que meu Deus criou / Fez o céu, a mata e a terra/ Uniu os caboclos construiu o amor.



Foto: Divulgação/Defesa Civil

Os especialistas fazem questão de alertar - o acúmulo de lixo é a principal causa de poluição dos igarapés, em áreas urbanas. Esse fator contribui de forma significativa para que a capital do Amazonas detenha um triste recorde, Manaus está entre as cidades com os piores índices de tratamento de esgoto do país.

Os problemas dos Igarapés de Manaus - Em mais de um ano de cheia severa do Rio Negro em Manaus, resíduos sólidos despejados nas margens dos igarapés têm sido arrastados pelas chuvas e pelo forte volume das águas, formando “tapetes” de lixo em diferentes pontos da capital.

Consequências da degradação dos igarapés - as consequências são variadas e altamente danosas, das quais podemos citar a degradação do habitat de peixes e demais espécies, aumento de casos de enchentes frente ao acúmulo da água e redirecionamento das margens, diminuição da vazão pelo acúmulo dos bancos de areia, entre outras ocorrências.

2. DESENVOLVIMENTO

No estado do Amazonas, concentra-se a maior reserva de água doce superficial do planeta em quantidade e vazão. Contudo, em Manaus, as águas urbanas das sub-bacias se encontram severamente poluídas.

O sistema de gestão ambiental tem em suas mãos a árdua tarefa reverter o estado dos igarapés poluídos, que entrecortam a cidade numa situação menos dramática, uma vez que apresentam altos níveis de degradação. Esses cursos hídricos, outrora objeto de orgulho dos Manauaras, hoje se veem transformados em esgotos a céu aberto.

O crescimento insustentável do município de Manaus não difere da realidade das demais metrópoles brasileiras, destaca um modelo de crescimento e

não de desenvolvimento.

As consequências negativas do crescimento têm afetado a todos sem discriminação e fronteiras. Apesar de todos sofrem as consequências, grande parte da sociedade permanece omissa diante dessa situação de degradação hídrica. Se por um lado pouco fazem, para reverter tal cenário, por outro, pouco procuram de modo efetivo, cobrar as autoridades o compromisso de uma gestão sustentável.

O objetivo desse artigo foi mostrar o processo de degradação dos igarapés ao longo dos anos e os conflitos vivenciados na gestão socioambiental e nos processos educativos propostos para reverter tal situação

A degradação dos igarapés tem estreitas ligações com o crescimento da cidade, evidenciando a inter-relação entre passado e presente que podem comprometer o futuro desses cursos hídricos, ou seja do antes belo e limpo, para o atual sujo e degradado.

No início, Manaus era uma pequena vila que pelo fato de ser cercada por igarapés, se orgulhava por essa situação geográfica. Com o tempo, os igarapés centrais foram sendo degradados de tal forma, que esse cenário edílico se tornou um cenário degradante.



Fonte: Revista Cenarium

Na imagem podemos verificar o problema é de lixo nos igarapés de Manaus com as subidas das águas. Porém, nem sempre os igarapés de Manaus foram tão poluídos, até a década de 1970, as ocupações estavam concentradas nas zonas Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste. Em relação à urbanização e formação da cidade de Manaus.

A influência da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) contribuiu

no agravamento desse quadro, principalmente devido ao contingente humano vindo do interior do estado e de outros estados brasileiros e a falta de políticas públicas para o enfrentamento dessa realidade, muitas vezes é evidenciado somente no papel.

Podemos evidenciar por toda cidade que a realidade de poucas condições econômicas fazem com que os moradores utilizem os igarapés como via de esgoto, pois para eles, muitas vezes não tem outro jeito.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de degradação dos igarapés de Manaus segue uma triste história de maus tratos e abandono tanto por parte da população quanto do poder público.

A fragilidade na gestão ambiental dos cursos d'água dos igarapés de Manaus é gravíssimo.

O quadro de degradação tem evoluído num processo contínuo com alterações generalizadas, tanto do leito, quanto das margens. A proteção e a conservação da cobertura vegetal são um forte critério para preservação das nascentes, tanto em quantidade como em qualidade da água.



Fonte: BNC Amazonas

A importância do controle de lançamento de efluentes domésticos em corpos d'água tem sido cada vez mais solicitada, visto que o aumento da urbanização tem influenciado na dispersão de detritos influenciadores de contaminação ambiental.

O artigo também destaca análises físico-químicas ambientais de parâmetros mencionados em legislações federais que ajudam no controle ambiental e na preservação do meio. Em função dos problemas relativos à falta de um adequado

sistema de gestão da água, cada vez mais evidentes, o setor de recursos hídricos vem ganhando importância e interesse por parte da sociedade brasileira.

Os corpos d'água têm capacidade de diluir e assimilar esgotos e resíduos, mediante processos físicos, químicos e biológicos, que proporcionam a sua auto-depuração, em ciclos de transformação de matéria em energia.

Essa capacidade é limitada, podendo ocorrer situações de contaminação e poluição, de difícil regressão se a carga poluidora lançada for acima do tolerável (BARTH, 1987). As cheias do rio Negro ocorrem com regularidade e têm determinado frequentes situações de alerta aos habitantes de Manaus.

As populações mais atingidas são principalmente aquelas residentes em áreas suscetíveis a inundações e, portanto, impróprias à ocupação, notadamente junto aos leitos e nas margens dos igarapés e na orla ribeirinha do rio Negro. O contexto deste artigo foi aferir as condições da qualidade da água dos igarapés de Manaus, devido ao crescimento da urbanização e pela falta do saneamento básico e locais desprovidos de rede de esgotos.

REFERÊNCIAS

BARTH, Flavio Terra; **Associação Brasileira de Recursos Hídricos**. Modelos para gerenciamento de recursos hídricos. São Paulo: Nobel: ABRH, 1987. 09p e 526p.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891, disponível em www.planalto.gov.br, acessado em 12 de setembro de 2011.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934, disponível em site www.planalto.gov.br, acessado em 12 de setembro de 2011.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937, disponível em www.planalto.gov.br, acessado em 12 de setembro de 2011.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946, disponível em site www.planalto.gov.br, acessado em 12 de setembro de 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS DO MÉTODO DE PORTFÓLIOS EDUCACIONAIS SHDI, É UM CONCEITO QUE DIZ RESPEITO À UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FINS PEDAGÓGICOS

Gabriel Nascimento de Carvalho¹

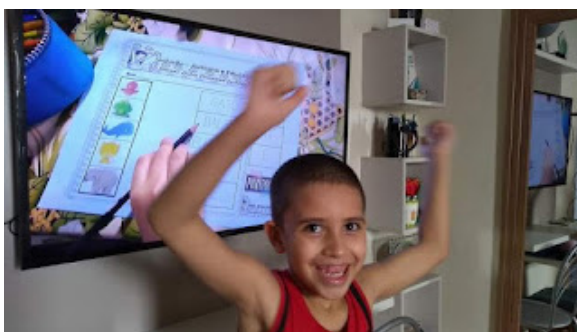
Sandro Garabed Ischkanian²

Simone Helen Drumond Ischkanian³

1. INTRODUÇÃO

A tecnologia educacional é a incorporação de tecnologias da informação e comunicação na educação para apoiar os processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos de educação formal, não formal e principalmente nos diversos contextos da inclusão são de grande valia nos processos pessoais de ensino e aprendizagem.

Tecnologia Educacional do Método de Portfólios Educacionais SHDI *é um conceito que diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos.*



Fonte: Ischkanian (2022)

Na imagem o Heitor (uma criança típica, muito inteligente e dotado de conhecimentos superiores sobre dinossauros, animais diversos e principalmente

1 Bacharel em Direito – Escotista voluntário – Rádioamador – Educador Voluntário – AL Administração.

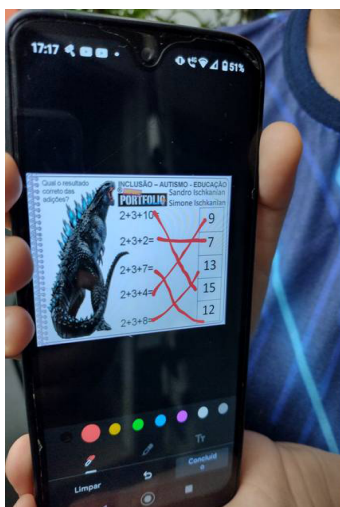
2 Especialista em Comunicação e Matemático – sandrogi2005@hotmail.com.

3 Doutoranda em Educação, Professora SEMED, UEA e IFAM - simone_drumond@hotmail.com.

sobre o Godzilla), destaca em sua expressão facial e corporal o impacto positivo do uso das ferramentas que aprimoram e facilitam seu ensino e aprendizagem. As atividades do Método de Portfólios Educacionais SHDI diretamente na TV para a criança desenvolver novas habilidades e transcender. Seu objetivo é trazer para a educação – seja dentro ou fora de sala de aula – práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino e aprendizagem.

2. DESENVOLVIMENTO

Existem vários tipos de telas touch screen, as mais usadas para trabalhar atividades pedagógicas no contexto da inclusão, são as resistivas, as capacitivas e as infravermelhas. A tela resistiva é confeccionada com três camadas bem finas, sendo uma resistiva e a outra de vidro normal recoberto por uma camada de metal condutor, na inclusão essa tecnologia transforma vidas de forma positiva. Todas as atividades do Método de Portfólios de Simone Helen Drumond Ischkanian – <https://autismosimonehelendrumond.blogspot.com> coesamente podem ser desenvolvidas pelas crianças, através das telas touch screen do computador, celular, tv, tablet, entre outros recursos tecnológicos, revelando a produtividade infantil e eficiência nas habilidades cognitivas e motoras.



INCLUSÃO - AUTISMO - EDUCAÇÃO
MÉTODO Sandro Ischkanian
PORTFOLIO Simone Ischkanian
AS FERRAMENTAS DIGITAIS TAMBÉM
PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO DE
HABILIDADES RELACIONADAS À AUTONOMIA

No Método de Portfólios Educacionais SHDI, as tecnologias digitais no ensino de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA tem demonstrado resultados positivos no sentido de comprovar os benefícios das tecnologias digitais para o desenvolvimento de:

**COMPETÊNCIAS COMUNICATIVAS,
COMPETÊNCIAS COGNITIVAS,
COMPETÊNCIAS SOCIAIS E
COMPETÊNCIAS EMOCIONAIS.**

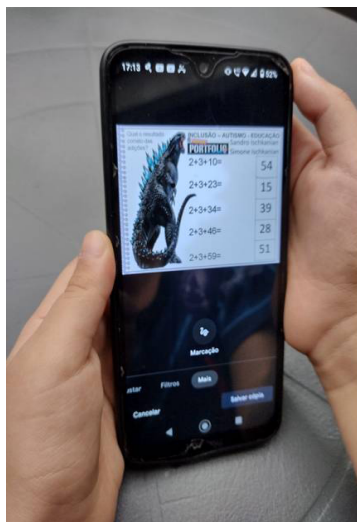
Fonte: Ischkanian (2022)

2.1 Aprendizagem móvel (m-learning) e maior acesso à educação

No Método de Portfólios de SHDI, o uso de smartphones nas atividades, permite pais, educadores e terapeutas, acompanhar tarefas diárias com conteúdos delineados no PEI (Plano Educacional Individualizado) de cada criança

– disponível em <https://autismosimonehendrumond.blogspot.com/search/label/PEI%20PLANO%20EDUCACIONAL%20INDIVIDUALIZADO%20SHDI>. Esses recursos pedagógicos de “*aprendizagem móvel*” destacados no Método de Portfólios Educacionais SHDI, são muito populares, permitindo a um grande número de pais, educadores e terapeutas o acesso à internet e a conteúdos educacionais online. Com o advento da tecnologia 5G, a tendência é ter conexões Web melhores e, por consequência, maior possibilidade de acompanhar conteúdos mais pesados, longos e diversificados disponíveis em todas as nossas páginas da web. No contexto da inclusão e evidenciando os “*Direitos Fundamentais: Educação, Inclusão, Moradia, Tecnologias, Trabalho, Lazer e Saúde - o futuro é para todos!*”, o aprendizado online também possibilita o acesso ao ensino em moradias e escolas remotas, viabilizando que mais pessoas possam estudar. Outro ponto é a utilização de conteúdos virtuais, que podem ser acessados a qualquer hora, em qualquer dia e lugar, desde que se tenha conexão à internet.

Vale destacar que nossa personalização do ensino e aprendizado diferenciado no Método de Portfólios Educacionais SHDI, tem facilitado o estudo e o acesso ao conhecimento de muitas pessoas. Além disso, estudantes com dificuldades de aprendizado ou físicas são beneficiados por tecnologias que adaptam o conteúdo educacional às suas necessidades.



INCLUSÃO – AUTISMO - EDUCAÇÃO
Sandro Ischkanian
Simone Ischkanian

**AS FERRAMENTAS IMBUIDAS DE
TECNOLOGIAS DO TIPO “TOUCH” SÃO
RELEVANTES POR ACIONAREM O SISTEMA
HÁPTICO E MECANISMOS
NEUROFISIOLÓGICOS.**

Os benefícios constatamos em geral a pertinência das ferramentas digitais para a promoção de maior autonomia, atenção, autoregulação e coordenação viso-motora, reduzindo assim comportamentos de agitação e movimentos disruptivos.

Sobre o desenvolvimento da coordenação viso-motora, algumas pesquisas tem demonstrado que as ferramentas imbuídas de tecnologias do tipo “touch” são relevantes por acionarem o sistema háptico e mecanismos neurofisiológicos, bem como permitem maior acessibilidades de pessoas com TEA no manuseio do produto.

Fonte: Ischkanian (2022)

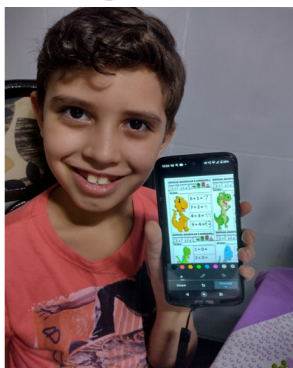
2.2 Novidades tecnológicas

Destacamos tendências tecnológicas que são utilizadas nas atividades do

Método de Portfólios Educacionais SHDI, para o público de instituições educacionais e para as diversas entidades educativas, disponíveis em <https://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/search/label/V%C3%8DDEOS%20DO%20PROJETO%20AUTISMO%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O>, que permeiam pelo contexto da inclusão, podem impactar positivamente o ambiente educacional de forma positiva.

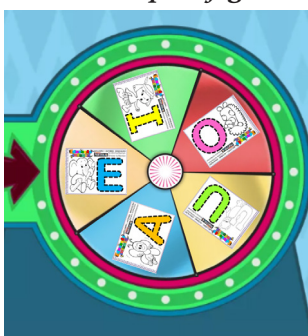
2.3 Gamificação e games educativos

Os games educativos não são mais recursos utilizados apenas para entretenimento. O universo virtual dos jogos, se transformam em poderosas ferramentas para treinamento de colaboradores, compras online, avaliações de equipes etc. Isso faz parte do processo conhecido como gamificação. No ambiente educacional, a gamificação se traduz em oferecer recompensas (mesmo que virtuais), formar rankings de bons alunos, trazer desafios aos estudantes, por exemplo. É possível até mesmo estabelecer um sistema de pontuação que faça os educandos quererem acumular pontos. Isso é diferente da atribuição de nota, pois pode servir para conceder brindes aos estudantes mais empenhados.



JOGO ROLETA DAS VOGAIS

Ideal para jogar online e aprender.



Disponível em:

<https://wordwall.net/pt/resource/16791855-forme-grupos-com-as-vogais-a-e-i-o-u>

O objetivo é reconhecer as vogais e sua sequência, organizando a atividade em grupo de vogais. Material GRÁTIS e disponível para qualquer recurso tecnológico (celular, computador, tablet, etc) é só acessar, brincar e aprender com a turma do Método de Portfólios SHDI.

1. Jogo da roleta

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4484718184891440&id=100000599070044
<https://wordwall.net/pt/resource/16794179>

2. Agrupamento das vogais

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=4484638678232724&id=100000599070044

<https://wordwall.net/pt/resource/16791855>

Baixe a cartela das vogais

<https://www.facebook.com/groups/MetododePortfolios/permalink/2928066550809972>

O uso de games educativos também traz benefícios, pois utiliza um ambiente familiar. E, além disso, os recursos facilitam o aprendizado de conceitos. Bem como simplificam o estudo de teorias e permitem a simulação e aplicação do que os alunos aprendem na sala de aula.

2.4 Realidade estendida

Realidade virtual (*Virtual Reality — VR*), realidade aumentada (*Augmented Reality — AR*) e realidade mista (*Mixed Reality — MR*) são conceitos tecnológicos que fazem parte da realidade estendida (*Extended Reality — XR*). Trata-se de tecnologias que unem recursos físicos e digitais, gerando novas possibilidades de interação entre professores e alunos, bem como de aprendizado.

Nesse sentido, nós do Método de Portfólios Educacionais SHDI, destacamos que é possível o uso de óculos de realidade virtual em nossas atividades educacionais, que pode tornar aulas online mais imersivas e ainda facilitar o entendimento de exemplos de temas estudados. Isso porque permitirá acompanhar imagens de maneira mais interativa.

2.5 O hiperfoco tecnológico como Reforçador positivo para aprendizagem

Reforçadores são estímulos emitidos a uma ação (comportamento), produzindo consequências, onde essa ação venha se repetir futuramente, em condições semelhantes. A teoria behaviorista estabelece três tipos de reforçadores: reforço primário, reforço secundário e reforço generalizado.

O reforçamento positivo é crucial para o aprendizado das pessoas – sejam elas autistas ou neurotípicas. Isso porque é o processo de reforçamento que possibilita que um comportamento ocorra mais vezes no futuro.

Vale destacar o reforçamento positivo e as tecnologias educacionais têm importante participação no processo de aprendizado e formação dos estudantes. Afinal, o recurso facilita a absorção de conhecimento e amplia as possibilidades de aprendizado.

Por causa do próprio nome, o reforço positivo frequentemente é considerado algo “bom”, enquanto o reforço negativo é visto como algo “ruim”, mas

esse é apenas um mito e é preciso entender como usar itens, atividades e interações funciona para o ensino de habilidades e para lidar com comportamentos desafiadores no autismo.



Fonte: <https://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/2021/03/tecnologia-touch-screen-nas-atividades.html>

O uso de tecnologia como reforçador positivo, tende a gerar benefícios globalizantes ao educando nas diversas entidades do Brasil, afinal todo comportamento, seja ele desafiador ou não, pode ser analisado pelo modelo ABC, da sigla em inglês para *Antecedent* (Antecedente) → *Behavior* (Comportamento) → *Consequence* (Consequência). Para compreender um comportamento precisamos olhar para o que acontece antes e depois dele.

2.6 As atividades do Método de Portfólios Educacionais SHDI, contextualizam reforçadores primários ou construídos (condicionados), para desenvolver habilidades coesas

- **Reforçadores primários:** todos os reforçadores que permitem que nossa espécie sobreviva são chamados de reforços primários. Aqui temos como exemplo a água, o alimento, o sexo, entre outros. Esses reforçadores independem dos nossos gostos pessoais ou individualidades. Ou seja, todos precisamos de comida, mas nem todos gostam de feijoada. A comida em si é um exemplo de reforçador primário e a feijoada é um gosto pessoal relacionado à história

individual de cada um.

- **Reforçadores construídos (condicionados):** além dos reforçadores primários, que são aqueles essenciais para a nossa espécie, temos os reforçadores condicionados, que são todos aqueles que foram sendo construídos ao longo da nossa história particular de vida e por meio das experiências que temos. Aprendemos a gostar de músicas, histórias, roupas, filmes e atividades e todos eles são reforçadores que podem ser classificados como sociais, tangíveis, generalizados e atividades reforçadoras.

2.7 No contexto do conjunto de reforçadores construídos ou condicionados existem quatro outras categorias

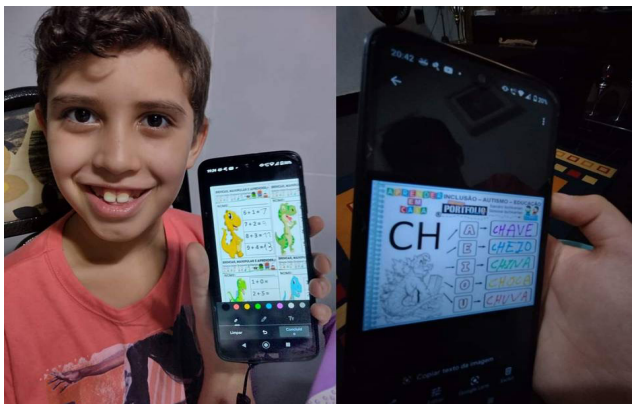
- **Reforçadores sociais:** são os reforçadores que resultam da nossa relação com os outros. Nessa categoria, podemos incluir coisas como atenção, abraços, elogios etc.

- **Reforçadores tangíveis:** são os itens/objetos que funcionam como reforçadores, como, por exemplo, ganhar um celular, um brinquedo favorito, uma roupa depois de fazer alguma atividade. No caso do exemplo com o tablet, ele é um reforçador tangível.

- **Reforçadores generalizados:** são aqueles que fornecem acesso a outros reforçadores. Os maiores exemplos são as fichas e o dinheiro. Ou seja, todo reforçador que tem como função a possibilidade de trocá-lo por outra coisa (objeto, viagem, entre outros) que também seja um reforçador. Por exemplo, você ganha dinheiro e, com ele, compra um celular. O dinheiro é o reforçador generalizado e o celular o reforçador tangível.

- **Atividades reforçadoras:** nessa categoria, podemos incluir um passeio de bicicleta, assistir televisão, brincar com os colegas, ler um livro etc. Algumas ações podem ter seu próprio resultado como reforçador, como, por exemplo, eu quero sair e preciso descer até o hall do prédio (antecedente), se eu apertar o botão do elevador (comportamento), tenho como consequência reforçadora o elevador disponível que me leva até o hall (reforçador). A resposta de apertar o botão do elevador aumentará a frequência em outras situações em que eu precisar descer até o hall. Outro exemplo: mãos limpas e cheirosas podem funcionar como um reforçador para lavar as mãos.

Na imagem destacamos reforçadores positivos para o contexto pedagógico.



Fonte: <https://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/2021/03/tecnologia-touch-screen-nas-atividades.html>

2.8 No Método de Portfólios Educacionais SHDI, para que o reforçamento positivo é usado?

Dentro das intervenções, o **reforçamento positivo** – assim como os negativos – podem ser usados, principalmente, para ensinar novas habilidades. Eles são essenciais para **manter a pessoa engajada e motivada** em uma atividade, por exemplo. Por isso, é importante observar o comportamento e entender o que será reforçador para aquele indivíduo.

Para conseguir identificar e usar reforçadores para o ensino de comportamentos e habilidades é preciso seguir alguns passos:

- **Passo 1:** decida quais habilidades você gostaria de ensinar. Aqui vale desde compreender regras e direcionamentos até se vestir sozinho pela manhã antes da escola. É importante entender se essa atividade ou habilidade é razoável, ou seja, se ela está levando em consideração o repertório de habilidades já conquistadas pela pessoa, assim o aprendizado será mais produtivo e fácil, sem frustrações. Além disso, se uma atividade tiver muitas etapas, é legal reparti-la em pequenas partes e seguir ensinando-a gradativamente.

- **Passo 2:** defina com que frequência os reforçadores serão usados. Quando uma criança está aprendendo um novo comportamento, é ideal que o reforço seja contínuo e ocorra sempre que ela fizer a ação correta. Mas quando esse comportamento já tiver sido aprendido, você pode passar para reforços com intervalos de tempo e mais espaçados. Ou seja, algumas vezes que ela se comportar daquela forma, será reforçada e outras não.

- **Passo 3:** use o reforçador assim que o comportamento acontecer. Se você demorar um tempo para empregar o reforço depois que o comportamento ocorrer, ele será menos efetivo, porque a pessoa pode não entender a conexão

entre o comportamento e o reforço. É importante usar o reforço quando o comportamento acontecer, porque isso funciona como uma espécie de contrato no qual a criança se comporta da maneira desejada e, em seguida, recebe o reforço.

- **Passo 4:** mantenha o valor dos reforçadores. Quando a criança tem livre acesso a um reforçador por tempo indeterminado e fora dos momentos de aprendizado, esse reforçador pode perder o valor. Por isso, garanta que o reforçador continue tendo valor para a criança. Se não tiver mais, é preciso buscar por outros reforçadores.

- **Passo 5:** é importante parear o reforço social com as atividades/materiais de reforço. Fazer isso vai ser essencial para um aprendizado mais efetivo e rápido do comportamento. Então, sempre que a criança fizer um bom trabalho, dê o reforço e a elogie: “você fez um bom trabalho arrumando sua cama. Parabéns!”.

- **Passo 6:** aproveite os apoios visuais. Pessoas no espectro do autismo têm dificuldades de aprendizado, e o uso de suportes visuais é essencial para ajudar a quebrar essas barreiras. Por isso, sempre que possível, mostre o passo a passo da atividade/comportamento adequado e o reforço que ela vai receber após emití-lo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias têm um importante papel no sistema educacional. Sendo uma parceira de trabalho na educação, elas colaboram na apropriação de conhecimentos, tendo em vista que o saber é inacabado e sempre há algo novo para se aprender. O acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, pela cultura, escola, tecnologias, etc., influenciam determinadamente nos processos de aprendizagem da pessoa.

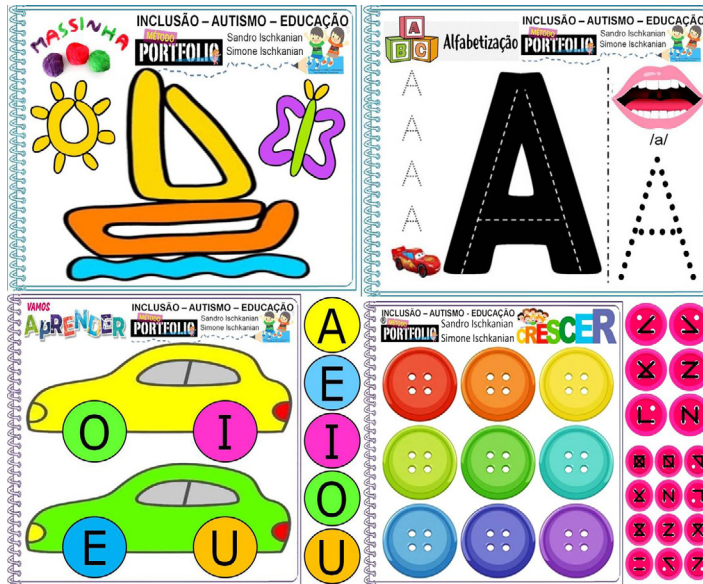
O indivíduo com deficiência possui limitações e isso compõe uma barreira para este aprendizado. Neste artigo não podemos deixar de evidenciar a tecnologia assistiva, como programas e atividades que ajudam na comunicação, disponíveis em <http://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/search/label/PECS%20%28COMUNICA%C3%87%C3%83O%29>, a inclusão ganha eficiência e ajuda a explorar todo o potencial dos alunos, tendo em vista que permite que todos acessem os mesmos recursos e, portanto, participem das aulas de forma igualitária.

O acesso a informação e o exercício pleno da reflexão permitem ressignificar as possibilidades educacionais e modificar positivamente os paradigmas negativos construídos. No contexto da inclusão e tecnologias é preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional.

A educação no contexto da diversidade implica a formação continuada do professor e do sistema educacional com a: a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho

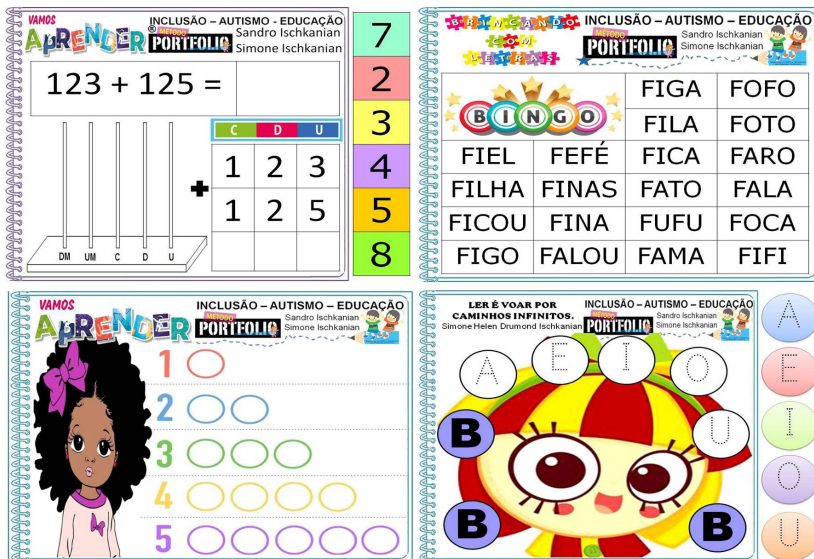
em equipe. Sabe-se que garantir o acesso ao saber é papel da escola, que deve democratizar o patrimônio cultural já existente. Diante disto, a escola, por meio da inclusão digital, pode capacitar mais cidadãos críticos, pensantes e preparados para enfrentar os desafios sociais da vida. Desta forma, a inclusão digital traz grandes benefícios no aspecto do sistema de ensino e aprendizagem.

Nas imagens destacamos atividades que podem ser mediadas com as diversas práticas das tecnologias, como: impressão e estruturação de materiais, usos das tecnologias das telas touch screen; uso do computador com seus recursos de escrita em materiais gráficos; uso do tablet com técnicas touch screen que podem envolver escritas (manuscrita), escritas (digitada) e pinturas, além de diversos outros recursos que as técnicas apresentam para facilitar as formas de aprender, ensinar e principalmente de escrever.



Fonte: <https://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/>

A educação e as tecnologias precisam caminhar juntas para a expansão e a organização do saber. Concluiu-se, também, que na era da informação é essencial a utilização das tecnologias de informação na construção do conhecimento, para atender as necessidades atuais dos alunos, em meio aos avanços tecnológicos.



Fonte: <https://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/>

É de fundamental importância o uso das tecnologias (no sentido abrangente da palavra) em todo contexto da inclusão, para uma aprendizagem significativa e estreitamento de informações entre educadores e educandos, para o incremento de habilidades e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **As tecnologias touch screen na educação.** Disponível em: Google Acadêmico - <http://scholar.google.com.br/citations>. Acesso em: 25/07/2022.

ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond. **Inclusão, Autismo e Educação. Uso das tecnologias.** Disponível em: <https://autismosimonehelendrumond.blogspot.com/>. Acesso em 25/07/2022.

PCD: LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

Gabriel Nascimento de Carvalho¹

Sandro Garabed Ischkanian²

Simone Helen Drumond Ischkanian³

1. INTRODUÇÃO

Em julho de 2015 foi sancionada a Lei 13.146/2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual trouxe para determinadas áreas do direito, significativas mudanças que representam um notável avanço para a proteção da dignidade da pessoa com deficiência. A denominação *Pessoa Com Deficiência* (PCD) tema de diversos contextos de estudos no âmbito da pesquisa científica, depende da forma como se pretende direcionar o raciocínio lógico, além de carregar um grau de subjetivismo que vai depender do momento histórico vivenciado por cada um.

Em análise feita na doutrina e na legislação, pode-se verificar que ao longo dos anos diversos termos, os quais enfatizavam a discriminação e a deficiência da pessoa eram utilizados, tais como: aleijado, anormal, defeituoso, excepcional, incapacitado, inválido, retardado entre outros, tais expressões atualmente não são mais aceitas por retratarem uma visão preconceituosa e totalmente ultrapassada da visão globalizante que contextualiza a inclusão.

O conceito Legal da Pessoa Com Deficiência (PCD), Segundo João Batista Cintra Ribas, o termo ‘pessoas deficientes’ refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Na IX Assembléia da Organização Mundial da Saúde (OMS), surgiu uma nova conceituação sobre deficiência: a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens - um manual de classificação das

1 Bacharel em Direito – Escotista voluntário – Rádioamador – Educador Voluntário – AL Administração.

2 Especialista em Comunicação e Matemático – sandrogi2005@hotmail.com.

3 Doutoranda em Educação, Professora SEMED, UEA e IFAM - simone_drumond@hotmail.com.

consequências das doenças (CIDID), publicada em 1989. Por essa classificação são conceituadas:

Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria

O documento atribui à “incapacidade” o conceito de limitação funcional resultante de uma deficiência de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais podem possuir natureza transitória ou permanente. Em relação ao termo “*desvantagem*”, este significa a limitação de possibilidades de participar da sociedade, em condições de igualdade aos demais cidadãos. Essa concepção procurou levar em consideração o modelo de organização da sociedade e o espaço físico.

Num sentido amplamente coeso, o termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Na esfera constitucional da legislação brasileira, pode-se verificar que a Constituição Federal de 1988 não trouxe um conceito específico, apenas diretrizes ao legislador infraconstitucional. A Constituição certificou-se em vedar toda e qualquer forma de discriminação em razão da deficiência, pelo princípio constitucional da igualdade, artigo 5º, “*caput*”. “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*”.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Os direitos fundamentais assumem posição de realce na sociedade quando se inverte a tradicional relação entre Estado e indivíduo

Estado e indivíduo: reconhece que o indivíduo tem, antes de deveres, direitos perante o Estado, direitos dos quais vem-se avolumando, conforme as exigências específicas de cada momento histórico.

2.2 Lei nº 13.146/2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 1º- É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (...).

Art. 2º- Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III – a limitação no desempenho de atividades; e
- IV – a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III – tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V – comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI – adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

VII – elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VIII – mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

IX – pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da

percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

X – residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos;

XI – moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência;

XII – atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII – profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV – acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

(...)

É de extrema relevância destacar o artigo Art. 8º que delinea que “é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

I – proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II – atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;

III – disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV – disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;

V – acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

VI – recebimento de restituição de imposto de renda;

VII – tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

§ 1º Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.

§ 2º Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

2.3 Reflexos do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Sistema Jurídico

Destaca-se que a Lei Brasileira de inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe várias mudanças ao ordenamento jurídico brasileiro como um todo; em leis ordinárias e complementares, assim estudaremos as mudanças ocorridas no sistema jurídico.

2.4 Reflexos no Código Civil

O Código Civil, Lei 10.406/2002 foi um dos sistemas jurídicos mais afetados com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois foi o ordenamento jurídico com o maior número de alterações. Dessa maneira, será feita uma análise sobre as alterações mais relevantes ocorridas nesse sistema jurídico.

O artigo 84 do Estatuto da Pessoa com deficiência modificou significativamente os artigos 3º e 4º do Código Civil de 2002, conforme se notará.

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

- 1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei.

- 2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

- 3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida

protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

- 4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

A alteração ocorrida em relação ao artigo 3º do Código Civil foi em relação à incapacidade absoluta.

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

Com a revogação dos incisos do artigo 3º, entende-se que a *incapacidade* decorrente de outras causas, que não a da idade, será tratada como *reativa*. Dessa maneira, apenas os menores de 16 anos, são reputados absolutamente incapazes, devendo então ser representados nos atos da vida civil.

Aqueles que foram reconhecidos *absolutamente incapazes*, nos moldes do texto anterior da lei, não perderão essa condição enquanto por decisão judicial não forem alterados os limites da curatela. Contudo, perderão desde a entrada em vigor do novo texto legal, o benefício do artigo 198, I do Código Civil, visto que ele se refere apenas aos incapazes do artigo 3º, e efeito imediato da lei.

Art. 198. Também não corre a prescrição:

I – contra os incapazes de que trata o art. 3º; (...)

No contexto do artigo 4º, o qual se refere sobre as *incapacidades relativas*. É incapaz relativamente apenas o rol elencado nos incisos desse artigo, a LBI retirou desse rol as pessoas com enfermidade ou retardamento mental que não tinham discernimento para a prática dos atos da vida civil e os cegos e surdos, quando a ciência do fato que se quer provar dependa dos sentidos que lhes faltavam.

É importante destacar, que pela Norma Estatutária podem-se extrair dois critérios de incapacidade, um objetivo, referente à idade da pessoa e outro subjetivo ou psicológico. Em se tratando do critério subjetivo, referente à incapacidade relativa, é exigível o reconhecimento judicial da causa geradora da incapacidade, visto ser esta excepcional. Esse reconhecimento judicial deverá ser através de uma ação judicial de procedimento especial, chamada de Ação de Curatela.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

I – os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II – os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

III – aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

IV – os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

Os *relativamente incapazes são assistidos*, o que difere da regra acima, uma vez que os absolutamente incapazes são representados. Os atos praticados pelos relativamente incapazes são atos *anuláveis*, segundo a legislação. No entanto, os atos por eles praticados são passíveis de ratificação ou confirmação se não comprometerem direito de terceiro.

Em relação ao inciso I, do artigo 1548, esse foi revogado expressamente pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 1.548. É nulo o casamento contraído:

I – pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil;

Assim, verifica-se que a Lei 13.146/2015, deixou de reconhecer a nulidade ou anulabilidade do matrimônio celebrado em tais circunstâncias, uma vez que suprimida a incapacidade absoluta apresentado no inciso I do artigo 1.548. Ainda necessário informar que o curatelado pode casar, independentemente de anuência do representante ou assistente. Logo, a única hipótese de nulidade nupcial passa a ser a violação de impedimentos matrimoniais.

Portanto, o deficiente na situação antes disciplinada, porque legalmente autorizado a casar, e que se tornou relativamente incapaz, não terá reconhecida a nulidade de seu matrimônio. De outro modo, aquele que se casou quando se encontrava com reduzida capacidade de discernimento parcial, ou que manifestou de forma inequívoca o seu desejo de contrair casamento, pode ter o negócio jurídico confirmado ou convalidado a invalidade pelo prazo de 180 dias (artigo 1.560, I CC).

Já em relação à modificação do Capítulo II- Da Curatela, esta pode ser encontrada nos artigos 1767 até 1788 do Código Civil de 2002.

A pessoa não deve mais ser interdita clinicamente como possuidora de algum tipo de deficiência ou enfermidade mental, deve ocorrer à curatela, sendo de caráter excepcional, assim a sentença deve expor as razões e motivações de sua definição no caso concreto. Vale destacar que existem diferentes extensões da curatela, a depender do grau de deficiência.

Tipos de curatela: a) o curador pode se apresentar como um representante do relativamente incapaz para todos os atos jurídicos, porque este não possui condições de praticá-los; b) o curador pode ser um representante para certos e específicos atos e assistente para outros, em um regime misto; c) o curador será sempre um assistente, hipótese em que o curatelado tem condições de praticar todo e qualquer ato, desde que acompanhado.

Com essa estruturação apresentada, pretende-se que haja um salto qualitativo nos recursos e sentenças, visto que, abolida a categoria dos absolutamente incapazes, não haverá mais espaço para fórmulas genéricas e pronunciamentos

judiciais estereotipados.

As pessoas com deficiência tem assegurado pelo novo Estatuto o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Essa garantia de igualdade reconhece uma presunção geral de plena capacidade, assim a incapacidade surgirá excepcionalmente e deverá ser amplamente justificada.

A Lei 13.146/2015 não aniquilou a teoria das incapacidades do Código Civil, mas a mitigou, adequando-a à Constituição Federal e à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Uma última consideração a ser feita, é em relação à criação do artigo 1783-A que é encontrado no Capítulo III- Da Tomada de Decisão Apoiada.

Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

1º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

2º O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

4º A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

5º Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

6º Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão. (Incluído

pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

7º Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

8º Se precedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

9º A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

10º O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

11º Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) - (Vigência)

A tomada de decisão apoiada trata-se de um procedimento judicial, coexistente e concorrente à curatela, ambos são vinculados ao campo patrimonial. A tomada de decisão apoiada permite que a pessoa com deficiência mantenha autonomia para atuar, sem restrição de sua capacidade de fato, contando com o auxílio de apoiadores.

A tomada de decisão apoiada é chamada pelos doutrinadores de “administração apoiada”, pois é uma figura mais flexível que a curatela, visto que preserva a capacidade do deficiente. O seu objetivo é resguardar a liberdade e a dignidade da pessoa com deficiência, fornecendo assim, qualidade de vida

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível evidenciar os *Direitos Fundamentais* no contexto da Inclusão (*do Direito à Vida*).

Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

Parágrafo único. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

Art. 11. A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter à intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.

Parágrafo único. O consentimento da pessoa com deficiência em situação

de curatela poderá ser suprido, na forma da lei.

Art. 12. O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

§ 1º Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

§ 2º A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.

Art. 13. A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

Em suma: O respeito às leis é fator primordial para que a nação brasileira possa avançar em diversos contextos globais.

REFERÊNCIAS

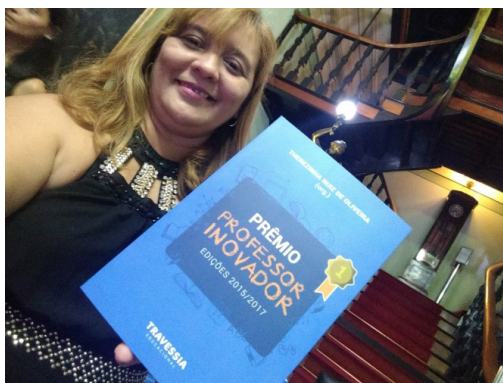
PCD - **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Senado Federal, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015. ISBN: 978-85-7018-634-8

KOYAMA. Débora Fazolin. Os reflexos da lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – no sistema jurídico brasileiro. *Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Presbiteriana Mackenzie, para obtenção do Título de Bacharel em Direito. São Paulo, 2017*

MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito Civil: parte geral**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos Editora, 3ª ed., 2017.

MELLO, Cleyson de Moraes e MOREIRA, Thiago. **Direitos Fundamentais e Dignidade da Pessoa Humana**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2015, p.273.

SOBRE OS ORGANIZADORES



SIMONE HELEN DRUMOND ISCHKANIAN

Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade San Lorenzo. Mestra em Ciências da Educação pela Universidade São Carlos. Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). NeuroPsicopedagoga (em formação) pela Universidade UCAMPROMINAS de Minas Gerais. Especialista em Orientação, Coordenação, Supervisão e Gestão Pedagógica pela Universidade Gama Filho (IDAAM) do Rio de Janeiro. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora e Pedagoga Concursada da SEMED Manaus – AM. Professora Tutora EAD da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Avaliadora dos Cursos de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e Acadêmica de Direito do Instituto Amazônico de Ensino Superior (IAMES). Educadora voluntária da União dos Escoteiros do Brasil (UEB). O nome (DRUMOND) e (ISCHKANIAN) destaca-se como autora de livros, artigos e nos diversos sites de pesquisa encontra-se o nome da autora como citação e referencia em trabalhos acadêmicos. Possui formação em ABA, TEACCH, DIR FLOORTIME entre outros diversos cursos na área do Autismo (TEA) e inclusão no Brasil e MERCOSUL.

- E-mail: simone_drumond@hotmail.com

- Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7754056216556377>



SANDRO GARABED ISCHKANIAN

Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Comunicações (COMAER). Educador voluntário da União dos Escoteiros do Brasil (UEB). Radioamador e RadioEscotista do Grupo Escoteiro João Oscalino. Possui formação em diversos cursos na área do Autismo (TEA) e inclusão no Brasil e MERCOSUL.



GABRIEL NASCIMENTO DE CARVALHO

Graduando em Administração pela (UNIP) e Graduando em Direito pela IAMES – Instituto Amazônico de Ensino Superior. Educador voluntário da União dos Escoteiros do Brasil (UEB). Radioamador e RadioEscotista do Grupo Escoteiro João Oscalino. Possui formação em diversos cursos na área do Autismo (TEA) e inclusão no Brasil e MERCOSUL.

